

CÍCERO ALBUQUERQUE DE SOUZA

**RETRATOS DE PROFESSORES:
ASSOCIATIVISMO DOCENTE EM PERNAMBUCO
1979 / 1982**

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria das Graças de Andrade Ataíde de Almeida

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Educação**

**Lisboa
2016**

CÍCERO ALBUQUERQUE DE SOUZA

**RETRATOS DE PROFESSORES:
ASSOCIATIVISMO DOCENTE EM PERNAMBUCO
1979 / 1982**

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 1 de março de 2016, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 93/2016, de 26 de fevereiro de 2016, com a seguinte composição:

Presidente:

Prof. Doutor António Teodoro

Arguente:

Prof.^a Doutora Maria Manuel Calvet
Ricardo

Vogal:

Prof.^a Doutora Isabel Rodrigues Sanches

Orientadora:

Prof.^a Doutora Maria das Graças Ataíde

Coorientador:

Prof. Doutor José Viegas Brás

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Instituto de Educação

Lisboa

2016

DEDICATÓRIA

À minha mãe (Iraci de Almeida Lima) aos seus 88 anos de inspiração, que sempre mostra o caminho da educação e da verdade.

Ao meu filho César Albuquerque razão de toda minha alegria diária.

Também ao meu pai José Silvestre de Lima pelos abraços, brincadeiras, passeios durante a minha infância e conselhos oferecidos quando eu já crescido. Ao o professor e amigo Romero Ataíde de Almeida (In memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço plenamente a Deus, por ter me concedido forças para levantar a cabeça e seguir em frente, mesmo em momentos de dificuldades.

À Professora Doutora Maria das Graças A. Ataíde de Almeida, orientadora desta dissertação, pela segurança oferecida a mim, ao longo de todo o percurso e por confiar nas rotas surgidas a cada leitura de um novo documento ou mesmo entrevistas realizadas, como também na execução deste trabalho. Muito obrigado pela convivência, compartilhar momentos difíceis e fortalecer-me como pessoa a partir dos seus conselhos.

Ao Professor Doutor José Gregório Viegas Brás, coorientador desta dissertação, pela disponibilidade e contribuição para o melhoramento dessa dissertação.

À Universidade Lusófona de Tecnologias e Humanidades/ ULTH, pela oportunidade de realização do curso de mestrado.

Aos professores do Mestrado de Ciências da Educação da Universidade Lusófona de Tecnologias e Humanidades / ULTH pelos ensinamentos, convivência e troca de experiências, especialmente aos professores doutores Ana Benaventes, Gisélia Felício Lucinalva Andrade e Manuel Tavares.

Aos colegas de turma, pelo compartilhamento de momentos e experiências guardadas no coração.

Aos docentes sujeitos desta investigação: Arundo Nunes, Florentina Cabral (Morena), Helena Lopes, Luci Machado e Severina Porpino que gentilmente aceitaram participar com suas narrativas na construção deste trabalho. Agradeço também pela atenção aos docentes Eurenita Freitas, Flávio Brayner, Geraldo dos Santos, Iranildo Mendes, Izaildy Joana, Ivanete Alves que contribuíram com as suas histórias de vida, mas por questões nitidamente do encaminhamento da pesquisa não foi possível citá-los no corpo da presente dissertação, mas seus registros em muito poderão contribuir para em breve um aprofundamento do que aqui discutimos.

Ao chargista Laílson de Holanda Cavalcanti, não apenas pela entrevista concedida, mas, também por abrir as portas de sua casa e pela forma didática ao expor o cenário político-social de

uma época na ótica de quem estava dentro de uma redação de um importante Jornal e também de quem produziu charges ainda hoje atuais.

Aos os meus queridos familiares (Simone, Zena, Fernando, Maria, Anne Michelle e aos demais) pelo apoio incondicional, pelo carinho, pela paciência e compreensão nos momentos de isolamento necessários para ampliar leitura.

Aos amigos (as) que tive o prazer de reencontrar no nascer desta pesquisa: Dra. Noêmia Luz pelas palavras de apoio e disponibilizar obras de sua biblioteca particular a cada novo ponto que afirmava desejar explorar acerca do humor e a histórias de vida de professores; Jannaiara Cavalcante por disponibilizar dados levantados para sua dissertação pela UFPE, como também, agradeço ao amigo Vlademir André e a minha querida Sandra Verissimo, pessoa que tive o prazer de trabalhar ao seu lado para logo depois estendermos nossos encontros sempre acompanhado de um cafezinho e prosas também acadêmicas.

A todos os componentes da Comissão Estadual Memória e Verdade Dom Hélder Câmara / CEMVDHC, em especial ao Dr. Henrique Mariano, Rafael Leite e Lilian Gondim pela atenção durante período em que pude contribuir atendendo as pesquisas solicitadas junto ao acervo DOPS/PE, como também, pelos vários convites comunicando audiências públicas a serem realizadas e que muito ajudaram para realização deste estudo.

Aos colegas do APEJE que muito demonstraram o quanto da importância dos valores éticos que recebemos desde cedo em nossos lares.

Por fim, aos colegas de trabalho da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco pela acolhida, sorrisos e descobertas diária diante um acervo valioso que a instituição conserva para melhor atender aos pesquisadores.

RESUMO

Este trabalho teve como tema de investigação o cotidiano de vida dos professores da Rede Pública Estadual de Pernambuco participantes do movimento associativista, tendo como questão de partida saber como se deu a mobilização conhecida por “Novo Sindicalismo”, durante vigência da Ditadura civil-militar (1979-1982). O estudo esteve pautado no objetivo geral e nos objetivos específicos. Primeiro, procurando conhecer a partir das narrativas dos docentes o trabalho e mobilização realizada no curso da greve deflagrada sob coordenação da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE) em 1979. Como também, a partir dos Boletins da Secretaria de Educação ao comparar o discurso imagético oficial para apresentar as condições de trabalho oferecidas ao docentes. Também, a partir dos prontuários policiais do DOPS/PE coube analisar a relação entre os gestores da Secretaria de Educação/SEE, Unidades escolares e a Secretaria de Segurança Pública - SSP/PE. A pesquisa foi conduzida com cinco (05) professores, do quadro da Rede Estadual de Ensino e um (01) chargista atuante na imprensa local. Foi aplicada entrevista narrativa semi-estruturada voltada numa abordagem qualitativa. O resultado demonstra que os docentes participantes da greve de 1979, durante fase do “Novo sindicalismo”, apresentaram nas memórias a influência do discurso produzido pela imprensa, o que possibilitou o despertar de uma postura reivindicativa mais agressiva, não aceitação de uma política meramente assistencialista e também de dependência esfera pública.

Palavras - chave: Associativismo, sindicalismo, memória, Análise do discurso, Análise iconográfica.

RESUMEN

Este trabajo ha sido objeto de investigación la vida cotidiana de los profesores de los participantes de la Red Pública del estado de Pernambuco movimiento asociativo, tomando como punto de partida para saber cómo fue la movilización conocida como "Nuevo Sindicalismo" para la dictadura cívico-militar eficaz (1979-1982). El estudio se basó en los objetivos generales y los objetivos específicos. En primer lugar, buscando conocer a partir de los relatos de los maestros trabajan y movilización llevan a cabo en el transcurso de la huelga estalló bajo la coordinación de la Asociación de Educación Oficial de Pernambuco Maestros (APENOPE) en 1979. Además, a partir de los informes del Departamento de Educación para comparar el discurso imaginista oficial para presentar las condiciones de trabajo que se ofrecen a los maestros. Además, a partir de los registros de la policía de DOPS / PE se ajustan para analizar la relación entre los gestores del Departamento de Educación / SEE, unidades escolares y el Departamento de Seguridad Pública - SSP / PE. La investigación se realizó con cinco (05) profesores, el marco de las Escuelas del Estado y uno (01) caricaturista activa en la prensa local. Se aplicó entrevista narrativa semi-estructurado centrado en un enfoque cualitativo. El resultado muestra que los participantes de los maestros de la huelga de 1979, durante la fase del "Nuevo Sindicalismo", presentada en las memorias de la influencia del discurso producido por la prensa, lo que permitió el despertar de una postura vengativa más agresivo, no aceptar una política meramente asistencial y también la dependencia esfera pública.

Palabras - clave: Asociaciones, sindicatos, memoria, análisis del discurso, análisis iconográfico.

ABSTRACT

This study had as its research theme the everyday life of teachers of the State Public Education Network of Pernambuco, all of them participants in the associative movement. The starting point was to know how happened the mobilization known as "New Unionism" during the period of the Brazilian civil-military dictatorship (1979-1982). The study was guided by an overall objective and specific objectives. First of all the aim was to know, from the narratives of the teachers, about the work and the mobilization carried out during the strike broke out under the coordination of the Association of Teachers of Official Education of Pernambuco State (APENOPE) in 1979, as well as the Reports of the Department of Education in order to compare the official imagistic discourse to present the working conditions offered to teachers. And from the police records of DOPS / PE they have been accomplished analyses from the relation between the managers of the Department of Education / SEE, school units and the Department of Public Safety - SSP / PE. The research was developed with five (05) tenured teachers of the State Public Education Network and one (01) caricaturist active in the local press. It was applied a semi-structured narrative interview focused on a qualitative approach. The result shows that the teachers participants of the strike in 1979 during the phase of the "New Unionism" presented in their memories the influence of the discourse produced by the press, which allowed the awakening of a more aggressive vindictive position, not accepting a political system merely based on social assistance or the dependence of the public sphere.

Keywords: associative movement, unions, memory, discourse analysis, iconographic analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso.
AIP	Associação da Imprensa de Pernambuco.
AOPE	Associação dos Orientadores do Ensino Oficial de Pernambuco
APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.
APEMOPE	Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco
ASSEPE	Associação Assistência a Saúde dos Servidores do Estado.
APENOPE	Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco.
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
ASSUEPE	Associação Supervisores do Ensino Oficial de Pernambuco.
BPE	Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.
CCC	Comando de Caça aos Comunistas.
CEMVDHC	Comissão Estadual Memória e Verdade Dom Helder Câmara.
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.
CPC	Centros Populares de Cultura.
CPPB	Confederação dos Professores Primários do Brasil
DEOPS/SP	Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo.
DESPS	Departamento Especial de Segurança Política e Social do Distrito Federal.
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social.
DOPS/PE	Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco.
DP	Diário de Pernambuco
FD	Formações Discursivas.
HSE	Hospital dos Servidores do Estado.
IPSEP	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado.
JC	Jornal do Commercio.
JCPM	João Carlos Paes Mendonça.
JEC	Juventude Estudantil Católica.
JOC	Juventude Operária Católica.
JUC	Juventude Universitária Católica
K.K.K.	Klu Klux Klan
LSN	Lei da Segurança Nacional

MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação.
PM	Polícia Militar
PT	Partido dos Trabalhadores.
SAMED	Serviço de Assistência Médica
SEC	Secretaria de Educação e Cultura.
SEE	Secretaria da Educação.
SIMPERE	Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial do Recife.
SINPRO	Sindicato dos Professores (Rede Privada).
SINTEPE	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco.
SNI	Serviço Nacional de Informações.
SSP/PE	Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco.
TRT	Tribunal Regional do Trabalho

ÍNDICE GERAL

Introdução	15
Capítulo 1. Governo, Associativismo Docente e o DOPS/PE: a conexão dos discursos e interesses	23
Capítulo 2. Da Problemática À Trajetória Metodológica.....	51
2.1. Problema de pesquisa.....	52
2.1.1. Questão de partida	53
2.2. Objetivos	53
2.2.1. Geral.....	53
2.2.2. Específicos	53
2.3. Tipo de pesquisa.....	53
2.4. <i>Locus</i> da pesquisa.....	56
2.5. Sujeitos da pesquisa	57
2.6. Técnicas de recolha de dados da pesquisa	58
2.6.1. Entrevista	58
2.6.2. Pesquisa documental.....	61
2.7. Procedimentos da pesquisa	65
2.7.1. Etapas do processo.....	65
2.7.2. Procedimento de análise de dados da pesquisa.....	66
2.7.2.1. Análise do discurso.....	66
2.7.2.1.1. As etapas do procedimento da análise do discurso	69
2.7.2.2. Análise do discurso iconográfico	73
Capítulo 3. Narrativas Docentes e Sindicalismo nas Charges do Diario de Pernambuco.....	75
3.1. Diario de Pernambuco: Um humor “vigiado”	79
Capítulo 4. Narrativas Docentes e Sindicalismo nas Charges do Jornal do Commercio	129
Capítulo 5. Retratos de Vida de Docente	166
5.1. Do acervo DOPS/PE aos relatórios da SEE: Que discurso é esse? - 1979 a 1982.....	172
5.2. Qualidade de Ensino: Conflito de discursos.	183
Considerações Finais	197
Referências Bibliográficas.....	206
Apêndices	I

Apêndice I. Carta-Convite para os professores.....	II
Apêndice II. Guião de entrevista.....	III
Apêndice III. Carta de autorização e uso das entrevistas.....	V
Apêndice IV. Entrevistas (O Cotidiano de Professores).....	VI
Anexos.....	XC
Anexo I.....	XCI

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Descrição das categorias da entrevista aplicada aos professores	61
Quadro 2. Léxicos - DP/1979.....	81
Quadro 3. Léxicos – JC / 1979.....	138
Quadro 4. Diálogo charge JC / 13 de maio, 1979	143
Quadro 5. Atendimento à população escolar pela Rede estadual – Ensino 2º grau/ 1979-1982	184
Quadro 6. Números de alunos atendidos Ensino 2º Grau – 1979/1982	184
Quadro 7. Recursos aplicados - Cr\$ -1.000 -1979/182.....	191
Quadro 8. Assistência ao aluno carente / Livros distribuídos – 1979/1982.....	192
Quadro 9. Programa de material escolar / Atendimento ao alunado de 1ª a 4ª série – 1979/1982	192

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Prontuário Funcional nº 4271	32
Figura 2. Prontuário Funcional nº 4271	33
Figura 3. Prontuário Funcional nº 4271	34
Figura 4. Prontuário Funcional nº 4271	35
Figura 5. Prontuário Funcional nº 4271	37
Figura 6. Prontuário Funcional –. nº 431	37
Figura 7. Jornal do Professor (APEMOPE- 1971)	40
Figura 8. Jornal do Professor (APEMOPE- 1974)	42
Figura 9. Jornal do Professor (APEMOPE- 1971)	43
Figura 10. Jornal do Professor (APENOPE- 1977).....	48
Figura 11. Jornal do Professor (APENOPE- 1976).....	50
Figura 12. Diario de Pernambuco, Recife, 30 de maio, 1979	91
Figura 13. Diario de Pernambuco. Recife, 5 de maio, 1979	93
Figura 14. Diario de Pernambuco Recife, 14 de maio, 1979	97
Figura 15. Diario de Pernambuco Recife, 5 de maio, 1979	98
Figura 16. Diario de Pernambuco Recife, 22 de abril, 1979	100
Figura 17. Diario de Pernambuco Recife, 7 de janeiro	102
Figura 18. Diario de Pernambuco Recife, 17 de abril, 1979	105
Figura 19. Diario de Pernambuco Recife, 31 de maio	106
Figura 20. Diario de Pernambuco. Recife, 29 de maio, 1979	111
Figura 21. Diario de Pernambuco. Recife, 10 de mar, 1979	119
Figura 22. Diario de Pernambuco, Recife, 16 de mar, 1979	123
Figura 23. Diario de Pernambuco, Recife, 5 de maio, 1979	124
Figura 24. Diario de Pernambuco, Recife, 10 de maio. 1979	125
Figura 25. Jornal do Commercio, Recife, 19 de jan., 1979.....	132
Figura 26. Jornal do Commercio. Recife, 29 de maio, 1979.....	134
Figura 27. Jornal do Commercio. Recife, 9 de janeiro, 1979.....	140
Figura 28. Jornal do Commercio. Recife, 13 de maio, 1979.....	141
Figura 29. Jornal do Commercio. Recife, 27 de abril, 1979	152
Figura 30. Jornal do Commercio, Recife, 27 de maio., 1979.....	158

Figura 31. Prontuário Funcional nº 3979	173
Figura 32. Prontuário individual nº 7980	174
Figura 33. Relatório da SEE – 1979.....	175
Figura 34. Relatório da SEE – 1979/1982.....	176
Figura 35. Relatório da SEE – 1975/1978.....	178
Figura 36. Relatório da SEE – 1979.....	179
Figura 37. Relatório da SEE – 1979.....	180
Figura 38. Jornal do Commercio. 21-06-1979	181
Figura 39. Relatório da SEE – 1979.....	182
Figura 40. Relatório da SEE – 1980.....	186
Figura 41. Relatório da SEE – 1980.....	187
Figura 42. Relatório da SEE – 1979.....	188
Figura 43. Relatório da SEE – 1979/1982.....	188
Figura 44. Relatório da SEE – 1979.....	190
Figura 45. Relatório da SEE – 1979/1982.....	191
Figura 46. Relatório da SEE – 1980.....	194
Figura 47. Jornal do Commercio – 27-03-1979	XCI
Figura 48. Jornal do Commercio - 03-05-1979	XCII
Figura 49. Jornal do Commercio - 20-05-1979	XCII
Figura 50. Jornal do Commercio - 29-05-1979	XCIII
Figura 51. Jornal do Commercio - 29-05-1979	XCIII
Figura 52. Diário de Pernambuco - 24-03-1979.....	XCIV
Figura 53. Diário de Pernambuco - 03-05-1979.....	XCIV
Figura 54. Diário de Pernambuco - 13-05-1979.....	XCV
Figura 55. Diário de Pernambuco – 03-06-1979	XCV
Figura 56. Prontuário Funcional. 1979.....	XCV
Figura 57. Prontuário Funcional. 1980.....	XCVI
Figura 58. Prontuário Funcional. 1979.....	XCVI

INTRODUÇÃO

Na atual sociedade cada movimento que realizamos acaba por ser registrado quase que de maneira instantânea, onde uma palavra, um gesto ou mesmo o silêncio do observado é muitas vezes capturado num *flash*; temos assim, o que podemos entender por “retratos”. Justamente num *clic* também capturamos um movimento passado e a qualquer momento podemos revisitá-los a partir das nossas memórias, seja de acontecimentos familiares, afetivos ou mesmo profissionais. Porém, sem que deixemos de entender que a imagem tomada também é dotada de um espectro lendário, estando anteriormente carregada de uma força discursiva e que se desenvolve paralela a outros campos de percepção e experiências (Nóvoa, 2001; Certeau, 2008).

Compreendemos hoje que muito se discute quanto os resultados das mobilizações paredistas deflagradas no campo do ensino, como também, dentro das entidades de representação de classe ainda questionam o papel e a capacidade do professor de se reconhecer enquanto agente transformador diante um cenário complexo, mas também com suas especificidades históricas (Oliveira, 2014) ¹.

Esta dissertação trata sobre o cotidiano de professores da Rede Oficial de Ensino de Pernambuco participantes da primeira greve geral da categoria no pós-1964.

A escolha da presente investigação foi despertada em decorrência das convivências e observações e até mesmo inquietações quando da minha participação com docentes nas assembleias de professores da Rede Estadual de Ensino, mobilização atualmente coordenada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (SINTEPE). Neste contexto travamos conhecimento com professores que vivenciaram (1979/1982) período de vigência da Ditadura Militar em que ganhava força às mobilizações de sindicatos e associações de diversas classes de trabalhadores. Assim durante alguns relatos percebemos a importância de trabalharmos com o cotidiano de vida desses docentes, muitos deles com registros em prontuários individuais do Departamento de Ordem Política Social de Pernambuco (DOPS/PE).

Assim, a maioria das narrativas soavam quase como uma “aventura quixotesca” quando professores citavam nomes ou ações de enfrentamento junto à Associação dos Professores do

¹ Vide investigação de Dalila Andrade Oliveira & Lívia Fraga Vieira, p. 136. Trabalho na educação básica em Pernambuco. “Entre os 981 docentes entrevistados, 41% (400) são sindicalizados, sendo que 28% são filiados ao Sintepe e 13% a outros sindicatos, já que a pesquisa contou, entre 17 municípios amostrados, com 9 municípios cujas redes municipais não são da base territorial do Sintepe. A maior proporção de filiados ao Sintepe está na rede estadual (40%) e na rede municipal são 20%. Maioria é composta por docentes do ensino médio (42%)”.

Ensino Oficial (APENOPE).² Diante da contextura, iniciamos aproximação com docentes participantes e paralelamente realizamos buscas por registros iconográficos na imprensa ou mesmo documentos oficiais sob a guarda de instituições de preservação de memória (Arquivo Público Estadual e Biblioteca Pública de Pernambuco), sobre a criação da entidade e atividades desenvolvidas pelos professores que atuaram na associação no pós-64. Cenário aquele marcado principalmente pela deflagração da primeira greve geral dos professores do Ensino Oficial de Pernambuco ocorrida em 1979. Tão logo as conversas foram sendo aprofundadas aos poucos ficou constatado existir um “silenciamento”³ enquanto o cotidiano de vida de vários daqueles docentes participantes de mobilizações organizadas pela Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE).

O estado da arte desta temática tem visibilidade através de teses e dissertações que a academia tem produzido:

Cavalcante (2012) “Sindicalismo docente: A luta dos professores da Rede pública estadual do Recife no período da transição democrática” ao trazer a luta dos docentes da Rede Estadual para o centro da discussão acadêmica possibilitou principalmente revisitar o cenário discursivos daqueles participantes das mobilizações ocorridas entre os anos de 1979 a 1982. Buscou ainda o estudo analisar a postura adotada pelas lideranças da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), como também, identificar as estratégias do governo para controlar as mobilizações docentes e assim manter uma ordem junto à sociedade no período que correspondeu ao âmbito da Ditadura civil-militar (1964/1985).

Ferreira (2012) “O Novo sindicalismo urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências” em seu estudo analisa o “Novo sindicalismo” urbano no Estado de Pernambuco, procurando principalmente apresentar os elementos que constituíram contributos as mudanças e até mesmo as permanências do movimento sindical. Portanto, é importante destacarmos que o estudo realizado buscou abranger o conjunto dos sindicatos, como também delinear os momentos em que o “Novo sindicalismo” em Pernambuco incorporou, reproduziu ou até mesmo rompeu com o antigo modelo de sindicalismo que ainda fincava raízes.

² “Formamos aqui um Comando, a gente chamava “Comando de Tejió”. Tinha o “Comando de Boa Viagem” o pessoal que pegava ali Boa Viagem e as áreas e dizia tantas escolas! E formavam tantas escolas; eram daquele Comando. Aqui em Tejió ia desde Afogados e daquelas escolas dali até os Curados IV, Curado II, Curado I. Era difícil, mas a gente teve apoio, saía um professor, dois de outras escolas, na época da greve eles, só foi um grupo; era realmente os mais resistentes que formaram esse Comando. Ai a gente se reunia e saía para as atividades porque foi feita uma vigília, foram vinte e nove dias de vigília na frente da Secretaria de Educação”. Registro da Professora Luci Machado Pinheiro em entrevista concedida ao autor dia 4 de agosto de 2014.

³ Pensamos silenciamento na linha teórica de Marc Ferro em sua obra A História Vigida.

Para além destas produções da academia alguns trabalhos relevantes têm aparecido no cenário da temática. Dal Rosso (2011) “Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas” colabora ao trazer para discussão a luta dos trabalhadores e a sua organização ao longo do tempo no campo da educação. Dessa forma, ampliando para a compreensão da importância dessas lutas para o conjunto social, como ainda procura a partir dos vários artigos abordar os problemas do sindicalismo no setor da educação tanto esfera nacional quanto internacional e análise da produção empírica no que se refere à área do sindicalismo docente.

Oliveira & Melo (2014) “Sindicalismo docente: desafios e perspectivas no conjunto da obra organizada realiza acompanhamento (Portugal, Estados Unidos, Argentina e Brasil) do movimento sindical. Ao analisar a política de valorização do magistério e formação política do trabalhador na história do movimento sindical docente no Brasil, transita em torno das mobilizações dos docentes nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco. O estudo da trajetória historiográfica do sindicalismo docente e perspectivas apresentadas faz destaque ao fortalecimento da Associação dos Professores do Ensino Médio de Pernambuco (APENOPE) e o papel dos professores no processo de deflagração da greve de 1979 em Pernambuco. Ainda no estudo, ao avaliar a relevância da atuação dos docentes dentro do quadro social destaca as bandeiras e como a luta extrapolou os interesses específicos da categoria.

Diante da análise destes trabalhos evidencia-se que nestes estudos ficaram alguns pontos que podem ser ainda trabalhados: o cotidiano dos professores, as produções imagéticas a partir das charges publicadas na imprensa; como também, os prontuários individuais e funcionais do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

É exatamente esse ponto que a presente dissertação busca contribuir. Partindo da análise do cotidiano de vida de cinco (05) docentes, buscamos identificar o papel dos professores junto à Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE) no movimento conhecido por “Novo Sindicalismo” durante a greve deflagrada na Rede Oficial de Ensino do Estado em 1979, no âmbito da ditadura pós-64.

Nesse cenário, a questão de partida que norteia esta dissertação é saber através das narrativas dos docentes junto a Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), como se deu a mobilização daqueles docentes, durante vigência da Ditadura civil-militar?

As categorias teóricas eleitas são: Sindicalismo e memória.

As fontes utilizadas para construção deste trabalho foram:

1. O acervo do Departamento de Ordem Política Social de Pernambuco (DOPS/PE) acerca dos prontuários individuais dos docentes; o prontuário funcional do Sindicato (APENOPE) e das imagens recolhidas pelo DOPS/PE;
2. Boletins oficiais da Secretaria de Educação e Cultural de Pernambuco (SEC/PE);
3. Discurso imagético e textual da imprensa (Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio);
4. *Corpus* do discurso dos docentes (entrevistas).

A narrativa dos docentes está inserido dentro da metodologia qualitativa, buscando dessa maneira, apreender as conexões entre a história individual a partir da análise da memória dos docentes e a própria história coletiva. Elegemos aplicação do instrumento de entrevista semiestruturada para a coleta de dados dos docentes, e para a análise dos dados a análise de discurso (AD) na linha francesa, que privilegia os sentidos e as significações da produção de discurso.

É importante destacar que a sociedade brasileira vivenciou dois regimes de exceção, o primeiro de 1937/1945 sob controle getulista e num segundo instante sob a vigência de um regime ditatorial civil-militar (1964/1985).

Durante a “Era Vargas” os sindicatos e associações tiveram uma participação vigiada do Estado, emergindo a figura do “peleguista” que atuava como um ponto desmobilizador da classe trabalhadora e assim, possibilitava o Estado colocar em prática seus mecanismos de silenciamento, no caso dos sindicatos docentes, desconstruindo as experiências que marcaram o cotidiano dos participantes no período.

Na Ditadura civil-militar (1964/1985) uma nova “moldura” era montada, o que viria até mesmo dimensionar a própria história da educação brasileira. A sociedade como um todo sofria os efeitos da crise econômica, isso atrelada à luta pela redemocratização, o fim do exílio e o assassinato de centenas de opositores pelo aparelho repressor do estado brasileiro. Dessa forma, no centro do movimento sindical ou mesmo associativista, apesar de todo aparato de repressão uma nova postura começava a ganhar expressão a partir do final da década de 1960, quando trabalhadores lutaram por melhores condições de salariais e dentre muitos daqueles profissionais envolvidos vários eram docentes. Essa ação mais participativa gradativamente desconstruía o ideário conformista ou mesmo “missionário” que imobilizava milhares de trabalhadores da educação e até mesmo fazia parte de um discurso oficial que marcara até aquela época o cotidiano de vida de muitos professores.

No entanto, a greve deflagrada pelos metalúrgicos do ABC Paulista em 1978 viria desencadear uma forte influência sob a classe dos docentes coordenada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), impacto esse que resultou já no ano seguinte para que os docentes do ensino público intensificassem mobilizações da classe e deflagrassem uma greve geral na esfera do ensino público em São Paulo (Oliveira & Melo, 2014; Cavalcante, 2012), cenário esse também que levou professores das várias federações, principalmente em Pernambuco no caso da APENOPE, a compreenderem a força das mobilizações dos docentes. No entanto, é importante destacarmos que essa reação não apenas sofrera influência externa mais também acabou por fazer reflexos internos para outros campos de atividades na luta por objetivos comuns dos trabalhadores.⁴

A partir daquele momento não mais buscariam os docentes, de forma passiva a resposta por parte dos patrões ou mesmo do próprio Estado para as suas reivindicações, rompia-se ali um acordo tácito até então entre o Estado e o sindicato. As mobilizações ocorridas em São Paulo logo ganhariam repercussão em Minas Gerais e na Bahia para tão logo atingir demais capitais brasileiras. Ou seja, uma postura sindical muito mais “agressiva” por parte dos trabalhadores tomava espaço e fazia-se presente nos principais impressos do país, que estampavam em suas matérias de capa imagens que diziam mais do que o Estado conseguia calar com seu aparelho repressor. Ao estar nas ruas protestando contra as condições de trabalho ou mesmo a repressão, a classe docente se fazia presente a partir da sua visibilidade junto aos periódicos da imprensa e assim conseguia adesão dos demais componentes da classe docente. A nova postura adotada pelos professores abalava o conjunto da classe, força discursiva essa que o sistema procurou ao longo dos anos assimilar e construir a partir também do discurso imagético a sua mensagem. Nóvoa (2001) em artigo emblemático – “As palavras das imagens: Retratos de professores (século XIX-XX)”, aponta a força do discurso imagético e a consciência daquele que utilizava:

“As imagens desempenham um papel importante nos períodos de renovação pedagógica, de aposta política na educação ou de introdução de novos métodos de ensino. Contradizendo certo “senso comum”, que recorda estes momentos como fases de alguma agitação e desnorte, as imagens tendem a transmitir uma sensação de calma e serenidade. Elas funcionam como “estratégias de propaganda” que pretendem sossegar as consciências e sugerir um futuro radioso.” (Nóvoa, 2001, p.9)

Assim, até o início de 1970, o Governo instituído, a datar do Golpe civil-Militar ocorrido em 31 de março de 1964 buscava controlar os anseios dos trabalhadores a partir da estratégia de

⁴ Ver anexo - matéria (Fig. 49) “Greve” - 20-05-1979 - Caderno Esporte -. pg. 24.

propagandas. Desenhava-se no dia a dia e para o exterior a imagem de um Brasil forte e justo onde o principal investimento estava sendo realizado no campo da educação básica. No entanto, no cotidiano de cada escola o cenário era bem diferente, e aquela capacidade da propaganda oficial de “sossegar as consciências e sugerir um futuro radioso” (Nóvoa, 2001, p.9) gradativamente se mostrava ineficaz, principalmente a partir do instante em que a categoria se mobilizava, tomava as ruas e buscava desvelar o seu cotidiano para o conjunto da sociedade em plena ebulição.

Por sua vez, em Pernambuco o ambiente não era diferente, em particular na esfera da educação pública, onde docentes enfrentavam um cenário de abandono e gradativo desprestígio social, situação pouco revertida pelo Estado ou mesmo discutida pela Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco (APEMOPE), fundada em 1967 e que atuava pautada numa prática assistencialista. Diante do contexto da mobilização nacional e a repercussão por parte da imprensa local, temos a partir de 1979 uma maior participação dos docentes da base na Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), e assim uma nova realidade se fazia presente.

Portanto, compreender as transformações políticas e sociais que influenciaram significativamente na historicidade dos professores da Rede Oficial é mesmo instigante. O Estado, a imprensa, os docentes e a própria APENOPE se fizeram muitas vezes múltiplos; por vezes únicos. Assim, cada um buscou seu papel de representação numa época (1979/1982) em que o discurso imagético ganhava força como poucas vezes, e o cotidiano de vida dos professores permaneciam como que envolvido por uma “cortina de fumaça” (Orlandi, 2005; Le Goff, 1991).

A importância da presente abordagem consiste em estudarmos o cenário que marcou o “Novo sindicalismo” em Pernambuco (1979/1982) e vem também tornar possível refletirmos sobre a relevância das narrativas dos docentes (Lelis, 2001) da Rede Oficial de ensino de Pernambuco, bem como, avaliar as formas de produção do discurso imagético construído pela imprensa, sobre a atuação do movimento sindical. Tudo isso, entrelaçado em plena vigência da Ditadura civil-Militar instaurada no país. A realização desta dissertação, também possibilita trazer para o centro da discussão uma reflexão sobre os profissionais hoje envolvidos com a educação.

Portanto, a presente dissertação está estruturada em cinco capítulos e as considerações finais.

No primeiro capítulo “Trajetória metodológica”, tendo por aportes teóricos para plena consolidação das análises realizadas Richardson (2011), Orlandi(2000), Thompson (1998) e

Oliveira (2012) buscamos delinear o percurso metodológico, para o desenvolvimento da presente pesquisa.

No segundo capítulo “Governo, associativismo docente e o DOPS/PE: A conexão dos discursos e interesses” a partir da análise dos prontuários policiais do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE) tratamos de apresentar como se deu a relação entre os diretores das unidades escolares, a ordem instituída na Secretaria da Educação e Cultura e Secretaria da Segurança Pública de Pernambuco no processo de controle das ações dos docentes, seja no interior das escolas, como também, fora daquelas quando assim ocorriam as mobilizações nas associações de classe, igrejas ou até mesmo espaços públicos.

No terceiro capítulo “Narrativas docentes e Sindicalismo nas charges do Diario de Pernambuco”, ocupamos por analisar o discurso da imprensa pernambucana, por meio das matérias que compõem o discurso escrito e das charges que representam o *corpus* do discurso iconográfico. Dessa maneira, procurando compreender as concepções da imprensa via o olhar do periódico Diario de Pernambuco acerca dos professores no âmbito das mobilizações do “Novo Sindicalismo” em Pernambuco. Ainda neste capítulo será possível avaliar a postura adotada pela redação do DP e os fatores que delineavam o “vínculo” do periódico com a ordem instituída ou mesmo a cautela quando da divulgação de matérias questionando o cenário educacional estadual; postura por sinal, por vezes quebrada em decorrência das produções realizadas por seus chargistas Clériston Andrade e Laílson Cavalcanti.

No quarto Capítulo “Narrativas docentes e Sindicalismo nas charges do Jornal do Commercio” analisamos o discurso a partir das matérias que compunham o discurso escrito e das charges que representam o *corpus* do discurso iconográfico da imprensa pernambucana. Porém, procurando apresentar a escrita da imprensa e a leitura de participantes da sociedade pernambucana acerca dos professores no âmbito das mobilizações do “Novo Sindicalismo”. Este capítulo além de ampliar o entendimento para todo o processo histórico e discurso imagético buscou do mesmo modo apresentar os fatores para o diferencial enquanto da conduta “apolítica” do JC em relação ao DP; como também, esclarecer a viu similitude das produções realizadas pelos chargistas do Jornal do Commercio, em especial o Bione e o Paulo Santos com o humor expresso na arte produzida pelos chargistas do Diario de Pernambuco que muito se aproximaram das narrativas dos docentes registradas nas entrevistas.

O quinto capítulo “Retratos revelados: o cotidiano de docentes” busca analisar os discursos textuais e imagéticos produzidos pelo Estado a partir de registros fotográficos do

cotidiano das unidades escolares e publicados nos Boletins da Secretaria de Educação e Cultura (SEC) e em seguida destinados às demais Secretarias, imprensa e ao grande público formador de opinião enquanto das condições de trabalho oferecidas aos professores. Toda essa análise também tomou por base desenvolver um trabalho comparativo entre as narrativas dos docentes e a documentação produzida pelo governo, seja a partir do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/PE) ou mesmo da Secretaria de Educação e Cultura (SEC) visando fundamentar o discurso ideológico oficial.

Por fim, tecemos as nossas considerações finais destacando as principais reflexões desenvolvidas em torno das narrativas dos docentes, o papel da imprensa e a influência dos chargistas e sua arte, bem como uma maior compreensão enquanto a postura do Estado e o uso dos seus aparelhos de controle durante vigência do “Novo sindicalismo”.

Reforçamos aqui a relevância desta dissertação para uma maior atenção para o estudo das narrativas docentes participantes no movimento chamado “Novo Sindicalismo”, em especial via prontuários individuais e funcionais do acervo policial do Departamento de Ordem Política Social (DOPS/PE) referentes atuação daqueles professores nas mobilizações sindicais no período pós-64.

CAPÍTULO 1.
GOVERNO, ASSOCIATIVISMO DOCENTE E O
DOPS/PE: A CONEXÃO DOS DISCURSOS E
INTERESSES

Abordar o avanço do sindicalismo docente ou “Novo sindicalismo” em Pernambuco em período da forte repressão militar requer uma leitura pautada principalmente numa breve análise enquanto construção do associativismo e a mobilização da categoria docente no país.

O cenário político-social do Brasil, já a partir do ano de 1978 ganhara dimensão com as mobilizações de diversas categorias de trabalhadores (bancários, rodoviários, operários) também fora do estado de Pernambuco, dessa forma, toda aquela efervescência acabaria por servir como “fio-condutor” para mobilizar os docentes pernambucanos, principalmente posterior à repercussão das greves na região do ABC ocorridas em São Paulo sob a forte liderança do metalúrgico Luiz Inácio (Lula) da Silva. Contexto destacado na fala do professor Arundo Nunes ao comentar as mobilizações ocorridas entre os docentes em Pernambuco e o processo que resultaria na deflagração da primeira greve geral dos professores do ensino oficial. Segundo o docentes:

“Não, não, não! A gente entrou porque a maioria de nós tinha ideias. A gente não sabia o que era; eu nunca me esqueço, a gente não sabia o que era, como é o nome? Que fala em assembleia. O pessoal do Sul tudo avançado, a gente não sabia o que era questão de ordem, proposta, não é? Não sabia! Ninguém sabia. Não tinha nem ideia o que era isso! Não existia assembleia do Leônidas não, rapaz! Foi aquilo que surgiu de Lula.⁵” (Silva, 2014).

Fazermos uma leitura conceitual de identidade docente requer cautela, uma vez ser necessário respeitarmos o tempo histórico, os personagens que atuaram, as conquistas e decepções; caberá entendermos também que, esse espaço temporal estudado reflete-se na própria postura do docente. Assim, tanto Nóvoa (1999) quanto Tardif (2002) para essa questão destacam:

“{.....} seria de esperar, pelo menos na ótica tradicional da Sociologia das profissões, que os professores, com um grupo social e categoria profissional procurassem se impor como uma das instâncias de definição e controle dos saberes efetivamente integrados à prática. {....} também seria de esperar que ocorresse certo conhecimento social positivo do papel desempenhado pelos professores no processo de formação-produção dos saberes sociais” (Tardif, 2002, p. 39-40).

Portanto, buscou-se suporte nas categorias – Sindicalismo, memória que estruturaram o presente estudo e que possibilitaram à consolidação dos fundamentos e redução de incertezas. Trabalhar o resgate da memória a partir de duas importantes instituições que atuaram em lados opostos é o início do percurso. Ou seja, (des) velar o papel do Estado frente a conduta docente durante a ditadura implantada no Brasil e próprio papel dos professores que mobilizavam a base da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco / APENOPE.

⁵ Professor Arundo Nunes da Silva. Entrevista concedida ao autor no dia 09 de junho, 2014.

Quando melhor analisado o contexto e suas especificidades, percebemos que as medidas adotadas no Brasil a partir de 1978 contra os docentes em muito se aproximam em semelhanças com as realizadas contra a mobilização dos professores portugueses em 1974. Em seu artigo “Sindicalismo docente reivindicativo ao sindicalismo reflexivo, em Portugal nos anos setenta e oitenta”, Tavares (2011) destaca que:

“Quando o regime do Estado Novo estava a dar os últimos suspiros, o chefe do governo afirmava, ainda, que Portugal estava orgulhosamente só! Todavia, é a partir do início dos anos setenta, com a Reforma Veiga Simão, que a educação ganha maior centralidade nos debates sobre a modernização do país” (Tavares. 2011, p.11).

Dessa forma, estando os professores lusitanos ainda sob vigilância, a tênue relação diante o Estado acabava por ser abalada, fato que logo levaria a uma (re) significação do “ser docente” frente estrutura de poder vigente em Portugal. Trazendo a discussão para a realidade brasileira, ao pensarmos o papel do Departamento de Ordem Política Social em Pernambuco (DOPS/PE), compreendemos aspectos relevantes e que marcaram todo um período em estudo, principalmente no momento que acreditava-se haver “conciliação” entre o Governo ditatorial instituído e a sociedade. Assim, o ano de 1979 foi marcado pelo aumento da política de distensão por parte do Estado, mas, segundo Pinsk & Luca (2011):

“Esse processo esteve cercado de contradições, como crescimento no número de desaparecidos políticos, entre os anos de 1974 e 1975. Só em 1974, de acordo com o livro Direito à Memória e à Verdade, há 61 registros de pessoas como mortas ou desaparecidas políticas no Brasil” (Pinsk & Luca, 2011, p.179).

No entanto, é fato que, mesmo havendo uma “negociação política” que buscava direcionar o país para uma representação democrática de direito, já a partir de 1974, os agentes do aparelho repressivo (DOPS/PE) continuavam a monitorar os professores e militantes da APENOPE, a montar dossiês e prontuários os dirigentes, numa ação se não repressiva, no mínimo de intimidação ainda mais reforçada. Assim, Ferreira (2011) ao analisar esse conturbado cenário destaca que:

“A partir de 1976, surgiram as primeiras manifestações do novo fenômeno que caracterizaria o movimento sindical do magistério nacional. Processou-se, no estado de São Paulo, a organização de duas tendências políticas da categoria de professores da escola pública de 1º e 2º grau: o Movimento pela União de Professores e o Movimento de Oposição Aberto de Professores.” (Ferreira, 2011, p. 51).

Os “anos de chumbo” (1968-1974) estariam “ultrapassados apenas no imaginário produzido por parte da imprensa que apoiava o regime de exceção, uma vez que sindicalistas

continuavam sendo perseguidos, muitas vezes preso em nome da Lei de Segurança Nacional e esses quando professores eram igualmente tratados como “terroristas”.⁶ Essa concepção acaba por reforçada principalmente quando confrontada à documentação sob a guarda do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (acervo DOPS), onde estão presentes comunicações que revelam informações trocadas entre autoridades (Governador e seus Secretários) e a interligação com a estrutura de repressão e vigilância do período (DOPS/PE). Num breve levantamento em busca de vestígio no acervo do Arquivo Estadual é possível encontrarmos como exemplo ações de vigilância do Estado frente à categoria docente, quando o então Secretário da Educação estadual escreve ao Governador Marco Maciel (1979/1982) destacando advertência recebida de vários diretores das unidades de ensino quanto ameaças de ações “terroristas” a serem praticadas durante os eventuais desfiles em comemoração ao dia da Independência (7 de setembro) pelas ruas da Zona Norte do Recife.

“[...] acusaram o recebimento de telefonemas de pessoas não identificadas, advertindo quanto ao risco de participação dos alunos daquelas unidades de ensino oficial no desfile oficial da Semana da Pátria.” (Acervo DOPS/ PE – Prontuário funcional 29.110 – Ofício nº 709 destinado ao Governado Marco Maciel enviado pelo Secretário de Educação do Estado de Pernambuco – 5/09/1980).

O Ofício enviado pelo Secretário ao mesmo tempo que alerta o gestor para um acontecimento grave que por ventura possa ocorrer evidencia a pronta reação do Estado diante qualquer uma outra movimentação existente no seio social. A existência desse documento no acervo policial demonstra a expressiva conexão política e a repressão em Pernambuco no momento em que trabalhadores buscavam mobilizar-se para lutar por seus direitos. Assim, Pedroso (2005) destaca a relação Aparelho repressivo e a mobilização dos movimentos sociais nos Estados de cunho autoritário:

“Na prática, entretanto, existe uma interligação íntima e inevitável, entre Política e estrutura policial, havendo momentos e circunstâncias em que ambas parecem “englobar-se”, compondo uma única força que não reconhece regras nem aceita limitações” (Pedroso, 2005. p.17).

Entendimento também reforçado por Skidmore (1988), quando destaca a tensa relação entre trabalhadores e governo durante o período do Presidente/ditador Garrastazu Médici (1968-1974) acabava por gerar situação semelhante:

⁶ Ver Prontuário funcional 29.110 acervo DOPS/ PE no Arquivo Público.

“As forças de segurança sob a ditadura de Médici contavam com medo para ajudá-las a descobrir e eliminar os inimigos internos do Brasil. A repressão atingiu especialmente os grupos que tentavam organizar as classes trabalhadoras. Os sindicatos, por exemplo, eram submetidos a controle draconiano” (Skidmore, 1988, p. 354).

Assim, é possível percebermos que a Associação de Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE) crescia em representação, pleiteando agora uma melhoria salarial, qualidade das condições de trabalho nas escolas e a valorização da profissão docente diante crise econômica que atingia a economia do país. Como também, tem à associação o papel de interligar junto as demais entidades presentes em mais 13 estados, anseios do conjunto de profissionais em educação que aos poucos se constituiria numa maior “identificação da classe”. Por outro lado, há aqueles que defendam não ter existido uma “identificação” por ter tido origem dentro da própria estrutura da associação “líderes” que apenas buscavam consolidar seus próprios projetos. Silva (2008) quando avalia o papel dos representantes sindicais “Pré-64” e o fortalecimento do “Novo sindicalismo”, afirma:

“Nestes discursos, a crítica ao sindicalismo praticado até então, principalmente ao modelo pré-64, é de que este seria desprovido de representatividade diante da classe trabalhadora, cupulista, partidariado, estatista e dominado por pelegos, estando em clara oposição ao “novo sindicalismo” (Silva, 2008 p.76).

Ao confrontarmos o discurso dos professores que participaram ativamente da consolidação da APENOPE (seus anseios, frustrações e realidade) frente à documentação levantadas, foi possível compreendermos os desafios reais de um período para o exercício da docência, como também a visão que o próprio governo possuía quanto o “poder-saber” de uma classe composta de “intelectuais transformadores” segundo leitura de Giroux (1997), bem como o risco de ampliar-se acesso ao conhecimento para o conjunto da sociedade. Acreditavam assim que, isolando os docentes frente ao conjunto da sociedade (muitas vezes desqualificando-os) estariam retardando uma (re) construção quanto conscientização e contestação da ordem política-econômica-social e principalmente sindical que ganhara força naquele período, não só no Brasil, mas em Portugal, como também em países da América latina, visão essa reforçada por Gindin & Melo (2011) ao destacar:

“Em vários países – e fundamentalmente no México e no Brasil, onde o ciclo de mobilizações começou em 1978 e 1979 respectivamente – era difícil encontrar antecedentes tão graves e tão radicais. Em países como Peru, Uruguai, Argentina, Bolívia e Chile, onde entre 1968 e 1975, tinham sido levadas adiante vigorosas experiências sindicais, a mobilização sindical foi retomada” (Gindin & Melo, 2011, p.267).

Para Nóvoa (1999), “Os anos 80 não foram fáceis para os professores portugueses, elevando dessa maneira, progressivamente os fatores do mal-estar profissional. Mais do que desprestigiada aos olhos da sociedade, a profissão docente tornou-se difícil de viver do interior”. Ideia compartilhada também por Tavares (2011) quando destaca que: “... a partir da década de 1980, colocaram o setor público no banco dos réus. Em nome da racionalidade econômica, instrumental e burocrática, os sindicatos, sobretudo os que estão enraizados no movimento operário, passam a ser considerados pelo patronato como força de bloqueio e obstáculo ao desenvolvimento” (2011, p.343).

Oliveira (2011), ao analisar a década de 1980 o cenário econômico e político (também internacional) relacionando-os ao contexto social que atingia principalmente os trabalhadores brasileiros, destaca que mesmo vinculados aos seus “sindicatos” os trabalhadores (entre eles os docentes) eram atingidos pela crise econômica e a postura conservadora da classe empresarial que até então avolumavam seus rendimentos. Assim observa ele, que o novo sindicalismo ganhava força em decorrência à pauperização da classe trabalhadora, bem como, resultante de uma reação ao estado de repressão vigente. Buscava-se desta forma, como o próprio autor destaca transitar o “Novo sindicalismo ao sindicato cidadão”. Procura assim, apresentar os dois cenários (externo e interno) para que possamos ter melhor visão das transformações até então ocorridas no movimento sindical.

“Os anos 80, marcado no país pela ascensão do projeto de um novo sindicalismo, contrastaram com o quadro internacional, aonde em geral o sindicalismo vinha sofrendo importantes revezes, ao defrontar-se com crescentes e significativas alterações na dinâmica econômica, social e política, especialmente trazidas com a globalização” (Oliveira, 2011, p.197).

Portanto, o cenário histórico do final dos anos de 1970 estava fortemente marcado por duas principais linhas de condução imagética: primeiramente a luta da sociedade civil contra o Estado repressor. Por outro lado, ganhava também força a necessidade do movimento de trabalhadores despertarem para uma nova forma de luta, ou seja, uma postura sindical diferenciada ao que era aplicada até o momento pelos dirigentes que da APENOPE. Em decorrência de uma maior mobilização dos trabalhadores da base da associação e adoção de uma postura mais autônoma em relação à presidência da entidade nascia um “Novo sindicalismo” em Pernambuco. Compreender o espaço entre a história e a memória dos docentes partícipes do Novo sindicalismo, consistiu reconstituirmos o papel social de uma categoria que procura ainda hoje conquistar “imagem própria”, um processo que tem início mais intensamente durante um

período marcado pelo forte controle social, político-ideológico que vigorou entre os anos de 1979 a 1982.

Dar voz às narrativas dos docentes dentro dos movimentos sindicais não consiste numa postura da maioria dos teóricos, correndo-se assim o risco que importantes passagens não sedimentadas pela história oficial ou (des) construída pelos vencedores sejam perdidas com o tempo. Portanto, inúmeros teóricos abordaram a categoria memória e assim serviram de suporte para aprofundamento do presente estudo, por sua vez, voltado não apenas para o campo da História, mas, principalmente da Ciência da Educação. Dentre os vários teóricos abordados cabe também aqui destaque para Jacques Le Goff (1991), Halbwachs (2006), Ecléa Bosi (1998), De Decca (2004).

Le Goff (1991) “El orden de La memoria” percorre o conceito de tempo, ordem e memória partindo de um percurso histórico-social. A concepção de memória é apresentada a partir da compreensão do contexto histórico das relações sociais, interpretação que tem por referencial as “primeiras” sociedades ágrafas, transpassando a antiguidade Clássica, o Medievo, à Modernidade e por ponto final o forte impacto com as mobilizações das classes trabalhadores (associações e sindicatos) vigentes nos dias atuais.

Bosi (1998), em trabalho intitulado Memória e sociedade: Lembranças de velhos, revela a importância de valorização da memória como um caminho para revocarmos fatos que muitas vezes a própria sociedade e até mesmo os grupos detentores do poder político viam como desnecessários e relegaram ao esquecimento. Assim, aqueles que para a história oficial são apenas personagens menores do tempo histórico, (re) criam um contexto pouco conhecido ou “forçadamente sepultado no tempo-social”. Quando valoriza a memória quanto conhecimento capaz de trazer novos fatos, Bosi (1998) também reconhece as limitações existentes, destacando principalmente que:

“Suas memórias contadas foram transcritas de tal modo como colhidas no fluxo de sua voz. E eles encontraram também os limites de seu corpo. Quando a memória amadurece e se extravasa lúcida, é através de um corpo alquebrado: dedos trêmulos, espinha torta, coração acelerado, dentes falhos, urina solta, a cegueira, a ânsia, a surdez, as cicatrizes, a íris apagada, as lágrimas incoercíveis. Se as lembranças às vezes afloram o emergem, quase sempre é uma tarefa, uma paciente reconstituição” (Bosi, 1998, p.38-39).

Assim, tanto Le Goff (1991) quanto Bosi (1998) reforçam a importância da investigação a partir do resgate da memória dos oradores durante as entrevistas, dando ênfase à memória coletiva e a não apropriação da mesma por pequenos grupos que detenha principalmente o

controle econômico quanto político do Estado. Portanto, Bosi (1998) reforça bem essa realidade ao afirmar que:

“A degradação senil começa prematuramente com a degradação da pessoa que trabalha. Esta sociedade pragmática não desvaloriza apenas o operário, mas todo trabalhador; o médico, o professor, o esportista, o ator, o jornalista” (Le Goff, 1998, p.21).

Também quando pensada, essa não “apropriação da memória” por pequenos grupos detentor de qualquer tipo de poder De Decca (2004, p. 75), ao analisar a questão sobre o movimento da Revolução de 1930 destaca que “Como discurso do exercício de poder, revolução de trinta oculta o percurso das classes sociais em conflito não apenas anulando a existência de determinados agentes, mas, principalmente, definindo enfaticamente o lugar da história para todos os agentes sociais.

Assim, História da Educação no Brasil apresenta em seu percurso vários descompassos seja de leitura ou mesmo entendimento, fator esse que de alguma maneira inviabiliza uma compreensão mais contextualizada do papel desempenhado pelo Estado, via seus respectivos aparelhos de controle. Ou seja, o aparelho ideológico e o próprio aparelho repressivo. Como também, das posturas adotadas pelas entidades de representação dos docentes muitas vezes conflitantes aos interesses da própria classe.

No entanto, como identificar o discurso que melhor sedimenta as narrativas dos professores no período que correspondeu à vigência do regime civil-militar no Brasil? No caso especial em Pernambuco, quais ações se fizeram presentes quando confrontados interesses do Governo e o papel das associações docentes? O Estado e as entidades docentes tiveram seus discursos pautados no uso da força imagética (De Paula, 1999), ação que buscou levar ao público um cotidiano muitas vezes que não se fazia real, porém, havia a necessidade de constituí-lo enquanto representação de uma realidade.

Para um melhor entendimento quanto à organização associativa ou mesmo sindical (docente) no Brasil, principalmente na segunda metade do século XX, é necessário identificarmos as principais ações que foram desenvolvidas no âmbito dos Estados pelas entidades de representação docente e suas conexões como os governos estaduais e seus órgãos de vigilância e repressão, no caso específico, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS); Fator importante também devido singularidade do sistema de ensino predominante no período de exceção no país. Lugli & Vicentini destacam que:

“No caso brasileiro, qualquer tentativa de reconstruir a história do movimento docente deve considerar antes de qualquer coisa que, as iniciativas nesse sentido tem se desenvolvido, sobretudo, em nível estadual devido ao caráter descentralizado do nosso sistema de ensino” (Lugli & Vicentini, 2009, p.96).

Essa atuação das entidades sindicais em prol dos trabalhadores manteve um caráter de mobilização localizado ainda na década de 1960, mesmo após a criação da Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), ação que posteriormente, daria origem a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Ainda nesse aspecto, Cruz (2008) apresenta o percurso histórico e fatores determinantes principalmente para ocorrência das primeiras mobilizações docentes no país. Afirma que, para entendermos com mais precisão o exato momento em que as categorias de profissionais, dentre as quais, dos docentes se articularam em grupos associativos, faz-se necessário a compreensão de outros importantes fatores. Segundo ela:

“O final da década de 1950 e início da década de 1960 foram caracterizados por muitas iniciativas populares. A categoria povo passa a ser considerada e incluída nas políticas públicas. Vários movimentos foram organizados nesse sentido, como, o Movimento de Educação de Base (MEB), Centros Populares de Cultura (CPC), o famoso e revolucionário método de alfabetização de adultos, criado por Paulo Freire, e que em 40 horas consegue ensinar a ler e escrever, tendo como base o letramento e a conscientização do indivíduo. Estavam dadas as condições para o surgimento das organizações associativas dos professores e professoras do estado de São Paulo” (Cruz, 2008, p.59).

Quando investigadas as primeiras mobilizações do professorado no Brasil podemos inicialmente reportar ao expressivo movimento grevista ocorrido ainda em 1963 no Estado de São Paulo, ação que veio consolidar a imagem dos profissionais em educação como pessoas que precisavam não apenas receber melhor remuneração, mas acima de tudo se mostrarem disciplinados.

Em 15 de outubro de 1963 ocorria em São Paulo, a primeira greve geral do magistério público, mobilização deflagrada após uma negociação que durou dez meses junto ao gabinete do Governador Adhemar de Barros. Assim, à ação coletiva dos docentes durou uma semana e conquistou um acréscimo na remuneração de 60% nos proventos dos professores do Ensino Primário, mas o resultado de toda aquela luta não agradou aos professores do Ensino Secundário.

Em 1978, uma nova mobilização foi deflagrada na capital paulista. Na greve iniciada em agosto, os docentes pleiteavam além dos 27% de reajuste salarial, uma reforma no Estatuto do Magistério, como também vários outros direitos trabalhistas que posteriormente serviriam de bandeira de luta aos demais movimentos grevistas espalhados pelo país. Quando pensado

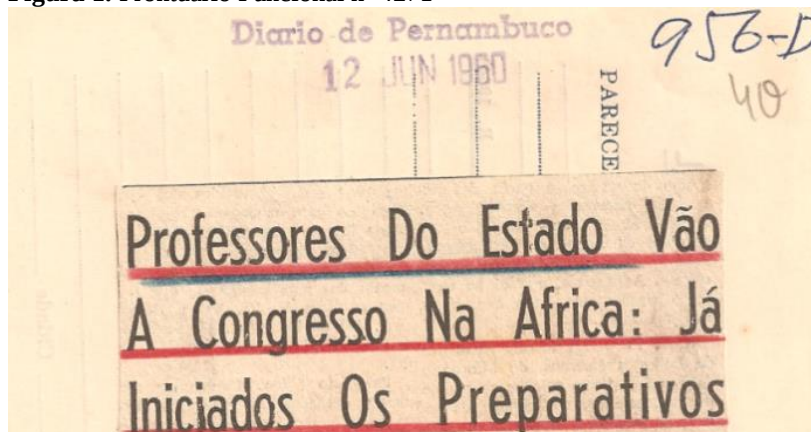
paralelamente, esse novo modelo de “professor proletário” exposto pela mídia Lugli & Vicentini (2009) destaca:

“O processo de proletarização do magistério e a degradação salarial chegaram a ser representado visualmente na greve de 1978, mediante reprodução de seis comprovantes de pagamento que, dispostos um em seguida do outro, formavam um quadro da remuneração dos professores em diferentes situações funcionais” (Lugli & Vicentini, 2009, p.202).

Por sua vez, nas greves ocorridas entre os anos de 1978 e 1979 em São Paulo aquela categoria atuaria de uma maneira mais contundente frente à ordem estabelecida. Os docentes apresentavam-se naquele momento como trabalhadores da Educação e posicionavam o Estado brasileiro como patrão, deixando nítida a dicotomia entre a prática da política partidária das atividades associativas representativas. Lugli & Vicentini ao apresentar a mobilização dos docentes em SP enfatiza que:

“O grupo responsável por esta mobilização assumiu a diretoria da entidade, fazendo com que ela se posicionasse politicamente à esquerda, aproximando-se do movimento operário e contribuindo para uma nova imagem da docência que passou a predominar no processo de organização dos professores: não se tratava mais do profissional que lutava de forma disciplinada e ordeira por uma remuneração condigna, mas sim do trabalhador politizado que se insurgiu contra as práticas associativas do magistério, bem como contra as formas de contratação temporária e os salários miseráveis pagos pelo Estado” (Lugli & Vicentini, 2009, p.190).

Figura 1. Prontuário Funcional nº 4271

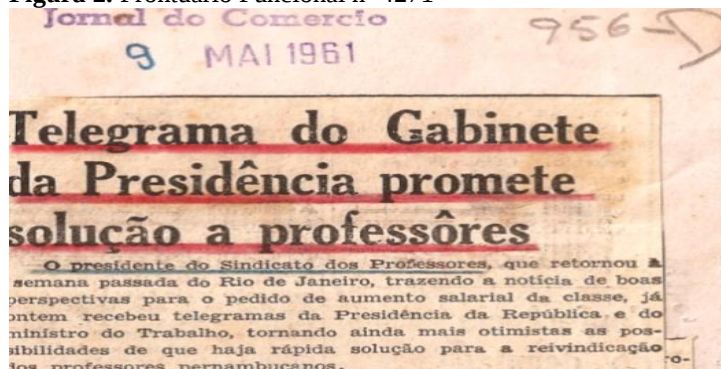


Fonte: Acervo DOPS/ APEJE - Prontuário Funcional nº 4271, 1960. Sindicato dos Professores do Ensino Secundário de PE.

Dessa forma, mesmo antes da deflagração da greve no ensino público de 1979 em Pernambuco sob coordenação dos professores da base da APENOPE, a grande mídia local já divulgava o que ocorria no Sudeste enquanto mobilizações e assim (re) construía o discurso que logo influenciaria na mudança de postura dos docentes locais. Fato determinado também pela

intensa interação entre os representantes das associações (RJ, CE, SP e PE) e a participação de seus associados nos vários Congressos, como também, em negociações na Capital Federal junto às autoridades ministeriais, assembleias realizadas em vários Estados brasileiros e até mesmo no exterior (Fig.1).

Figura 2. Prontuário Funcional nº 4271



Fonte: Acervo DOPS/ APEJE – “Telegrama do Gabinete da presidência promete solução a professôres”- Prontuário Funcional nº 4271, 1961. Sindicato dos Professores do Ensino Secundário de PE.

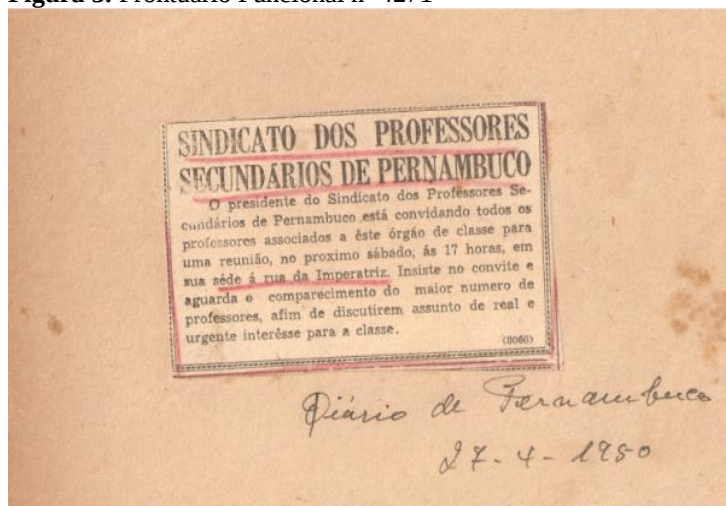
Como exemplo desse controle exercido pelo Estado, no período de 1963 a 1969, enquanto que fortes mobilizações ocorriam em várias outras federações, quase nenhum reflexo se fazia sentir em Pernambuco e quando da ocorrência, uma boa parcela das demandas eram definidas em reuniões junto aos Tribunais do Trabalho (TRT) na Capital Federal, em reuniões entre representantes do Ministério da Educação (MEC), professores e donos de escolas locais, tudo isso devidamente monitorados pelos agentes da repressão, sob a coordenação da Secretaria da Segurança Pública de Pernambuco / SSP/PE (Fig. 2).

Por outro lado, quando havia notícia de uma possível ação mais intensa por parte da classe docente pernambucana (setor Privado ou Público) uma rápida atuação era definida por representantes do Estado via órgãos de imprensa que procuravam estampar manchetes que serviam por atenuar qualquer sinal de mobilização no ambiente escolar, o que despertaria assim “o medo” nos demais componentes da classe. Esse sentimento Magalhães (2008) identifica ao analisar a estrutura na sociedade da primeira metade do século XX durante o Estado Novo, cenário que muito se aproximava da realidade social vivenciada durante a vigência da segunda ditadura implantada no Brasil. Portanto, para Magalhães:

“O medo de pensar diferente, o medo de conversar, o medo de ler, o medo de ser. O medo da desordem e da ordem, o medo da morte. Todos esses medos – e que se misturavam entre si – tiveram lugar no dia-dia do cidadão, do trabalhador das fábricas, do sindicalista, do jornalista, do ativista político do empresário ou mesmo do “analfabeto político” que vivenciaram o primeiro governo de Getúlio Vargas” (Magalhães, 2008, p. 23).

Ao analisarmos o conjunto documental do DOPS/PE presente no Arquivo Público Estadual, é possível conhecermos como os agentes acompanhavam as mobilizações das entidades estudantis e das associações docentes, mesmo anterior, ao Golpe deflagrado em 31 de março de 1964. Esse trabalho dos agentes da repressão do Estado é analisado por Silva (2014, p.129) ao destacar que “A rede de informações estabelecidas na ditadura Vargas transforma-se durante o regime civil-militar de 1964. Ela é reestruturada e reordenada para atender novas demandas”. Encontram-se no APEJE os prontuários da Associação dos Professores dos Estabelecimentos Primários e Secundários (1946); da Associação dos Estudantes do Colégio Estadual (1958/59); do Sindicato dos Professores do Ensino Secundário de Pernambuco, o prontuário da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco - APENOPE (1976/1982) entre vários outros de significativa importância para um melhor entendimento tanto do associativismo docente quanto outras questões que venham abordar a repressão e as narrativas de docente em Pernambuco da segunda metade do século XX. Também, o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário registra acervo DOPS/PE um prontuário policial (1950 a 1987), o que mostra tido aquela entidade de classe merecido um rigoroso acompanhamento sistemático da repressão do Estado.

Figura 3. Prontuário Funcional nº 4271



Fonte: Acervo DOPS/ APEJE - Prontuário Funcional nº 4271, 1950. Sindicato dos Professores do Ensino Secundário de PE.

A partir da análise do acervo montado pelo DOPS/PE foi possível fazermos um resgate da mobilização docente deflagrada em Pernambuco entre as décadas de 1950 e 1960. Quando buscamos fazer uma análise dessa documentação, constatamos que a vigilância policial se fazia presente não apenas junto aos professores que assumiram o movimento grevista, bem como, todo aquele que colocasse em pauta problemas que afetavam o conjunto da categoria docente e o descaso do governo para solucionar as questões (Fig. 3/4).

Figura 4. Prontuário Funcional nº 4271



Fonte: Acervo DOPS/ APEJE – “Greve geral de advertência dos Professores Secundários” - Prontuário Funcional nº 4271, 1956.

Da mesma forma, não eram apenas as entidades que estavam sob vigilância da DOPS/PE, há registro no relatório datado de 23/03/1959 em que um agente da Secretaria da Segurança Pública de Pernambuco (SSP/PE) faz o seguinte registro: “Passo a informar a V.S. para os devidos fins que, apurei no serviço acima, na localização do Sindicato dos Professores, juntamente com diretores” (Prontuário Funcional nº 4271, 1959.). Portanto, constatamos que toda movimentação dos docentes dentro dos sindicatos eram monitoradas por policiais e muitas vezes com apoio de professores ou mesmo diretores das entidades. Assim, aqueles “homens da lei” buscavam a partir das incursões nos espaços de reuniões dos associados não apenas relatar (a) normalidades das reuniões, mais principalmente o viés ideológico das lideranças presentes, atitude que Silva (2014, p.180) avalia como resultado de uma mentalidade enraizada nos órgãos de repressão. Segundo ela: “Para os agentes do DOPS, a suspeição era a primeira arma para o estabelecimento de uma vigilância preventiva da sociedade” (Fig. 5).

Assim, diante do relato do investigador “*in locus*”, a verdade era a sua percepção somada ao peso ideológico que ele carregava ao vivenciar a sua tarefa de combater o inimigo subversivo. Dessa forma, aqueles agentes acabavam muitas vezes por apresentar a sua resposta no mínimo “duvidosa” para uma investigação, ao confundir as questões educacionais discutidas pelas

lideranças com a ideia de “defesa contra o fantasma comunista” que ainda assolava aqueles que faziam a segurança do Estado. No terceiro parágrafo do informe o investigador nº 09 ainda destaca que:

“No serviço em tela, referente à ideologia política da diretoria acima mencionada, apurei digno de registro para esta especializada, o seguinte: O professor Augusto Coimbra Pinto, ser pernambucano natural da cidade de Garanhuns, casado, residente na Rua Conde de Irajá, 315 na Torre, exercendo a sua profissão em diversos colégios desta cidade, entre eles, o colégio Carneiro Leão, foi o principal orientador da greve” (Acervo DOPS/ APEJE -Prontuário Funcional nº 4271, 1959. Relatório Sindicância do Sindicato dos Professores do Ensino Secundário de PE).

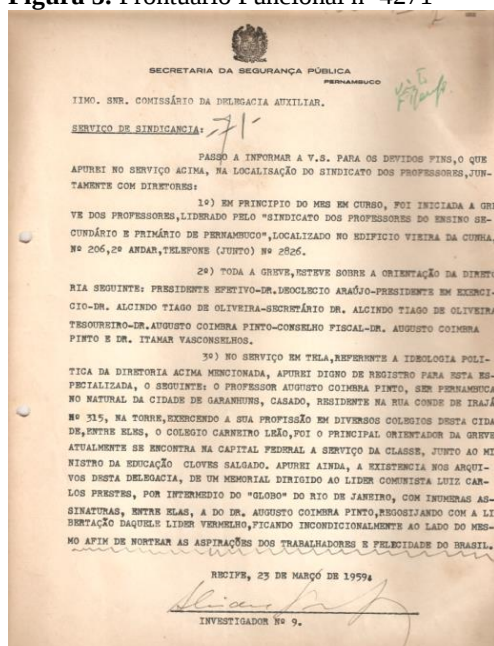
Quando o esperado era, que o investigador focasse toda atenção para relatar o papel do professor na deflagração do movimento grevista, o policial centraliza a investigação exatamente na discussão quanto à ideologia política e simpatia comunista do professor. No entanto, essa mesma prática é encontrada em outro documento sob a guarda do DOPS/PE. No registro é possível identificarmos a atuação do Estado, via aparelho repressivo, identificando e atribuindo uma “identidade de subversivo” a componentes da classe docente pernambucana. Nesse contexto, segundo Cruz (2008) o que se praticava no curso da ditadura de 1964 já era uma realidade principalmente nas décadas de 1930 e 1940. Afirma a autora:

“O governo Getúlio Vargas editou um decreto (19.770 – 19/03/1931) Com normas para funcionamento das entidades sindicais. Logo a seguir, no dia 31 de maio de 1931, foi fundado, no Rio de Janeiro, então capital do país, o primeiro sindicato de professores no Brasil: Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal. Com tudo isso, esse sindicato sofreria grandes retaliações, passando a ser considerado como sindicato comunista” (Cruz, 2008, p. 4).

Assim, o investigador (nº 9) que assina o serviço de sindicância, ao ampliar apresentação do seu relatório para sua chefia direta da Secretaria da Segurança Pública de Pernambuco (SSP/PE) conclui com bastante segurança: (fig. 5).

“Apurei ainda, a existência nos arquivos desta delegacia, de um Memorial dirigido ao líder comunista Luiz Carlos Prestes, por intermédio do “Globo” do Rio de Janeiro, com inúmeras assinaturas, entre elas a do Dr. Augusto Coimbra Pinto, regozijando com a libertação daquele líder vermelho, ficando incondicionalmente ao lado do mesmo a fim de mostrar as aspirações dos trabalhadores e felicidade do Brasil” (Acervo DOPS/ APEJE - Prontuário Funcional nº 4271, 1959).

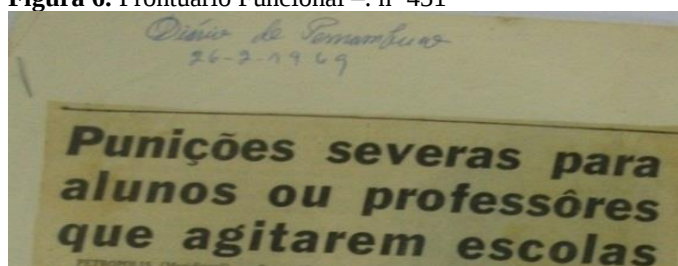
Figura 5. Prontuário Funcional nº 4271



Fonte: Acervo DOPS/ APEJE - Prontuário Funcional nº 4271, 1959. (Sindicato dos Professores do Ensino Secundário de PE).

Mesmo o Brasil vivenciando outro contexto político, antigos medos e vícios permaneceram no imaginário coletivo e atrelado a estrutura de poder, que por sinal praticamente nada teve desmontado do aparato herdado do estadonovismo varguista. Para Resende (2015, p.55) o cenário da década de 1960 era sombrio, uma vez “Com o Golpe civil-militar, em 1964, os militares empreenderam a organização de um complexo aparato de segurança e informações que vigiava e reprimia os movimentos e/ou indivíduos que fizessem oposição a ordem estabelecida”.

Figura 6. Prontuário Funcional –. nº 431



Fonte: Acervo DOPS/APEJE, Prontuário Funcional –. nº 431, 26/02/1969.

Dessa forma, quando transportada a leitura para a realidade de Pernambuco e confrontada com o acervo documental acumulado pelo DOPS/PE durante a movimentação das lideranças docentes, percebemos haver uma aproximação com a ideia exposta pelo investigador. Como reforço à questão levantada, destacamos a manchete publicada no Diário de Pernambuco no dia 26-02-1969, periódico em circulação mais antigo da América Latina e de intensa

influência na sociedade: “Punição severa para os alunos e professores que agitarem escolas” (Fig. 6).

A matéria apresenta duas funções na estrutura de comunicação: a manchete ao mesmo tempo em que trazia para a sociedade o impacto das medidas impostas pelo governo ditatorial do Presidente Garrastazu Médici, acabava por revisitar no imaginário coletivo a ideia de uma não tolerância para qualquer mobilização reivindicativa dentro do ambiente escolar. Dessa forma, a medida acabava por legitimar a manutenção de um “autoritarismo”, que deixava os quartéis e naquele momento atingiam unidades escolares, como também caracterizava o ato educativo um processo meramente condicionador do caráter, do corpo e da consciência. O que para Silva (2014) a mensagem divulgada ainda visava:

“Coibir as iniciativas que pudessem atrair a atenção da sociedade para os aspectos contraditórios do regime, muitas vezes ações que extrapolavam o âmbito da censura propriamente dita, vendo-se demonstrações de força por parte dos órgãos de segurança para coagir, amedrontar, ameaçar, amordaçar e silenciar” (Silva, 2014, p.87).

Ainda no corpo do documento (fig.6), há registro em que evidencia o discurso da repressão que de alguma maneira serviria para retardar o próprio fortalecimento e difusão da luta organizada dentro das estruturas associativistas de classe. Assim, o Prontuário montado pelos agentes do DOPS/PE destaca:

“O Processo sumário será realizado por funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino designado pelo seu dirigente, que procederá a diligência conveniente e citará o infrator para, no prazo de 48 horas, apresentar defesa; se houver mais de um infrator, o prazo será comum e de 96 horas” (Acervo DOPS/APEJE – PE, Prontuário Funcional nº 431).

Importante percebermos que, mesmo anterior ao fortalecimento do “Novo Sindicalismo docente” em Pernambuco, marcado por ações mais reivindicativas, o próprio Estado buscou na estrutura das associações e sindicatos a cooperação de dirigentes ou mesmo de alguns docentes visando enfraquecer ou fomentar o medo no conjunto da classe apenopista.

Por outro lado, não era apenas a partir das notas publicadas na grande mídia que os professores buscavam acompanhar o que estava ocorrendo junto à categoria ou mesmo seus direitos frente ao Estado. No período os docentes locais (inicialmente da Capital) recebiam um periódico bimestral impresso pela própria associação que os representava. O Jornal da Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco (APEMOPE) foi lançado inicialmente no formato de Boletim informativo (1967), passando após quatro anos de circulação para logo ser denominado Boletim da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco

(APENOPE) e só a partir de 1971 circulou no modelo de Jornal do Professor. Apesar de ser uma publicação exclusiva voltada à defesa dos interesses da classe docente, ao longo do tempo que antecedeu o movimento grevista de 1979, apresentava aquela associação uma posição até mesmo conciliadora e muito próxima ao governo.

Por sua vez, o periódico Apenopista, no curso de sua publicação foi um importante veículo de comunicação, por muitas vezes apresentar para a sociedade e até mesmo para o Governo instituído, as principais necessidades e críticas levantadas pelo conjunto da classe trabalhadores da educação, porém sempre de maneira bastante superficial e que não viesse a desconstruir a postura de “fidelidade”, por parte da direção da associação junto ao gestor público.

Assim, por várias vezes o teor das matérias eram construídos de maneira bastante sutis ou mesmo “pelega”⁷, fato assim visível, por exemplo, na publicação em que registrava a posse do presidente da entidade, um cenário momento em que o diretor da ainda APEMOPE é fotografado durante a solenidade ao lado do Secretário de Educação e Cultura de Pernambuco que tinha como principal objetivo legitimar o aval do governo junto à entidade (fig. 7).

⁷ O termo pelego foi popularizado durante a era Vargas, nos anos 1930. Imitando a Carta Del Lavoro, do fascista italiano Mussolini, Getúlio decretou a Lei de Sindicalização em 1931, submetendo os estatutos dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. Pelego era o líder sindical de confiança do governo que garantia o atrelamento da entidade ao Estado. Décadas depois, o termo voltou à tona com a ditadura militar. "Pelego" passou a ser o dirigente sindical indicado pelos militares, sendo o representante máximo do chamado "sindicalismo marrom". A palavra que antigamente designava a pele ou o pano que amaciava o contato entre o cavaleiro e a sela virou sinônimo de traidor dos trabalhadores e aliado do governo e dos patrões. Disponível em <http://www.dicionarioinformal.com.br/pelego/>. Acessada em 07/06/2015.

Figura 7. Jornal do Professor (APEMOPE- 1971)



Fonte: Acervo Hemeroteca /APEJE. APEMOPE (Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco). Agosto, ano I, nº1, p. 01, 1971.

Outro aspecto a destacar, é que ao analisarmos as matérias publicadas no Jornal da APEMOPE podemos perceber certas contradições, seja nos textos escritos pelos colaboradores ou mesmo a postura do grupo que dirigia a associação, onde, no primeiro fascículo, é possível identificarmos um breve indicativo do papel assumido pela entidade junto ao Estado. Ao publicar o teor do Ofício nº 71/78 enviado pelo presidente da APEMOPE ao Governador Eraldo Gueiros Leite, em que solicitava que o Estado disponibilizasse uma sala para que os membros da associação mantivessem atividades próximas ao centro da cidade, o autor utiliza como justificativa a posição de apoio por parte da entidade desde a sua fundação em 1967 junto aos gestores públicos do Estado, medida coordenada na figura de seu maior dirigente. Cita o texto reproduzido no Jornal do Professor que:

Nós que fazemos a Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco levamos ao conhecimento de Vossa Excelência, que há 4 anos fundamos esta entidade no sentido de colaborar no que for possível com o Governo do Estado na resolução dos problemas do professorado Oficial de Pernambuco.

E conclui:

Se nosso objetivo é realmente construir, como se pode averiguar, gostaríamos que o govêrno de Vossa Excelência nos ajude nesta difícil tarefa doando à Entidade de classe uma sala que venha servir para realização de outros cursos para os professores. Reafirmamos, nesta oportunidade, o propósito de elevar, cada vez mais alto os princípios cristãos e democráticos de nossa Pátria” (Jornal do Professor, APEMOPE, Agosto, ano I, nº1, p. 1/2, 1971).

Para essa questão Pinheiro (1992) ao analisar o papel das associações ou mesmo dos sindicatos no período correspondente ao Estado Novo Vargasistas (1937/1945) busca explicar o que motivava em alguns momentos representantes daquelas entidades estarem tão próximas aos desígnios do governo. Segundo ele na década de 1930:

“As associações que ainda funcionam têm, ou pretendem ter, um caráter beneficente. É evidente que grande número de sindicatos assumem essa característica e se empenham para mantê-la o mais possível, para melhor poder retomar sua atividade quando a vida normal for reestabelecida” (Pinheiro, 1992, p.116).

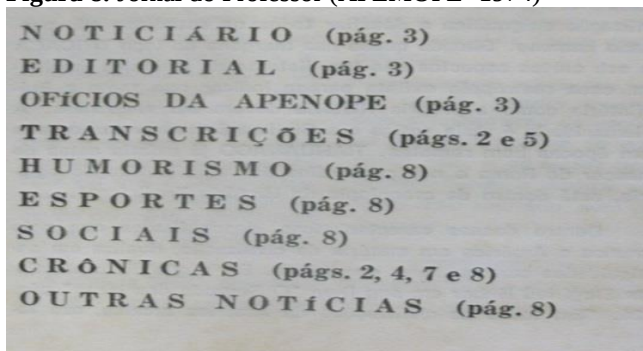
No entanto, no caso da APENOPE, associação criada em 1967, em plena vigência do regime de exceção, aqueles mesmos dirigentes que pregavam lutar por melhores condições de trabalho buscavam internamente aproximar-se dos gestores públicos como um mecanismo para manter-se no controle do movimento docente. Assim, a maneira como os diretores da APENOPE articulavam a permanência no poder da entidade estava muito próxima do contexto que marcara a posse dos governadores biônicos impostos pelos Presidentes-generais pós 1964. Essa postura, segundo Boito Jr., pode ser explicada pelo fato que:

“O sindicalismo brasileiro funcionou, o longo do período de estabilidade da ditadura militar (1968-1978) como um sindicalismo de governo. Isto é, ademais de se encontrar integrada ao Estado graças as suas características estruturais, o sindicalismo esteve sob controle direto e estrito dos sucessivos governos militares. A grande maioria das diretorias dos sindicatos oficiais era pelega, isto é, governistas” (Boito Jr., 1991, p.46).

Ao analisarmos a estrutura dos primeiros números impressos (agosto/setembro de 1971 a abril/maio 1978) podemos destacar do conjunto o seguinte padrão (Fig. 8):

Na primeira página ganha destaque na abertura um artigo especial, espaço reservado para a mensagem do presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE); do presidente do Sindicato dos Professores de Pernambuco (SINPRO-PE) ou mesmo intelectuais que desejasse apresentar propostas, defender a categoria ou mesmo fundamentar a relevância do papel do professor para o conjunto da sociedade, bem como, o alinhamento da direção representativa frente à ordem vigente.

Figura 8. Jornal do Professor (APEMOPE- 1974)



Fonte: Acervo APEJE – Hemeroteca. Jornal do Professor (APENOPE). Junho, ano III, nº 6, p. 01, 1974.

Segue ainda na primeira página com os textos, entrevistas dirigidas aos professores, notícia destacando o andamento das negociações entre os dos membros da associação e o Governo, com destaques para as reivindicações por parte da categoria, problemas enfrentados pelos professores em sala de aula e realizações feitas pelo Poder Executivo visando atender interesses da classe.

Na segunda página do Jornal do Professor ganhava espaço além do Editorial, toda a divulgação de eventos comemorativos (oficiais ou recreativos) de interesse da categoria; um quadro indicativo da estrutura administrativa da associação; a comunicação de encaminhamento de ofícios e atuação de lideranças da associação junto a outras esferas do Poder Público (Federal Estadual ou Municipal).

Na terceira página é aberto o espaço para entrevistas (com gestores públicos, especialistas educacionais ou professores renomados) bem como informes gerais. Ainda na mesma pagina o professorado recebia um enfoque especial, onde no quadro “O que o professor deve saber”, dava-se dimensão a opinião dos docentes, servindo muitas vezes para instruir os demais trabalhadores da educação com informações mais detalhadas repassadas pelo governo, divulgar opiniões dos especialistas para atuação do docente em sala e compreensão quanto o seu papel dentro da estrutura do Estado. Também é possível identificarmos um espaço voltado para propaganda (espaço pago à associação), ponto esse reservado para divulgação de serviços oferecidos por empresas privadas que desempenhavam atividades das quais o público alvo eram os professores e demais trabalhadores da Educação.

A quarta e última página do Jornal da APENOPE estava reservada para publicação de artigos e textos, muitos deles escritos por professores voltados à apresentar o cotidiano dos docentes e o processo educacional. Ganhava valor também o “espaço literário” voltado para divulgação de textos escritos por docentes da rede de ensino. Importante destacarmos que a

diagramação do Jornal do Professor da APENOPE era em papel preto e branco e impressão frente e verso. No mesmo tempo, no transcorrer do período de suas publicações, o periódico passou por adequações que atenderiam a realidade histórico-político-social pela qual passava o país.

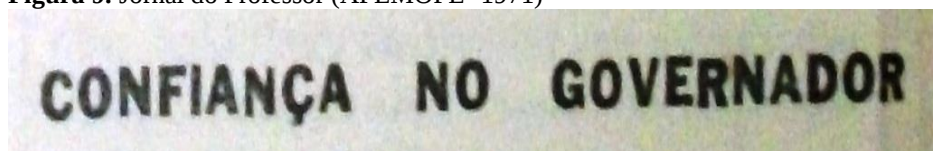
Entre os anos 1971 a 1978, o conjunto das edições do Jornal do Professor, evidenciava uma contradição de postura adotada, uma vez que, se por um lado percebia-se na base uma oposição mais sistemática ao poder instituído e que atuava para fortalecer a classe frente à sociedade, por outro, em diversos artigos e matérias no período em debate as lideranças “apenopistas” adotavam um discurso, se não de adesão, no mínimo de aproximação e aceitação a postura vigilante do Estado frente à mobilização docente.

Para confirmar essa postura podemos ainda retomar ao primeiro número publicado em 1971 onde identificamos a forte ligação ideológica entre os componentes da Mesa Diretora da APENOPE e o governo que representava o regime repressor até então. Assim, sob o título “Semana da Pátria”, o Jornal do Professor do mês agosto trazia o discurso da ordem, muitas vezes exposto de forma explícita. Cita o trecho:

“A APEMOPE congratula-se com as autoridades governamentais pelas festividades programadas em comemoração ao Sete de Setembro. Solicitamos aos colegas professores que colaborem não deixando de comparecer as solenidades programadas pelas autoridades civis e militares” (Jornal do Professor, APEMOPE, Agosto, ano I, nº1, 1971).

Ainda no mesmo fascículo de 1971 (Fig.7) o texto transparece uma forma mais contundente a proposta daqueles que estavam à frente do Jornal, mas ao mesmo tempo deixa uma percepção de ser um discurso “cauteloso” cujo principal objetivo não é apenas conquistar benefícios para a categoria já bastante desprestigiada. Essa dúvida, no entanto evidencia afirmação de Orlandi, que cita: “As palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós”. (Orlandi, 2000, p. 20).

Figura 9. Jornal do Professor (APEMOPE- 1971)



Fonte: “Confiança no Governador” Acervo APEJE – HEMEROTECA. - Jornal do Professor (APENOPE). Agosto, ano II, nº2, p. 02, 1971.

A nota que circulou no impresso da APENOPE datado de agosto de 1971 segue na mesma linha de conduta uma vez que procura evidenciar o sentido ordeiro da categoria e ao mesmo tempo denuncia o nível de pauperização que a classe fora atingida. Segundo o texto:

“... a Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco faz público a sua confiança no espírito de justiça do Governador Eraldo Gueiros Leite, demonstrado desde o primeiro momento em que sua Excia, Assumiu a chefia do Executivo estadual o professor do Ensino Médio tem sido um sacrificado, ganhando salário tão irrisório que não basta para viver condignamente, nem tão pouco preparar-se convenientemente para o exercício da sua difícil e nobre missão” (Jornal do Professor, APEMOPE, Agosto, ano I, nº1, pg. 02, 1971).

Em outro texto publicado no Caderno (página 2) sob o título “Confiança no Governador” (fig. 9), ao mesmo tempo em que ressaltava a mobilização do funcionalismo público diante da gestão do Governador Eraldo Gueiros Leite cobrando melhorias, reforça a participação ordeira e de apoio ao Governo por parte da categoria dos professores do Ensino Médio da Rede oficial.

Outro exemplo, temos no fascículo publicado no mês de agosto de 1973, na entrevista do presidente da entidade Leônidas Fernandes ao Jornal da Associação dos Professores do Ensino Médio de Pernambuco (APEMOPE) em que destacava o trabalho desenvolvido ao final da sua gestão e o planejamento para o ano seguinte. Segundo ele, quando perguntado sobre os principais feitos, assim afirmava – “Aumentamos consideravelmente o número de sócios. Bastante salientar que passou de 500 para 1.500. Compramos uma casa por Cr\$ 70.000,00 que vem servindo principalmente ao professorado do interior”.

Pelas palavras do professor Leônidas Fernandes, ficava claro que as conquistas direcionadas não abrangiam necessariamente a questão melhorias das condições de trabalho da classe ou mesmo mobilização diante da situação imposta pelo Estado. O discurso do dirigente apontava:

“Fundamos quase vinte Sucursais no interior, através das quais nosso trabalho assistencial aos sócios daquelas localidades. Ainda em benefício do professorado formamos convênio com a SOMEK e SAMED pelos quais oferecemos assistência Médico-dentária-hospitalar com serviços bem melhores que do IPSEP” (Jornal do Professor, APEMOPE, Agosto, ano I, nº1, pg. 01, 1973).

No entanto, as Sucursais montadas no interior do Estado e citadas pelo presidente atenderam num primeiro instante o desejo do grupo que dirigia à associação em aumentar a influência da entidade e angariar mais recursos financeiros. Como também, o atendimento médico oferecido estaria condicionado à adesão do docente a entidade para só então ser beneficiado como usuário do Plano conveniado; por outro lado à associação continuava por não cobrar por parte do

Estado a melhoria do atendimento do IPSEP seja para os demais professores do Ensino Oficial ou mesmo para o conjunto dos funcionários públicos do Estado. Contexto que, para Boito Jr. (1991, p.47) essa situação acabava “convertendo-se esses sindicatos, em espécie de agência da Previdência Social”. Por fim, o Presidente da APENOPE Leônidas Fernandes, representante dos professores, ao pontuar as metas da nova gestão afirmava:

“Atualmente contando com uma equipe que promete ser atuante, acreditamos que iremos fazer muito mais. Inicialmente pretendemos saldar nossos compromissos já assumidos, como exemplo, terminarmos de pagar a Casa do Professor. Também esta em nossos planos melhorar as condições de trabalho na sede própria e a compra de um veículo a fim de podermos visitar com mais frequência os colégios, principalmente os do interior. Feito isto, vamos então, ao grande desafio da atual diretoria, que é fundar o CLUBE DO PROFESSOR em sede própria” (Jornal do Professor, APEMOPE, Agosto, ano I, nº1, pg. 01, 1973).

Nas palavras apresentadas pelo então presidente da Associação dos Professores do Estado ficava evidenciada a postura conciliadora do trabalho desenvolvido pela entidade junto à classe e sua cobrança ao Estado, que na visão de Paulo Freire (2005):

“A necessidade de dividir para facilitar a manutenção do estado repressor se manifesta em todas as ações da classe dominadora. Sua interferência nos sindicatos, favorecendo certos representantes da classe dominada que, no fundo são seus representantes, e não de seus companheiros; a “promoção de indivíduos que, revelando certo poder de liderança, podiam significar ameaça e que “promovidos”, se tornam “amaciados”; a distribuição de benesses para uns e de dureza para outros, tudo são formas de dividir para manter a “ordem” que lhe interessa” (Freire, 2005, p.164).

Não há registro conciso no período anterior a emergência do “Novo sindicalismo” em Pernambuco de qualquer mobilização de contestação à ordem ou cujo objetivo fosse romper com “status quo” estabelecido. Todo o trabalho da associação correspondia aplicar a prática assistencialista e recreativa, ponto por sinal reforçado ao analisarmos com maior rigor o periódico apenopista publicado em 1974, quando no edital publicado pela associação convocava docentes a participarem da inscrição e sorteio, resultado da parceria entre a entidade e a Secretaria de Serviço Social contra o Mocambo. Destaca o texto:

“De ordem o Sr. Presidente, levo ao conhecimento dos professores associados que já se acham abertas as inscrições para aquisição das (20) vinte casas que serão construídas na Vila de Ouro Preto, Olinda, em convênio como Serviço Social Contra o Mocambo e que serão encerradas às 20h. Do dia 30 de março de 1974, esclarecendo ainda, que o processo de classificação dos candidatos para adquirirem as referidas casas será o sorteio” (Jornal do Professor, APEMOPE, Agosto, ano III, nº1, pg. 5, 1974).

Para essa questão quanto à conduta das lideranças da APENOPE, Cavalcante (2012) analisa a postura adotada por alguns professores no decorrer da década de 1980, discutindo que a medida aplicada naquele momento serviria para a própria mobilidade enquanto classe:

“Direcionando nosso olhar propriamente para a realidade dos professores, podemos afirmar que sua organização e sua configuração como força contra-hegemônica obteve uma grande repercussão tanto no interior das escolas, quanto em torno das associações, sobretudo por se tratar de uma categoria na qual a relação com o Estado se apresentava de maneira muito mais estreita, se assim podemos afirmar” (Cavalcante, 2012, p.24).

Também a escola, enquanto espaço de luta possuía o potencial de desempenhar importante papel pedagógico e mesmo político para a formação dos envolvidos. Situação que por sinal, ocorria muito reduzida devido aos mecanismos de barreiras impostos pelo próprio governo instituído ao trabalho desenvolvido pelos docentes em cotidiano.

Percebe-se que, no fascículo posto em circulação há um sinal de aproximação para com o Governo vigente e ainda um apelo para que os docentes analisassem e participassem das atividades entidade. Assim, do jornal levado ao leitor podemos destacar o exemplo desse discurso a partir do seguinte trecho:

“Ninguém pode desprezar o papel notável da comunicação no momento atual; a força torna-se maior a cada dia. A APEMOPE, pretendendo atingir nova dimensão, resolveu substituir o Boletim informativo pelo Jornal do Professor. Achamos que essa iniciativa promoverá uma maior integração, principalmente porque pretendemos circular mensalmente, levando-lhe tudo que a Diretoria da APEMOPE vem fazendo em benefício da classe. Nesta fase contamos com o seu prestimoso apoio” (Jornal do Professor, APEMOPE, Outubro, ano II, nº3, pg. 03, 1973).

Portanto, ao mesmo tempo em que reforça a importância da comunicação para o fortalecimento da classe o texto destaca o trabalho dos dirigentes para atender as reais necessidades do professor, sem com isso apontar a necessidade de se partir para o confronto com o Estado.

Na publicação de outubro de 1974 em comemoração ao dia do Professor, mais uma vez ficava evidenciada a necessidade de se construir um “elo comunicativo” para que o leitor/docente viesse sentir-se representado. No artigo: “Uma associação que trabalha para a classe”, o Secretário da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE) Gerson Medeiros destacava a importância da entidade e finaliza informando: “Volto a mais uma vez, através do nosso dinâmico Jornal a “bater um papo” com os colegas professores”. Aproveito, assim, esta pequena folga proporcionada pelos jogos estudantis para enviar-lhe este pequeno

lembrete: “Vocês devem se associar imediatamente a APENOPE”. (Jornal da APENOPE. Outubro, p.4. Ano 3, nº7, 1974).

Após apresentar seus argumentos para o alerta, o dirigente da associação conclui dirigindo uma linguagem bem didática e “fraterna” ao leitor. Afirmar que: “Finalizando esse nosso “papinho”, aproveito o ensejo para enviar-lhe, mestres incansáveis, um abraço pela passagem de mais um nosso significativo dia”. (Jornal da APENOPE. Outubro, p.4. Ano 3, nº7, 1974). Da mesma forma que os responsáveis pelo periódico voltado a classe docente reafirmavam o papel e justiça à causa dos professores do ensino oficial, por outro lado não perdiam a oportunidade ao deixar nas entrelinhas o interesse de atuar dentro dos espaços estabelecidos pelo regime que havia tomado o poder político desde o ano de 1964, como também, a mensagem não deixava de carregar implicitamente o “teor missionário docente” ao se dirigir aos representantes da classe por “mestres incansáveis”.

No entanto, em outros momentos a direção do impresso docente produziu textos que deixavam uma mensagem no mínimo duvidosa; não tendo muitas vezes o leitor a condição de identificar se era dirigida à classe ou que fosse uma ruptura com a ordem vigente. Diz a nota publicada em 1977: “... alerta aquele missivista, que o sindicato só intervirá nos casos em que o professor compareça a entidade sindical e solicite proteção”. (Jornal APENOPE. Maio/junho, p. 01, 1977).

Dessa forma, a mensagem acima possibilita entendimento de duas vias de discursos: O primeiro que a matéria é aberta com o título bastante expressivo e que a entidade está vigilante a causa da classe. Por outro lado, a mesma nota destaca a atuação e ao mesmo tempo reforça que o Governo jamais espere uma ação da entidade partindo contra o Estado sem que haja uma solicitação direta do professor e apenas se o solicitante for associado (fig. 10).

Figura 10. Jornal do Professor (APENOPE- 1977)



Fonte: Acervo Hemeroteca /APEJE. - Salário minguido - Jornal do Professor (APENOPE) - maio / junho, ano IV, nº 17, p. 01/1977).

Também, é possível encontrarmos o mesmo teor do texto acima reproduzido em várias outras publicações apenopistas, destaca principalmente voltado para o viés de adesão e textos intensamente carregados de emoção. São textos produzidos por professores e que acabam por ocupar espaço nas edições do Jornal da APENOPE, porém, sem deixar certeza se seriam aqueles participantes diretos da associação ou meros leitores.

Quanto ao periódico apenopista, inicialmente não houve uma publicação permanente, ocorrendo entre os anos de 1971 a 1978 alguns meses em que o fascículo não fora publicado. Assim, Ainda em 1971 é possível constatar que o modelo de impresso atingiu maior visibilidade. Quanto aos motivos para interrupção da circulação podemos destacar em alguns casos a falta de recursos, a própria dificuldade de mobilizar grupos de trabalho para produção das pautas ou até mesmo interesse em não se discutir determinadas questões dentro do tempo em que uma nova ordem política ditatorial passara a vigorar.

Ainda refletindo a postura dos docentes, suas produções publicadas no jornal da associação durante o período que vigorou a Ditadura civil-militar no Brasil o cenário social vigente foi significativo para uma mudança de conduta e para que a luta dos viesse a tomar força, ação ocorrida mesmo diante dificuldades impostas pelo aparelho repressivo do Estado (Cavalcante 2012). Visão também compartilhada por Oliveira quando destaca que:

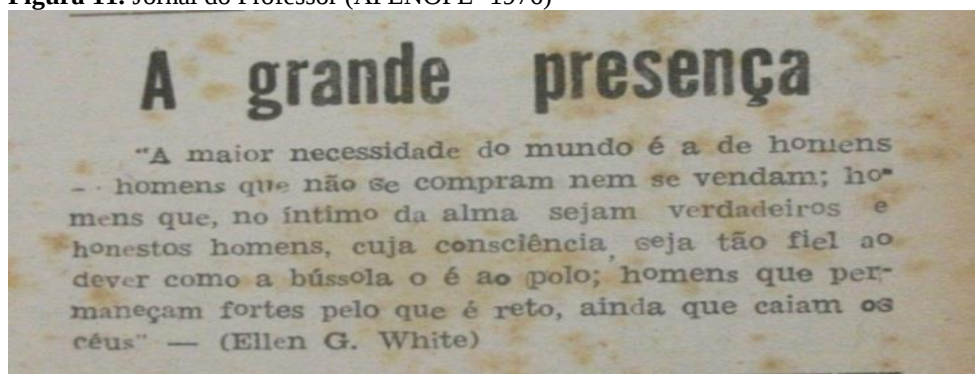
“O contexto sócio-político brasileiro a partir da segunda metade dos anos 1970 do século XX se encontrava em ebulição. As contradições decorrentes da ditadura militar imposta pelo golpe de 1964 estão se acirrando e paulatinamente segmentos da sociedade civil brasileira começam a levar suas inquietudes para as ruas, ou seja, os referidos segmentos da sociedade civil começam a contestar, desde a partir de seus locais de residência até mesmo pelos locais de trabalho” (Oliveira, 2006, p. 23).

Ao avaliar a atuação das associações e lideranças frente ao regime, tanto Oliveira (2006) quanto Cavalcante (2012) destacam que o movimento sindical durante a ditadura ficou bastante acuado e que a possibilidade de negociação praticamente inexistia, uma vez que caberia ao Estado estabelecer os percentuais salariais e aos sindicatos acatar e manter sua postura meramente assistencialista nos seu conjunto.

Entre os anos de 1971 a 1979 os gestores que assumiram o poder no Estado mantiveram os órgãos de vigilância, em especial o DOPS/PE em plena atividade e atuando não apenas para intimidar indivíduos isoladamente, mas a classe dos docentes como um todo, consolidando uma postura já anteriormente presente na historiografia do país e constatada por Magalhães ao destacar que: “Diante desses dados, percebemos que o papel da Polícia Política na sociedade não se limitou apenas a controlar a criminalidade e a perseguir criminosos” (Magalhães, 2008, p.53). Por outro lado, coube espaço também para cooptar lideranças da associação de representação de classe, controlar o processo de eleição e assim manter o controle do coletivo docente a partir de uma “pseudoliberalidade” de representação.

A predominância do associativismo assistencialista no curso anterior à movimentação que marcaria a emergência do “Novo sindicalismo” a partir de 1979, fora também resultado da postura ambígua por parte daqueles que dirigiam a APENOPE, momento em que sob a presidência do Presidente Leônidas Fernandes (1971-1979), no qual se fazia uso de um discurso para fortalecer a luta, quanto às questões de interesses da classe, mas, na prática ainda aproximava a entidade dos interesses de um governo que paralelamente combatia a classe trabalhadora. A presente leitura acabava por reforçar o que diz Orlandi (1999, p.99) ao afirmar que “Para análise do discurso, não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia”.

Figura 11. Jornal do Professor (APENOPE- 1976)



Fonte: Acervo Hemeroteca / APEJE - A grande presença - Jornal do Professor (APENOPE). Abril/maio, ano IV, nº 17. 1976.

Ao analisarmos a Formação discursiva (FD) e imagética dos fascículos do Jornal do Professor publicados pela APENOPE entre os anos de 1971 a 1979 identificamos que o grupo dirigente, sob coordenação da presidência do Leônidas Fernandes, ao mesmo tempo em que procurava divulgar o trabalho assistencial e recreativo desenvolvido, mantinha internamente o “status quo” na estrutura de representação, estabelecia a propagação de um “modelo de docente” que prestaria o seu serviço da melhor forma para o conjunto da sociedade por plena vocação (fig. 11), como também, não se distanciavam dos possíveis benefícios proporcionados quando próximos e obedientes aos gestores do Governo. Ou seja, a entidade atuava em “enredada” com o Estado e a partir dos impressos dirigidos aos membros da entidade trabalhava para construir uma imagem do docente “passivo” (fig. 11). A década de 1980 viria marcar uma fase de importantes mudanças no modo de funcionamento e atuação da APENOPE e demais sindicatos. Na prática, significou que parte expressiva dos “sindicatos oficiais” passaram a ser utilizados para organizar e dirigir os pleitos sindicais dos trabalhadores (Boito Jr. 1991).

Portanto, para Oliveira (2012, p.356) “A ideia de liberdade sindical adquiria, nesse novo momento, uma dimensão mais radical, passando a ser associada enfaticamente a uma visão alternativa de democracia”. Mas, a postura de proximidade entre a Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE) com o Estado, não resistiu ao confronto e intensos debates que cresceu partindo de fora da esfera da entidade, a partir das reuniões das bases nas igrejas, assembleias, praças públicas ou mesmo nas residências de professores. Por sinal, uma postura reservada, mas que logo fora incorporada as narrativas dos professores da base, sujeitos aqueles que traziam questionamentos silenciados muitas vezes por um conjunto de forças existentes mas gradativamente (des) construídas.

CAPÍTULO 2.

DA PROBLEMÁTICA À TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Buscamos apresentar esta investigação, dispondo assim o caminho metodológico a ser percorrido através da seguinte estruturação: caracterização da investigação, a seleção do campo e do sujeito para estudo e por fim, os instrumentos utilizados para a coleta e análise dos dados da pesquisa.

2.1. PROBLEMA DE PESQUISA

O Brasil conheceu a partir de 1964 sua segunda ditadura, cenário que de maneira intensa atingiu os movimentos de reivindicação, seja ao suprimi-lo, ou mesmo nortear os trabalhos, principalmente das entidades sindicais. Assim, no campo da Educação as medidas de repressão foram mais que imediatas com o forte uso do aparelho ideológico por parte do Estado. Por outro lado, quando aquele espaço era rompido mesmo sob vigilância, cabia ao Estado a utilização do seu aparelho repressivo, sob-representação da força policial da DOPS para fazer valer o silêncio.

Em Pernambuco, essa nova ordem estava estabelecida principalmente no campo educacional, no entanto, todo um conjunto de ações reivindicativas que germinavam na região Sudeste do país (re) despertava toda uma insatisfação ainda sufocada na classe dos professores da Rede oficial de Ensino de Pernambuco. Diante cenário que se apresentava, ganhava força a partir de 1979 o movimento reivindicativo conhecido por “Novo sindicalismo”, mobilização que buscava a partindo de uma postura mais combativa despertar nos trabalhadores uma força para romper o assistencialismo vigente até aquele momento, o que no caso dos docentes tinha como principal órgão de representação da categoria a Associação dos Professores da Rede Oficial de Ensino (APENOPE). Assim, dentro dessa nova forma de organização os professores pernambucanos se colocaram como responsáveis por quebrar o discurso da legitimidade imposta pelo Governo que buscava a todo o momento, a partir dos documentos de propaganda, matérias na mídia impressa ou até mesmo cerceando professores evitar propagação e deflagração da primeira expressiva greve dos professores na esfera da Rede oficial de ensino de Pernambuco em 1979 ainda durante vigência da Ditadura civil- Militar no Estado.

Portanto, a partir das narrativas dos professores em Recife, buscamos na presente investigação saber qual o papel daqueles docentes junto à Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE) no movimento chamado “Novo Sindicalismo”, na greve de 1979 no âmbito da ditadura militar (1964/1985).

2.1.1. Questão de partida

A questão de partida que norteia esta dissertação é saber através das narrativas dos docentes junto a Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), como se deu a mobilização daqueles docentes, durante vigência da Ditadura civil-militar?

2.2. OBJETIVOS

2.2.1. Geral

Analisar as narrativa do cotidiano de docentes junto a Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), diante da mobilização conhecida por “Novo Sindicalismo”, durante vigência da Ditadura civil-Militar (1979-1982).

2.2.2. Específicos

- a) Conhecer a partir das narrativa dos docentes o trabalho de mobilização organizado pelos docentes na liderança da APENOPE no curso da greve deflagrada em Pernambuco em 1979.
- b) Comparar a partir das narrativas dos professores as condições de trabalho oferecidas pelo Estado aos docentes e o discurso produzido pelo governo a partir dos Boletins da Secretaria de Educação e Cultura – 1979/1982
- c) Identificar a partir dos prontuários policiais da DOPS/PE, como se deu a relação entre os gestores das escolas, a Secretaria da Educação e Cultura e a Secretaria da Segurança Pública de Pernambuco.
- d) Analisar o discurso da imprensa pernambucana, através das matérias que compõem o discurso escrito e das charges que representam o *corpus* do discurso iconográfico, procurando analisar as concepções da imprensa acerca dos professores no âmbito das mobilizações do Novo Sindicalismo em Pernambuco (1979/1982).

2.3. TIPO DE PESQUISA

O presente estudo foi produzido na perspectiva metodológica qualitativa. Dessa forma, buscamos principalmente, na presente dissertação, analisar a memória inerente à postura dos docentes junto a Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE),

diante cenário do “Novo Sindicalismo”. Trabalhamos para compreender a influência na sua narrativa de docentes e o processo de construção e da sua profissionalização no período civil-militar, entre os anos de 1979 a 1982.

Ainda, em relação à escolha do método qualitativo da pesquisa, Oliveira (2005) analisa que:

“São muitas as interpretações que se tem dado à expressão pesquisa qualitativa e atualmente se dá preferência à expressão abordagem qualitativa. Entre os mais diversos significados, conceituamos abordagem qualitativa ou pesquisa qualitativa como sendo um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou sua estruturação” (Oliveira, 2005, p.41).

Portanto, é importante destacarmos que, desenvolver uma pesquisa qualitativa não consiste na simples atitude de acumular dados para logo depois quantificá-lo. Caberá ao pesquisador, analisar as causas e efeitos, além de procurar contextualizar no tempo e no espaço, dentro de uma visão sistêmica. Entretanto, elegemos uma abordagem qualitativa por compreender que o discurso não é dizível em dados estatísticos, mas, sim quando trabalhada a experiência individual, atitude, identidade, cotidiano e imaginário.

Dessa forma, o método aplicado atendeu aspectos imprescindíveis ao processo investigativo: pensar os relatos dos docentes da investigação, centrado *a priori*, na historicidade dos discursos apresentados, possibilitando assim uma maior compreensão das narrativas dos professores entrevistados.

Para atingir o objetivo estruturado, partimos de uma análise rigorosa e da disponibilidade de uma metodologia que assegure ao pesquisador resultados confiáveis, porém, tomando a devida atenção em decorrência da especificidade, tanto do sujeito, quanto do objeto. O princípio exposto é confirmado por Laville & Dione (1999) ao esclarecer que:

“Se, em ciências humanas, os fatos dificilmente podem ser considerados como coisas, uma vez que os objetos de estudo pensam, agem e reagem que são atores podendo orientar a situação de diversas maneiras, e igualmente o caso do pesquisador: ele também é um ator agindo e exercendo sua influência” (Laville & Dione, 1999, p. 34).

Nessa perspectiva, o método escolhido para o desenvolvimento da presente pesquisa foi o método qualitativo, baseado nas narrativas dos professores, uma vez que, no campo educacional tem sido de extrema importância para conhecermos o lado profissional do sujeito em estudo, uma vez que as narrativas revelam o cotidiano, bem como ampliar os pontos investigativos quanto o

papel do sujeito no seu ambiente de trabalho. O que para Lelis (2001) esse cenário do agir e do cotidiano docente:

“Trata-se de afirmar que a história social do magistério é uma arena feita de um conjunto de histórias que se interpenetram: história da construção do campo intelectual da educação e da profissão, história das lutas e estratégias dos professores em relação ao Estado, história da construção da escola e do conhecimento que nela circula. Mas também história feita do modo como professores “agem, pensam, sentem, convivem... dentro e fora do trabalho, na totalidade de seus espaços e tempos, de suas relações sociais” (Lelis, 2001, p.41).

A memória dos professores atende a compreensão do cotidiano do professor quando acaba por revelar fragmentos quase que imperceptível na constituição de sua práxis seja didática ou reivindicativa no movimento associativista. Tendo também por consequência a relativização do poder do discurso, impostos por imagens que visam amplificar a incompetência técnica, ou mesmo, a passividade muitas vezes registrada nos documentos oficiais aqui trabalhados. Esse caminho nos permitiu principalmente descredenciar a ideia que o conhecimento histórico frisa exatamente no que as fontes expressam (Le Goff, 2000).

Assim, procuramos colocar o professor no foco, seja no âmbito individual ou mesmo social, onde o conjunto da pesquisa toma o percurso metodológico da análise da narrativa docente, para além da importância de destacarmos que também permite aos narradores, que antes se constituíam figuras desconhecidas, agora assumem o papel de protagonistas (Teodoro, 2004; Hobsbawm 2012).

Na pesquisa social os dados coletados são avaliados, como também utilizados em várias outras áreas, especialmente, no âmbito da educação, o que vem possibilitar dessa maneira, esclarecer concepções e ampliar novos experimentos, na pesquisa qualitativa. A viabilidade das narrativas foi possível por fazermos uso de outros documentos, como também, ao cotejarmos com as charges, o discurso policial do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE), da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco (SEC/PE) e das narrativas levantadas junto aos professores, para assim, analisarmos o que eles falam e o que viveram.

Portanto, ao pensarmos cada narrativa obtida por meio da entrevista, as mesmas pautaram-se por traduzir a memória que o docente trazia à tona, interligando-as aos discursos, aos interdiscursos e as historicidades presentes nas fontes documentais, sem que fosse esgotado o objeto, que por sua vez, permanecerá aberto para novas abordagens.

2.4. LOCUS DA PESQUISA

O *locus* desta pesquisa ocorreu na Região Metropolitana do Recife, capital do Estado de Pernambuco, composta por 14 municípios. A mesma possui uma área que abrange um total de 218,435 km². Comportando uma população de 1.537.704 habitantes, o que corresponde à densidade demográfica de 7.039,6 hab/Km².⁸

A Cidade do Recife é um importante centro econômico, político e de forte atrativo cultural. Nela está instalada a Faculdade de Direito do Recife, que é a instituição de ensino superior mais antiga do Brasil, fundada em 1827. Também, sedia a redação dos três grandes jornais do Estado, que são o Diário de Pernambuco, fundado em 1825, sendo o jornal mais antigo da América Latina em circulação; o Jornal do Commercio, que pertence ao grupo JCPM e faz parte do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, conglomerado formado por Televisão e Rádio; e por fim, o jornal Folha de Pernambuco, fundada em 1998.

As instituições, as quais, realizamos os contatos com os professores, o levantamento das fontes documentais e onde foram realizadas as entrevistas, são as seguintes:

- APEJE - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano;
- SINTEPE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco;
- BPE - Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.

Inicialmente temos o APEJE, instituição que está localizado na Rua Imperador Pedro II, nº 371, bairro de Santo Antônio/Recife-PE. Ocupa as instalações do antigo prédio da Cadeia Pública da cidade do Recife desde o ano de 1945, tendo sido construído no século XVIII e dentre as diversas referências históricas também serviu de prisão política do mártir revolucionário Frei Caneca, em 1825 durante a Confederação do Equador. É no prédio sede do Arquivo Público que funciona o setor de Hemeroteca, local que guarda o conjunto de periódicos dentre os quais o Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio. O Arquivo também tem suas atividades desenvolvidas no prédio Anexo, sediado na Rua Imperial, 1069, bairro de São José/Recife-PE, espaço que mantém a guarda de documentos iconográficos, manuscritos, como também, toda documentação correspondente ao período do regime de exceção no país.

Outra instituição de significativa importância para o desenvolvimento do presente estudo foi o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco. O SINTEPE está localizado na rua Gal. José Semeão, nº 39, Boa Vista/Recife-PE. Foi fundado em 1990 como resultado da fusão

⁸ Fonte: <http://www.cptec.inpe.br/>.

da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), Associação dos Orientadores do Ensino Oficial de Pernambuco (AOPE), Associação dos Supervisores do Ensino Oficial de Pernambuco (ASSUEPE) e da Comissão dos funcionários administrativos. Assim, o SINTEPE sucede à APENOPE a partir de 1990, enquanto mobilização e representação direta dos docentes e demais trabalhadores em Educação no Estado de Pernambuco.

Por fim, a Biblioteca Pública do Estado Pernambuco foi outra instituição que serviu de importante *locus* do presente estudo. A BPE está situada na Rua João Lira, s/n, Santo Amaro Recife/PE. Fundada em 1852, na gestão do Presidente da Província Francisco do Rego Barreto, atualmente conta no seu acervo mais de 250 mil obras, periódicos e outros importantes documentos, dentre os quais, podemos destacar o conjunto dos Boletins da Secretaria da Educação e Cultura de Pernambuco, publicados principalmente durante a gestão do Governador Marco Maciel e seu Vice - Governador José Muniz Ramos entre os anos de 1979 a 1982.

2.5. SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos que compõem o universo desta pesquisa são cinco (05) professores e um (01) chargista, que residem na Região Metropolitana do Recife. Apresentam idades acima dos sessenta anos, uma vez que viveram a ditadura militar, conhecida também como o pós-64. Atuam hoje em atividades liberais, sindicais ou apenas vivenciam o cotidiano do ambiente familiar e desfrutam de atividades de lazer.

Como critério de inclusão, optamos por identificar as experiências dos docentes junto ao movimento associativista no estado de Pernambuco, como também, o seu entendimento do cotidiano vivenciado, bem como, a forma de atuação dos mesmos, em relação à vigilância imposta pelos órgãos do governo. Foram selecionados para a presente investigação, docentes atuantes diretamente ou mesmo indiretamente junto à APENOPE no âmbito da Região Metropolitana do Recife, realizando atividades de conscientização e mobilização associativista, entre os anos de 1979 a 1982.

Para Moita (1995, p.115) “A identidade pessoal constitui também a apropriação subjetiva da identidade pessoal social”, assim, para inclusão também do chargista, o critério correspondeu a sua atuação no contexto político e social, a partir do seu trabalho direcionado ao campo da educação, como o fato de ser um profissional atuante no jornal mais antigo em

circulação no Estado de Pernambuco. Assim como, a disponibilidade para conceder entrevista sobre sua trajetória.

Quanto ao critério de exclusão, ficou definido que docentes que atuaram em movimentos associativistas ou sindicais, fora da APENOPE ou residentes fora da Região Metropolitana não seriam sujeitos desta investigação. Cabe destacarmos que, ao longo de sua trajetória o docente passa por estágios diferentes em sua carreira, momentos esses caracterizados pelo ciclo de vida profissional. Esse cenário contribuirá na sua formação, idealização e consolidação da sua identidade enquanto ser profissional. Para Huberman (1995), passam esses docentes por fases que se caracterizam pela entrada, estabilização, diversificação, questionamento, serenidade, lamentações e desinvestimento. Ele destaca ainda a relevância de se compreender esse enredo ao afirmar:

“Trata-se, com efeito, de estudar o percurso de uma pessoa numa organização (ou numa série de organizações) e bem assim de compreender como as características dessa pessoa exercem influência sobre a organização e são, ao mesmo tempo, influenciadas por ela.” (Huberman, 1995, p. 38)

Nesse sentido o discurso desses docentes traz à tona estes estágios que Huberman aponta. A recolha dos dados para este trabalho de pesquisa foi possível a partir do contato com esses sujeitos, o que nos possibilitou por via de suas narrativas dar voz, através das suas memórias Hobsbawm (2012).

2.6. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS DA PESQUISA

- Entrevista
- Pesquisa documental (Prontuários da DOPS; boletins, charges, relatórios, Jornal da APENOPE, matérias dos jornais DP e JC).

2.6.1. Entrevista

A entrevista foi um dos métodos de coleta de dados escolhido, pois é uma importante forma de aproximar o entrevistador do entrevistado, como também permitir aquisição de relatos detalhados em relação ao que se deseja estudar. Partindo dessa leitura, no presente estudo foi adotado o modelo de entrevista não estruturada, através de um guião de perguntas (apêndice II).

Os espaços onde a entrevista foi realizada, no caso de uns, em suas residências, no caso de outros, em instituições, como no Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco

(SINTEPE) e no Hospital dos Servidores do Estado (HSE), e ainda, em outro caso, a mesma foi concedida em uma praça pública do município de Olinda/PE. Foi utilizado um guião para nortear a entrevista, gravada com o uso de um equipamento eletrônico de captação de voz, o que dessa forma nos possibilitou colher os discursos que foram posteriormente transcritos e analisados.

Porém, a aplicação da entrevista requer atenção do pesquisador para que tanto o que se busca, quanto os resultados, não sejam distorcidos. Para evitar interferência no que é coletado, Oliveira (2005), registra a necessidade de que o entrevistador no ato da entrevista tenha a seguinte atitude:

“É preciso que o entrevistador não interfira nas respostas do entrevistado (a). Quando não entender uma determinada frase, deve solicitar que o entrevistado (a) repita o que foi dito anteriormente. Jamais deve direcionar as respostas, ou suscitar dúvidas” (Oliveira, 2005, p.93).

O caminho metodológico foi rigorosamente observado dentro da realidade de cada entrevista gravada. Para essa questão, Oliveira conclui que “A gravação é muito importante para se ter com precisão o registro de tudo que foi dito por ocasião da entrevista” (Oliveira, 2005, p. 94).

Assim, passada a etapa do contato inicial entre o entrevistado e o pesquisador, seguiu-se um período de aquecimento, objetivando estabelecer um tom mais informal, um clima de simpatia, de confiança, uma vez que, segundo Rosa e Arnoldi (*apud* Pinto, 2010 p. 60), só assim “ocorrerá fidelidade e sinceridade nas respostas”. Durante aplicação da entrevista foi utilizada a tática do silêncio como atitude do pesquisador, postura essa com o objetivo de demonstrar interesse pelo que era dito pelo entrevistado, através de gestos afirmativos, olhares e acenos de cabeça, realizando o menor número de interferências possíveis. Esse procedimento de coleta de dados também, segundo Ferreira (2000, p.50) “Os historiadores orais são singulares em sua capacidade de questionar seus informantes, de fazer perguntas que podem não ter sido imaginadas no passado e de evocar reminiscências e entendimentos anteriormente silenciados ou ignorados”. Após realização da entrevista com os sujeitos selecionados, tivemos num segundo momento o início do processo de transcrição, sendo importante destacarmos que por parte dos docentes não houve exigência da garantia do anonimato, assim como, os entrevistados foram identificados por seus respectivos nomes.

O conjunto das ações metodológicas foram também pautadas na exposição teórica de Richardson (2011), ao destacar a importância da entrevista para consolidação das ideias em estudo. Assim, segundo o autor é considerável que:

“Por meio de uma conversação guiada, pretende-se obter informações detalhadas que possam ser utilizadas em uma análise qualitativa. A entrevista não estruturada procura saber o que, como e por que algo ocorre, em lugar de determinar a frequência de certas ocorrências, nas quais o pesquisador acredita” (Richardson, 2011, p.209).

Quanto à escolha do instrumento de entrevista semiestruturada, para a coleta dados dos docentes do movimento paredista, podemos dizer que esse tipo de instrumento, veio possibilitar ao sujeito as condições para expressar seus pensamentos e suas reflexões. Quando pensada a técnica de entrevista Thompson (1998), destaca que: “A entrevista propiciará, também, um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizados” (p.25).

Ainda, é importante destacarmos o potencial hoje da história oral, possibilitando principalmente dar voz aos ditos esquecidos, excluídos ou mesmo os “derrotados”. (Ferreira, 2000, p.34). A história oral vem possibilitar um entendimento mais preciso quanto a as razões para o desencadeamento do processo historiográfico.

Para as transcrições e edições das entrevistas, deixamos os textos, o mais íntegro possível, não buscamos à amenização das frases confusas, expressões repetitivas e manias de linguagem, e não efetuamos retirada ou troca de palavra, ou termo que o entrevistado (a) proferiu em seu discurso. Foi aplicado o guião como suporte à entrevista, o que contribuiu para seguirmos os nossos objetivos e apresentar expressão do pensamento das pessoas, dos seus discursos, permitindo ao pesquisador melhor entendimento do pensamento e ações de uma determinada coletividade. Em relação às entrevistas, Rosa e Arnoldi (2008) veem a opção pela entrevista como uma ferramenta indispensável, na medida em que contextualiza o comportamento dos sujeitos, seus sentimentos, crenças, valores, suas ideias sobre o mundo que nos rodeia e principalmente no nosso caso, pois norteia ações e atitudes imbuídas no papel de educar.

O guião de entrevista (Quadro1) contou com um total de seis (06) categorias direcionadas ao entrevistado (a), procedimento que possibilitou maior foco aos objetivos propostos para a pesquisa. Utilizamos o guião da entrevista para fazer o levantamento e posterior análise do discurso das falas apresentadas. Neste guião da entrevista foram levantados tópicos que pontuaram aspectos da história privada e profissional do sujeito, seja no contexto educacional, como também no movimento associativista docente.

Quadro 1. Descrição das categorias da entrevista aplicada aos professores

(GUIÃO DA ENTREVISTA)	
Q.1	Identificação pessoal e profissional (idade, gênero, tempo de formação e de docência).
Q.2	Trajetória no magistério – (experiências - ingresso no magistério, primeiros anos e condições de trabalho).
Q.3	Representação da profissão – (situações que permearam leituras e deslocamento para movimento sindical).
Q.4	Trajetória sindical – (ingresso no movimento sindical, formação dos grupos e trabalho de conscientização dentro da categoria).
Q.5	Trajetória na condição de sindicalizado – (atuação na greve, relação entre docentes dentro das unidades escolares, mobilização sindical e desempenho do magistério).
Q.6	Sindicalismo hoje (participação nas assembleias e greves, visão do movimento sindical nos dias atuais).

Fonte: entrevista realizada pelo autor (2014).

2.6.2. Pesquisa documental

Mapeamos vários documentos que viabilizaram um entendimento maior das entrevistas:

1. Documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/PE), (1950-1982);
2. Boletins oficiais da Secretaria de Educação e Cultural (SEC/PE), (1979-1982);
3. Charges dos jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio (1979-1982).

1: Acervo policial do DOPS/PE sob guarda do Arquivo Público Jordão Emerenciano.

Nesse foco, foram objetos de análise os Prontuários funcionais relativos ao monitoramento dos sindicatos, associações, agremiações, agentes públicos dentre outros, como também os prontuários individuais. No entanto, urge que para atingirmos os objetivos da investigação trabalhamos mais precisamente com duas (02) tipologias de Prontuários funcionais nominados à APENOPE (apresentando aproximadamente 115 documentos) e mais outros cinco (05) Prontuários individuais (total de 36 documentos) presentes no acervo montado pelos agentes da polícia local no pós-64.

Desse conjunto de documentos do DOPS/PE, foram objetos de análise os prontuários funcionais relativos ao monitoramento dos sindicatos, associações, agremiações, agentes públicos dentre outros, como também os prontuários individuais.

Cabe ainda registrarmos que para atingirmos os objetivos da investigação trabalhamos especificamente com dois (02) prontuários funcionais da APENOPE (contendo aproximadamente 115 documentos) e mais outros cinco (05) prontuários individuais (total de 36 documentos) presentes no acervo.⁹

⁹ O acervo do DOPS/PE está aberto aos pesquisadores e familiares das vítimas que sofreram perseguições políticas. Teve, no entanto, expressivo aumento do número de consultas, principalmente a partir da Lei de Anistia nº 10.559 de 13 de novembro de 2002, em que os resultados obtidos no resgate das informações vêm sendo utilizado como prova para recebimento de indenizações para diversas famílias, como também para aqueles que buscam efetivar correções administrativas de seus dados nas diversas Secretarias do estado.

No interior dos envelopes dos prontuários do acervo DOPS/PE, de uma forma geral constam os seguintes documentos: registro fotográfico de prontuários seja durante apreensão, ou mesmo durante mobilizações daquele que tenha participado; Termo de declaração; Ficha individual de investigação; objetos pessoais apreendidos (cartas, livros, cadernos com anotações, carteira funcional ou demais); registro da investigação realizada pelos agentes do DOPS.

Em relação aos prontuários individuais, é relevante destacarmos tratar-se de uma documentação de cunho policial estritamente direcionada à pessoa investigada e muitas vezes também ao círculo de amigos próximos, servindo por sua vez de “prova de atuação subversiva do docente”, fato que posteriormente subsidiariam aos autos processuais acusatórios. Dos prontuários funcionais montados pelo regime de exceção e subsidiados para acompanhar funcionamento dos sindicatos, associações, Partidos ou mesmo funcionários públicos, como também lideranças de movimentos reivindicatórios apresenta uma série de documentos que deram suporte a presente pesquisa e possibilitaram melhor Análise do Discurso até então apresentado.

Dentre as entidades de representação docente em Pernambuco sob vigilância do DOPS/PE, o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário também acumula no prontuário policial entre os anos de 1950 a 1987 uma quantidade de documentos significativa para desenvolvimento de estudos.

2: Boletins Informativos produzidos pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco entre os anos de 1979 a 1982, conjunto documental sob guarda da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, mais precisamente na Seção Coleção Pernambucana. Essas informações serviram de complemento para que a presente pesquisa ganhasse densidade, por possibilitar apresentar registros de dados oficiais quanto aos investimentos aplicados pelo Poder público na área da Educação, identificar a fala oficial direcionada também aos professores da Rede Estadual e até mesmo o conflito dos discursos produzidos pelo Estado para o corpo social.

No acervo da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, identificamos vários documentos produzidos pelo Governo do Estado a partir principalmente da Pasta da Secretaria de Educação. Assim, foi selecionado para análise documental um fragmento documental correspondente ao corte de 1979 a 1982 para compreendermos o processo histórico e institucional que regulou a Educação no Estado e norteou o cotidiano de vida dos docentes no período. A partir da pesquisa bibliográfica, reunimos informações históricas indispensáveis e acabamos por desenvolver análise dos dados até então reunidos.

3: No mesmo acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Hemerenciano, sendo agora no Setor da Hemeroteca foi levantado um conjunto de charges produzidas pela imprensa pernambucana, estudo esse feito a partir dos periódicos locais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio. Assim, foram também reservadas para análise as matérias publicadas nos dois veículos entre os meses de janeiro a maio de 1979, com destaque para os Cadernos: Opinião, Comunidade, Política e Educação. Assim, tanto ao DP quanto ao JC foi observado no presente estudo um olhar mais amplificado, isso, pelo fato desses veículos publicarem no período em um conjunto de charges principalmente voltadas a discussão do cenário docente na ótica do “Novo sindicalismo”. Como também, identificarmos que os dois periódicos abrigarem os chargistas da mais expressiva importância para o cenário do humor iconográfico da época, sendo no caso mais específico do Lailson Holanda Cavalcanti, premiado nacionalmente participado e ganhador de prêmios nacionais em sua categoria e que naquele momento desenvolvia um significativo trabalho na imprensa local.

Ainda é importante destacar que no Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco, buscamos acesso ao antigo Estatuto da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), Atas de reuniões, fotografias da época ou qualquer outro registro que viesse subsidiar a questão de partida. No entanto, na entidade nenhum documento foi disponibilizado por não haver a guarda de um arquivo que registrasse eventos ocorridos no curso de 1979.

Assim, o mapeamento documental, percorreu os prontuários do DOPS, procurando cotejar a fala dos entrevistados, as suas narrativas dos docentes, como também ao discurso policial acerca deles. Para além desse discurso vigilante do DOPS/PE, foram analisadas no discurso documental as charges publicadas na imprensa e algumas delas armazenadas no acervo do APEJE, fato que possibilitou ampliarmos entendimento inerente à participação dos docentes nos movimentos paredistas, leitura essa desenvolvida também a partir da análise iconográfica de Kossoy (2014, p.179), “A través del análisis iconográfico se busca decodificar la realidad exterior del assunto registrado em la representación fotográfica, su cara visible, su segunda realidad”. Essa conduta se faz, uma vez que compreendemos que, uma imagem pode apresentar inúmeros discursos quanto ao modo de vê-la.

Do mapeamento documental levantado é significativo a especificidade dos registros iconográficos, documentação que possibilita fazermos um olhar multidimensional seja para

compreendemos o olhar do docente ou mesmo os mecanismos aplicados pelo próprio Estado para assim forjar a própria identidade de uma classe.

Essa importância iconográfica é expressa também por De Decca (2004), ao avaliar a postura do pesquisador no processo de análise documental e o reflexo da conduta na esfera dos grupos que controlam o Estado. Para ele, a memória histórica é uma realidade que está tenuamente presente, porém, ainda provocando uma certa instabilidade nas relações entre os vencidos e vencedores. Nesse percurso, concluí que:

“Os fios da memória histórica são muitas vezes quase invisíveis, uma vez que é próprio dessa memória apagar os rastros de sua própria constituição. Nesse sentido, a posição do historiador que procura desvendar as tramas da memória histórica é sempre incômoda e na maioria das vezes o seu trabalho é encarado com desconfiança, principalmente nos meios políticos que estão acostumados a trabalhar com referenciais históricos estáticos e com fortes doses de antologia.” (De Decca, 2004, p.18).

Ainda, em relação análise das fontes documentais, Fragoso (2008) destaca não só a importância de selecionarmos as fontes corretas, como também desconstruirmos preconceitos implícitos seja contra indivíduos ou grupos, como também resgatarmos o papel das instituições sociais a partir da preservação da memória. Dessa forma reforça que:

“É verdade que os documentos acumulam registros de experiências e vivências de grupos sociais, representados simbolicamente. Nas entrelinhas de um documento podem-se resgatar informações de memória individual e coletiva, pois, as instituições sociais sendo expressão da própria sociedade, refletem a cultura e a identidade dessa sociedade e, por sua vez, também guardam a sua memória nos elementos identitários e culturais. Não há dúvida de que a sociedade está representada nas instituições sociais que refletem suas características, seus anseios e realizações, ou seja, as instituições refletem a cultura e a identidade da sociedade. Assim, é possível identificar uma sociedade representada nas instituições memória, já que estas se incluem nas chamadas instituições sociais” (Fragoso, 2008, p.28).

Portanto, esses Instrumentos foram extremamente ricos na abordagem geral do tema, uma vez que, o uso dos mais variados instrumentos de coleta, como a entrevista, análise documental em sua subdivisão de: análise do discurso policial e análises dos jornais a partir das charges, puderam estruturar e esclarecer os objetivos propostos no estudo apresentado.

2.7. PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

2.7.1. Etapas do processo

Buscamos fazer uso dos diversos recursos de investigação (entrevista semiestruturada, análise documental). A investigação teve como suporte alguns importantes instrumentos de coletas de dados que ao serem trabalhados com aporte teórico e prático possibilitou chegarmos a importantes conclusões. Dessa forma, foram os seguintes instrumentos escolhidos:

- Entrevista;
- Documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/PE);
- Boletins oficiais da Secretaria de Educação e Cultural (SEC/PE);
- Charges dos jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio.

Como procedimento inicial, foram realizados os primeiros contatos prévios por telefone com os cinco professores e o chargista. Um segundo momento, foi marcado um primeiro encontro para apresentação da proposta do estudo e entrega de uma carta-convite (Apêndice I), explicando formalmente os objetivos e solicitação autorização dos entrevistados (Apêndice III). Num terceiro momento, após os entrevistados serem devidamente esclarecidos quanto aos objetivos da pesquisa, foi assinado um termo de autorização, confirmando sua participação de forma espontânea e autorização para uso das informações prestadas.

Posteriormente, após agendamento teve início a realização da entrevista. Foram coletadas informações junto aos entrevistados (as), a partir de encontros realizados nas residências dos pesquisados ou em locais previamente acordados, o que possibilitou também fazermos um melhor registro da entrevista, ou mesmo, acesso às fontes primárias, eventualmente sob guarda dos entrevistados. A entrevista semiestruturada aplicada, foi constituída por questões previamente elaboradas (guião) e dessa forma, procuramos também identificar na mesma e também nos documentos analisados, a presença, mesmo que silenciada do discurso imposto pelo Estado. Foram coletadas informações junto aos entrevistados (as), a partir de encontros realizados nas residências dos professores selecionados ou mesmo em locais previamente definidos por eles, assim fizemos a conexão com o registros documentais levantados e por consequência, pudemos compreender o papel daqueles educadores nas mobilizações associativistas dos docentes entre os anos de 1979 a 1982.

Para melhor compreensão da linha de pesquisa, destacamos que além da entrevista aplicada, se fez uso da análise documental e do conjunto de Prontuários do DOPS/PE, acervo esse sob a guarda do Arquivo Público Estadual. Assim, foi necessário ao analisarmos os documentos, compreender ser o mesmo, acima de tudo, um produto de uma sociedade que o fabricou segundo a ordem de forças que prevaleciam na época e constituíram-se enquanto poder.¹⁰

Durante o Procedimento de análise das fontes documentais coletadas nos arquivos da repressão também avaliamos indicativos de uma relação entre a mobilização grevista no período investigado e discursos apresentados pelos professores entrevistados.

Importante enfatizarmos que, tanto ao DP quanto ao JC foi direcionado no presente estudo um olhar mais ampliado pelo fato desses veículos publicarem no período em um conjunto de charges relacionadas o cenário docente na ótica do “Novo sindicalismo”. Como também, pelo o fato dos dois periódicos abrigarem chargistas da mais expressiva importância para o cenário do humor iconográfico da época, alguns participantes e vencedores de prêmios nacionais em suas respectivas categorias e que naquele momento desenvolviam um significativo trabalho na imprensa local.

2.7.2. Procedimento de análise de dados da pesquisa

2.7.2.1. Análise do discurso

Quanto aos Instrumentos de análise de dados elegemos o método da Análise de Discurso (AD), procedimento que foi aplicado tanto para a interpretação do discurso escrito como do discurso imagético. Da mesma maneira, quando pensado análise dos dados coletados buscamos Laville & Dionne (1999, p.197) que afirmam “analisar os dados requer tempo, uma vez que inicialmente os mesmos ainda estão em estado bruto. No entanto, logo depois de preparados estarão em condições de estudo e posteriormente, chegar-se às conclusões”.

Portanto, para interpretação dos dados obtidos a partir do discurso das entrevistas, foi utilizada Análise do Discurso (AD), o que possibilitou compreendermos os dizeres presentes no meio em estudo, assim como entender os sentidos e significados construídos pelo sujeito a partir dos discursos. Essa escolha justifica-se pelo fato de realçar a importância da discursividade, e não

¹⁰ Em números gerais, acervo DOPS/APEJE registra especificamente: uma média 12 mil prontuários individuais, 22 mil funcionais, 125 mil fichas sob a guarda do Arquivo Estadual Jordão Emerenciano.

reduzi-la a um mero instrumento, além de apoiar-se em conceitos que facilitaram melhor apreensão do fenômeno que é objeto investigado (Gomes et al., 2000).

Para um pleno entendimento quanto o que seria a AD, importante compreender primeiramente o conceito de discurso. Maingueneau (2001, p.15) afirma que o discurso é “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. Já Orlandi (2005, p.15), ainda para mesma questão diz que “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por de movimento”. O que para Foucault (2005):

“Discurso é o caminho de uma contradição à outra: se dá lugar às que vemos, é que obedecem à que oculta. Analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições, é mostrar o jogo que elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência” (Foucault, 2005, p.171).

Assim, para Foucault o discurso pode contribuir para a formação da estrutura social, sendo, portanto, uma prática não só de representação do mundo, mas de significação desses. Cada discurso mantém interações muito próximas com outros discursos, proferidos por vezes em tempo e espaço distintos, porém que se movem em direção a outros, dialogando com eles, ora em consonância ora em discordância. Reflexão reforçada por Orlandi (2005) ao afirmar a respeito do papel da AD que:

“[...] não trata da língua, não trata da gramática, ela trata do discurso. O discurso é uma palavra em movimento, é uma prática de linguagem. Não há começo absoluto ou ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis” (Orlandi, 2005, p.15).

Será a partir da AD que o processo de interpretação e (des) formatação da estrutura do discurso perpassará pela investigação obedecendo à seguinte sequência: as formas de produção; o *corpus*; o interdiscurso; o dito, o não dito o silenciado e as formações discursivas (FD). Assim, segundo Gomes ET al (2000) quando pensamos Análise do Discurso, chegamos ao entendimento que:

“A análise do discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave. Há métodos, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que os analistas, com seus dispositivos devem ser capaz de compreender” (Gomes, 2000, p. 26).

Ou seja, a AD compreende que a linguagem não é transparente, uma vez que a mesma não busca transpor o texto para localizar um sentido do outro lado. Portanto, é de importância identificar as formas de produção; o *corpus*; o interdiscurso; o dito, o não dito o silenciado e as formações discursivas (FD).

Um dos primeiros pontos a considerar é o entendimento de que não há discurso fechado, o que existe é um processo discursivo onde podemos selecionar e analisarmos estados diferentes. Dessa forma, a condição de produção do discurso abrange, além do sujeito, a análise do discurso do sujeito, considerando-se situação, intenção, aceitação, interdiscursividade e informatividade; isso, tanto em um contexto restrito, próximo, como em um contexto amplo, sócio-histórico (Orlandi, 2005).

Por sua vez, o *corpus* abrange o recorte dado na seleção dos textos a serem analisados no discurso, através da utilização de dizeres que se repetem, e que caracterizam enunciados que provêm de indivíduos enquanto ocupantes de um lugar institucional, enquanto agente sócio histórico e ideológico, e não enquanto indivíduos empíricos (Orlandi, 2005). No estudo, o *corpus* de análise constituiu-se de recortes, fragmentos de discursos produzidos pelos docentes entrevistados, após leituras e releituras para identificação das palavras e expressões que se repetiram e marcaram os discursos presentes.

Assim, as formas de produção do discurso correspondem ao contexto em que o discurso é apresentado, ou seja, são as influências que pairam sobre aquele discurso. Nesse aspecto, podemos entender mais precisamente o que está ocorrendo no âmbito do cenário que produz o discurso.

Identificamos também com bases na análise da memória coletiva dos envolvidos (Halbwachs, 1990), ou seja, a partir da entrevista recolhida, o papel de gestores públicos da educação e sua proximidade junto ao aparelho repressivo do Estado. Esse tipo de abordagem aqui desenvolvida tem sido com frequência utilizada em estudos nos mais diversos campos da ciência, como a Sociologia, Antropologia, Psicologia, dentre outras.

A partir dos dados levantados na entrevista, foi possível também privilegiarmos a memória dos profissionais da Educação e suas ações seja na sala de aula ou mesmo tomando frente ao movimento de professores; o que de certa maneira correspondia por um (re) significar dos mesmos como agentes transformadores da História no campo da Educação. Assim, nas palavras de Fragoso (2008):

“A memória só servirá como experiência válida ou informação importante para decisões futuras se ela for transformada em fonte histórica. Assim, concluímos que a memória se relaciona com a cultura e a história em contextualidade (tempo e espaço) e em continuidade (movimento)” (Fragoso, 2008, p.34).

Para que o discurso possa ser produzido, o indivíduo estrutura mentalmente o conteúdo e o expressa por meio da linguagem. A expressão do conteúdo elaborado mentalmente é direcionada por questões sociais, alcançado muito além das palavras ditas pelo enunciador. Como diz Orlandi (2005, p. 20), “A multiplicidade de sentido é inerente à linguagem”. Ainda, no desenvolvimento da presente investigação revisitarmos a memória coletiva da classe docente (Halbwachs, 1990), ao lançarmos luz no debate sobre o associativismo docente e o cotidiano de vida daqueles professores que acreditaram que era possível questionar ou mesmo modificar a estrutura estabelecida até aquele momento no país.

Assim, acabamos por mergulhar na historicidade do discurso e paralelamente contribuímos para (re) construção e conhecimento do cotidiano de vida quanto importante fonte. Buscamos ainda trazer o cotidiano docente tomando por base análise do movimento de professores pernambucanos durante a greve de 1979. Esse cenário fora marcado quando uma classe, agora respalda nos problemas vivenciados por décadas, recebendo a partir das publicações diários dos jornais locais o que estava ocorrendo na Região Sudeste, bem como os inúmeros relatos e denúncias da precariedade das condições de trabalho vivenciadas por docentes em várias regiões do Estado de Pernambuco decidem, apesar de corresponder a um pequeno grupo de professores dentro da Rede Oficial, reagir contra situação vigente e interesses dos setores dominantes tanto na esfera sindical, como também, contra aqueles que controlavam o sistema político local. situação essa também identificada por Ferreira (2012) ao afirmar:

“Se as greves desencadeadas em São Bernardo contaram com apoio e a participação de grande parte das lideranças sindicais da região o mesmo não pode ser dito das greves urbanas deflagradas em Pernambuco no ano de 1979. E isto se deu porque – diferentemente da região do ABC paulista que contava desde 1974 com lideranças “combativas” – em Pernambuco predominava dirigentes sindicais conservadores e imobilista” (Ferreira, 2012, p. 250).

2.7.2.1.1. As etapas do procedimento da análise do discurso

A Análise do Discurso teve por função compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, procurando dessa forma, analisar os gestos de interpretação que ela considera como de domínio amplo por sua intervenção no real do sentido. Desse modo, buscando conectar as regularidades da linguagem em sua produção, a presente pesquisa trabalhou por relacioná-la a

sua exterioridade, sem com isso se trabalhasse necessariamente com a história da sociedade como se ela estivesse desligada dos fatos que ela simboliza (Orlandi, 2000).

Assim, o *corpus* do discurso dos docentes (entrevistas) se fez estruturado e possibilitou a partir dos dados levantados na narrativa privilegiarmos a memória dos profissionais da Educação e suas ações seja na sala de aula ou mesmo tomando frente ao movimento de professores;

Ao buscarmos compreender o discurso da imprensa pernambucana a partir das matérias que formam o discurso escrito e das charges que representam o *corpus* do discurso iconográfico, percebermos as visões dos professores no âmbito das mobilizações do Novo Sindicalismo em Pernambuco. Por sua vez, quando o silêncio faz presente, podemos entender não necessariamente ausência de palavras, mas que esse silenciar indica sim um desejo mesmo que superficial de um calar o que (ou aquele) que não pode ter voz ativa. Desse modo, de acordo com Orlandi (1999, p.106), na AD a “linguagem assume a função de mediadora, entre o indivíduo e o meio social e natural em que está inserido”.

Inicialmente é importante destacarmos que o sujeito se constitui historicamente pela sua formação discursiva, tendo por reflexo no próprio dizer ou mesmo no fazer do indivíduo, pelos efeitos de sentido provocados pela prática, uma vez que àqueles estão além das palavras. As formações discursivas representam uma noção básica da Análise do Discurso (AD), entendida por Foucault (2005, p.43) como: “Sempre que se puderem descrever entre certo número de enunciados, semelhantes sistemas de dispersão [...] e se puder definir uma regularidade, uma ordem, correlação, posições, funcionamentos, transformações, dizemos por convenção, que se trata de uma formação discursiva”.

Ataíde de Almeida (2001, p.207) ao discutir a construção do discurso apresenta uma análise para consolidação tanto da imagem quanto do discurso em favor dos detentores do espaço político, onde segundo ela “por meio da propaganda persuasiva e diária, da repetição sistemática, é construída a imagem figurativa de um indivíduo que pode ser identificado pelo físico, pela cor dos cabelos e extraordinariamente, por atributos que seria peculiar e distinto; o caráter hereditário”.

Portanto, a Análise do discurso (AD) propõe a compreensão dos sentidos dos discursos socialmente construídos, ou seja, é a linguagem fazendo sentido. Na AD, visualiza-se o ponto de associação entre a linguagem e a ideologia do conteúdo expressado, sendo necessário à compreensão sobre como o texto pode produzir os mais variados sentidos, como o discurso pode tomar o papel de construtor de significados produzidos (Orlandi, 2005).

Há diversas maneiras de ler dentro da Análise do Discurso (AD) e que viabiliza que o dizer tem conectividade com o não dizer, para isso, se faz importante aplicar o método na análise. Formação discursiva, interdiscurso, o dito e o silêncio. O percurso que possibilita a condição de produção do discurso consiste além do sujeito a Análise do discurso (AD) do sujeito, pautando-se também na situação, na intenção, aceitação, na interdiscursividade e informatividade; seja no contexto restrito ou mesmo que no contexto mais amplificado, sócio-histórico (Orlandi, 2000).

A formação discursiva, por definição, é o contexto de uma determinada conjuntura sócio-histórica esta determinado o que pode e deve ser dito. Nessa leitura, segundo Orlandi (2000, p.43) “Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmo, mas derivam seus sentidos das formações discursivas e que se inscrevem”. Portanto, as formações discursivas correspondem às regiões do interdiscurso, também configuradas nas especificidades dos discursos e suas relações (Orlandi, 2000).

O interdiscurso “é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” considerado a memória discursiva, ou seja, “[...] aquilo que fala antes, em outro lugar” (Orlandi, 2000, p.33). Assim, para que as palavras façam sentido é preciso que as formulações também façam sentido. O efeito do interdiscurso se faz exatamente por dar sentido ao que estava no anonimato, legitima uma mensagem sem nome. É importante considerarmos que as palavras não são transparentes, não possuem um sentido único, elas dependem também do contexto de produção dos discursos, dos sujeitos envolvidos e suas ideologias e da memória discursiva. Compreender a influência dos sentidos nos direciona ao entendimento das diferentes formações discursivas. Dessa forma, para toda afirmação discursiva, existe algo que permaneceu inversamente subentendido.

Assim, a linha de trabalho escolhida foi desenvolvida por compreender que as palavras não possuem um único sentido, ou seja, não se mostram transparentes, acabam por depender de todo um contexto de produção dos discursos dos sujeitos envolvidos, suas ideologias presentes e até mesmo da própria memória discursiva. O que segundo Orlandi (2000, p.34) “Por isso a Análise de discurso se propõe construir escutas que permitam levar em conta esses efeitos e explicitar a relação com esse saber”. É ainda no processo de compreensão desse processo que o interdiscurso ganha força de análise, uma vez que a memória tem sua expressividade quando pensada em relação ao discurso exposto. Por ser o interdiscurso o conjunto de formulações construídas e já esquecidas, mas ao fundamentar o que dizem, acaba por apresentar os dizeres como o sujeito significa em uma realidade discursiva real.

Portanto, no processo da construção de uma afirmação discursiva, logo é possível identificarmos que algo ficou inversamente subtendido. Ao pensarmos a Análise do discurso, buscou-se o ponto de intersecção entre a linguagem e a ideologia do conteúdo apresentado, tendo para isso a compreensão quanto à capacidade do texto poder produzir diferentes sentidos, ou mesmo como o discurso pode incorporar o papel de construtor de significados produzidos (Orlandi, 2005). Portanto, as formações discursivas (FD) que compõem a dissertação representam o produto dos discursos dos 05 (cinco) professores entrevistados.

Também, se faz necessário melhor entendimento da “Língua-de-espuma”, situação em que os sentidos se calam, ou seja, não são assimilados e não produzem repercussões, o que para Orlandi (2007, p.103) “não se comprometem com nenhuma realidade, de outro, impedem que vários sentidos se coloquem para esta mesma realidade”. Foi durante o período de implantação da Ditadura militar no Brasil (1964) que a “língua-de espuma” foi amplamente utilizada por parte dos militares que assumiram a cena política por mais de vinte anos.

Por sua vez, quando pensado o silêncio, buscamos o que foi silenciado, por assim compreendermos não ser o não-dito que sustenta a afirmação, mas sim o que se pretende apagar. Buscamos dessa maneira no conjunto dos dados levantados refletirmos o autor e sua ligação com o silêncio.

As formações discursivas (FD) não devem ser vistas de forma homogênea e funcionando como que automaticamente. São na verdade heterogêneas, onde suas relações estão em constantes reformulações. Assim, Orlandi (2000, p. 44) destaca que “É pela referencia à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos”. Palavras iguais se inscrevem em formações discursivas diferentes. No horizonte social os indivíduos expressam-se, pela língua e a fala associa-se aos discursos existentes. Ou seja, o discurso é um reflexo de sua interioridade.

As formações discursivas (FD) representam uma noção básica da Análise do Discurso (AD), entendida por Foucault (2005, p.43) como: “Sempre que se puderem descrever entre certo número de enunciados, semelhantes sistemas de dispersão [...] e se puder definir uma regularidade, uma ordem, correlação, posições, funcionamentos, transformações, dizemos por convenção, que se trata de uma formação discursiva”. Por sua vez, quando o silêncio faz presente, podemos entender não necessariamente ausência de palavras, uma vez que este silenciar indica sim um desejo superficialmente de calar o que não pode ter voz ativa. Desse modo, de acordo

com Orlandi (1999, p.106), na AD a “linguagem assume a função de mediadora, entre o indivíduo e o meio social e natural em que está inserido”.

Portanto, a Análise do discurso (AD) propõe a compreensão dos sentidos dos discursos socialmente construídos, ou seja, é a linguagem fazendo sentido. Na AD, visualiza-se o ponto de associação entre a linguagem e a ideologia do conteúdo expressado, sendo necessário à compreensão sobre como o texto pode produzir os mais variados sentidos, como o discurso pode tomar o papel de construtor de significados produzidos (Orlandi, 2005).

As formações discursivas (FD) representam uma noção básica da Análise do discurso (AD), se define como resultado de uma formação oferecida a partir de uma conjuntura sócio-histórica e que acaba por determinar o que pode ou deve ser dito (Orlandi, 2000). As formações discursivas podem também ser vista como regiões do interdiscurso, configurações pontuais dos mesmos discursos em suas relações.

2.7.2.2. Análise do discurso iconográfico

A fotografia desde início do século XX passou a ocupar um papel de maior expressão no campo dos estudos acadêmicos, tendo por um lado um valor quase que incontestável, uma vez que acabou por apresentar para o mundo fragmentos das inúmeras ações do homem seja sobre outros indivíduos ou sobre ele mesmo.

Assim, essa capacidade de causar o pensar a imagem se fez presente quando trabalhadas as diversas produções iconográficas, sejam produzidas na esfera do Estado a partir dos Boletins de Secretaria da Educação de Pernambuco (SEE) ou mesmo quando parte dos arquivos policiais da Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE). Ao nos debruçarmos na análise das imagens produzidas pela imprensa, via o Diário de Pernambuco ou Jornal do Commercio no processo de construção das suas respectivas matérias. Ou por outro lado, no próprio acervo imagético construído pelas lideranças que faziam a APENOPE e publicavam imagens legitimando muitas vezes posturas contraditórias aos interesses da classe por parte de seus dirigentes. Essa visão do poder exercido pela imagem é reforçada por Barthes (1984, p.62) ao afirmar “No fundo, a fotografia é subversiva, não quando aterroriza, perturba ou mesmo estigmatiza, mas quando é pensativa”.

Ainda, quando levantada a relevância e a força da iconografia para nortear as ações individuais ou mesmo coletivas Kossoy (2014) trabalha a imagem a partir de dois conceitos principais:

O conceito da imagem iconográfica, contexto em que é dada ênfase ao tempo histórico-social em que a imagem foi produzida (parte heurística da imagem). E o conceito da imagem iconológica, aspecto em que a imagem terá a sua representação a partir das formas de produções e a ideologia presente (formas de produção).

O poder expresso pela fotografia não só acompanha tempos mais principalmente ideologias vigentes. Para essa questão Kossoy (2014, p.152) destaca que “La diferentes ideologias, donde quiera que actúen, siempre tuvieron en la imagen fotográfica um poderoso instrumento para la vehiculación pública”. Assim, dos registros iconográficos trabalhados, buscamos inicialmente compreender o que era apresentado num primeiro olhar. Dessa forma, é possível entender que a fotografia apresenta uma realidade própria que acaba por muitas vezes envolver o objeto em estudo.

No processo de análise do discurso iconográfico a fotografia é na verdade um reflexo da realidade; ou seja, não corresponde necessariamente a verdade histórica, o que se tem é uma aparência. O que para Kossoy (2014):

“Las imagens fotográficas, por su naturaliza polissêmica, permiten siempre uma lectura plural, dependendo de quien las aprecia. Los receptores ya traen em sí sus propias imágenes mentales preconcebidas acerca de determinados assuntos. Estas imágenes mentales funcionan como filtro: ideológico, culturales, Morales, éticos, etc. tales filtros, que todos nosotros tenemos, siendo diferentes em cada receptor, intercaccionan em él, actuando com mayor o menor intensidad” (Kossoy, 2014, p.171).

Assim, uma vez que o *status quo* de uma sociedade tem por resultado o poder que determinadas categorias sociais procuram deixar, seja intencional ou não, compreendemos não haver inocência nos documentos produzidos. Portanto, esses pontos foram muito importantes para o desenvolvimento do presente estudo, por também possibilitar confrontarmos as imagens, a partir do viés da visão de Kossoy (a visão iconológica), foi possível cotejar junto com as narrativas, os documentos e ainda se pode desconstruir o discurso iconológico e imagético

CAPÍTULO 3.

NARRATIVAS DOCENTES E SINDICALISMO NAS CHARGES DO DIARIO DE PERNAMBUCO

Os caminhos estruturadores para a construção do presente capítulo foram as narrativas dos professores sujeitos desta pesquisa, as várias charges publicadas no Jornal Diário de Pernambuco no período que antecederia a greve de 1979 e mesmo durante a mobilização dos professores da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco.

Ser reconhecido, ou mesmo, se reconhecer foram os pontos trilhados pelos docentes durante a segunda metade do século XX. Entretanto, foi ao fazer o deslocamento de uma postura, vista anteriormente por vezes como passiva para uma ação mais contestadora (participação em protestos, greves e reuniões de negociação com autoridades do executivo) professores conseguiram ao mesmo tempo em que preservavam a imagem profissional/pedagógica (re) estabelecer um “status quo” gradativamente perdido.

Compreender esse o percurso e seus reflexos nas narrativas dos docentes foi possível a partir da leitura de teóricos como Bauman (2004), Vicentini & Luigi (2009), Tavares (2009), Dubar (2006), Freitas (2014), Hall (2005), Dal Rosso (2011), Rêses (2015) e Nóvoa (1995; 1999). Especialistas que levantaram importantes questões e marcaram um melhor entendimento da docência contemporânea. Também, o entendimento quanto poder do discurso e do uso da imagem consolidará uma compreensão da importância do movimento paredista em Pernambuco durante vigência do regime civil-militar (1979-1982). Assim, Orlandi (2000) vem consolidar análise do poder das formações discursivas, tendo como ponte o entendimento da força exercida pelo silêncio. A partir de Kossoy (2014), Barthes (1984), De Paula (1999) o estudo buscou compreender ainda a capacidade de atração do discurso na linha imagética.

Por sua vez, a partir o aprofundamento da leitura de Saliba (2002), Cavalcanti (1996) e Souza (2008) abrangemos uma maior compreensão da força das charges publicadas na imprensa e sua importância para a construção e a consolidação da crítica social no curso dos movimentos docentes, como também, da própria greve dos professores da rede oficial de Pernambuco durante o ano de 1979.

A compreensão do papel do professor no processo educacional é de grande valor, porém, esse olhar não pode estar dissociado do contexto político-social no qual que aquele esteja inserido. Nóvoa (1995), quando apresenta sua leitura enquanto a importância do entendimento histórico do próprio ensino, enfatiza o papel e como deve ser analisado o docente dentro de seu respectivo contexto. Assim, afirma:

“Desde pós-guerra que o papel da escola no processo de produção social e cultural se tem vindo a alterar. Como se demonstra pelo facto de as elites locais serem cada vez menos recrutadas com bases em critérios escolares, e com a consequente diminuição do prestígio dos professores” (Nóvoa, 1995, p.15).

Dessa forma, os docentes paralelo ao conjunto das transformações ocorridas na ordem da política mundial desde final da II Guerra (1945) e todo o ciclo da Guerra-fria (1945-1989) sofrera reflexos no seu próprio cotidiano de vida ou mesmo práticas pedagógicas, ao ter suas competências técnicas e profissionais atingidas; padecer da influência de utopias que buscavam alterar a ordem de funcionamento de todo um Sistema educacional deixando um vácuo entre a sociedade e o ensino aplicado. Dessa forma, os docentes tiveram, mesmo que gradativamente, dimensionado novos dilemas que os inquietavam.

Bauman (2004) trabalha o conceito de identidade partindo da compreensão da realidade social global. Destaca que a incerteza e insegurança que norteiam a sociedade moderna, como também a própria concepção identitária vai sendo “moldada” para atender a nova realidade social. Assim, afirma ainda que:

“A questão da identidade também esta ligada ao colapso do Estado de bem-estar social e ao posterior crescimento da sensação de insegurança, com a corrosão do caráter que a insegurança e a flexibilidade no local de trabalho tem provocado na sociedade” (Bauman, 2004, p. 11).

Por sua vez, Vicentini e Lugli (2009) analisa a questão levantada sob a ótica das lutas dos docentes por maior reconhecimento do trabalho. Destacam inicialmente, quando pensada a profissão os aspectos de recompensa simbólica e a recompensa financeira devem merecer uma melhor reflexão. Quando apresentada à primeira, procuram a priori definir: que “a recompensa simbólica” seria o reconhecimento da importância de seu trabalho abnegado pela educação do povo brasileiro, presente num discurso que atribui um caráter sacerdotal.

Assim, historicamente, a partir do entendimento acima o docente no Brasil, até a primeira metade do século XX, era visto como ponto principal do processo educacional e como retribuição, merecedor da reconhecença social. Ou seja, uma valorização que poderia estar presente no mais singelo gesto expresso por seu aluno ou mesmo nos discursos e premiações oferecidas pelo Estado. Dessa forma, era construída praticamente uma imagem “angelical ou divina” do profissional, imagem aquela fissurada quando evidenciada serem os docentes muito mais humanos do que se fazia apresentar.

Portanto, até o fim da segunda metade do século XX o ambiente no Brasil era de quase inexistência de movimentos reivindicatórios mais incisivos ou até mesmo deflagração de uma greve de pequena representação, ideia percebida e compartilhada por Vicentini e Lugli (2009):

“Essa ideia da importância do trabalho, por um lado, é utilizada para tornar as suas reivindicações mais legítimas, e, por outro, constitui o eixo de uma ética do ofício marcada pelo sacrifício, pelo enfrentamento dos obstáculos inerentes a tarefa de ensinar. Além disso, esse tipo de discurso pode servir, ainda, para desqualificar a adoção de práticas reivindicativa mais agressiva – tais como passeatas, atos públicos e greves” (Vicentini & Lugli, 2009. p.163).

Na ruptura desse alinhamento, Tavares (2009) expõe em seu artigo “Do sindicalismo reivindicativo ao sindicalismo reflexivo, em Portugal na década de setenta e oitenta”, que aquele cenário tomara novo rumo a partir da Revolução de 1974 e a conseqüentemente derrubada dos últimos sinais do Salazarismo:

“O movimento sindical docente foi no período revolucionário e até ao final da década de 70, um movimento essencialmente de consolidação e alargamento da ofensiva sindical como pressuposto fundamental para a sua afirmação como movimento reivindicativo. As primeiras lutas foram, pois, no sentido da exigência do direito à negociação” (Tavares, 2009, p.5)

No entanto, no caso brasileiro, é valoroso destacarmos que, apenas a partir da década de 1960 houve, mesmo que reduzida, uma significativa tentativa compreensão quanto representação categoria. Os docentes, a partir de 1963 (devido mobilização dos professores em São Paulo) procuram evidenciar suas necessidades econômicas, uma vez que percebem a desvalorização salarial e a dificuldades de manterem até mesmo a condição mínima de uma representação social (status quo). Assim, diante uma maior exigência da sociedade, a baixa procura para ocupação da docência e a gradativa entrada no campo do ensino de pessoas das camadas mais populares o processo de mobilização dos docentes ganhou nova imagem e força na busca por melhores condições de trabalho e representação a partir dos seus respectivos sindicatos.

Dessarte, podemos avaliar que a consolidação de uma ação mais reivindicatória e até mesmo mais tempestuosa torna-se uma realidade frente à “proletarização docente”, percepção apresentada nos estudos de Vicentini & Luigi (2009) ao que dizer que:

“Associada a essas mudanças, o movimento docente adotou práticas reivindicatórias mais agressivas para lutar contra a desvalorização salarial, levando professores a se mobilizarem em atos públicos e a discutir possibilidades de entrar em greve em vários estados (Rio de Janeiro, Minas, Rio Grande do Sul, Bahia)” (Vicentini & Luigi, 2009. p.184).

Em Dubar (2006) a questão ganha melhor entendimento quando relacionada a crise que norteia as identidades pessoais, sendo resultante da mutação gerada na vida social, no Estado-Nação interferindo diretamente na própria relação de socialização vigente. Assim, destaca que:

“Contar a sua vida é encontrar uma intriga susceptível de guiar a seleção dos episódios e o seu encadeamento, de personagens e da sua influência. É construir uma intriga que articula estes dois níveis e que permite <dar um sentido> à sua vida, ao mesmo tempo em que uma direção e um significado compreensíveis para o outro. Esta biografia é atravessada por crises porque a identidade nunca está adquirida, está sempre em busca dela própria, sempre exposta às mudanças e aos questionamentos” (Dubar, 2006, p.192).

O que também para Nóvoa (1995, p.19) “Apesar de todas as fragilidades e ambiguidades, é inegável que as narrativas dos docentes têm dado origem a práticas e reflexões extremamente estimulantes, fertilizadas pelo cruzamento de várias disciplinas e pelo percurso a uma grande variedade de enquadramentos conceptuais e metodológicos”.

Foram trabalhadas no presente estudo um conjunto de charges publicadas no Diário de Pernambuco e que despertaram questionamentos, porém, não caberá neste estudo analisar o estilo de cada chargista ou fazer comparações pormenores. Buscamos identificar o que foi produzido, o contexto e a influência na construção das narrativas dos docentes entrevistados; como compreender o impacto do trabalho desses artistas à crítica social.

3.1. DIÁRIO DE PERNAMBUCO: UM HUMOR “VIGIADO”

O Brasil vivenciava entre final de 1978 e primeiro quadrimestre de 1979 um cenário bem atípico para quem enfrentava um regime ditatorial. Na esfera da política nacional, o processo de abertura iniciada pelo ex. presidente Ernesto Geisel (1974-1979) colocava em xeque os interesses de civis e militares que ocupavam cargos estratégicos na esfera federal e nos Estados; como também a sociedade em seu conjunto (representada por categorias de trabalhadores e grupos políticos da oposição consentida pelo regime) buscavam ampliar seu campo de reivindicação e assim tomar às ruas na luta pelo retorno da democracia.¹¹

Em Pernambuco a atmosfera não era diferente, por ser historicamente uma unidade da federação de vital importância estratégica para que fosse mantido o controle e a “ordem” estabelecida desde o pós-64 principalmente na região Norte-Nordeste. Portanto, evitar uma

¹¹ Para as Forças Armadas, era hora de planejar o futuro. Era preciso encontrar um meio que, com o previsível restabelecimento da democracia, os arquivos sigilosos da ditadura caíssem em mãos “erradas” (vítimas da repressão e seus parentes, jornalistas, historiadores, promotores, juizes etc.). Figueiredo, Lucas. 2015, p.48.

mobilização dos trabalhadores fosse no interior das fábricas ou mesmo nas ruas e a intensificação da pressão sobre o governo biônico recém-empossado passara a ser um grande desafio. Na verdade, naquele momento a própria escolha do dirigente maior do Estado fora também questionável, uma vez que reacendia uma celeuma ocorrida ainda em 1977 na disputa pela Presidência da Câmara Federal pelo então Deputado federal Marco Maciel, agora o escolhido para ocupar o cargo do Executivo de Pernambuco. E por outro lado, no campo local, ainda representar fortalecimento das forças conservadoras. Questão que Abreu (1979) registra o que gradativamente fragilizava uma ditadura que além de “sufocada” era cada vez mais pressionada pela opinião pública. Ao trazer para discussão o período de crise, relacionar a figura do governador biônico Marco Maciel, e a conjuntura política o autor destaca que:

“O problema maior surgiu na Câmara. O candidato do grupo oligárquico era o Deputado Marco Maciel, político de pouca expressão em Pernambuco e congressista de atuação bastante discreta. Além de poucas qualidades, seu nome era praticamente vetado pelos órgãos de informações, que apresentavam contra ele dossiê comprometedor como antigo líder esquerdista e antirrevolucionário em Pernambuco¹²” (Abreu, 1979, p.86).

A preferência pelo Deputado Marco Maciel ainda em 1977, para concorrer à Presidência da Câmara Federal objetivou paralelamente atender interesses da elite política que governava Pernambuco e um alinhamento com parte dos militares que auxiliavam o Presidente da República e também se articulavam para construir a indicação do General João Baptista Figueiredo (1979/1985) à sucessão do presidente Geisel (1974/1979).

Diante do cenário apresentado, a imprensa e as lideranças dos mais diversos grupos de trabalhadores tiveram uma importância impar em Pernambuco no período que antecederia fortalecimento do sindicalismo docente no Estado. Durante praticamente todo ano de 1979 as entidades sindicais de trabalhadores atuaram para consolidar direitos e melhores condições de trabalho que por décadas eram negadas. A inflação atingia as camadas mais pobres da população e o “milagre econômico” ficava cada vez mais visível enquanto uma “farsa” que só atendia aos interesses dos empresários e do Fundo Monetário Internacional (FMI) que indiretamente dirigia a economia brasileira. Assim, na base da pirâmide social o trabalhador sentia cada dia a queda do seu poder de compra e a desvalorização do salário; e na contramão, nas associações, muitas delas de representação dos docentes, ainda havia lideranças pelegas que agiam visando desmobilizar as suas bases e favorecer o governo com a despolitização das massas.

¹² Abreu. O outro lado do Poder. Nova Fronteira, p.86. 1979.

Portanto, nesse contexto político-social identificamos um importante papel desempenhado pela imprensa, em especial o Jornal Diário de Pernambuco frente ao processo tanto de transição do regime instaurado, quanto para (re) construção das narrativas daqueles docentes da Rede Oficial de Ensino de Pernambuco.

Quadro 2. Léxicos - DP/1979

Palavras	janeiro	fevereiro	março	abril
Greve	3	0	14	2
Educação	2	9	2	3
Professor	5	1	3	16
Repressão	0	0	0	0
Aluno	0	0	0	5
Escola	1	1	2	3

Fonte: DP – janeiro a abril de 1979. Acervo Hemeroteca/APEJE.

Para entendermos a força da imprensa no “despertar docente” da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco buscamos analisar matérias publicadas entre os meses de janeiro a abril de 1979 voltadas a questão da educação, e a partir dos léxicos presentes delinear a postura do periódico diante a mobilização e influência exercida na greve que logo viriam deflagrar os docentes em final de maio do mesmo ano.

Assim, destacamos as publicações do DP no período entre os meses de janeiro a maio de 1979 a partir da análise de algumas palavras chave (Quadro 2) que aos poucos foram assimiladas pelo conjunto da sociedade e integradas também ao discurso daquela categoria profissional seja nas falas apresentadas durante as entrevistas concedidas por seus representantes e militantes da base ou muitas vezes na postura reivindicativa frente aos gestores públicos ou nas assembleias deliberadas pela APENOPE.

Para começar, registramos alguns léxicos presentes nas principais matérias publicadas, expressões identificadas nas diversas charges presentes nos cadernos impressos pelo DP. Das matérias analisadas, seis palavras fizeram presente no conjunto dos textos tendo com maior ênfase para: greve, educação, professor, repressão, alunos e escola. Nesse ponto não coube uma análise do teor ou mesmo aplicação ideológica ou semântica das palavras e sim o quantitativo para posterior identificação enquanto influência na construção do “riso” abordado por Saliba (2012).

Assim, de acordo com registrado (Quadro 2), o Diário de Pernambuco, periódico mais antigo em circulação da América latina, entre os meses de janeiro a abril de 1979 inseriu na construção dos títulos das suas matérias a palavra aluno por sete (7) vezes no total. Por outro

lado, foram as expressões greve (19) e professor (25 vezes) citados com mais frequência. No entanto, os léxicos professor e greve quando aplicados estavam ora relacionados a fatos ocorridos fora do país ou mesmo acontecimentos locais, mas que não expressavam as dificuldades enfrentadas pela classe docente seja da Rede privada ou mesmo da pública. Ao analisarmos a linha de atuação do DP podemos fazer algumas considerações no processo de (in) formação ao conjunto da sociedade dentro de um contexto histórico bastante peculiar: De imediato, o que chama atenção é que, apesar do periódico buscar destacar sua posição também por meio das charges, na época não fez o uso direto da palavra repressão nos diálogos, mesmo quando seus jornalistas já tinham conhecimento de imagens ou fatos ¹³ que evidenciavam a prática da vigilância por parte do aparato policial contra políticos e entidades ou mesmo funcionários públicos. ¹⁴

Portanto, a instabilidade política divulgada nos principais jornais da região do Centro-Sul do país, em que procurava mostrar ocorrência de outras movimentações de Sindicatos e associações, fez despertar ainda mais a atenção da imprensa o que exigiu por muitas vezes por parte dos governos maior utilização do aparelho repressivo contra a parte das classes dos trabalhadores, como registrou o Diário de Pernambuco do dia 15/04/1979 ao divulgar acontecimento ocorrido no Estado de São Paulo:

“A Semana Santa não interrompeu” a movimentação dos funcionários públicos estaduais, principalmente os professores assim como o esquema de vigilância do DOPS, ocorrendo inclusive à detenção de quatro elementos na madrugada de sexta-feira, que distribuíam panfletos e o primeiro número do jornal O Companheiro, tratando exclusivamente das reivindicações das categorias profissionais¹⁵” (Diário de Pernambuco, 15/04/1979).

Na cobertura realizada pelo Diário de Pernambuco ficava um sutil indicativo de que qualquer mobilização de contestação realizada no Sul e que fosse reproduzida em Pernambuco seria de imediato tratada como caso de polícia. Afinal, como consta no próprio texto “elementos” foram detidos por entregar panfletos e exemplares de um jornal da classe”. Essa conduta confirma o que diz Orlandi (1991, p.102) ao discutir o funcionamento da “Língua-de-espuma”. Segundo autor: “Ela tira proveito da matéria mesmo da redução dos sentidos para produzir sua expansão”. Ou seja, ao leitor tem na mensagem um único sentido (informação sobre o cenário em São Paulo), no entanto, a matéria traz multiplicidade de sentidos (o que poderia ocorrer no Recife).

¹³ Ver DP - 03 - 01-1979 – Capa-. Militares advertem a políticos que a vigilância vai continuar-Hemeroteca/ APEJE.

¹⁴ Ver JC - 03-04-1979 - Capa - Germano demite de uma só vez setenta professoras. Hemeroteca/APEJE.

¹⁵ Ver DP- Grevistas são presos em Plena Semana Santa - 15-04-1979 - A20 - Hemeroteca/APEJE.

Independentemente das matéria, o fato é que em Pernambuco, mesmo anterior ao episódio ocorrido na capital bandeirante diversas categorias iniciaram encontros visando organizar uma luta conjunta por melhores salários, fato publicado por exemplo na mídia local no dia 05/04/1979 em matéria intitulada – Luta salarial vai reunir 20 mil no Recife. A manchete apresentava a reação das categorias profissionais por sentirem cada vez mais os efeitos da elevação do custo de vida buscavam unir forças para pressionar as autoridades locais. Segundo o registro da matéria:

“Com a participação de representantes dos engenheiros, agrônomos, jornalistas, dentistas, médicos, professores, enfermeiras Ana Nery, assistentes sociais, veterinários, contabilistas, economistas, bibliotecários, nutricionistas, químicos e estatísticos, realizou-se no Sindicato dos Odontologistas a primeira reunião preparatória do movimento reivindicatório salarial ¹⁶” (DP, 1979).

Também, é importante destacarmos a presença do papel coercitivo do DOPS/PE se fez presente na tentativa de controlar o que os cartunistas tanto do DP quanto no JC estariam produzindo. Percepção essa destacada por Laílson Holanda chargista do DP, ao narrar a sensação daqueles que atuavam no periódico do DP e as condições para suas criações. Ao refletir o período de 1979 a 1982, momento em que os movimentos paredistas tomavam as ruas, o governo reprimia as greves e a população exigia uma solução, o chargista ressaltava o medo existente no momento de abordar a questão e o receio quanto à presença do DOPS/PE seja nas ruas ou mesmo indiretamente nas redações dos órgãos de imprensa. Segundo ele:

“Qualquer cidadão submetido ao regime opressivo e que tem opinião própria; você tem medo! Principalmente porque o pessoal da direita chegava e dizia: Eu tive na DOPS! Tua pasta oh! Desse tamanho. Ai passava um tempo, chegava outro lá e dizia: vi tua pasta lá; não é mais uma não, agora é duas!” (DOPS/PE, 1979/1982).

Quanto ao controle exercido diretamente por componentes do governo ao trabalho realizado no periódico, Laílson destaca que: “Os Secretários de Governo mandavam! Mandavam.

Tá proibido isso, tá proibido aquilo! Então vinham as limitações. Isso vinha! Direto para a editoria e a editora me dizia’ ¹⁷.

De acordo com afirmação apresentada pelo chargista todo um trabalho desenvolvido recebia significativa interferência da ordem política instituída. Portanto o nível de controle do

¹⁶ Ver DP – Luta salarial vai reunir 20 mil no Recife – Capa - 05-04-1979. Hemeroteca/APEJE.

¹⁷ O cartunista Laílson de Holanda Cavalcanti, tem 61 anos, atuou como professor de língua estrangeira e portuguesa em curso privado, trabalhou no DP entre os anos de 1977 a 2005 e atualmente administra sua própria empresa no ramo de material educacional (criação de personagens, história em quadrinhos, Power Point), trabalho de endomarketing em Segurança do Trabalho,. Entrevista concedida ao pesquisador dia 14-11-2014.

governo junto a imprensa ocorria mesmo no período em que o presidente Geisel afirmava ter interesse de levar o país de volta ao regime plenamente democrático. Abreu (1979), que na época exercia a chefia do Gabinete Militar da Presidência, após sua tumultuada saída, registrava em seu livro de memória um episódio ocorrido ainda em 1977 na UnB e evidenciava com maior precisão o delicado momento vivenciado pelos atores naquele período: Afirmava o General Abreu (1979) que:

“Tomei conhecimento de que a reportagem fotográfica do Correio Braziliense e do Jornal do Brasília dava a impressão ter havido muito maior violência do que realmente aconteceu. Isso causaria choque nos estudantes de Brasília, cuja movimentação estávamos procurando controlar. Consegui ligar-me com os dois diretores dos jornais que atenderam o meu apelo e limitaram a matéria a ser publicada em ambos matutinos”¹⁸ (Abreu, 1979, p.69).

Assim, a fala do militar confirma a memória do chargista de que no período em estudo existiu uma forte intervenção do Estado ainda durante o processo de abertura política proposto pelo regime, ou seja, uma tentativa de regular as ações dos veículos de imprensa periódica, postura evidenciada anos anteriores e tomadas por medidas de advertência, fechamento do órgão ou até mesmo prisão, tortura e muitas vezes e morte de jornalistas.

No entanto, quando destacamos atos cometidos por autoridades representando a “ordem social” Aguiar Neto (2014, p.48) apresenta um ponto importante “Apesar dos militares terem fechado muitas redações, eles viam na imprensa uma forma de se sustentarem no comando do país”. Também, o Diário de Pernambuco se encontrava dentro desse contexto, ou seja, sofrera diretamente pressão dos militares e assim, a partir dos seus interesses passara adotar medidas para continuidade dos trabalhos jornalísticos, primeiro mantendo uma relativa aproximação com a ordem instituída. A lei 5.250/67 que definia a liberdade de imprensa abrangeu todos os meios de divulgação, mas não quebrou a essência quanto a sua função; informar e formar. No entanto, a postura adotada pela imprensa local ou mesmo por alguns jornalistas com chefia nas redações precisa ser compreendida dentro do contexto histórico de vigilância existente, visão exposta por Silva (2014, p.180) quando analisa a forma de atuar dos agentes da DOPS/PE entre os anos de 1964/1985). Segundo ela “Para os agentes da DOPS, a suspeição era a primeira arma para o estabelecimento de uma vigilância preventiva da sociedade”.

Essa postura, segundo a historiadora Silva (20014, p.181) “não se restringia apenas a DOPS/PE, ocorrendo da mesma forma em outras unidades como os Departamentos de Ordem

¹⁸ Abreu, Hugo. O outro lado do Poder. Nova Fronteira, p.86. 1979.

Política e Social de São Paulo, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Departamento Especial de Segurança Política e Social do Distrito Federal (DESPS)”. Assim, é possível considerarmos os efeitos da vigilância policial no trabalho exercido pelos jornalistas dos dois principais jornais locais. Essa regulação quanto o que publicar ficou registrado não apenas nos folhas e textos suprimidos mais também na memória do chargista Laílson ao relembrar o período, comparar o diferencial no agir das chefias das redações tanto do DP como do JC. Porém, afirma que cenário não impediu que de alguma maneira, a leitura crítica dos fatos chegasse ao leitor. O chargista ressalta que a liberdade de trabalho era muitas vezes cerceada, mas cada órgão de imprensa trabalhava dentro da sua realidade. Para o chargista Laílson do DP:

“O Diario sempre foi um grupo mais conservador e naquela hora o Jornal do Commercio tava numa crise econômica muito grande, então, ali eles estavam mais soltos. Creio eu! No Diario a gente estava muito sujeito ao controle de opinião. Certo? Mesmo assim, a gente conseguia driblar essa coisa; fazendo arte!¹⁹” (Cavalcanti, Laílson de Holanda).

Percepção constatada por Silva (2012) na tese - As violações aos Direitos Humanos e Garantias fundamentais - destaca que foram intensas as ações dos militares em especial contra a grande imprensa mesmo antes do período de maior imposição autoritária. Segundo ele:

“A imprensa nacional também foi vitimada severamente pelas violações de direitos. Antes mesmo da edição do AI-5 em 1968, houve a promulgação da Lei de Imprensa de 1967, e posteriormente a edição da nova lei de Segurança Nacional em 1969” (Silva, 2012. p.76).

Constatação logo apresentada por Aguiar Neto (2014) ao escrever A associação de Imprensa de Pernambuco – em tempos de repressão e o direito da personalidade – em que destaca o quanto o conjunto da classe de jornalistas sofreram com as arbitrariedades do governo visando supressão da liberdade de bem informar a sociedade. Para Aguiar Neto:

“Inúmeras intervenções que repercutiam nas atividades dos jornalistas no Brasil, quando muitos decretos e atos procuravam expandir a censura no país e o regime militar foi marcado por imposições a liberdade de expressão, censura à imprensa e manifestações populares” (Aguiar Neto, 2014. p.42).

Ao fazermos um levantamento quanto à produção jornalística da imprensa periódica pernambucana, durante os três meses primeiros meses do ano de 1979 que antecederia a deflagração da greve dos professores da APENOPE é possível percebermos uma significativa produção por parte da mídia impressa e uma significativa influência na construção da imagem do

¹⁹ O cartunista Laílson de Holanda Cavalcanti - Entrevista concedida dia 14-11-2014.

docente naquele período de mobilização deflagrada em Pernambuco. Esse convívio indireto entre professores e a imprensa durante processo que resultaria na deflagração da mais expressiva greve da categoria fora um dos fatores que possibilitara a viabilidade da (des) construção do profissional do magistério da rede estadual de ensino de Pernambuco entre os anos de 1979 a 1982.

Freitas (2014, p.21) destaca que “o convívio com o grupo permite o confronto entre as pessoas e cada um vai se construindo nesse processo de interação, por meio de constatações de semelhanças e diferenças entre nós e os outros”. Portanto, mesmo que a percepção da autora esteja direcionada a questão entre profissionais do magistério, é possível constatar que o “canal de compartilhamento de notícias” criado entre jornalistas e lideranças da APENOPE para cobertura da greve possibilitou que outros professores não tão atuantes, seja por desinteresse ou medo, tenham encontrado a partir das publicações quase que diárias dos veículos de comunicação o estímulo para estarem também presentes nos protestos que logo viriam ocorrer por várias semanas nas ruas do centro do Recife, cidades do interior do Estado.

A matéria publicada no DP do dia 14/02/1979 intitulada “Magistério deve ser um sacerdócio, afirma Salomão Joroslavsky”, ao mesmo tempo em que traz a opinião de um professor para destacar o sucesso e a necessidade de maior comprometimento da classe docente, por outro lado destaca de maneira sutil as duas realidades da docência no nosso país. Diz o professor Salomão na abertura do texto que:

“O magistério é e deve ser um sacerdócio”. Não tenho queixa quanto à carreira que escolhi e que venho exercendo a quatro décadas, mas reconheço que somente os professores que ensinam em colégios organizados e de grande porte recebem remuneração condigna com sua atuação de profissional liberal ²⁰” (DP, 1979).

Portanto, os discursos dos professores e da imprensa periódica não estavam muito distantes quando interligamos aos registros coletados nas pesquisas junto aos periódicos e as narrativas dos docente levantadas no presente estudo ou mesmo em documentos oficiais mesmo que de maneira tímida.

Por sua vez, quando analisado os canais, as especificidades das matérias publicadas, a forma e a contribuição para construção do ser professor podemos destacar três importantes vias:

²⁰ Em 1941 Salomão formou-se em Química pela Universidade de São Paulo e no ano seguinte concluiu Didática. Em 1958 assumiu a direção do Colégio Carneiro Leão sem deixar de lecionar na UFPE. Em 1968, com mais 13 sócios foi fundador do União Colégio e Curso, pioneiro em preparar alunos para o vestibular, integrando o terceiro ano ao cursinho. Ver - (DP - 04-02-1979 – Magistério deve ser um sacerdócio, afirma Salomão Joroslavsky. P. A17. Hemeroteca/APEJE).

Primeiro, as cartas, os Artigos de opinião enviados pelos leitores dos jornais e as charges. Formas, muitas vezes humorada de diálogo entre a sociedade, Governo e até mesmo a categoria mobilizada.

Assim, ao elencarmos as três principais formas de produção publicadas na imprensa local, é possível percebermos a força dos periódicos e suas publicações especialmente no tocante a classe docente e a influência na formação da sua própria imagem. A greve dos professores da rede oficial de Pernambuco foi deflagrada no final de maio de 1979 ²¹, porém, é possível analisarmos o papel da mídia meses antes, já destacando de forma pouco incisiva o cenário e as problemáticas inerentes ao ensino público não apenas em Pernambuco, como também, nos demais federações. No curso dos fatos, o leitor do Diário de Pernambuco passara receber sutilmente “o outro lado” da situação do ensino no país, ou seja, não apenas aquela pautada nas propagandas e boletins informativos elaborados por técnicos a serviço dos governos estaduais em detrimento da voz do professorado presente nas escolas. Assim, era “minada” gradativamente uma realidade que o próprio regime militar instaurado desde 1964 tratava de ocultar, seja pela adesão dos gestores e seus respectivos subordinados, como também das diversas lideranças sindicais ou, em última instância, pela pura e simples utilização do aparato (DOPS e PM) repressor.

Dessa forma, além das matérias textuais publicadas, o humor expresso a partir das charges passou a ser mais uma forma eficiente utilizada pela imprensa periódica para existência de um elo comunicativo entre a própria mídia impressa, professores e o conjunto da sociedade, fato que veio de alguma maneira viabilizar melhor aceitação social e posterior deflagração do movimento paredista que se aproximava.

Ceccon (1986) intitula o primeiro capítulo do seu livro “Ninguém está contente com a escola” visão que muito se aproximava do cenário vivenciado pela classe docente na década de 1970, e que apresentou como consequência uma maior mobilização da categoria e deflagração da primeira greve dos professores da Rede Oficial de Ensino de Pernambuco. Mas, a citação expressa, também não está distante dos dilemas atuais que afligem docentes e levantam ainda questões porque não dizer históricas quanto à consolidação do ser docente. Para Ceccon (1996):

²¹ A greve dos professores da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, movimento realizado sob a liderança dos docentes da base da APENOPE durou um total de 36 dias (31/05 a 04/07 de 1979).

“Todo mundo vive se queixando da escola. pais, professores e alunos reclamam que ela não esta funcionando como devia e que as coisas não podem continuar desse jeito. Mas cada um pensa que o culpado desse mau funcionamento são sempre os outros. Daí que a discussão sobre a escola parece mais um coro em que cada um acusa o outro, cada um tem uma parte de razão, mas ninguém consegue se entender nem chegar à raiz do problema.”²² (Ceccon, 1986, p. 11)

Partindo da reflexão acima e da análise iconográfica de outras fontes levantadas durante o presente estudo, constatamos que entre os meses de janeiro a junho de 1979 alguns fatores ganharam importância. Primeiro, a imprensa gradativamente passava aprofundar cobertura e dimensionava para o seu público leitor o processo de mobilização e reivindicação dos classe docente da rede oficial e diante o “afrouxamento” que o regime militar apresentava, tanto os jornalistas como chargistas daqueles veículos de comunicação em estudo “criavam” um mecanismo de comunicação eficiente entre as partes. Outro aspecto que merece destaque é também o fato que, os professores da base ao assumirem o comando da APENOPE e deflagrarem a greve geral que duraria cerca de trinta e seis (36) dias, procuraram de alguma forma, desde o primeiro momento “eleger a imprensa como porta-voz dos seus anseios” e amparo nos momentos mais difíceis.²³

Também é possível identificarmos esse “feedback” entre educadores e a Imprensa durante análise da entrevista com a professora Luci Machado, quando questionada sobre o papel da imprensa local e a greve deflagrada em 1979. A professora ressalta a delicada relação entre as partes principalmente no período de acirramento em que o Governador Marco Maciel (1979/1982) não aceitava negociar com a categoria e procurava descredenciar o movimento junto à sociedade utilizando a mesma imprensa como veículo propagador. Assim, afirma a professora:

“Lembro! Eram os dois principais veículos {DP e JC}. A imprensa. Mas a imprensa deu sua contribuição porque aparecia sempre nos movimentos grandes lá em frente à Secretaria. Agora, às vezes nem sempre condiziam com a realidade da gente; as notícias às vezes eram truncadas, não eram assim fácil. Mas eles noticiavam! Eu acompanhava e tenho até alguns. Eu lia qualquer um, eu não comprava o jornal. Era, saía notícia da greve no jornal, é por isso que eu tenho material assim, coisa, porque eu sempre procurava. No entanto, nem sempre as opiniões dos entrevistados estavam alinhadas quanto essa relação imprensa e professores”²⁴ (Pinheiro, Luci Machado).

²² Ceccon, Claudius; De Oliveira, Miguel Darcy. A vida na escola e a escola da vida. Editora Vozes, Petrópolis. 1986. p.95.

²³ Ver JC - Recife, 29 de maio, 1979 – Capa. Hemeroteca/APEJE – Após assembleia que decretou greve sem apoio da associação, os professores se reuniram na frente do JC. (Anexo – fig. 50).

²⁴ Professora Luci Machado Pinheiro em entrevista concedida ao autor dia 4 de agosto de 2014.

Por sua vez, o professor Arundo Nunes, participante direto durante toda mobilização e greve, durante a entrevista, quando questionado qual fora o papel exercido pela imprensa naquele contexto de 1979 em relação as mobilizações dos professores da APENOPE ele afirma:

“Companheiro, em dois mil e quatorze os jornais são reacionários! E, há trinta anos atrás? Eles eram o quê? Nazistas! Zero. Jornais, televisão, rádio. Tudo! Não tinha nada; era na base do grito. Sem dinheiro, sem nada, sem porra nenhuma! Era amor mesmo! Era amor!²⁵” (Nunes, Arundo).

Na fala do docente há uma total negação de apoio ou cobertura oferecida pela imprensa ao movimento docente em 1979. No entanto, é necessário entendermos que as discordâncias e resgates da memória são ainda muitas vezes reflexos daquela complexa relação e das experiências que cada profissional vivenciara com os respectivos setores da imprensa, seja durante sua militância política-sindical, ou mesmo quanto docente que buscava um canal que viabilizasse externar suas esperanças ou mesmo frustrações.

Ainda, durante as entrevistas levantadas junto aos professores aposentados e participantes do cenário em estudo, constatamos que vários docentes relataram situações vivenciadas que muito se assemelhavam a fatos divulgados nas matérias publicadas pelos dois principais jornais locais ou mesmo nas charges produzidas pelos chargistas do DP. Para compreensão dessa narrativa, Freitas (2014) analisa que:

“A narrativa é formada por fatos que o sujeito seleciona, constituindo um personagem que ele quer apresentar para o pesquisador, a qual cabe analisar as entrelinhas de sua narrativa para compreender o que esta posta nessa apresentação” (Freita, 2014, p. 179).

Portanto, a imprensa durante todo aquele espaço temporal (1979) de maneira habilidosa apresentava quase que diariamente notícias denunciando a precariedade do ensino público ou por outra o quanto a sociedade era atingida. Também procurava fazer destaque para situação de carência vivenciada por docentes seja na sala de aula ou mesmo em seus lares. Assim, as matérias publicadas acabavam, por muitas vezes desconstruir o discurso oficial que evidenciava o “sacerdócio do magistério” como algo sublime e que deveria ser continuado, como também, caberiam aos professores paciência para a efetivação das mudanças propostas pelo Governo que assumia.

O DP mesmo que timidamente, pelos traçados de seus chargistas contribuía para externar para o conjunto social o verdadeiro descaso que a classe docente sofrera ao longo de

²⁵ Entrevista colhida dia 21-07-2014 pelo autor.

décadas e o quanto a população perdia no dia-dia ao receber uma educação cada vez mais sucateada. As charges atenderam ao papel de uma “agente mobilizadora”, ou seja, ao mesmo tempo em que reforçava o que outras matérias no próprio exemplar já abordara, acabava por dimensionar muitas vezes aflições só perceptíveis aqueles que estivessem em sintonia com o que ocorria nas ruas ou mesmo aqueles “sobreviventes” das ações do aparelho repressor e ideológico do Estado.

Nessa perspectiva, ao analisar o uso da fotografia no final do século XIX Toral (2001, p.94) afirma que: “Temos fotos que, ao contrário do que era feito na época, cultivavam uma realidade sem retoques, com os personagens em situações apresentadas como espontâneas, não em poses rígidas”. Fazendo contraponto com a produção dos chargistas nos dois principais veículos da imprensa pernambucana na segunda metade do século XX, podemos afirmar que os desenhos de uma maneira leve despertava o leitor para compreender o que estava ocorrendo. Mas, também é possível percebermos que os chargistas ao produzirem seus desenhos apresentavam muitas vezes o cotidiano do professor com suas dificuldades cotidianas, e assim, acabavam aqueles profissionais das redações por despertar também uma realidade quase sem retoques vivenciadas por outras categorias presentes no mercado de trabalho e que paralelamente reagiam diante o cenário de conflitos que se desenhava no país, em especial junto ao “Novo sindicalismo” que ganhava força em Pernambuco.

As charges em estudo no presente capítulo publicadas nos dois principais impressos pernambucanos entre os meses de janeiro a abril de 1979 serviram não só como mecanismo de comunicação, mas também foram importantes como suporte para questionar a existência ou consolidação das narrativas dos docentes (fig.12).

É certo que o trabalho dos chargistas do DP não trazia apenas o riso como objetivo principal, as charges ao serem publicadas possibilitava ao leitor desenvolver muitas vezes um olhar mais aprimorado das notícias que estavam estampadas no corpo do encarte ou mesmo perceber a força exercida do silêncio que a ordem instituída exigia da imprensa.²⁶

²⁶ O silêncio como dissemos não é transparente. Ele é tão ambíguo quanto às palavras, pois produz em condições específicas que constituem seu modo de significar. (Orlandi, Eni Puccinelli. As formas do silêncio. p.105, Unicamp. São Paulo. 1997.

Figura 12. Diário de Pernambuco, Recife, 30 de maio, 1979



Fonte: Charge de Cleriston. Diário de Pernambuco, Recife, 30 de maio, 1979. p. A10. Hemeroteca/APEJE.

As charges apresentavam sentidos expressos nas “relações cruzadas” docente/sociedade; sociedade/Governo ou docente/Governo. Relações que por sinal não eram estáticas e sim cíclicas, visão acompanhada por Freitas (2014, p.179) ao afirmar que “as histórias individuais narradas carregam em si a história coletiva”. Dessa forma, não só a histórias de vidas dos docentes e suas constantes lutas por (re) assumir a sua posição social, mas também as charges publicadas no DP despertavam, narravam histórias individuais que gradativamente eram assimiladas por seu público como uma história coletiva.

Portanto, o Diário de Pernambuco entre os meses de janeiro a abril de 1979 desempenhou importantes papel ligação seja para o governo ou mesmo para classe de trabalhadora. Mas, toda relação construída não serviu só como mecanismo de comunicação, foram úteis como suporte para afirmação do professorado da Rede Oficial de Ensino, sob representação da APENOPE ou mesmo para o Governador Marco Maciel e sua gestão que acabara de assumir o Executivo e assim necessitava de um canal para atingir o conjunto da população, principalmente os grupos formadores de opinião. Assim, entendemos que, não só histórias de vida dos docentes, mas também as charges publicadas no DP acabavam por despertar ou mesmo narrar histórias individuais que se fundiam com realidade das massas.

Ao analisarmos o trabalho realizado pela imprensa local no período anterior a deflagração da greve dos professores da Rede estadual é possível percebermos que nos primeiros quatro meses o Diário de Pernambuco publicou inúmeras charges cujos enfoques correspondiam

ora ao custo de vida na cidade do Recife, como também a situação vivenciada por professores e a própria comunidade escolar. Dessa forma, havia nas charges mensagens implícitas, ou seja, difícil dissociá-las do cotidiano dos docentes e suas condições de trabalho. Assim, em números, quanto às charges correlacionadas a questão das greves e situação econômica do país publicada pelo Diário de Pernambuco registramos o seguinte quantitativo: janeiro (02), fevereiro (0), março (08), abril (04), maio (08).

No entanto, quando analisamos o DP a partir das charges produzidas especificamente direcionadas a questão docentes temos os seguintes dados: janeiro (0), março (02), abril (01) e maio (05). Importante destacarmos que entre os meses de janeiro e fevereiro o humor expresso a partir das charges do DP estava direcionado enquanto à escolha do novo Governador de Pernambuco por parte do presidente João Figueiredo (1979/1985), bem como, num segundo momento aos festejos carnavalesco e o futuro secretariado sob a escolha do então governador nomeado Marco Antônio Maciel (1979/1982).

Os dois principais chargistas responsáveis pelas artes publicadas no Diário de Pernambuco assinavam seus trabalhos como Laílson (fig.13) e Clériston (fig. 12). O primeiro entre os meses de janeiro a maio de 1979 produziu sete (07) charges diretamente relacionadas à temática educação onde apresentava o professor nas mais variadas situações.²⁷

Por sua vez, Clériston, no mesmo período produziu um total de seis (6) charges em que o profissional da educação era o ponto de reflexão direta e muitas vezes numa abordagem mais condizente com os discursos presentes nos textos publicados nos demais cadernos do Diário de Pernambuco.

²⁷ Prontuário nº 30.339 – Fundo SSP/PE – 1978/79(Recortes de jornais) – Série assuntos: charges / Diário de Pernambuco. Há uma cópia nos arquivos do DOPS/PE da charge figura 13.

Figura 13. Diario de Pernambuco. Recife, 5 de maio, 1979



Fonte: charge do Lailson. Diario de Pernambuco. Recife, 5 de maio, 1979. P. A10 - Hemeroteca/APEJE

Assim, percebemos que, a imprensa local enfrentou incertezas, percepção constatada quando analisadas principalmente o conjunto de matérias publicadas pelos jornalistas sobre a temática Educação e da cobertura das mobilizações docentes realizadas entre os meses de janeiro a junho nas várias capitais do país. Porém, gradativamente os veículos locais apresentariam suas posições dando maior dimensão as reivindicações docentes em Pernambuco. Agora, a forma, a quantidade e especialmente a qualidade é que ganhariam suas respectivas particularidades. É certo que, os anseios de uma classe de profissionais do ensino e a comunicação com o conjunto da sociedade fora feito através das diversas matérias seja de capa ou mesmo Cadernos específicos para cobertura da greve dos professores em Pernambuco, fator que viria contribuir no processo reaproximação dos docentes. Também, os Artigos de opinião produzidos por intelectuais ocuparam espaço no periódico DP, mas foi principalmente a partir do trabalho dos chargistas que a discussão quanto a inexistência de uma real valorização da profissão docente durante regime de censura que vigorou no Brasil foi dimensionada.

Por sua vez, a canalização dessa questão é exposta pelo Diario de Pernambuco ao abrir a matéria de capa do dia 17 de maio com a seguinte manchete: “Professores dão 15 dia de prazo”.

No entanto, no corpo do texto não havia qualquer informação referente à quantidade de professores que deveriam paralisar atividades. Constava sim o seguinte registro:

“Professores da rede oficial de ensino foram forçados, ontem, a conceder o prazo de 15 dias pedido pelo Governo para decisão sobre as reivindicações salariais, porque corresponde ao tempo exigido pela Lei de greve para sua decretação. De acordo com essa Lei, eles publicam hoje, edital nos jornais locais, convocando nova assembleia-geral para daqui a 10 dias, quando decidirão pela conciliação ou paralização de suas atividades” (DP – 17/05/1979 – Capa).

O texto é bastante simples à primeira leitura, mas, ao analisarmos a expressão “foram forçados” o DP implicitamente reforça a ideia da desmobilização que havia dentro da própria associação dos docentes, como também que a maioria acabava atendendo um chamado daqueles que não os representava dentro da APENOPE.

Por outro lado, no mesmo período, quando analisamos o trabalho dos chargistas do Diário de Pernambuco fica implícita uma possível “comunicação” entre os chargistas do Diário de Pernambuco e do Jornal do Commercio para elaboração de uma mensagem muito maior, como se a partir da fusão das duas charges tivéssemos como resultado uma pequena historinha em quadrinhos onde as personagens apesar de ficção pareciam ali muito presentes e com dilemas bem reais do conjunto da sociedade. Essa “união” seria como uma forma de desviar atenção dos censores presentes nas redações, uma vez que aqueles viam apenas o fragmento dos discursos existentes nas charges separadamente. No entanto, é necessário compreendermos que essa sintonia se fazia pelo fato da formação dos autores serem próximas, como também pela conjuntura político-social vivenciada. Os chargistas num período delicado da nossa história acabam por consolidar o que Saliba (2002, p.43) cita ao discutir a representação do humor na história do Brasil no final do II reinado e início da República brasileira. Assim, ele destaca que – “Podemos dizer que aqui se retoma e se aprofunda uma longa tradição de humor brasileiro, que será ativada e realimentada no período republicano com a reiteração continuada das fortes relações entre o humor e a imprensa periódica”.

As charges publicadas nos dois principais Jornais em circulação no Estado durante a vigência do regime ditatorial realimenta, já na década de 1970, de maneira bem humorada não apenas a relação com a imprensa. Os traços rápidos e os cenários montados em cada desenho realinhava uma forte relação também com diversos outros grupos sociais, isso num período de intensa ebulição política e ideológica. No cenário que se desenhava em 1979, ficava inerente a importância do trabalho dos chargistas Laílson e Clériston no DP. Evidenciava-se a partir da

leitura das charges que naquele jogo de imagens e discursos estavam presentes relações de poder comuns ou mesmo muitas vezes opostas. Dentro desse cenário, ocorriam os preparativos para deflagração da greve dos professores da rede oficial, movimento que vale registrar não sofrera tão intensa repressão policial, mas por sua vez, o Governo utilizava a imprensa para firmar o discurso oficial junto à sociedade e desconstruir uma greve que se fazia praticamente irreversível.

Como exemplo, em matéria publicada no Diário de Pernambuco do dia 23 de janeiro, o Governador Marco Maciel tendo como Secretário de Educação Joel de Hollanda, apresentava as metas daquele setor visando atender as carências dos professores. Em letras garrafais o DP publicava: “Encontro de mestres em Palmares alcança êxito”. No entanto, ao fazermos a leitura do texto fica evidenciada o quanto fora limitada aquela ação. Registra a matéria:

“O primeiro encontro de diretores de Escolas Estaduais realizado nesta cidade alcançou as metas preconizadas por vários diretores que em novembro do ano passado estiveram participando do curso programado pela Secretaria de Educação e Cultura através Proage em Nazaré da Mata.” (Diário de Pernambuco. Recife, 23 de jan, 1979, p. B8)

A matéria é finalizada com o registro nominal de cada representante e da localidade que representava, sendo um total de onze cidades do interior do Estado. Assim, procurava o Governo difundir para sociedade e no corpo da própria categoria dos professores que havia uma preocupação em investir na Educação e proporcionar melhorias que a demanda fazia por exigir. Ou seja, o Executivo compreendia que fragmentar internamente a entidade que representava os próprios docentes seria um caminho viável para enfraquecer a base da categoria em movimento e evitar a radicalização.²⁸

Paralelamente, o discurso era reforçado pela atuação do Secretário Joel de Hollanda (1979/1982), ora apresentando palestras nos municípios pernambucanos, outra concedendo entrevistas especiais aos jornais locais e principalmente publicando e disponibilizando para o conjunto da população boletins com estatísticas do investimento empenhado pela gestão Marco Maciel (1979/1982).

No entanto, diante todo contexto o Diário de Pernambuco buscava mesmo com certa cautela apresentar-se para a sociedade ou docentes “fazer-se representante”. No período entre os meses de janeiro a maio, exatamente instantes em que professores pleiteavam melhorias nas condições de trabalho e salário várias matérias foram publicadas onde ficava evidenciado o

²⁸ “Na medida em que a divisão das massas oprimidas é necessária a à manutenção do status quo, portanto, à preservação do poder dos dominadores, urge que os oprimidos não percebam claramente esse jogo”. Ver - Freire, Paulo. 2005, p. 166.

descaso das autoridades ao longo dos anos anteriores em Pernambuco, porém, era principalmente a partir das charges publicadas que havia um maior teor de crítica, o que acabava por assim estimular o leitor a tomar um certo posicionamento.

A descrença quanto trabalho dos professores e sua desvalorização também foi expressa na charge produzida por Clérison e publicada no Diário de Pernambuco ainda no dia 13 de maio de 1979. O diálogo entre duas crianças reflete como dois lados de um mesmo campo ideológico recebiam de seus familiares ou do próprio meio a ideia quanto percepção da greve. Naquele momento professores em diversas regiões do país estavam paralisando suas atividades, em Pernambuco as mobilizações caminhavam para adesão paredista, fato que o próprio governo procurava negar usando até mesmo a própria imprensa. Assim, o chargista utiliza da imagem de dois jovens para que parcela maior da sociedade discuta e tome posição quanto a questão da greve dos professores da APENOPE.

Laílson (DP), como que acompanhando a produção do Clérison publicada no dia 13 de maio retoma o debate quanto à condição financeira do professor e a visão que outras categorias de trabalhadores construíram da profissão docente, mas agora “complementava” uma charge publicada no JC de autoria do chargista Bione. Na charge do Bione (JC) a cena ocorre em frente da residência de uma professora, que ao atender outra docente afirma não ter poder aquisitivo para efetuar o pagamento de um eventual serviço doméstico proposto, situação que acaba por resultar em um bate papo informal e uma reflexão quanto às condições de vida da classe docente.²⁹

Assim, a charge publicada no DP no dia seguinte (fig.14) retoma a discussão levantada pelo Jornal concorrente e torna o debate mais provocativo. No “complemento” do chargista Laílson Hollanda a cena ocorre numa Agência de trabalho, situação em que uma mulher, aparentemente de baixa escolaridade, vai à procura de emprego, no entanto, demonstra aparentar bastante irritação ao receber da atendente o indicativo de uma proposta e um possível endereço.³⁰

²⁹ Ver Capítulo IV (Narrativas docentes e sindicalismo nas charges do Jornal do Commercio) página 136.

³⁰ Ver charge no DP do dia 13 de maio de 1979, p. A10. Hemeroteca/APEJE.

Figura 14. Diário de Pernambuco Recife, 14 de maio, 1979



Fonte: charge do Lailson. Diário de Pernambuco Recife, 14 de maio, 1979. p.7. Hemeroteca/APEJE.

A personagem descarta a proposta seguida de três indagações: Qual é neguinha? E eu vou lá me empregar em casa de professora? Desde quando professora tem dinheiro para ter empregada? Lailson com muita habilidade provoca reflexão quanto valorização do trabalho do professor como também, resgata a discussão da identidade docente ao mostrar que o profissional da educação não era “respeitado” frente à própria sociedade para qual prestava seus serviços. Outro aspecto discursivo importante é a força das palavras dirigidas à atendente. Laílson Holanda, também acaba por provocar no leitor à necessidade de refletir o cenário do dia anterior em que fora comemorado o 13 de maio.

Mas, o que levava o chargista do DP apresentar quase que uma “continuidade” do que havia produzido o Bione no dia anterior pelo JC? O certo é que pela mensagem ficava evidente que aquela percepção expostas nos dias 13 e 14 de maio eram um breve reflexo do contexto social vivenciado especialmente em Pernambuco. O chargista Lailson Holanda durante entrevista define o que o estimulava fazer suas charges era a função que seu trabalho apresentava naquele contexto:

“A charge naquela época tinha uma importância e uma contundência que hoje ela não tem. Quando você vai ver a minha charge ela tem uma análise crítica..... quando eu faço um desenho eu não estou falando porque eu estou fazendo um desenho; eu estou sintetizando toda uma experiência de vida, de opinião política, de posicionamento existencial, cultural e dando uma síntese para você refletir. E, eu espero que você reflita bem humoradamente. Mas, eu não estou fazendo uma piadinha! Estou fazendo uma coisa que você vai rir porque é inteligente. Se você fosse burro você não achava graça. Não é? E aí, agora você vai refletir: Por que é que eu ri? Por que isso me

provocou riso? O que é que esta errado nessa história? Ai você vai refletir e fazer uma análise. Pra mim essa é a função da charge ³¹” (Cavalcanti, Laílson de Holanda, 2014).

Portanto, apesar do controle imposto pelo regime visando regular atuação dos sindicatos e até mesmo o que a imprensa publicava, os chargistas, seja do Diário de Pernambuco ou do Jornal do Commercio, fazendo uso de um expressivo gênero textual, acompanhado de um forte humor acabaram não só por denunciar o ambiente de censura (fig.15) ainda vigente no ano de 1979, como também por viabilizar uma “aproximação comunicativa” mais efetiva entre os professores e o conjunto da sociedade. Assim, os docentes, de forma gradativa procuravam refletir e também desconstruir o antigo discurso do “ensino como sacerdócio” ainda alimentado pelo Estado para não atender direitos exigidos pela classe. Por outra, buscavam ainda via APENOPE, a partir dessa relação com a imprensa, dimensionar uma postura revigorada para uma nova classe que lutava pelas mesmas necessidades como qualquer outro trabalhador. ³²

Skidmore (2003) ao discutir a relação do controle que Governo exercia sobre os trabalhadores e sindicatos no Brasil no período do regime militar destaca que:

“Os sindicatos pouco podiam fazer no sentido de mobilizar a classe trabalhadora, porque a existência de um grande excedente de força de trabalho era fator de inibição da militância sindical em uma sociedade aberta. Sob o regime militar, eles eram submetidos ao controle e a manipulação do Ministério do Trabalho” (Skidmore, 2003, p.253).

Figura 15. Diário de Pernambuco Recife, 5 de maio, 1979



Fonte: charge do Laílson. Diário de Pernambuco Recife, 5 de maio, 1979. p. A11. Hemeroteca/APEJE.

³¹ O cartunista Laílson de Holanda Cavalcanti - Entrevista concedida dia 14-11-2014.

³² Ver JC - charge do Paulo Santos - JC – Na aula de hoje vamos estudar o corpo humano - Recife, 12 de abril, 1979. p. 2. Hemeroteca/APEJE.

Se a Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE) buscou via imprensa dialogar com a sociedade para consolidar a imagem dos profissionais da educação, por outro lado, a mídia impressa local, representada pelo DP e JC também foram importantes veículos para repassar aos gestores públicos o nível da recepção da população frente às greves que estavam ocorrendo no Estado, em especial a paralisação dos docentes da rede pública.

Em Pernambuco, entre os meses de janeiro a maio várias greves foram deflagradas, a maioria do setor Privado, mas logo em seguida, funcionários públicos diante aumento do custo de vida e o próprio processo de abertura política também realizaram reuniões e paralisavam fábricas. Sobre essas ações Ferreira (2012) ressalta a importância das greves registradas ao afirmar que:

“As greves urbanas ocorridas em Pernambuco ao longo do ano de 1979 tiveram importância decisiva, especialmente por três motivos: primeiro porque feriram a base econômica do regime autocrático que vigorava no Brasil desde de 1964. Segundo, passaram por cima da legislação sindical – especialmente no que se refere à lei “antigreve” (nº 4.330/64) – que impedia a ação política tanto dos trabalhadores quanto das entidades sindicais” (Ferreira, 2012, p.268).

Mais uma vez, diante processo de mobilização que ocorria no país os chargistas atuaram ao possibilitar que as paralisações tivessem maior visibilidade e fossem entendidas pela população. Assim, traziam para o público não apenas o cenário que cada categoria transmitia, mas também as reivindicações setoriais, as contrapropostas dos empresários e do próprio Governo; como também acabava por estimular uma reflexão do coletivo. As charges publicadas naquele momento além de despertar o riso também cumpria uma função indireta dentro de uma estrutura social fortemente cerceada.

As charges publicadas nos primeiros quatro meses de 1979 também serviram para provocar ou mesmo expressar como a própria população se posicionara diante questões que de alguma maneira as afetava no cotidiano da cidade e exigia maior agilidade por parte do Estado visando solução. Importante destacarmos que a sociedade pernambucana naquele período enfrentava o agravamento de problemas no campo da economia, sendo o desemprego, o custo de vida e a segurança pública merecidas mais atenção (fig.16), como também, questões no campo da política. Em decorrência da existência da lei de imprensa e a mesma definir como certas notícias deveriam ser abordadas, os “profissionais do humor” foram importantes agentes da comunicação com aquela parcela da sociedade que muitas vezes não compreendia termos técnicos e elaborados

artifícios jornalísticos e muitas vezes escritos sob o “olhar dos sensores da ditadura” plantonistas nas redações.³³

Figura 16. Diário de Pernambuco Recife, 22 de abril, 1979



Fonte: charge do Clériston. Diário de Pernambuco Recife, 22 de abril, 1979. pg. A10. Hemeroteca/APEJE.

No dia 16 de fevereiro de 1979 o Diário de Pernambuco publicou matéria de capa em que trazia o seguinte título: “Maciel promete mais assistência aos pobres”³⁴, espaço em que destacava os desafios enfrentados pelo recém-nomeado Governador Marco Maciel (1979/1982). Por sua vez, o mesmo DP publicava no dia 24 de março de uma expressiva matéria em que denunciava o descaso do Poder Público com o ensino e o quanto a população era prejudicada. A matéria é aberta com o título: “Aluno folga por não ter banca”. Em seguida, logo abaixo é complementada a informação com o texto: “segundo os alunos, pois a direção recusou-se a falar”. As classes entraram em “revezamento de folga devido à falta de bancas”. Portanto, a imprensa foi um importante veículo de comunicação entre a população e o governo, ela atuou numa relação de “mão-dupla” mesmo em alguns momentos havendo incoerência no teor em artigos produzidos.³⁵ Mas, em contrapartida essa mesma imprensa, indiretamente, viria fortalecer a classe dos docentes

³³ O ex. Deputado Federal Fernando Coelho e fundador do MDB durante vigência da Ditadura – 1964/1985- registram suas memórias o cenário político e social em Pernambuco desde levante militar e deposição do ex. governador Miguel Arraes no livro - Direita volver: O golpe de 1964 em Pernambuco. Editora Bagaço, 2004

³⁴ Diário de Pernambuco. Recife, 16 de fev, 1979 – capa.

³⁵ Diário de Pernambuco. Recife, 24 de mar, 1979, A5.

da rede pública na (re) conquista de sua identificação como também enfraquecera discurso do Executivo que destinava recursos favorecendo mais o Setor Educacional Privado (ao fazer pagamento de bolsas de estudos) em detrimento de corrigir as demandas e a baixa qualidade do ensino público oferecido a grande parcela da população.

Assim, Hobsbawm (2012, p.91) enfatiza a importância de coesão da base e da necessidade das classes de trabalhadores “fazer-se” constantemente. Para o ele “as classes nunca estão prontas no sentido de estarem concluídas ou de terem adquirido sua feição definitiva”. Mais adiante, Hobsbawm (2012, p. 110) ao analisar a capacidade de mobilização operária europeia no cenário da crise em 1914 reforça a importância da ação conjunta para conquista de um melhor resultado. Segundo ele “o poder do movimento reside na obstinação maciça das bases, cada dia mais representativas da classe operária. Sempre que esse sentimento maciço puder ser dirigido contra ou em prol de alguma medida particular, ele se torna quase irresistível”.

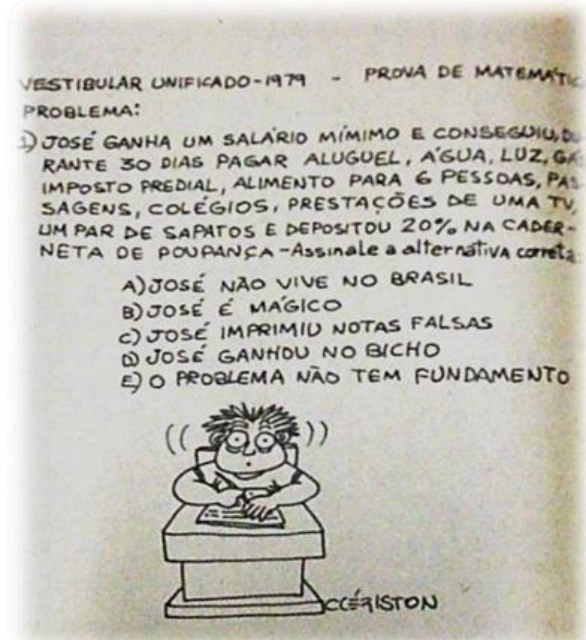
Assim, a mobilização deflagrada na base da APENOPE foi um dos fatores de relevância para ampliação da luta e posterior ressonância junto aos veículos de imprensa que timidamente naquele momento tomavam posição. As charges publicadas no Diário de Pernambuco também foram importantes para estimular a possibilidade de um maior diálogo entre as partes envolvidas em busca de um melhor modelo de educação para a população mais carente do Estado. Essa discussão, quanto o modelo educacional abordado em 1979, segundo Perez (2009) não era nada inovador, afirma ainda que:

“A busca pela superação do modelo tradicional de educação não é nova. Já em fins do século XIX e ao longo do século XX há registros de pensadores e educadores que buscavam desenvolver modelos educacionais que fossem além das práticas tradicionais, tais com Ovide Decroly, Celestin Freinet e John Dewey.” (Perez. 2009, 158)

O Diário de Pernambuco, principalmente durante o mês de janeiro deu expressiva repercussão a questão educacional local, fato justificado também em decorrência da realização por parte dos estudantes das provas do Vestibular unificado das instituições de Ensino Superior. Mas, ao apresentar matérias o periódico buscava também divulgar as opiniões de estudiosos, discordância de pais e alunos quanto a melhor forma de seleção dos jovens ao Ensino Superior, como também o ingresso dos mais jovens no mercado de trabalho. Assim, além da crítica quanto ao aspecto metodológico aplicado no ensino da Rede Estadual de Pernambuco, havia também uma exposição enquanto a própria condição de trabalho do professor até aquele momento. Nesse

contexto, os chargistas não só dimensionavam angústias, mas, ao mesmo tempo provocavam a sociedade para melhor observação da educação oferecida pelo Poder Público.³⁶

Figura 17. Diário de Pernambuco Recife, 7 de janeiro



Fonte: charge do Clériston. Diário de Pernambuco Recife, 7 de janeiro, 1979, p. A11. Hemeroteca/APEJE.

Assim, na charge publicada no dia 7 de janeiro de 1979 o Clériston inicia uma forte crítica ao modelo não só de ensino vigente no país, mas direcionava um olhar ao processo seletivo oferecido no vestibular unificado em Pernambucano (fig. 17). A charge denunciava para o grande público um questionamento e até mesmo uma angustia que se fazia presente no dia-dia, que atingia os milhares de jovens ao terminarem a fase escolar (2º grau) ao perceberem não estarem realmente preparados para desafios do processo seletivo estabelecido. O chargista utiliza algumas habilidades de comunicação ao montar o seu quadro. Inicialmente, o personagem em destaque apresenta uma aparência de quem está sob forte tensão, demonstrando insegurança e munido do caderno de provas com questões de difícil resolução. Outro aspecto importante naquele “José” era uma aflição “uníssona”, ou seja, pertencia aos “Josés”. Ficava evidenciada assim uma das habilidades na construção da charge, havia um interesse por parte do chargista de que sua produção fosse identificada como parte do coletivo maior de leitores que dispusessem refletir. Por fim, o próprio enunciado escolhido para a questão pode também ser visto como uma crítica político-social ao apresentar a condição do trabalhador com apenas um salário mínimo e ao

³⁶ Diário de Pernambuco. Recife, 7 de janeiro, 1979, p. A11.

mesmo tempo estar obrigado a cumprir com todas as ordens legais e necessárias para cidadania de qualquer pessoa.

Por outro lado, o Clériston colocava na prova do “José” questões que a princípio corresponderiam à metodologia do ensino vigente até então no país, uma educação baseada na memorização dos conteúdos e na reprodução linear da informação. O autor da charge apresenta também para a sociedade a partir do uso do humor os fatores para sua manutenção na condição de pobreza, fato que as estatísticas divulgadas pelos governos não mostravam.

Dentro do que foi analisado até o momento, mais uma vez constatamos que, apesar da concorrência pelo mercado entre o DP e JC, como também à censura gradativa do regime, havia uma forte sintonia na comunicação entre os chargistas dos dois periódicos, da mesma forma que ficou evidenciada a crítica quase que simultânea trabalhada pelos profissionais viabilizando o canal de comunicação professor e sociedade.

No tocante a comunicação, seja com a sociedade ou mesmo com o Governo os chargistas desenvolveram semelhantes críticas, no entanto com as suas devidas particularidades e possibilidades de criação. Assim, a imprensa, dentro daquele contexto, no primeiro quadrimestre de 1979 e meses posteriores adotou praticamente uma postura de “engajamento político”, porém, sempre pautada de expressiva cautela.

Entre os meses de janeiro a maio os chargistas a partir dos seus trabalhos amplificaram discussões já presentes nas matérias de capa ou mesmo nos cadernos especiais que posteriormente foram editados exclusivamente para cobrir a movimentação nas assembleias e posterior paralisação que duraram trinta e seis dias. Também, é importante destacarmos que, tanto as matérias diárias quanto as charges, mesmo que esporádicas, contribuíram para que os docentes repensassem as condições de trabalho e a legitimação das suas posturas enquanto profissionais da Educação de Pernambuco.

Quanto as condições de trabalho expressa nos jornais, é importante compreendermos, quando comparadas as matérias publicadas, muitas identificavam-se com as narrativas apresentadas pelos docentes entrevistados no presente estudo. Nesse sentido, a professora Porpino, ao registrar o início do seu trabalho na docência faz relato do seu empenho pessoal e dificuldades enfrentadas para conseguir montar a sua primeira turma e desenvolver seu trabalho; declara a professora:

“...Mas tinham cinco professoras e nos saímos de casa em casa fazendo campanha para trazer alunos. E naquele tempo também tinha a questão do prestígio. A supervisora era Consuelo Freire, aí eu disse, como é que a gente vai ensinar que só tem doze alunos? Vá pra lá quem mandou fui eu! A questão do poder. Eu sei que fiquei lá naquela escola ³⁷” (Porpino, Severina Moreira).

A docente revela um cenário que vivenciou ainda no início da carreira em 1963, no entanto, a categoria de professores em 1979 e sob articulação da APENOPE deflagrava uma mobilização e posteriormente uma greve em decorrência de problemas muito semelhantes ao vivenciado pela professora Porpino cerca de dezesseis anos antes. Na fala da professora fica bem claro o quanto o trabalhador da educação ainda carecia (re) apropriar-se de sua dignidade profissional e valorização; reconhecimento esse seja por parte do Estado ou mesmo da própria sociedade. Em outro trecho da entrevista a professora Porpino faz uma comparação quanto ao relacionamento entre os professores, alunos e os pais no período da década de 1970 e o que vivencia hoje enquanto sindicalista atuante no quadro do SINTEPE (antiga APENOPE).³⁸ Ao apresentar as memórias quanto a relação da sociedade junto aos professores no período em estudo a docente informa que:

“Os pais tinham mais respeito aos professores; mais! Mais presentes. Eu lembro pelo menos, não sei se é porque sempre com ensino Primário, as mães tavam presentes, as mães faziam festas de aniversário, bolo confeitados e aquelas coisas e estavam lá sabendo; o aluno não podia faltar com respeito ao professor não! Hoje isso é uma constante, viu? Naquela época eu não lembro disso assim não ³⁹” (Porpino, Severina Moreira).

A docente rememora uma sociedade bem diferente ao que vivenciou nos últimos anos de carreira docente, apresentando um descrédito enquanto aos caminhos e a valorização do profissional da Educação no país. Essa mesma sensibilidade expressa na entrevista da professora Porpino se faz presente ao analisarmos diversas charges publicadas seja por Laílson ou mesmo o Clériston; ambos a serviço do Diário de Pernambuco. Os dois chargistas carregam suas tiras de um realismo discursivo perceptível aos olhos do leitor que principalmente vivenciara aqueles conturbados meses de 1979.

Como exemplo, temos a charge publicada no DP dia 17 de abril de 1979 que busca de uma forma sintetizada descortinar o cenário não apenas em Pernambuco, onde diversas categorias já paralisavam suas atividades, mas também desenvolve uma forte crítica às posturas dos gestores

³⁷ Professora Severina Moreira Porpino. Entrevista concedida ao autor no dia 09 de junho, 2014.

³⁸ Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco.

³⁹ Professora Severina Moreira Porpino. Entrevista concedida ao autor no dia 09 de junho, 2014.

da esfera Federal, quando o então Ministro do Trabalho demonstra passividade diante as paralisações que avançavam em vários Estados. O chargista nesse momento utiliza da sua habilidade para ser o “canal de comunicação” entre a sociedade e o Governo. Ao registrar o diálogo –... Pois diga ao ministro que venha imediatamente a minha casa, pois meu gato entrou em greve” – Clérison faz uma dupla critica: Primeiro, que as mobilizações e greves deflagradas estavam chegando ao limite e que já atingira mais do que esperado; o que na expressão popular atingira adesão até de “gato e cachorro” (fig.18).

Figura 18. Diario de Pernambuco Recife, 17 de abril, 1979



Fonte: charge do Clérison. Diario de Pernambuco Recife, 17 de abril, 1979. p. A10. Hemeroteca/APEJE.

Por outra, a crítica é também direcionada à postura do ministro que em Brasília expressava opiniões sobre as negociações grevistas sem conhecer a especificidade de cada federação e carências das categorias de trabalhadores. Os docentes pernambucanos que entre os meses de janeiro a maio fortalecera as ações de rua, no dia 30, diante negação do governo para reivindicações da classe, decidiram por deflagrar greve geral no Ensino Oficial e assim acabam também por sofrer uma intensa campanha por parte do Executivo junto a sociedade. Buscava o Executivo naquele momento uma mecanismo para (des) construção da identidade do docente sob coordenação dos professores da base apenopista.

Lailson apresenta no Diario de Pernambuco do dia 31 de maio de 1979 a sua percepção quanto receptividade que a sociedade fazia do movimento docente, quando professores representados pela associação docente em assembleia no dia anterior decidiram pela deflagração da greve. O chargista enfoca no primeiro momento uma possível visão tida pelos pais diante o

fato de paralisação e fechamento das escolas da rede pública do Estado. A leitura do quadro montado pelo chargista reflete a “confusão” que até então se desenhava seja nas ruas quanto na esfera privada. Lailson retrata na sua charge um ambiente familiar bastante “confuso” (fig. 19).

Figura 19. Diário de Pernambuco Recife, 31 de maio



Fonte: charge do Lailson. Diário de Pernambuco Recife, 31 de maio, 1979. P. A11. Hemeroteca/APEJE

A “desordem” combatida pelo Sistema estava expressa na desarrumação do ambiente, no forte “ruídos de comunicação” quando temos enquadradas duas crianças brincando e gritando, outra chorando e uma terceira assistindo TV em alto volume. Porém a mensagem do autor ganhará intensidade ao produzir um suposto diálogo em que a mãe das crianças quase que “ensandecida” fala diretamente ao governador; pede quase que clamando: Alô? É o governador? Olha, o Sr. Não podia dar logo esse aumento, pros meninos voltarem às aulas?!

Assim, num primeiro olhar, temos o entendimento de que o chargista demonstra duvidar haver até aquele momento uma legitimidade e aceitação da população para os motivos que levara os docentes a paralisarem atividades. Como também, que desperta o governo para o impacto negativo que causara à população, quando pais ficariam impedidos de seguirem aos seus trabalhos ou crianças seriam mais prejudicadas no calendário escolar. No entanto, para o cartunista Lailson, a sua charge buscava naquele momento fazer uma cobrança ao sistema. “No

caso, ela esta cobrando do governador; não esta cobrando do movimento grevista. Está colocando – o Sistema vai deixar tudo isso prevalecer?” Afirma o chargista.⁴⁰

Por outro lado a charge produzida também deixava uma crítica quanto à percepção do “ser professor” ou como o docente seria visto pela sociedade, uma vez não existia uma clara Política Educacional que valorizasse o professor. A charge reforça uma visão ainda vigente nos dias atuais por parcela da população, onde aos pais o que interessa é que seus filhos estejam na escola “ocupados” e sob os cuidados do professor. Há uma fragilidade na concepção quanto “valor do trabalho docente”, pois, aquele profissional não é visto como preparado para desenvolver habilidades cognitivas e sim aturem como meras “babás” de crianças e jovens “jogados” nas unidades de ensino.

Portanto, as charges publicadas no DP entre os meses de abril e maio de 1979, além de resultar no fortalecimento comunicativo sociedade e governo traz também uma crítica ao próprio conceito de escolarização até então aplicado. Perez (2009) ao analisar essa questão nos remete ao que os cartunistas Clériston e Lailson denunciavam com forte senso humorístico no final de 1979. Para Perez (2009):

“É importante notar que a escolarização, então atribuía-se a função de promover o desenvolvimento cognitivo e social, propiciando pleno desenvolvimento das capacidades pessoais, ajustamento e realização do povo, gerando bem-estar e realização. Outro papel a ela atribuído era preparar para participação e inserção social, para cidadania como exercício de direitos e deveres por meio de instrução igualitária” (Perez, 2009, 24).

Preparar o aluno para sua inserção social, prática da cidadania como exercício de direitos e deveres por meio de uma instrução igualitária era o que o Governo propunha e divulgava a partir da publicação de Boletins anuais e Planos de Gestão para o Setor educacional, como por outro lado, era também o que os cartunistas Lailson e Clériston buscavam demonstrar não haver até aquele momento no ensino da Rede Pública Estadual.

As greves deflagradas naquele período, em especial a dos professores, foram movimentos de luta não apenas por um salário mais elevado que atenderia as necessidades básicas, mas, estavam implícitas à luta por uma valorização profissional e pela própria liberdade de participação sindical e política; direitos por sinal, apesar de todo processo de distensão vigente ainda eram negados pelo Regime. Desejavam os docentes não apenas ter uns ou outros direitos

⁴⁰ O cartunista Laílson de Holanda Cavalcanti - Entrevista concedida dia 14-11-2014.

trabalhistas que desde pós-64 estavam limitados pelo regime, mas queriam sim as reais condições do exercício da plena cidadania.

No conjunto dessa luta vivenciada também pela classe docente, ao rememorar a sua participação nas mobilizações dirigidas pela APENOPE, a professora Luci Machado destaca a importância do empenho dos professores da rede estadual como também o receio que muitos tinham de ingressar na luta, alguns por não conhecerem as reivindicações, por não reconhecerem o quanto eram explorados, por temerem perseguições, prisões ou até demissão. A leitura da professora Luci Machado acaba por entrecruzar-se com a visão exposta por Hobsbawm (2012, p.84) que, ao analisar as mobilizações e greves operárias destaca que “o tumulto como parte normal da negociação coletiva estava bem estabelecido no século XVIII. A coação e a intimidação foram vitais nas primeiras fases do sindicalismo, quando a imoralidade de furar greves ainda não tinha se tornado parte do código de ética do movimento operário organizado”. Assim, declara a professora Luci Machado que “naquela época foi à primeira greve realizada por professores, uma época que ainda era uma época que era do período ditatorial, ainda não estava aberto, aí todo mundo não aderiu”.⁴¹

Dessa forma, diante de um governo que enfrentava a falta de legitimidade, uma crise econômica e uma sociedade que gradativamente despertava para contestar a repressão imposta por agentes de um Estado ditatorial o DP, utilizando-se das charges, trilha o caminho do humor para ampliar o entendimento de questões importantes apresentadas nas mobilizações de rua e greves deflagradas em Pernambuco entre os meses de janeiro a julho de 1979.

Pensar o poder da imagem e o seu impacto na formação do docente ou mesmo na desconstrução do profissional nos remete a Kossoy (2014) que na obra - *Lo efímero y lo perpetuo em la imagens fotográfica* – traz uma definição do valor da fotografia quanto fonte histórica. Assim, revela ele interesse não apenas na imagem, mas principalmente a técnica existente por trás do documento. Para Kossoy (2014, p.50) “Toda fotografia es un residuo del pasado. Un artefacto que contiene en si un fragmento determinado de la realidade registrado fotográficamente”.

Portanto, O trabalho dos chargistas produzidos em especial no primeiro quadrimestre, assim como as fotografias carregam fragmentos de determinadas realidades, percepção confirmada ao lançarmos olhar para discurso dos docentes e suas narrativas. As charges publicadas contribuíram para a flexibilização da comunicação entre os dois campos (social e político), seja a partir das matérias como também pelo trabalho dos seus chargistas. A partir desse

⁴¹ Professora Luci Machado Pinheiro em entrevista concedida ao autor dia 4 de agosto de 2014.

gênero foi possível sociedade e governo buscarem um melhor entendimento dos problemas existentes, “se reconhecer” ou conhecer os agentes responsáveis pelas soluções; tudo isso com leve toque de humor dentro de um cenário em que vigorava o medo. Dessa maneira, podemos creditar que os “operários do humor” compreenderam o poder da imagem e usaram as brechas para construção crítica dentro de um contexto que precisava ser repensado. Onde, para Saliba (2003, p.23) “O riso funcionava, nas suas mais diversas manifestações associativas, como um libertador das repressões reprimidas”.

Os chargistas do DP, no desenvolvimento dos seus trabalhos também buscavam transmitir as ideias que a classe docente e a própria sociedade naquele momento desejavam passar para o Governo. Também, quando comparamos as matérias publicadas na imprensa e influência nas narrativas dos docentes entrevistados é possível percebermos que havia uma relação “imbricada”; sociedade, o próprio Executivo estadual e professores num processo de (des) construção e legitimidade. Ou seja, os docentes quando procurados para relatar o que ficou na memória do período das mobilizações eles acabam por “misturar” o que vivenciou com a leitura feita dos jornais da época. Portanto, em alguns casos a realidade e o que a mídia produzia foram apropriados e só são desmembrados quando aquele docente consegue trazer do seu arquivo pessoal algum documento que regastasse a sua presença naquele espaço da história.

A imprensa escrita, no período de 1979 a 1982, fez intenso uso do humor nos exemplares dirigidos aos leitores e muitas vezes a presença das charges acabava por “aprisionar o olhar” do leitor para alguma matéria, editorial, cartas enviadas por leitores comuns que versavam sobre problemas do seu bairro, o custo de vida, ineficiência de Secretarias ou autoridades locais. Também, muitas vezes, a presença naquele espaço do jornal de uma determinada charge contribuía para reforçar ou mesmo desconstruir um artigo de opinião enviado por um “intelectual”, que na verdade muitas vezes correspondia legitimar uma posição ou declaração oficial do Governador Marco Maciel (1979/1982).

No entanto, quando analisamos o trabalho dos chargistas acabamos por questionar: Havia intencionalidade de se tomar partido durante o processo de criação? A quem beneficiava? Ao trazer a discussão para entendimento quanto a intencionalidade na produção da imagem fotográfica De Paula (1999) resgata a leitura de outro especialista. Que afirma:

“A possibilidade de um fotógrafo inferir na imagem adverte o fotógrafo e historiador Boris Kossoy em seu livro *Fotografia e História*, existem desde a invenção da fotografia, esteja ela a serviço de uma ou outra ideologia, denunciando questões, ou ao contrário, testemunhando a normalidade de uma mesma situação apenas pela escolha do ângulo mais conveniente” (De Paula, 1999 p. 35/36).

De Paula (1999), acompanha a opinião de Kossoy, ao entender que no processo de captação, revelação e distribuição da imagem não devemos limitar apenas ao olhar e a leitura pessoal do agente criador. Assim, completa seu entendimento ressaltando que:

“Não seria correto, entretanto encarar apenas o fotógrafo como uma espécie de narrador visual do seu tempo. A interferência conotativa da imagem não é exclusiva do operador da câmara, prevalecendo o seu ponto de vista. Vários outros sujeitos atuam de forma concomitante na operação, e a subjetividade ideológica do fotógrafo não é o único elemento que compõem o universo da imagem fotográfica, mas um entre vários” (De Paula, 1999, p.36/37).

Nesse aspecto o chargista Lailson quando indagado quanto intencionalidade no processo de criação de suas charges destaca que:

“Quando você trabalha com o humor a primeira coisa que você vai fazer é tomar o pulso do seu paciente; no meu caso, o meu paciente é a sociedade. Então, você tem que pegar o pulso dela por todos os meios que você pode. Na verdade eu conversava muitos com as pessoas! Me interessava expressar a sensação da sociedade; como é que ela percebia aquilo ⁴²” (Cavalcanti, Laílson de Holanda, 2014).

Fica evidenciado na fala do Laílson não haver uma preocupação por parte do chargista em tomar por base posições dos personagens envolvidos no conflito, seja do Governo ou do sindicato. Há sim, um interesse em transmitir a sensação que ele mesmo captou nas ruas ou nos contatos que realizou para construir sua visão. Ele conclui a questão afirmando que - Na verdade, eu não tô transmitindo informação, eu tô transmitindo sensação; reação de sentimento popular. Eu sempre me coloquei muito como um reflexo da opinião popular. ⁴³

⁴² O cartunista Laílson de Holanda Cavalcanti - Entrevista concedida dia 14-11-2014.

⁴³ O cartunista Laílson de Holanda Cavalcanti - Entrevista concedida dia 14-11-2014.

Figura 20. Diario de Pernambuco. Recife, 29 de maio, 1979



Fonte: charge do Lailson. Diario de Pernambuco. Recife, 29 de maio, 1979. A12 - Hemeroteca/APEJE.

Assim, a questão educação volta a cena no desenho do Laílson ao ter no dia 29 de maio de 1979 sua charge publicada no DP, momento em que repercutia a revogação da Lei 477 (fig. 20). Utilizando um forte senso humorístico, num curto diálogo expressa à angústia de componentes do próprio Estado que compunham à “Linha mais radical do Regime” e lutavam contra anseios da maioria da sociedade; Grupo esse que o “brasilianista” Thomas Skidmore faz a seguinte referência ao analisar a crise durante o Governo do Presidente/ditador Castelo Branco (1964-1967) e aqueles que ainda tentavam perpetuar o regime já durante o processo de abertura a partir de 1979. Assim, registra Skidmore (1988, p.385) “Enquanto isso, dentro do Governo a luta se intensificara entre os linhas-duras e os moderados. O Ministro do Exército, General Sylvio Frota, era agora líder da “Linha-dura”, e para isso tinha certamente credenciais”.

Mas, para expressar para a sociedade aquele cenário o chargista direciona o leitor principalmente para observar a “aparência da Lei 477”. Ou seja, o “medo” gerado na imagem é o reflexo do que os agentes do Estado reservara até aquele momento para a sociedade, como também, expressava o alívio por parte dos participantes do campo acadêmico sentiam ao terem maior liberdade e futura revogação das medidas punitivas sofridas por aqueles no interior das universidades, muitas delas arbitrariamente. A arte produzida por Laílson provoca no leitor a necessidade de refletir quem eram os “loucos?”. Seriam mesmo os estudantes engajado no movimento estudantil, professores, intelectuais entre outros que desde 1964 eram perseguidos como criminosos ou desestabilizadores do Golpe civil-militar? Ou quem sabe um reduzido grupo

de homens ocupantes dos mais altos cargos públicos e privados e que usavam todo aparelho de repressão do Estado para impor suas convicções?

Pensar a importância das charges durante o momento em que a sociedade brasileira passava por mudanças intensas é abrir novas possibilidades para compreensão quanto à construção não apenas da memória coletiva, mas também, entendermos o individual partindo do “riso” implícito, isso num período em que a repressão ainda era a palavra mais entendida e desestimuladora da alegria. Saliba (2002, p.22) afirma que “O riso ganha uma função social, pois rimos para restabelecer os elementos vivos que compõem a própria sociedade”.

Durante todo esse processo dentro do movimento sindical docente a imprensa acompanhou e em muitos momentos publicou matérias em que despertava maior atenção os registros fotográficos do movimento. No entanto, qual a real contribuição da imprensa pernambucana para estreitamento das relações no processo de negociação entre os docentes e o Governo de Pernambuco? O humor expresso nas charges contribuiu de qual maneira para a desconstrução do “mito” do sacerdócio no campo do ensino? Saliba (2002) ao analisar a representação do humor no cotidiano afirma que:

“Podemos caracterizar a representação humorística, portanto, como aquele esforço inaudito de desmascarar o real, de captar o indizível, de surpreender o engano ilusório dos gestos estáveis e de recolher, enfim, as rebarbas das temporalidades que a história, nos seu constructo racional foi deixando para trás” (Saliba, 2002).

Entre os dias 5 a 30 de maio tanto o Diário de Pernambuco quanto o Jornal do Commercio divulgavam como inevitável a deflagração da greve dos professores da rede estadual de ensino sob coordenação do grupo de professores que assumiram liderança da APENOPE dentre os quais estavam as professoras Luci Machado e Severina Maria Porpino, o professor Arundo Nunes entre outras lideranças docentes. Naquele período Governo e professores cada qual a sua maneira buscavam a partir dos principais jornais em circulação no Estado construir seus discursos frente à sociedade. Diante cenário exposto, o Diário de Pernambuco e o Jornal do Commercio ao mesmo tempo em que ampliavam espaço nos impressos com fotografias em capa, artigos de leitores e principalmente charges, acabavam também por amplificar a disputa pelo mercado. Na verdade, o tempo transcorrido das negociações entre membros da APENOPE e o Governo do Estado, inicialmente Moura Cavalcanti (1975/1979 e logo depois Marco Maciel (1979/1982), entre os meses de janeiro a maio de 1979 foi apenas uma amostragem do potencial criativo dos principais chargistas. Como também, de alguma forma deixava um significativo indicativo quanto posicionamento seja por aqueles profissionais isoladamente ou mesmo pelos

órgãos de imprensa escrita que viam a partir abertura política que gradualmente surgia a necessidade um uma nova postura no fazer jornalismo em Pernambuco.⁴⁴

Até o presente percurso foi possível percebermos que o trabalho desenvolvido pelos chargistas, mesmo que direcionando atendimento as exigências das suas redações aos quais prestavam serviços acabou por ser assimilados pelos grevistas das várias categorias, e no caso dos professores do ensino oficial do Estado, aquele trabalho teve um significativo reflexo na (de) construção da sua auto-imagem. A formação do “elo comunicativo” que foi montado entre docentes/sociedade e governo/sociedade não podemos afirmar ter sido algo intencional e de uma única via, no entanto, todos os grupos envolvidos ao perceberem o cenário de abertura política que se desenhava buscaram consolidar seus espaços principalmente junto aos jornais impressos que em breve retomariam posições conhecidas mesmo em momentos anteriores ao Golpe de 1964.

O Diário de Pernambuco também compreendeu esse novo cenário e atuou de maneira incisiva e muitas vezes dúbia, postura essa que muitas vezes não eram bem assimiladas, seja pelo governo, pelos professores ou mesmo demais categorias de trabalhadores. Havia discordância por parte dos professores e podemos identifica-la na fala de dois docentes que participaram ativamente do cenário de 1979; a professora Luci Machado e do professor Arundo Nunes. A primeira, ao avaliar o papel da imprensa no período da greve da APENOPE iniciada dia 31 de maio de 1979 e que teve por duração trinta e seis dias afirma que:

“Lembro! Eram os dois principais veículos. A imprensa. Mais a imprensa deu sua contribuição porque aparecia sempre nos movimentos grandes lá em frente à Secretaria. Agora, às vezes nem sempre condiziam com a realidade da gente; as notícias às vezes eram truncadas, não eram assim fácil. Mas eles noticiavam! Eu acompanhava e tenho até alguns. Eu lia qualquer um, eu não comprava o jornal. Era, saía notícia da greve no jornal, é por isso que eu tenho material assim, coisa, porque eu sempre procurava⁴⁵” (Nunes, Arundo, 2014).

A professora Luci demonstra que durante sua atuação dentro e fora do movimento associativista buscou estar também acompanhando o que era publicado pela imprensa, destacando inclusive que “a imprensa deu a sua contribuição...” Porém, faz ressalva ao afirmar: “agora, às vezes nem sempre condiziam com a realidade da gente”.

⁴⁴ O cartunista Laílson de Holanda Cavalcanti - Entrevista concedida dia 14-11-2014.

⁴⁵ Entrevista colhida dia 4 de agosto de 2014.

Por sua vez, o professor Arundo Nunes faz uma leitura numa ótica diferenciada em relação à visão exposta pela docente que atuou ao seu lado durante todo processo de mobilização e deflagração da greve organizada pela APENOPE em maio de 1979:

“Companheiro, em dois mil e quatorze os jornais são reacionários! E, há trinta anos atrás? Eles eram o quê? Nazistas! Zero. Jornais, televisão, rádio. Tudo! Não tinha nada; era na base do grito. Sem dinheiro, sem nada, sem porra nenhuma! Era amor mesmo! Era amor!⁴⁶” (Nunes, Arundo, 2014).

O professor Arundo Nunes nega fortemente ter naquele momento a imprensa feito cobertura das mobilizações visando informar a população das ações dos grevistas. O docente ao afirmar -“Jornais, Televisão, rádio. Tudo! Não tinha nada; era na base do grito” – o professor acaba por tentar amplificar a valorização do seu trabalho de mobilização e da categoria a partir da negação que aquela classe buscava apoio junto à imprensa e teve a partir de um segundo momento expressiva cobertura com inúmeros registros fotográficos.

No entanto, o mesmo entra em contradição em outro momento do seu discurso ao destacar um piquete realizado por um grupo da APENOPE do qual participou. Afirma o professor Arundo Nunes:

“Eu estava na rua, eu fui fazer um piquete lá, no, no IEP aí um mulher abortou e disse que eu fiz abortar! Não é? Aí foi as rádios, Jornal, aquele escândalo medonho, aí foram para o sindicato para me prender, aí eu corri, Me escondi. Aí depois chegou os advogados da gente e aí provou que eu não tinha nada haver com aborto, que a mulher abortou não sei o quê, pá, pá, pá! A gente ficou em cima com nossos advogados e a Secretaria de Educação, aí, mandaram me chamar mais não! Ficou tranquilo, tranquilo⁴⁷” (Nunes, Arundo, 2014).

Se por um lado o docente busca valorizar a capacidade de mobilização da categoria, por outro acaba por tentar reduzir o significado do registro feito pela imprensa da sua tumultuada atuação durante um piquete ocorrido na Escola Rachel de Medeiros em Recife, e em outras situações destacados por outros professores participantes das mobilizações e entrevistados durante desenvolvimento do presente estudo. Assim, é possível entendemos que dentro de um processo tenso de mobilização e articulação de grupo as narrativas apresentavam suas particularidades.⁴⁸

No caso dos professores a discordância pouco ou nada influenciou no processo que levaria a abertura política até então em curso. Por sua vez, o desencontro por parte do governo em

⁴⁶ Entrevista colhida dia 21-07-2014.

⁴⁷ Entrevista colhida dia 21-07-2014.

⁴⁸ Ver matéria (Anexo – figura 51). Jornal do Commercio. 2/06/1979.

fins de 1979 ficou restrito a queixas e tentativas de usar a já enfraquecida Lei da Segurança Nacional (LSN) na tentativa de enquadrar proprietários ou mesmo o jornalista fomentador da matéria. Para essa postura mais específica, Silva (1985) destaca:

“Figueiredo não abriu mão das salvaguardas eficazes, deixadas por Geisel. O reporte Antônio Carlos Fon, da revista Veja, foi indiciado em processo de segurança nacional, por matéria assinada, no número 456 daquela publicação intitulada: “Descendo aos porões”. Nela criticava as torturas e apontava chefes militares responsáveis por tais atos” (Silva, 1985, p.94).

E continua Silva afirmando que:

“O processo focalizava aquele jornalista, mas ameaçava toda imprensa e feria o direito de expressão, informação, a liberdade de pensamento e de todos os postulados da “Declaração dos Direitos do Homem”, documento que o Brasil foi signatário e teve como principal redator o jornalista Austregésilo de Athayde” (Silva, 1985, p.94).

Os chargistas Lailson, Clériston pelo Diário de Pernambuco, como também Bione, Paulo Nunes, Ral e Maquino pelo Jornal do Commercio souberam com extrema maestria percorrer essa frágil linha que separa uma ditadura em decadência para uma ideia de democracia ainda “idealizada”. Portanto, o riso foi a “argamassa” escolhida, uma vez que consolidou anseios dos mais variados setores. Se naquele momento a imprensa era a “trincheira” onde cada um defendia o diálogo que evitasse a deflagração de uma greve até então histórica, o período correspondente aos últimos trinta dias de maio de 1979 ficou marcado pela luta discursiva entre os professores e o Governo do Estado de Pernambuco.

Por sua vez, os dois principais Jornais em circulação no Estado passaram a travar uma “guerra imagética” ou porque não dizer uma “guerra de risos”, onde quase que diariamente o DP e JC circulavam nas ruas e em cada número impresso além das matérias textuais traziam as charges que provocavam a discussão quanto definição de quem teria razão. Portanto, Governo e professores lutavam para conquistar uma importante “aliada” (a população) e a imprensa seria o canal para a resposta. Assim, cada grupo para defender sua posição fez uso de discurso habilidosamente expresso nos Cadernos dos Jornais. No entanto, para entendermos as posições das partes envolvidas é também importantes termos compreensão para o que diz Orlandi (2007, p.97): Para análise de discurso, não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. Esse cenário de disputa apresentou também uma maior atuação dos intelectuais, muitos deles presentes

nas redações dos Jornais informando a sociedade o que afligia a categoria dos professores e o porquê da repressão por parte do Governo Marco Maciel (1979/1982).⁴⁹

Pécaut (1990), ao analisar a repressão militar intensificada em 1968 junto a intelectuais, Instituições de Ensino Superior e a própria imprensa afirmava que:

“A repressão atinge diretamente o meio intelectual. A partir do último trimestre de 1968, a censura torna-se implacável e as sanções terríveis. A imprensa, as editoras e a criação artística são submetidas a um rolo compressor. É caso da Revista Civilização Brasileira, cujo diretor, Ênio Silveira, volta a ser perseguido. As universidades ficam sob estreita vigilância e sob tutela de reitores de confiança e com plenos poderes” (Pécaut, 1990. p.256/57).

Mas, ao ampliar análise e discussão para o pós - 1974 Pécaut também destaca:

“Após 1974, aliviam-se um pouco as pressões, mas não de todo, e a vida intelectual atravessam os risco que marcam o processo de “distensão”. O jornal “alternativo” O Pasquim, fundado em 1969 e que faz da sátira um instrumento de contestação, o semanário Opinião, criado em 1972 e que publica artigos de Fernando Henrique Cardoso, Furtado, Singer, Callado, Weffort, Millôr Fernandes e outros e reproduz artigos do Le Monde e do The Guardian são submetidos a uma censura implacável” (Pécaut, 1990. p.258).

Afinal, por quais motivos exatamente lutavam aqueles milhares de professores que decidiram paralisar as atividades e até mesmo acampar em frente e no interior do prédio da Secretaria de Educação Cultura e Esporte de Pernambuco em 1979? Do quê ou de quem se defendiam? E o que tanto criticavam?⁵⁰

Desde a deflagração do Golpe civil-militar na madrugada de 31 de março de 1964 o chefe do Executivo usou o Sistema Educacional para consolidação de seus projetos, no entanto, coube aos estudantes e professores organizarem reação à manipulação promovida pelo Estado, assumindo gradativamente a postura de intelectuais orgânicos. Para compreensão dessa postura Giroux (1997) diz:

“Os intelectuais transformadores precisam desenvolver um discurso que una a linguagem da crítica a linguagem da possibilidade, de forma que os educadores sociais reconheçam que podem promover mudanças. Desta maneira, eles devem se manifestar contra as injustiças políticas e sociais dentro e fora da escola” (Giroux. 1997, p.163).

A sociedade pouco tomava conhecimento do que estava ocorrendo, muitas vezes só a partir das raras matérias impressas. Os periódicos também abriam espaço para que os intelectuais

⁴⁹ Para melhor entendimento quanto as variantes dos discursos ler “As formas do silêncio: no movimento dos sentidos”. Orlandi (2007).

⁵⁰ Ver matéria Jornal do Commercio – “Professores estaduais vão entrar em greve”. 29/05/1979. Capa.

“orgânicos” se colocassem, até mesmo como favoráveis aos grevistas ou como “defensores” da ordem econômica-social.

Como exemplo, no dia 14 de maio de 1979 é publicado no DP o artigo de opinião assinado por Bonifácio Andrade. O autor do texto ocupa o espaço para dizer que: “A greve é a mais importante arma que tem o assalariado e, como mais importante deve ser usada como último recurso e sempre de forma racional”. E complementa afirmando ainda que: “Por essas razões acho justas as greves que estão sendo deflagradas aqui no Brasil atualmente”.

O DP ao registrar uma opinião bem argumentada e concisa na posição, o DP reforçava uma imagem que gradativamente procurava construir; primeiro, para os governantes entenderem que diversos seguimentos tomavam posição cada vez mais firme contra qualquer repressão direcionado pelo Estado contra o trabalhador que buscasse reivindicar seus direitos. Em segundo ponto, o periódico, na tentativa de reduzir a força do seu principal concorrente no mercado, procurava o DP consolidar ao seu público leitor que estava alinhado ao que mais democrático representasse nos idos de 1979.

O mesmo DP voltava a publicar no dia 28 de maio daquele mesmo ano outro artigo de Opinião de autoria dessa vez da autoria de Palmiro da Silva. No texto em o autor se coloca coloca a sua preocupação com os rumos e a tolerância que o governo tomava diante ações dos sindicatos das várias categorias. Inicialmente apresenta uma crítica mais geral ao afirmar: “Não existe um único dia em que a imprensa falada ou escrita não abra as suas manchetes para o tratamento de novas greves que estão a eclodir em diversos pontos do território nacional”. Num segundo momento, ressalta os prejuízos que as greves acarretam a Economia ao destacar que: “Esta sucessão de greves e paralisações de toda ordem que, inclusive, estão reduzindo significativamente a produtividade de muitos setores, merece, no entanto, uma observação mais aprofundada”.

Mais uma vez, o DP ao publicar um Artigo de Opinião enviado por um leitor, e assim, procura aquele veículo de imprensa construir a imagem de desinteresse de causa. Os dois textos publicados durante o mês de maio cumpriram o seu duplo papel; por um lado, de reforçar uma posição de democracia ao ouvir as partes envolvidas. E por outro, não colocava o periódico em descompasso com gestores públicos ou leitores que encontravam ali um espaço para tornar sua posição mais clara.

Mas, e os professores? Onde e como expressaram seus anseios? Os docentes, além de ocuparem as via públicas realizando pedágio para aquisição de “fundos para manter a greve”,

realizarem passeatas, piquetes, reuniões no interior das várias igrejas cedidas ao movimento, acampar na calçada da Secretaria da Educação Cultura e Esporte de Pernambuco por semanas, também buscavam a partir da mídia o caminho para um melhor diálogo com a sociedade. As cartas escritas por docentes e até mesmo pais de alunos serviam como uma resposta ao próprio Governo do Estado que num primeiro momento buscou ignorar a mobilização da classe ou por outra desqualificá-la usando para isso os veículos de comunicação como meio de difusão para a sociedade uma “pseudo-realidade” do cotidiano do professorado pernambucano.

No entanto, as produções dos chargistas durante o mês de maio de 1979, agora somadas as publicações das cartas e artigos enviados à redação do DP por leitores e intelectuais ganhavam mais expressividade, não por ocupar um espaço já reservado a meros “desenhos”. A presença das charges naquele momento se constituía na consolidação de um significativo “elo comunicativo” entre o que os professores pleiteavam e o que Governo naquele momento afirmava não ser possível de uma solução mais imediata.

O trabalho desenvolvido pelos chargistas Lailson e Clériston (DP); bem como Bione, Ral e Paulo Santos (JC) não significava naquele momento disputa por prestígio profissional ou mesmo quem despertava o melhor riso ao leitor; na verdade, gênero charge naquele cenário se constituía num mecanismo que ampliava a sensibilidade e o despertar do senso crítico ao conjunto social. A partir daquele instante o coletivo social de uma maneira divertida tinha a oportunidade de obter respostas que o poder instituído não desejava oferecer e provocar perguntas que os trabalhadores vivenciando uma ditadura militar não tinham a coragem de lançar ou quando conseguiam era reprimidos.

Compreender esse período apenas pelas matérias publicadas nos jornais, pelas histórias de vida dos docentes ou mesmo por meio das charges é fragmentar a memória coletiva e o próprio entendimento quanto construção ou desqualificação do docente no período em que ocorrera a primeira greve geral dos Professores do Ensino Oficial do Estado de Pernambuco em maio de 1979.

A história oral é de uma riqueza imensa, principalmente quando abrimos a possibilidade de não interferirmos em demasia nas lembranças que o entrevistado esteja passando. No caso específico da professora Luci Machado, durante a entrevista, inicialmente não buscou qualquer material que “comprovasse” sua (re) leitura do momento histórico, no entanto, posteriormente logo terminada a entrevista e quando comparados seu discurso com fontes documentais primárias

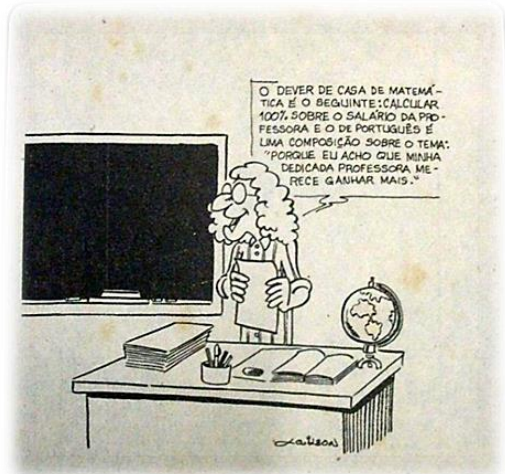
praticamente o seu cotidiano e as publicações do DP acabavam por entrecruzar-se. Esse registro vem por confirmar o que diz Santos (2009):

“Se por um lado, com as trajetórias de vida não podemos generalizar as conclusões, pois os percursos se mexem com sua subjetividade, por outro lado, elas sinalizam os traços e percalços percorridos e sentidos pelos professores e professoras brasileiros” (Santos, 2009, p. 34).

Se num primeiro olhar o humor produzido pelos chargistas buscava externar “vícios históricos” ainda presentes no campo da política e até mesmo da sociedade brasileira, por outro ângulo, as charges publicadas no DP no período que antecederia a deflagração da greve dos professores da rede oficial de ensino em 1979, mesmo que diretamente não visasse apresentar a resposta do movimento grevista, por outro possibilitou o papel de denunciar o quanto a categoria havia sido relegada a segundo plano quando a questão era valorização.

As charges publicadas principalmente entre os meses de março a maio de 1979 acabariam por apresentar ao governo e também a população por quais motivos lutavam os docentes, o quê defendiam e o que tanto criticavam os profissionais da educação pública liderados pela APENOPE e bem próximos de decretarem a primeira greve geral do ensino em Pernambuco.

Figura 21. Diário de Pernambuco. Recife, 10 de mar, 1979



Fonte: charge do Lailson. Diário de Pernambuco. Recife, 10 de mar, 1979. P. A11 - Hemeroteca/APEJE.

Esse registro da incompreensão quanto a situação dos docentes da Rede pública (fig.21) se faz consolidado quando comparado o trabalho do chargista e os relatos do cotidiano de vida apresentado pela professora Helena Lopes, que durante anos ocupou cargo de Direção na Escola Padre João Barbosa localizada no Morro da Conceição, na Região da Zona Norte / Recife. No

seu discurso ela destaca que desenvolveu uma postura de comunicação com a direção da APENOPE e procurou não interferir quanto adesão dos demais professores da unidade à greve deflagrada em final de maio de 1979, procurando inclusive dentro do ambiente de conflito entre a categoria e o próprio Governo do Estado, procurado enquanto gestora aproximar mais à comunidade do convívio das práticas pedagógicas da escola. Segundo a professora:

“Houve no início um certo problema {resistência} dos pais porque eles estavam acostumados a só ser chamado pra escola para que os professores fossem criticar os seus filhos. Ai, a partir daí eles passaram a ficar, como é que eu digo? mais felizes! Pelo menos não estava havendo tanta queixa dos filhos ao contrário, estava havendo elogios e com isso, como é que eu digo? Houve assim uma, muitas mães vieram para a escola ⁵¹” (Almeida, Helena Lopes de, 2014).

Ao rememorar a sua maneira de pensar e aplicar o processo pedagógico no período de deflagração da greve de 1979, na prática a professora Helena Lopes quando diretora muito se aproximava das reivindicações feitas pela APENOPE junto ao governo, e ela com cargo de confiança, acabava indiretamente por estimular o seu corpo de professores e a comunidade a participarem das mobilizações; registro que os chargistas quase que diariamente externavam. Ao discorrer sua relação com a comunidade e posteriormente o que pensava quanto educação aplicada a professora Helena Lopes diz:

“Meu pensamento também era uma gestão democrática na escola. Eu acredito que com isso, com aqueles representantes dos professores, com representantes dos pais, com representantes dos alunos e depois começou a entrar representantes da comunidade ai eu acredito que a gente tentou fazer uma gestão democrática dentro da escola” (Almeida, Helena Lopes de, 2014).

Portanto, havia uma forte conexão, quanto o que produziam os chargistas e o trabalho exercido pela professora Helena Lopes. Para essa questão ainda complementa a docentes:

“Foi bem mais fácil da gente trabalhar; da gente trabalhar tanto com os alunos como os pais também. Daí acredito que eu já falei antes o Conselho Escolar com a ajuda do pessoal da APENOPE, os pais já começaram a se interessar em ir a escola, aumentar a escola, a questão da evasão na escola, ai foi convidado a assistir o planejamento. Aquele planejamento que eu fazia tinha um dia que era com os pais também para eles começarem a perceber que o que era dado aos seus filhos não era assim jogado, era uma coisa preparada e eles também iam ter participação naquilo”⁵² (Almeida, Helena Lopes de, 2014)

⁵¹ Professora Helena Lopes de Almeida . entrevista concedida ao autor nos dia 24 e 30 de julho, 2014

⁵² Professora Helena Lopes de Almeida . entrevista concedida ao autor nos dia 24 e 30 de julho, 2014

A forma de trabalho incorporado pela docente acaba por acompanhar a reflexão de Maclaren (1997) que levanta a questão conhecimento, poder e a postura do professor enquanto intelectual criticamente envolvido. Para o teórico, a docência é transformadora quando:

“O professor como intelectual transformador deve estar comprometido com o seguinte: ensino como prática emancipadora; criação de escolas como esferas públicas democráticas; restauração de uma comunidade de valores progressistas compartilhados; e fomentação de um discurso público comum ligado aos imperativos democráticos de igualdade e de justiça social. Distintos dos intelectuais hegemônicos ou obsequioso, cujo trabalho está sob comando daqueles que estão no poder e cuja compreensão crítica esta a serviço do status quo os intelectuais transformadores assumem com seriedade a primazia da ética e da política em seu envolvimento crítico com os estudantes, administradores e a comunidade circundante” (Maclaren, 1997, xiii).

Assim, a proposta apresentada por Maclaren muito se aproximava das ações pedagógicas defendidas por Paulo Freire e algumas delas postas em prática pela professora Helena Lopes na unidade escolar que dirigia. Para essa concepção de Educação, Freire (1980) ao discorrer sobre o ato de educar no trabalho do docente, afirma:

“O que teríamos de fazer, uma sociedade em transição como a nossa, inserida num processo de democratização fundamental, com o povo em grande parte emergindo, era tentar uma educação que fôsse capaz de colaborar com êle na indispensável organização reflexiva de seu pensamento. Educação que lhe pusesse à disposição meios com os quais fôsse capaz de superar a captação mágica ou ingênua de sua realidade, por uma dominante crítica” (Freire, 1980, p.106).

As palavras de Paulo Freire reforçam a necessidade de desenvolvermos uma ação educacional voltada para o despertar cada pessoa da letargia vivenciada principalmente a partir do pós-64, visão que de alguma maneira muito se aproximava do que buscavam transmitir tanto a professora Helena Lopes quanto os chargistas do Diário de Pernambuco.

Dessa forma, a partir da leitura do Jornal DP do dia 10 de março de 1979 mais uma vez o leitor era provocado a refletir não só quanto a situação do ensino do país, mas também era instigado para que avaliasse o impacto junto a sociedade e o descaso do governo. Lailson, ao mesmo tempo em que utilizava a charge para denunciar o desprestígio vivenciado pelos docentes, como um “recado”, repassa para a sociedade o compromisso desenvolvido pelos docentes também nas suas práticas didáticas em sala.

O chargista ao destacar uma professora em sala (fig. 21) a princípio esboça um cenário que para o governo soava como o ideal (livros, material de trabalho, mesa e vestimenta). No entanto, logo a charge desconstrói o discurso oficial ao mostrar a professora passando aos seus

alunos tarefas para realizarem em casa (Matemática e Português), fato esse que acaba por denunciar a “sintonia” com o relato da docente Helena Lopes. No conjunto da fala da professora presente na charge, há um desejo de denunciar o descaso da gestão pública; ou seja, a redação passada aos alunos ao mesmo tempo em que direciona a sociedade entender os motivos da greve dos professores reforça o discurso para que o coletivo social entenda o quanto a classe é prejudicada ao longo de décadas.

Na fala da professora fica marcante a sua busca por “denunciar” o cenário social no qual estava também inserida: “Porque eu acho que a minha dedicada professora merece ganhar mais”. O chargista acaba por apontar contradição no próprio discurso do governo que naquele momento destacava ser o país a oitava economia, único tricampeão mundial de futebol e ainda vivenciando o “Milagre econômico”, mas, em contrapartida não reconhecia o valor do trabalho de milhares de trabalhadores da educação pública que, sob direcionamento da APENOE, caminhavam para uma paralisação histórica. Ou seja, a crítica presente na charge acompanhava os anseios não só da população, mas refletia uma percepção da própria categoria que gradativamente compreendia as novas exigências pedagógicas e burocráticas que fazia o Estado, porém sem que a categoria fosse ainda merecedora de uma melhor valorização. Assim, dentro daquela realidade vivenciada, alguns professores, mesmo diante temor ao regime instaurado embasaram nas suas atividades didáticas e planejamentos escolares novos questionamentos, contexto aquele que o chargista Lailson canalizou sem radicalismo ao “verbalizar”, mas com ironia um discurso que não deveria ser prática de poucos e sim de milhares de professores.⁵³

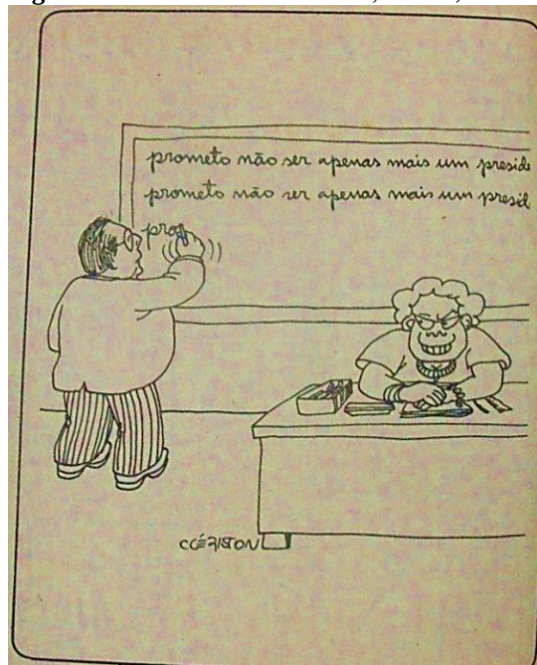
Por sua vez, a sintonia entre os chargistas Lailson e Clériston marcava o mês de março de 1979. Da mesma forma que o primeiro buscou a temática educação para focar a carência do professorado pernambucano, Clériston aproveita o momento que marcava a posse do Presidente/ditador João Baptista Figueiredo (1979/1985) para reforçar a crítica e levar a população entender não ser a desvalorização dos professores apenas um problema local, como também refletir e cobrar do novo governante que estava assumindo a presidência comprometido em melhorar a realidade do ensino público no país.

A charge apresentada por Clériston (DP) e publicada no dia 16 de março de 1979 é emblemática por possibilitar dois “olhares”. A cena proposta ocorre numa sala de aula, situação em que o professor a partir dos fundamentos pedagógicos detinha o saber prático e a interação

⁵³ “E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores”. Freire, Paulo. Pedagogia do oprimido, p.30. 1987

com o aluno para novas descobertas. Mas, a frase anotada no quadro, repetidamente acabaria por transportar para o seio social uma mensagem proferida no campo da política (fig. 22).

Figura 22. Diário de Pernambuco, Recife, 16 de mar, 1979



Fonte: charge de Clériston. Diário de Pernambuco, Recife, 16 de mar., 1979. p. A18. Hemeroteca/APEJE.

Na crítica produzida pelo chargista, a docente tem como “seu aluno a figura do Presidente Figueiredo”, que a partir do poder exercido pela professora realiza uma tarefa de cópia e ao escrever no quadro a frase “Prometo não ser mais um presidente” o chargista reforça para a sociedade que um novo tempo estava em construção e que o Presidente /ditador João Baptista Figueiredo havia feito compromisso não apenas de melhorar a vida dos profissionais da educação pública, trazia a esperança de dias melhores para o conjunto da sociedade. Portanto, naquela a mensagem colocada como uma atividade de classe ao “aluno Figueiredo”, a professora não só reforçava a carência por parte da categoria, ela dimensionava uma crise no campo da educação agravada ainda mais com a greve que logo seria deflagrada pela categoria sob direcionamento dos professores da base da APENOPE.

Se os gestores públicos buscavam via imprensa retomar e difundir “antigos fantasmas” as charges publicadas nos jornais locais faziam com que a população vivenciasse mais a imagem para refletir a realidade sempre acompanhada de um leve sorriso. Dessa forma, uma vez que o período correspondia ainda a “Guerra fria” (1945-1985) entre as duas grandes potências mundiais e, tinha o fantasma do comunismo por assombrar, Clériston aproveita a resistência do Governador Marco Maciel (1979/1982) em negociar com os professores da Rede Estadual para apresentar a

sociedade que outras questões norteavam o entrave das negociações, mas que, no entanto eram ocultadas pelo Poder público (fig.23).

Figura 23. Diário de Pernambuco, Recife, 5 de maio, 1979



Fonte: charge de Clériston. Diário de Pernambuco, Recife, 5 de maio, 1979. p. A10. Hemeroteca/APEJE.

Se a retórica do “comunismo” era o discurso do Executivo para desqualificar a mobilização organizada pela APENOPE e até mesmo levar a classe a não reconhecer a sua atual condição, o chargista apresenta em sua arte duas realidades: Primeiro, um Governo perdido e aprisionado a um discurso do passado e que já não atendia mais ao contexto do momento. Outro destaque é para expressão do “monstro” da inflação. Clériston chama atenção do leitor fazendo uso da mesma retórica que o poder oficial apoiava-se. Ao aproveitar o “mote” aumento do custo de vida ou “inflação” que atingia o trabalhador o chargista apresentava para a população que o profissional da educação pública era um trabalhador com outro qualquer, tinha as mesmas necessidades e que seria muito legítimo reivindicar sem que sofresse com repressão do Estado ou preconceito por parte da sociedade em decorrência da assimilação do discurso oficial.

Clériston (fig. 24), na charge publicada no DP no dia 10 de maio 1979 amplia discussão quanto a valorização e da importância do profissional da educação.

Figura 24. Diário de Pernambuco, Recife, 10 de maio. 1979



Fonte: charge de Clériston. Diário de Pernambuco, Recife, 10 de maio. 1979. p. A8. Hemeroteca/APEJE.

No quadro onde temos um jornalista indagando a “professorinha”, a mensagem indica que a greve dos professores abrangeu adesão também das professoras Primárias, grupo que por sinal recebia um salário de menor valor em relação aos docentes que tinha curso superior. Como também que, a partir do “ronco da barriga vazia” não havia necessidade de maiores justificativas por parte daquela docente quanto participação no movimento paredista, uma vez que a própria carência material e, muitas vezes alimentar já seria plausível para aceitação do movimento grevista pela sociedade.

Ao compararmos as duas charges (fig. 23 e 24) com trecho da entrevista apresentada tanto pela professora Porpino, como também pela docente Helena Lopes é possível percebermos haver novamente uma aproximação de discurso. Durante a entrevista a professora Porpino explica inicialmente a desvalorização financeira enfrentada pela classe naquele período, como também, no trecho ela apresenta uma situação evidenciando seu compromisso profissional, mas que não era reconhecido pelas “autoridades” que coordenavam a educação no Estado. Assim, conta a professora Porpino que:

“E, fui morar em Casa Amarela; morei em tanto canto por causa dele {o marido}. Ai fui morar em Casa Amarela, no lugar chamado Alto do Maracanã, porque tinha um irmão de criação que morava lá e nessa época, ele, parece que brigou; ele trabalhava com os primos, saiu da loja e eu sei que o dinheiro era pouco, mas ensinava na Igreja da Penha e morava no Alto do Maracanã e nunca faltei um dia. Eu ia a pé trabalhar, do Alto do Maracanã para a Igreja da Penha. Ai, eu tenho muito orgulho disso porque meus filhos tem esse mesmo hábito; eles não faltam. Eu detestava a palavra faltou. Eu

me aposentei com vinte sete anos de serviços e vinte e duas faltas ⁵⁴” (Porpino, Severina Moreira).

Por sua vez, o relato da professora Helena Lopes acaba por reforçar o discurso anterior, como também, dimensiona que o cenário apresentado era na verdade uma evidência da maioria dos professores do quadro oficial. Porém, muito mais grave para aqueles que ocupavam cargos por contrato para ministrar aulas nos Planos de Educação do Estado ou mesmo as “Professorinhas” que ministravam aulas nas turmas de nível Primário (Fig. 24). Segundo a professor a Helena Lopes:

“Passava cinco, seis meses sem pagar; era um Projeto, passava cinco, seis meses sem pagar, mas, procurei nunca me atrasar, nunca deixar de ensinar por causa disso, nunca chegar aporriada e passar para os meus alunos que eu não tinha as vezes nem dentro de casa o que, pra satisfazer os meus filhos ⁵⁵” (Pinheiro, Luci Machado).

No confronto discursivo entre o que os chargistas produziam e as memórias revisitadas pelas docentes é possível percebermos uma significativa aproximação entre o oral e o imagético; afirmamos aproximação, por assim entendermos que uma narração consiste em maior parte mais uma reinterpretação do que um relato do que fora realmente vivenciado. Assim, a utilização do gênero charges nos principais Jornais no período de fortalecimento do “Novo sindicalismo” em Pernambuco possibilitou a construção de uma memória pictórica que acabou por ser imbricada ao cotidiano de muitos dos docentes que participaram das mobilizações e mesmo anos depois, esses profissionais, ainda registram como pontos marcantes para formação ou mesmo fortalecimento de sua identificação quanto prática da docência.

Skidmore (1988) faz uma leitura enquanto atuação da mídia brasileira no dia da deflagração do Golpe civil militar no Brasil e analisa a postura dos defensores e críticos. Assim registra o brasilianista:

“A Revolução de 1964 foi entusiasticamente festejada pela maior parte da mídia brasileira. jornais importantes como o Jornal do Brasil, Correio da Manhã, O Globo, Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo pugnavam abertamente pela deposição do governo João Goulart. Não ficava atrás em sua oposição a cadeia de revistas, jornais e estações de rádio e TV dos “Diários Associados”. O único jornal importante que combateu o golpe foi o Última Hora, cujo diretor e fundador Samuel Wainer, teve de fugir” (Skidmore. 1988, p.62).

Portanto, é possível percebermos que durante o período de ascensão do Regime ditatorial o conjunto da mídia pouco se posicionou contrariando a ordem estabelecida. Se no início

⁵⁴ Professora Severina Moreira Porpino. Entrevista concedida ao autor no dia 09 de junho, 2014.

⁵⁵ Professora Luci Machado Pinheiro em entrevista concedida ao autor dia 4 de agosto de 2014.

aderiram rapidamente ao golpe, seu afastamento ocorreu quase que sutilmente. Já em Pernambuco, os dois principais Jornais locais (Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio) mesmo que inicialmente estivessem alinhados com governo, aos poucos vão apresentando para a sociedade uma nova conduta. Podemos afirmar que, o habilidoso trabalho dos chargistas veio acompanhado uma ruptura quase que inevitável. Dessa forma, a partir da aproximação mídia impressa e a classe de profissionais da educação em Pernambuco, os professores em movimento acabavam por intensificar a luta não apenas por visibilidade, mas também pelo “próprio pão”, e para isso, a imprensa passava a ser uma forte aliada. Acompanhando essa leitura, a professora Florentina Cabral “Morena” ao avaliar a atuação da imprensa no acompanhamento da greve histórica dos professores da rede estadual afirma que:

“O Diário de Pernambuco na época era mais ligado ao governo. Ai a gente se sentia apoiado pelo Jornal do Commercio. Mas, não era esse estímulo para continuar, era uma forma, dizendo, a gente esta sendo visto, o governo esta sendo pressionado também através dos meios de comunicação e a sociedade tem outra forma de ver”⁵⁶ (Cabral, Florentina Francisca, 2014).

Os chargistas Lailson e Clériston (DP), como também os trabalhos produzidos por Bione, Maquino, Ral e Paulo Santos (JC) levaram a população uma visão da situação do professorado que ocupavam as milhares de salas de aulas nas escolas oficiais pelo país, não deixando inclusive de estender a crítica também à penosa situação dos docentes que ministravam seus cursos nas unidades da rede privada.

Assim, as charges fora também um contributo para despertar a reflexão quanto questionamentos: O que era ser professor” naquele cenário em que o movimento “Novo sindicalismo ganhava força em Pernambuco entre 1979 a 1982? Como também, o que o Governo estava cobrando e ao mesmo tempo oferecendo a milhares de trabalhadores do magistério? Se por um lado os chargistas colocaram o professorado pernambucano em evidência e até mesmo contribuíram para que os próprios profissionais se (re) conhecessem, por outro forçou o Estado também recorrer a mesma imprensa para levar a população sua visão de educação e o que até aquele momento estava sendo gestado e oferecido.

Portanto, a imprensa em Pernambuco (re) construiu e cumpriu o seu papel de um “elo comunicativo” entre Governo/sociedade; docentes/sociedades e docente/Governo. No entanto, é importante destacarmos que toda aquela relação viabilizada pelo trabalho dos jornalistas não era linear ou mesmo estática. Por outro ponto, quando analisado o nível de comprometimento dos

⁵⁶ Professora Florentina Francisca Cabral entrevista concedida ao autor dia 03 de novembro de 2014.

veículos de imprensa com determinado grupo percebemos, a partir da análise das matérias publicadas ou quando tomado registro do cotidiano vida de alguns docentes, que o DP pautava-se com maior frequência por direcionar o contexto da informação buscando muitas vezes ocultar fatos importantes para a população. Dessa forma, viabilizava muitas vezes por favorecer grupos que naquele momento exerciam o controle político no Estado em detrimento das reais necessidades existentes por parte dos trabalhadores ou mesmo da sociedade em geral.

Do conjunto discursivo construído pelo Diário de Pernambuco foi possível percebermos que o trabalho dos chargistas acabou por funcionar como um “terceiro discurso”, ou seja, suplantava em alguns casos a posição da classe docente ou até mesmo do próprio Governo que atuava também na vigilância do que era produzido.

O gênero charge foi utilizado com habilidade e foi por muitas vezes bem compreendido pelos paredistas, mas por outras, nem tanto por aqueles que ocupavam postos estratégicos na esfera do Estado. Por outro lado, havia uma postura dos gestores, que tentavam acima de tudo (des) construir narrativas dos docentes em plena mutação dentro do “Novo sindicalismo” e que emergiam cada vez mais fortes em Pernambuco a partir da greve histórica de 36 dias deflagrada em 1979.

Porém, o conjunto da sociedade ao receber quase que diariamente uma expressiva carga de discurso imagético produzido principalmente pelo DP e JC, passava a aos poucos compreender que: os docentes do ensino público lutavam por mais dignidade, reconhecimento financeiro e melhores condições de trabalho. Que à Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco /APENOPE naquele momento estava dividida e por fim, que os professores se defendiam da eterna marca do “sacerdócio educacional” e de “comunista” construídas pelo discurso governamental.

CAPÍTULO 4.

NARRATIVAS DOCENTES E SINDICALISMO NAS CHARGES DO JORNAL DO COMMERCIO

Em maio de 1979 inúmeras mobilizações reivindicatórias tomavam as ruas das principais capitais do país. Em Pernambuco, foram destaque as mobilizações dos professores do ensino da Rede Estadual, tendo aquela ação resultado da ruptura de um grupo de professores da base contrários à atuação da direção da APENOPE e assim acabaram por adotar uma postura mais combativa frente ao Governo. Mas, meses antes da deflagração paredista aquela mesma categoria já ganhava espaço na imprensa a partir dos editoriais, cartas, artigos de opinião enviados por leitores (seja os ditos intelectuais ou mesmo os comuns).

Foi também a partir das inúmeras charges publicadas pela imprensa, que a sociedade passaria a ter um pouco mais a percepção do que ocorria, ou seja, o que levava os “radicais da esquerda” para enfrentamento contra o Governo e por consequência paralisação das atividades escolares por mais de trinta dias. Assim, a imagem dos docentes gradativamente era (re) construída e ganhava nova expressão na mídia e por sua vez forçava não apenas uma maior reflexão, mas também despertava um sorriso irônico daquele leitor, uma reação que por sinal acabaria levantando uma questão: Quem tinha razão? ⁵⁷

Portanto, as charges publicadas na imprensa, em especial no Jornal do Commercio ganhavam cada vez mais visibilidade e surgiam para além de provocar o riso, expressar de forma indireta que o movimento dos professores ocorria não devido à falácia do fantasma do “comunista infiltrado”, discurso esse inicialmente divulgado pelas autoridades locais via veículos de comunicação e sim por questões que estavam muito presentes na vida de cada brasileiro. Aquela mesma imprensa periódica que divulgava a versão oficial por outra desconstruía por via dos traços de seus chargistas a postura pouco “negociadora” do Estado. Assim, a imprensa a partir da postura adotada revelava para a sociedade que classe docente lutava por dignidade, como também que o conjunto da sociedade mais carente “perdia” com a situação vigente.

A (re) construção da identidade dos professores da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco passou também a partir desempenhado pela imprensa, uma vez que em parte, tolhida na sua liberdade e ainda sob certa vigilância do aparelho repressor jornalistas contribuíram ao propagar que aquela greve dos professores que estaria por vir não deveria ser apenas olhada como uma postura de confronto contra aqueles que pregavam um “Estado ordeiro”.

⁵⁷ Vale salientar que a identidade do professor envolve características pessoais e profissionais e se constrói a partir das relações sociais que englobam o indivíduo, instituição educacional, família e os que influenciam de alguma maneira a estruturação do conhecimento”. (Dal Rosso, 2011. p. 12).

As cartas, artigos de opinião, os editoriais tiveram também significativa representação no processo de comunicação entre as partes envolvidas nas relações de poder entre os anos de 1979 a 1982. Mas, o trabalho desenvolvido pelos chargistas dos dois principais periódicos, inegavelmente tomara importância de expressão histórica. Assim, ganhou força na imprensa pernambucana do século XX a crítica social a partir de desenhos, formato que por sinal remonta do século XVIII, mas agora se fazia marcante no cenário como mecanismos de registro dos acontecimentos sócio-políticos de uma forma contestatória e bem-humorada. Souza (2008) faz um pequeno registro historiográfico do que viria posteriormente se consolidar por charges tão presentes nos jornais. Segundo a autora:

“Entre o final do século XVIII, início do século XIX o desenhista francês Honoré Doumier fez uma crítica ao governo de sua época no jornal “La caricature”. Ele, para fazer sua crítica, expôs sua opinião através de um desenho, ou seja, de uma charge. O gênero ganhou força e outros jornais passaram a publicá-lo. A charge jornalística impressa perpassou as fronteiras da França e conquistou os jornais do mundo inteiro” (Souza, 2008. p. 23).

Ao discorrermos quanto às histórias de vida docente, em especial ao período do regime civil-militar instaurado no Brasil em abril de 1964 corremos o risco de deixarmos uma lacuna, no caso de não transpassarmos para reflexão quanto formato e o discurso construído pela imprensa periódica, principalmente nos primeiros meses de 1979, fase marcada pela (des) construção da docência a partir das publicações dos principais periódicos em circulação no Estado.

O primeiro quadrimestre de 1979 fora marcado por ser um momento delicado e dentre os fatores podemos destacar: o país passava por mais uma grave crise política; de uma maneira gradual era preparada a transição para a tão esperada democracia; a classe média se aliava a outros seguimentos de trabalhadores para pressionar o governo por adoção de uma política econômica mais justa, uma vez que o “milagre econômico” tão propagado ainda não havia contemplado o todo da sociedade e sim uma parcela de uma elite alojada na estrutura do poder. Por sinal, a outra parte, que era maior parcela composta da classe trabalhadora e a mais atingida pelo alto custo de vida (figura 25) até aquele momento tinha todos os motivos protestar. Esse entendimento do quadro que se desenhava foi ponto de reflexão exposto por Ferreira (2012) ao registrar que:

Figura 25. Jornal do Commercio, Recife, 19 de jan., 1979



Fonte: charge de Maquino. Jornal do Commercio, Recife, 19 de jan., 1979. p.4. Hemeroteca/APEJE.

“Durante o “milagre” diversos trabalhadores brasileiros passaram a acreditar que o crescimento econômico do país poderia lhes render melhores condições de vida (especialmente no que se refere ao salarial). No decorrer dos anos, entretanto, foi ficando cada vez mais claro para muitos deles que o governo, as empresas e as lideranças sindicais não resolveriam os seus problemas.” (Ferreira, 2012, p.184)

Por outra, componentes do próprio governo já demonstravam que a política econômica estava em desajuste, fato que acabava por legitimar naquele momento ações paredistas sob liderança dos sindicatos e associações de classe. Como exemplo, a Revista do Brasil, apresentava esse cenário de conflitos destacando em uma das suas matérias a postura do Ministro da Fazenda Mário Simonsen, ao expressar temor quanto o panorama político-econômico:

“Em 1977 o ministro da Fazenda, Mario Simonsen, numa crítica às políticas anteriores, abre caminho para reconhecer a adulteração dos índices do custo de vida utilizado no cálculo da inflação para reajustes anuais dos salários. Em razão das adulterações, os operários iniciaram uma grande campanha dessa época exigindo a reposição salarial. Embora o movimento não fosse vitorioso serviria de base para as grandes lutas operárias de 1979” (Revista Retrato do Brasil. nº 36. Editora Política, 1986, p.423).

Também, em decorrência do aumento da inflação e do custo de vida, entre os anos de 1978 e 1979 ocorreram intensas mobilizações dos trabalhadores em vários Estados do país. No entanto, foi ainda no primeiro semestre de 1979 que os governos, seja do Presidente João Figueiredo na esfera federal ou mesmo do governador biônico Marco Maciel em Pernambuco, em especial, enfrentaram expressivas movimentações grevistas das classes trabalhadoras.

Se em 1978 os metalúrgicos do ABC paulista enfrentaram a “Lei anti-greve” e cruzaram os braços, já em 1979 semelhantes ações foram adotadas por outras categorias o que incluía agora também aquelas compostas por trabalhadores da classe média que até anos antes não se viam como proletários e sim como uma “casta” representada na esfera do serviço público. Como

consequência em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia eclodiram greves que foram quase que de forma simultâneas mostradas pela grande imprensa periódica.

Em Pernambuco, no ano de 1979 diversos grupos de trabalhadores reagiram contra a desvalorização dos salários, as precárias condições de trabalho e o elevado custo de vida, como também protestavam por mudanças no campo da política nacional. Agora, operários, motoristas, bancários, professores da rede privada discutiam, mobilizavam-se e por vezes decretavam greves junto as suas respectivas categorias, mesmo sem o apoio das lideranças que até aquele momento estavam a frente dos sindicatos mas muitas vezes adotavam posturas nitidamente pelegas.

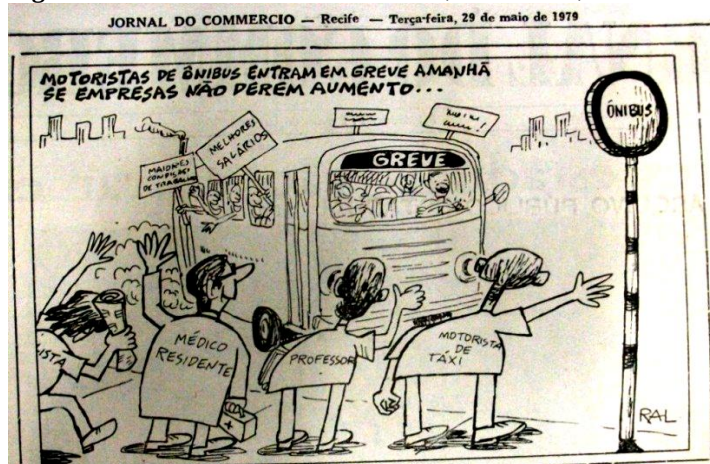
Por efeito da conjuntura, trabalhadores do funcionalismo público recolhido a sua “zona de conforto” que os mantinha quase que inativos passaram para uma atuação mais contestatória uma vez que, até aquele momento as respectivas entidades de representação junto ao governo adotavam posturas muito mais recreativas e assistencialistas. Assim, surgem atores nas bases que de meros participantes em suas associações passaram exigir de suas lideranças de classe uma atitude mais ativa frente ao Governo do Estado.

No entanto, independentemente da vigência de uma legislação que impedia reuniões e assembleias, aquelas entidades reorganizaram-se, se articulando com os seus associados principalmente das bases, lançaram suas pautas reivindicatórias junto ao governo e ao perceberem para uma possível não sinalização positiva por parte do Executivo decidiam deflagrar paralisação geral.⁵⁸

Aquele cenário, muitas vezes de “desordem social” foi aos poucos propagado pela imprensa periódica entre os anos de 1979 a 1982, seja a partir das matérias ou mesmo charges (fig.26). A imprensa buscava nesse cenário o equilíbrio entre os seus interesses, a vigilância que sofria e o seu real papel de informar a sociedade para o que ocorria no período de o Regime em pleno processo de desintegração. Durante os meses que antecedeu a deflagração da greve dos professores da Rede Oficial de Ensino de Pernambuco, sob representatividade da APENOPE, é possível observarmos o quanto a grande mídia local acompanhou e (des) construiu “discursos” principalmente utilizando o riso como ponto de partida.

⁵⁸ Uma Lei de junho de 1964 (Lei 4.330) veio proibir terminantemente o direito de greve, estabelecendo ao mesmo tempo que a fixação dos índices de reajustes salariais passariam a ser prerrogativa absoluta do Estado, pondo fim assim ao processo de negociação entre trabalhadores e patrões. Os sindicatos passavam a ter funções meramente assistenciais, prestando serviços aos seus associados, além de se constituírem em instrumentos estatais de sustentação do regime. LEITE, I, N. (2002/2003). Sindicato, trabalho e educação: Um estudo do posicionamento do sindicalismo docente brasileiro e Português na década de 1990. Tese, p. 80. Universidade do Porto.

Figura 26. Jornal do Commercio. Recife, 29 de maio, 1979



Fonte: charge do Ral. Jornal do Commercio. Recife, 29 de maio, 1979. p.2. Hemeroteca/APEJE – Motoristas de ônibus entre em greve amanhã se empresas não derem aumento.

Assim, inicialmente é possível observarmos o quanto a grande mídia local acompanhou e (des) construiu “discursos” principalmente ao utilizar o riso como ponto de partida. Humor sutil usado no processo de abertura e de menor vigilância proporcionado pelo Regime militar em vigor. Para essa questão, o escritor Ariano Suassuana definiu com maestria o poder que o humor tem. Segundo ele “É enorme. É outra coisa, que ajuda a temperar o choro: a gente rir do mundo, rir até de si mesmo. Ajuda muito a viver. Dá muita força a gente. E ele é também um instrumento de luta”.⁵⁹

Saliba (2002) ao registrar o papel da imprensa periódica no final do século XIX até os anos de 1940 do século XX destaca o quanto o humor foi um mecanismo que serviu para apresentar ou mesmo denunciar transformações históricas de uma sociedade em ebulição.⁶⁰

O período correspondente aos anos de 1979 a 1982 em Pernambuco registrou uma significativa atuação dos chargistas que de uma maneira leve apresentavam para a sociedade os dois lados em conflito, ou seja, Governo versus trabalhadores. Também, ao mesmo tempo em que desenvolviam críticas e denunciavam acirramento por parte dos militantes ou mesmo ações repressivas do próprio Estado não deixavam de lado muitas vezes a capacidade de extrair junto ao leitor um leve sorriso.

Os discursos presentes nas charges publicadas seja no Jornal do Commercio ou Diário de Pernambuco foram diferenciados na forma em que ambos buscavam atingir o seu público, mas

⁵⁹ Diário de Pernambuco. 26 de julho, 2014. Caderno Viver, p. E6.

⁶⁰ Saliba, Elias Thomé em Raízes do riso: a representação humorística brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio o autor analisa o humor presente no Brasil entre os séculos XIX e XX expresso na imprensa periódica nacional.

por outra, se apresentaram idênticas na força da mensagem, fato o que muito próxima a visão exposta por Saliba (2002, p.22) quando ao analisar o riso afirma: [...] o riso ganha uma função social, pois rimos para estabelecer os elementos vivos que compõem a própria sociedade. Ou seja, a resposta para o risível está sim na sociedade e não na natureza humana como teóricos afirmavam anteriormente em seus estudos. Todo esse cenário divulgado pela imprensa periódica encontra-se presente também na análise do Ferreira Jr & Bittar (2006), no artigo “A ditadura e a proletarianização dos professores” eles fundamentam a relação entre ditadura e os movimentos organizados pelas entidades sindicais ao destacar que:

“O arrocho salarial foi uma das marcas registradas da política econômica do regime militar. No conjunto dos assalariados oriundos das classes médias, o professorado do ensino básico foi um dos mais atingidos pelas medidas econômicas que reduziram drasticamente a massa salarial dos trabalhadores brasileiros. O processo da sua proletarianização teve impulso acelerado no final da década de 1970 e a perda do poder aquisitivo dos salários assumiu papel relevante na sua ampla mobilização, que culminou em várias greves estaduais entre 1978 e 1979” (Ferreira Jr & Bittar, 2006 p.1166).⁶¹

É importante ressaltarmos que de 1930 até final da década de 1970 prevalecia no país um “sindicalismo de Estado”, o que tornava toda mobilização do trabalhador fortemente sob a tutela do regime. Nessa situação, os sindicatos ou mesmo associações em sua maioria eram representadas por lideranças “pelegas” que interessadas muito mais nos benefícios individuais adotavam posturas que atendiam aos interesses do poder instituído. Porém, fatores diversos direcionaram para uma gradativa ruptura.

A partir de 1979 Pernambuco é marcado por uma nova forma de ação reivindicativa, em que o “Novo Sindicalismo” passou ser a marca das mobilizações que faria parte do cenário, onde a categoria dos professores via base da APENÓPE passou ser a responsável por dimensionar no Estado uma nova forma de pensar e fazer sindicalismo. Molin (2005) apresenta o “Novo sindicalismo” como o momento de ruptura a velha ordem populista, como também uma nova perspectiva de reação da classe trabalhadora a ingerência dos militares na política de reajuste salarial aos trabalhadores.

Para Ferreira (2012), ao pensarmos a “velha” estrutura de representação associativista ou sindical vigente e a “nova” que aos poucos ganhava espaço, se faz necessário compreendermos que:

⁶¹ A ditadura militar e a proletarianização dos professores. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006 1159 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

“Para os que fizeram parte do “Novo Sindicalismo” o “velho sindicalismo” teria sido uma experiência sindical “pelega”, sem bases, de cúpula, de gabinetes, “assistencialista”, distante da classe trabalhadora, pouco combativa, “clientelista”, apegada ao Estado (especialmente no que se refere à estrutura sindical oficial) e orientada por interesses políticos e individuais” (Ferreira, 2012, p. 199).⁶²

Entendimento identificado quando compararmos com o conjunto das entrevistas registradas junto aos professores que atuaram pela Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de Pernambuco (APENOPE), momento em que relatam o processo de transformação que a própria associação passava entre os anos de 1979 a 1982. Como exemplo, Luci Machado, docente que atuou no processo que resultou na saída do grupo pelego, ascensão de um novo grupo e adoção de uma postura mais reivindicativa frente esferas do governo destaca que:

“A APENOPE na época era atrelada ao governo, recebia... era conivente com tudo, não se interessava porque tenho até documentação que dizia que ele recebia um salário; ele ficou lá por oito anos. Recebia um salário, tinha carro à disposição; pelo menos é o que eu tenho aí! E ele não se incomodava com essa parte e não queria fazer frente ao governo ⁶³” (Pinheiro, Luci Machado, 2014).

Assim, a nova postura adotada pelos professores da base contra as pessoas que ocupavam a direção da APENOPE não significou apenas uma ruptura contra a “velha ordem”, mas acima de tudo a perspectiva de reais conquistas para classe trabalhadora. O “Novo sindicalismo” não apenas representaria uma ação mais combativa por parte da entidade sindical, como também um “desatrelamento” da esfera seja patronal ou mesmo do Estado quando pensado a situação dos docentes.

No entanto, Ferreira (2012) ao analisar todo esse processo de transição vivenciado pela classe trabalhadora principalmente, destaca também dois aspectos principais:

“Em primeiro lugar, que o “Novo sindicalismo” não nasceu isoladamente no interior da sociedade brasileira. Ele fez parte do seu contexto histórico. Como demais movimentos sociais surgidos ao longo da década de 1979 no país, o “Novo sindicalismo” foi uma prática de alguns sindicatos brasileiros que despontou nos anos finais do regime militar, tornando-se depositário da esperança de inúmeros trabalhadores na busca de serem novos atores históricos, ou seja, sujeitos ativos no processo de redemocratização do Brasil” (Ferreira, 2012 p.153).⁶⁴

⁶² Ferreira, Rafael Leite. O “Novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências. UFPE, 2012.

⁶³ Professora Luci Machado Pinheiro em entrevista concedida ao autor dia 4 de agosto de 2014.

⁶⁴ Ferreira, Rafael Leite. O “Novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências. UFPE, 2012.

Como expressa Ferreira (2012), O “Novo sindicalismo” não foi algo que nasceu especificamente da vontade de uma categoria ou mesmo de um pequeno grupo, como por exemplo, operários do ABC Paulista, ou mesmo de um indivíduo, no caso, do metalúrgico Luiz Inácio (Lula) da Silva. Faz necessários compreendermos que foi sim, fruto da própria complexidade histórica e das relações de trabalho vivenciada no país sob forte controle econômico e político. Assim, acerca da questão Ferreira (2012) reforça que:

“O “Novo sindicalismo” não despontou à cena política brasileira de uma hora para outra, do nada, ou por acaso no ano de 1978 na região do ABC paulista, como uma espécie de “raio caído em céu azul”, mas sim a partir de todo um “trabalho silencioso” dos trabalhadores no cotidiano da produção e de significativas mudanças – prática discursivas – ocorridas no interior de muitos sindicatos brasileiros em fins da década de 1970”⁶⁵ (Ferreira, 2012, p.153/54).

Portanto, foi desse “trabalho silencioso” e de maneira gradativa que a classe trabalhadora e principalmente a temática educação ganhou voz nos dois principais jornais de grande circulação em Pernambuco. Mas, como exatamente atuou a imprensa periódica nos primeiros meses que antecedeu a deflagração da greve dos professores da rede oficial de Pernambuco? Qual seu papel para fortalecimento do movimento e construção da identidade docente?

Inicialmente, ao fazermos um resgate historiográfico é importante destacarmos que aquele setor sofrera ao longo de suas atividades avanços e recuos, retrocesso esses por vezes gerados pela força do grupo oligárquico civil-militar que governava o país. Aguiar Neto (2014) em seu estudo destaca que já no ano de 1961 a imprensa local sofreria o que citou como “ensaio do golpe”. Segundo ele:

“Quando houve a renúncia de Jânio Quadros ocorreu uma amostra grátis do Golpe de 1964 aqui. Cid Sampaio era governador e houve prisão, censura em todos os órgãos de imprensa, rádio e TV. A redação do Jornal A Hora, que era no edifício Vieira da Cunha, foi invadida. A gráfica ocupada. Os grandes jornais daqui Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco viveram censura ”⁶⁶ (Aguiar Neto, 2014,p.39).

Mas, as perseguições não ficaram restritas aos veículos de imprensa ameaçados de terem as portas cerradas. Também, os órgãos de representação de classes, como a dos jornalistas, foram vigiados e sofreram com a repressão. A nossa historiografia registra essa ação tendo, por exemplo, com fato sofrido pelo jornalista Sanelvo Cabral. Aguiar Neto (2014, p.46) destaca ainda que: Membro da AIP desde 1965, o jornalista Sanelvo Cabral foi levado à prisão por ordem do

⁶⁵ Ferreira, Rafael Leite. O “Novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências. UFPE, 2012.

⁶⁶ Entrevista do jornalista Mário Melo à pesquisadora Ana Paula Lira em 2005.

delegado do DOPS, Malebrando Bernades, por trabalhar no Diário de Pernambuco e frequentar a Associação de Imprensa de Pernambuco.

Para levantarmos um breve panorama quanto o papel do JC no período entre os meses de janeiro a maio de 1979 podemos analisar o papel desse periódico a partir também de algumas palavras chaves que aos poucos foram assimiladas pelo conjunto da sociedade e integradas também ao discurso das categorias profissionais seja nas falas apresentadas durante as entrevistas concedidas por seus representantes e militantes da base ou muitas vezes na postura reivindicativa nas entidades de bairro. Para começar, destacamos alguns léxicos presentes nas principais matérias publicadas e que logo foram absorvidas e identificadas nas diversas charges presentes nos cadernos impressos. São elas: Greve, educação, professor, repressão, alunos e escola. Neste ponto não caberá analisar em detalhes o teor ou mesmo aplicação ideológica ou semântica das palavras e sim o quantitativo para posterior identificação na forma da construção do “riso” discutida por Saliba (2012).

Quadro 3. Léxicos – JC / 1979

Palavras	janeiro	fevereiro	março	abril
Greve	3	0	9	2
Educação	5	0	0	2
Professor	8	5	15	11
Repressão	0	0	0	0
Aluno	0	0	4	2
Escola	3	7	4	6

Fonte: JC – Janeiro a abril de 1979. Hemeroteca/APEJE.

Assim, o Jornal do Commercio (Quadro 3) registrou os seguintes dados enquanto uso de expressões que posteriormente ganhariam representação nas diversas charges publicadas em especial durante o ano de 1979. Foram utilizadas nas matérias publicadas entre janeiro a abril o seguinte quantitativo em que os léxicos foram escritos: escola (20), greve (14) e professor (39). No entanto, quando comparamos as vezes em que foram aplicadas as palavras citadas, o diferencial em relação ao seu principal concorrente é o fato que o JC quando destacava nos títulos a referência “professor” trazia no conjunto dos seus textos muitas vezes explícitas a carências e desafios enfrentados pela classe seja em Pernambuco ou mesmo nas demais federações brasileiras.

No conjunto, pela profundidade das matérias produzidas, o JC em seu discurso muitas vezes aproximava-se da condição de “porta-voz” das categorias mobilizadas, principalmente da

classe docente que buscava os arredores do prédio da empresa localizada no centro da cidade do Recife fazer como um ponto de encontro para que pudessem expressar seus anseios.

Ao analisamos o produto geral das matérias publicadas por parte da equipe de jornalismo do Jornal do Commercio é possível identificarmos uma forte crítica a questão social, principalmente com ênfase ao custo de vida que atingia a maioria da população. Podemos registrar dentre as várias matérias de capa: o descaso com o menor abandonado; a violência urbana; a posse do governador “biônico” Marco Maciel como também as primeiras mobilizações grevistas realizadas por operários de indústrias e professores das escolas Privadas, seja em Pernambuco ou mesmo nas demais regiões do país.

No entanto, quando avaliadas as charges produzidas onde o foco é a questão docente temos a partir dos dados levantados um expressivo “silenciamento, mas que de alguma forma acaba sendo reduzido seus efeitos quando burladas a ordem de “vigilância e censura” nas redações⁶⁷. Assim, temos os seguintes números quanto publicações dos chargistas do JC no primeiro quadrimestre de 1979 : janeiro/fevereiro (0), março (0), abril (03) e maio (09). Importante também destacarmos que nos meses de janeiro e fevereiro as charges publicadas estavam direcionadas a cobertura quanto a escolha do novo governador para o Estado de Pernambuco por parte do Presidente Figueiredo, como também, num segundo momento aos festejos carnavalesco. Diferentemente do seu concorrente, o JC contava na sua equipe responsável por produzir as charges o total de quatro profissionais. Dentro desse quadro cabe aqui fazermos um breve registro do trabalho realizado por aqueles chargistas, em especial no período e na temática em estudo neste capítulo.

Entre os meses de janeiro a maio tivemos seguintes chargistas atuando na arte de comunicação e “diversão”: Maquino (jan); Ral (mar); Sinfrônio (abril); Paulo Santos (março a maio); Nunes (maio) e Bione (março a maio). Mas, dois desses merecem uma melhor análise quanto profundidade das charges produzidas no período. As charges publicadas no JC despertavam atenção até mesmo daquele leitor que não estivesse acompanhando as reivindicações dos trabalhadores junto aos patrões ou no caso dos funcionários público junto ao Governo Estadual. Assim, ao olhar para qualquer das charges produzidas aquele leitor daria muito mais

⁶⁷ Inserido nessa conjuntura de obter um número cada vez maior de informações sobre aqueles considerados opositores ou possíveis opositores, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI). Instituído ainda em 1964, esse órgão tinha por finalidade superintender e coordenar, em todo território nacional, as atividades de informação e contrainformação, em particular as que interessem à Segurança Nacional (Resende,2015, p.55).

que um sorriso, ou seja, ao olhar, fixaria em sua mente algumas questões que muitas vezes eram respondidas ou mesmo levantadas.

Primeiro destacamos a charge do Maquino (fig. 27) como exemplo para denunciar o cenário político-social em Pernambuco. Durante o mês de janeiro de 1979 o chargista produziu um total de 11 charges das quais faziam menção: repressão ao movimento estudantil, desemprego, despolitização da população, custo de vida. Além da precisão dos traços, Maquino utiliza uma linguagem curta e provocativa, tornando o leitor um agente participativo seja pela descrença ou mesmo ironia. Também, muitas vezes antecipadamente apresentava ao leitor o cenário social. “Antecipação” essa, identificada na entrevista da professora Florentina Cabral, ao registrar o temor que sentia quando atuação da polícia frente aqueles que demonstrassem engajamento político ou mesmo ideológico contrário a ordem. Afirma a professora:

“Nessa época eu tinha uma irmã que tinha 13 anos e também era muito ativa no movimento, na Pastoral e inclusive ia para outros Estados, encontros e tal. Então, a gente tinha muito cuidado e muito medo que ela andasse só, pra não; de repente de uma hora pra outra ser presa ou sofrer qualquer repressão por parte da polícia ”⁶⁸ (Cabral, Florentina Francisca, 2014).

Figura 27. Jornal do Commercio. Recife, 9 de janeiro, 1979

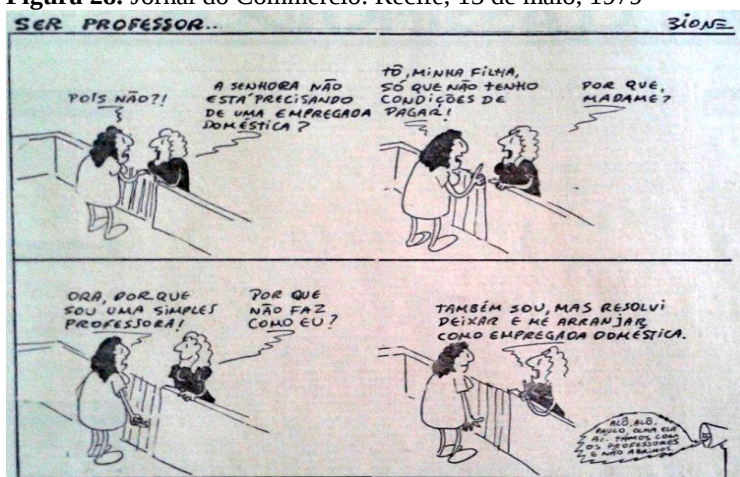


Fonte: charge do Maquino. Jornal do Commercio. Recife, 9 de janeiro, 1979. p.4. Hemeroteca/APEJE “Vestibular unificado – Prova de Estudos Sociais”.

O chargista Maquino apresenta uma forte conexão com o ambiente social, percepção ainda marcante na memória da docente quase quatro décadas depois. A capacidade de trabalhar o humor como forma de expressar a realidade vivenciada pela sociedade também esteve presente na arte trabalhada por muitos daqueles profissionais do Jornal do Commercio.

⁶⁸ Professora Florentina Francisca Cabral entrevista concedida ao autor dia 14 de julho de 2014.

Figura 28. Jornal do Commercio. Recife, 13 de maio, 1979



Fonte: charge do Bione. Jornal do Commercio. Recife, 13 de maio, 1979. p.5. Hemeroteca/APEJE.

Por sua vez Bione, durante suas criações, principalmente no período correspondente as mobilizações e deflagração das inúmeras greves na cidade do Recife e também no interior do Estado abriu dois espaços temáticos na construção dos seus personagens: O “Ser professor e o Jornal Biônico”. No primeiro espaço reserva o momento para o diálogo, muitas vezes entre os profissionais da área do ensino. No entanto, quase sempre os diálogos externavam de forma direta as angústias, conflitos e a ausência de uma aceitação profissional por parte dos professores (fig. 28).

No segundo enquadramento, apesar de ser uma derivação do nome do próprio chargista, de maneira sutil evidenciava uma crítica à condição de apadrinhamento políticos ao cargo de gestão, ou seja, por indicação dos chefes militares, o que lhes dava conotação de ser um “político biônico” ou sem respaldo da população. Naquele espaço, a crítica construída de maneira implícita era mais direcionada a esfera política e social. Não que os demais chargistas do JC não produzissem charges plausíveis de uma assimilação e do despertar crítico, no entanto, os dois últimos refletiam nos seus desenhos os anseios presentes na coletividade e também tornaram a comunicação com leitor via imprensa mais divertida.

A greve dos professores dos docentes da Rede estadual foi deflagrada no dia 30 de maio de 1979, porém, anteriormente o JC registrava em matéria do dia 17 de maio a mobilização ao informar com a manchete - Três mil professores irão à greve no dia 1º - complementando no corpo do texto a seguinte informação:

“Cerca de três mil professores do ensino público de Pernambuco reunidos ontem em assembleia geral no Clube Náutico decidiram parar suas atividades a partir do dia 30, quando terão cumprido os prazos determinados pela Lei 4330, que regula a atividade dos grevistas. Essa lei dá aos professores 15 dias para satisfazer certas formalidades e só então poderão deixar os trabalhos” (JC. 17 de maio, 1979, p. 8).

Inicialmente é importante destacarmos que o Jornal do Commercio ao publicar a matéria no dia 17 de maio, na verdade atendia de maneira habilidosa a dois papéis: Primeiro, comunicar a sociedade sem alarde o andamento da mobilização dos professores da Rede Oficial de Ensino, cuja representação naquele momento se fazia ainda via APENOPE tendo na presidência o Leônidas Fernandes “aliado” ao governo.

Outro aspecto que merece relevância é que na manchete e no próprio corpo do texto há interesse do jornalista de enfatizar o quantitativo de docentes que deveriam paralisar as atividades e o quanto a sociedade seria atingida. Por outro lado, atenua a sua postura que deseja trabalhar para que a comunidade faça adesão ao movimento ou pressione o governo recém-empossado, isso quando destaca que, toda mobilização docente está condicionada a legislação; ou seja, o Governo até aquele momento não perdera o controle político da situação.

O Jornal do Commercio acompanhou e publicou matérias durante o agitado ano de 1979 das inúmeras mobilizações das categorias profissionais, cenário destacado por Ferreira (2012) ao afirmar:

“O JC, por exemplo, fez uma pesquisa com os professores/grevistas para saber como eles estavam vivendo. De acordo com a pesquisa, enquanto uns diziam estar tudo bem, outros afirmavam que suas vidas tinham mudado significativamente; os hábitos foram totalmente modificados e os horários, antes tão certos, no decorrer da greve inexistiam” (Ferreira. 2012, p.235).

A partir de uma análise imagética é possível não só compreendermos um pouco a situação vivenciada por determinada categoria profissional representada como também o próprio descaso das autoridades ao não valorizá-la.

Quando o foco era os docentes da Rede o chargista Bione apresentava de uma maneira sutil à crítica social. Assim, transmitia sua mensagem a partir de dois quadros o “Jornal biônico” e o “Ser professor”. Procurava registrar de uma forma sintetizada o que movia a questão em debate e como ou quem a deveria refletir sobre a mesma. Foi dessa forma, que a charge do dia 13 de maio (fig. 28) sintetizou a mobilização dos professores, que se encaminhava para mais um mês até aquele momento pouca atenção era recebida por parte da sociedade e principalmente do

governo. Como também, revelava uma força discursiva expressiva e o próprio simbolismo do dia 13 de maio no contexto da nossa historiografia.

O “Ser professor” publicado no dia 13 de maio de 1979, ao mesmo tempo em que levava a sociedade a refletir quanto às dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação, também acabava por gerar uma atenção ou mesmo indignação por parte dos professores quanto os seus direitos negados pelo Estado. Utilizando a charge como meio para conscientizar o leitor, Bione mostrou em dois momentos, via um diálogo simples o suficiente para entendimento do cenário enfrentado pela classe docente em naquele período em que o “Novo sindicalismo ganhava força no Estado.

Quadro 4. Diálogo charge JC / 13 de maio, 1979

DOCENTE DA CASA (1)	DOCENTE (2)
Pois não?!	A senhora não esta precisando de uma empregada?
Tô minha filha, só que não tenho condições de pagar!	Por quê, madame?
Porque sou uma simples professora!	Por que não faz como eu?
	Também sou, mas resolvi deixar e me arranjar como empregada doméstica.

Fonte: charge do Bione. Jornal do Commercio. Recife, 13 de maio, 1979. p.5. Hemeroteca/APEJE.

O discurso (Quadro 4) presente na charge denunciava para a sociedade e para o próprio Governo a situação de penúria vivenciada pela maioria de docentes, uma vez que o custo de vida atingira níveis assustadores e o “milagre econômico” alardeado pelo Ministro da Economia não se fazia realidade para aquela categoria que sobrevivia com salários cada dia mais desvalorizado. No entanto, há uma outra mensagem posta sutilmente no canto esquerdo da charge, em um megafone que expressa: “Alô, alô Paulo, olha ela aí. Tamo com os professores e não abrimos”.

A leitura mais apurada da charge também deve acompanhar a interpretação de uma fotografia. O humor expresso pelo Bione não é resultado de uma visão isolada do autor, há uma transitoriedade ao ser pensada a temática; o jornal, o autor e a sociedade estão presentes na sua construção. De início, ao focarmos um olhar mais minucioso é possível percebermos que o chargista coloca um terceiro personagem no quadro, esse por sua vez utiliza uma linguagem bem “popular” e que mesmo assim demonstra a consciência quanto à importância do trabalho dos docentes.

Ao analisarmos a mensagem, fica a dúvida ser dirigida a mensagem ao professor Paulo Rubem Santiago, professor recém-contratado da Rede Ensino e que naquele momento havia juntamente com outros professores tomado posição frente à postura pelega da APENOPE sob a presidência de Leônidas Fernandes e assim iniciado o movimento paredista docente. Ainda,

quando confrontada quanto a ideia expressa na charge (fig. 28) e a memória apresentada pela professora Porpino, destacamos forte relação de identificação. Na entrevista, a professora ao comentar situação financeira que enfrentou em família no início da sua carreira e ainda por volta de 1979 traz ao cenário uma aproximação ao discurso expresso também na charge. Afirmo a professora Porpino:

“Eu depois de casada tive uma vida boa financeiramente, mas depois de casada casei com rapaz de família boa que é o meu sobrenome, mas infelizmente é alcoólatra e agressivo. Então, ele me cerceava muito nas coisas, mas eu ia para o enfrentamento. E, houve um tempo que ele saiu do emprego, o salário de professor era muito pouco e eu morava em Casa Amarela ⁶⁹” (Porpino, Severina Moreira, 2014).

Ao compararmos o cotidiano da professora Porpino com charge publicada, fica visível o quanto naquele contexto o trabalho dos profissionais em educação não era valorizado por parte principalmente do governo. Nóvoa (1999, p.23) reforça esse entendimento ao afirmar que: “Apesar de ter estado submetido a grandes pressões demográficas e sociais desde meado do século XX, o ensino não sofreu transformações estruturais tão significativas como a de outras profissões”.

Diante o cenário de mobilizações que ocorriam e a repressão que algumas categorias sofreram por parte do aparato repressor do DOPS/PE e da Polícia Militar a imprensa passou acompanhar mais intensamente as negociações, as greves decretadas e o retorno às atividades quando atendidas. Em referência aos atos registrados na cidade e a repressão policial Ferreira (2012, p.227) afirma que: “É importante aqui destacar que de todas as greves ocorridas no Estado de Pernambuco no ano de 1979, na greve dos motoristas a utilização da força da repressão foi muito presente. Vários deles foram revistados, espancados e/ou presos, piquetes desmantelados”.

70

Portanto, no momento em que professores das diversas regiões do país já estavam paralisando suas atividades, em Pernambuco as mobilizações caminhavam para uma plena adesão paredista, fato que o próprio Governo procurava negar usando até mesmo a própria imprensa. Essa ausência do apoio seja da população implicitamente denunciada nas charges publicadas no Jornal do Commercio também foi possível identificarmos nas entrevistas concedidas pelos professores para construção do presente estudo.

⁶⁹ Professora Severina Moreira Porpino. Entrevista concedida ao autor no dia 09 de junho, 2014.

⁷⁰ Ver matéria JC – Greve continua e PM garante transporte. 01/06/1979 – Capa.

Como exemplo, a professora Severina Porpino na sua fala destaca os motivos que adiará a sua entrada no movimento sindical. Assim, relata a falta de apoio dos familiares que se refletia também na timidez e informações negativas que recebera sobre mobilização dos trabalhadores.

“Ai no Coronel Othon, no Coronel Othon não, foi lá no Radialista, já em Paulista, foi lá, foi lá que eu comecei a tomar conhecimento da militância sindical; isso, eu fui para Jardim Paulista em 78, 78, 79, 79, aí aparecia um grupo de professores nas escolas e falando sobre a questão da luta não sei o quê. Eu tinha vontade, muita, mas eu tinha assim, dificuldade, não sei também, um pouco, em respeito à família que me criou, eles eram donos de engenho, aí tem aquela formação ”⁷¹ (Porpino, Severina Moreira, 2014).

Por sua vez, o professor Arundo Nunes ao lembrar sua atuação no grupo da APENOPE em 1979 ressalta que sua família sofreu bastante com sua ausência e frequentes atividades na associação. Afirma o docente:

“Eu já tô velho, setenta e um anos de idade, tenho uma família, tenho uma parte da família prejudicada por causa do movimento sindical. Não é? Prejudicou! Porque a gente atuante. E a família? Você dedica vinte e quatro horas ao sindicato”⁷² (Silva, Arundo Nunes da, 2014).

Sensação confirmada pela professora Francisca Cabral “Morena” quando registra sua atividade juntamente com o professor Arundo e equipe de mobilização da APENOPE. Diz a professora que:

“Mas, ele era assim! Ele era explosivo, era daqueles que ia pra cima e se não tivesse cuidado tinha que ter alguém controlando ele. Mas, ele era muito disposto, não tinha essa história; era de manhã, de tarde e de noite. Não tinha isso não! A hora que fosse ele tava na luta! A gente fazia pichação de madrugada nos muros das escolas estamos em greve e ele {Arundo} era um dos que estavam na linha de frente ”⁷³ (Cabral, Florentina Francisca, 2014).

Também, a professora Luci Machado durante seu relato explica a resistência dos familiares e até mesmo de outros professores oferecerem apoio junto ao movimento sindical. Na entrevista a professora relata que:

⁷¹ Professora Severina Moreira Porpino. Entrevista concedida ao autor no dia 09 de junho, 2014.

⁷² Professor Arundo Nunes da Silva. Entrevista concedida ao autor no dia 09 de junho, 2014.

⁷³ Professora Florentina Francisca Cabral entrevista concedida ao autor dia 14 de julho de 2014.

“Havia. Havia! Havia! Foi muito difícil! Foi muito difícil porque a gente sabia que era uma época que a gente, a gente não tinha essa liberdade toda. E tinham companheiros que tinham muito medo. Quem não tava envolvido só com o movimento, mas aí tinha companheiro que já tinha sofrido alguém que tinha alguém que já tinha sofrido repressão da família. Aí começava a colocar; se a gente fosse medroso também saía da parada! Tinha gente que realmente corria!”⁷⁴ (Pinheiro, Luci Machado, 2014).

Portanto, ela enfatiza o medo, mas, diferentemente do registrado pela professora Porpino, a professora Luci indica que o “medo” era resultado do receio da perseguição política feita pelo regime. Destaca a professora em sua entrevista:

“Ainda mais que eles tinham muito medo, Medo da família em casa, medo de marido, não era? Tinha toda uma pressão pra sair, não era? Precisava que a gente convencesse direitinho e eles realmente abraçassem a causa. Aí, a gente já saía preparado para isso.”⁷⁵ (Pinheiro, Luci Machado, 2014).

Ao avaliarmos o impacto do trabalho de conscientização da classe para consolidar o ser docente no interior do sistema de ensino do Estado, o relato da professora Florentina Cabral “Morena” é extremamente elucidativo quando afirma:

“A greve foi forte lá {município de Moreno}. Lá em Moreno foi a partir da greve! A APENOPE na época não era uma associação com caráter sindical, era uma associação ligada ao governo; não tinha caráter sindical. As lideranças da greve foram para vários municípios tanto daqui como do interior. Em Moreno tivemos assim, três a quatro professores que assumiram a greve na linha de frente mesmo. Edvard Bernardes, que foi prefeito; Teve Edmar, se eu não me engano, Pedrinho {Pedro Ferreira}”⁷⁶ (Cabral, Florentina Francisca, 2014).

Também, quando buscamos entender o discurso para questão da identidade docente podemos nos reportar para Hall (1992) que diz:

“Assim, a identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não inato existente na consciência do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, esta “em “processo”, sempre “sendo formada” (Hall, 1992, p.38).

Se faz necessário entendermos também o contexto das demais mobilizações ocorridas no período em que a greve dos professores da Rede Estadual de Ensino estava sendo deflagrada. Segundo Ferreira (2012) o ambiente social não era dos mais tranquilos nas ruas do Recife. Segundo o historiador:

⁷⁴ Professora Luci Machado Pinheiro em entrevista concedida ao autor dia 4 de agosto de 2014.

⁷⁵ Professora Luci Machado Pinheiro em entrevista concedida ao autor dia 4 de agosto de 2014.

⁷⁶ Professora Florentina Francisca Cabral entrevista concedida ao autor dia 14 de julho de 2014.

“A situação do centro do Recife era bastante tensa: veículos parados nas garagens, imensas filas nos pontos de ônibus, pessoas invadindo os trens e outras levadas para casa em caminhões usados para transporte de animais” (Ferreira. 2012, p.228).

O registro acima faz referência do impacto da greve dos rodoviários (motoristas de ônibus) do Recife sob à população, fato que levaria acreditar que resultou reflexo negativo também para aceitação da população ao movimento paredista dos professores do ensino oficial organizado via APENOPE. Mas, Ferreira (2012, p.228) para esse aspecto chama atenção para um fator importante: É importante destacar que essa greve dos motoristas contou com significativo apoio da população. Ou seja, havia algo mais para justificar o porquê da greve dos docentes não era até aquele momento vista como dos demais trabalhadores mal remunerados e enfrentando dificuldades para sobreviver.

Urge entendermos como o governo manteve uma categoria enfraquecida e impossibilitava de reivindicar direitos básicos a qualquer trabalhador. Um dos motivos é o fato do “fantasma” de abril de 1964 ainda estar muito presente. Medo esse registrado nas palavras de Coelho (2004) ao destacar que:

“A qualquer hora do dia ou da noite, patrulhas do exército, da polícia e grupos civis armados invadiam casas, residências, colégios, faculdades, sedes de associações, hospitais e até, seminários, igrejas e conventos, para prenderem opositores do regime, seus familiares e amigos ou simplesmente suspeitos”⁷⁷ (Coelho. 2004, p.201).

Receio também explicado por Pinheiro (1992) quando avalia a presença quase “onipresente do medo” praticamente institucionalizado ao longo da história do Brasil. O autor destaca que:

“Como no Brasil o autoritarismo sempre esteve tão “socialmente implantado”, esse “regime de exceção” tem condições de gozar, durante certos períodos, de larga capacidade de dissimulação e de ocultação de grande parte dos seus feitos, mantendo-se quase que totalmente imune à efetiva autodefesa dos cidadãos” (Pinheiro, 1992, p.114).

Assim, o trabalho de (des) construção da memória docente foi marcado também pelo discurso propagado pela mídia. Apesar de acusada por muitos de ter servido como parte do “aparelho ideológico” do próprio Estado, não há como negar que inúmeras matérias jornalísticas foram produzidas no primeiro quadrimestre, alguns trazendo a visão do governador recém-empossado Marco Maciel, mas por outra, também ganharam espaço nas matérias a própria

⁷⁷ O ex. deputado Fernando Coelho registra suas memórias o cenário político e social em Pernambuco desde levante militar e deposição do ex. governador Miguel Arraes no livro - Direita volver: O golpe de 1964 em Pernambuco. Editora Bagaço, 2004.

situação enfrentadas pelos professores seja contratados pela CLT quanto os que já faziam parte do quadro efetivos do Estado. O Jornal do Commercio também em alguns momentos apresentou matérias que aproximava bastante a população de questões de seu cotidiano.⁷⁸

Procurava assim o JC dimensionar uma questão que para muitos era apenas localizada na Região Metropolitana do Recife e que a própria APENOPE como entidade de representação dos docentes não atendia com maior atenção. Assim, por vezes o próprio título empregado pela equipe do JC nas matérias acabava por forçar as autoridades a solucionarem um problema que se fazia presente a mais de 60 dias da nova gestão e ainda não havia sido sanada. Esse período conturbado, nas palavras de Resende é resultado:

“De fato, o ano de 1979, especialmente para aqueles envolvidos na luta pela anistia, significou um marco no fortalecimento do movimento com a eclosão de manifestações nas principais cidades brasileiras, contando com eventos que, em alguns casos, chegaram a atrair milhares de pessoas” (Resende, 2015, p.100).

Portanto, o movimento da luta pela anistia dos presos políticos do regime pós- 64 nascia paralelo a várias outras ações reivindicativas e assim mobilizava a população a partir também do apoio de vários sindicatos e associações. Dessa forma, o JC buscava também sensibilizar os gestores públicos para os problemas vivenciados pelos professores. Portanto, naquele momento, tanto os docentes quanto o Governo intensificavam a luta por apoio da opinião pública. Assim, a imprensa atuou de uma maneira que gradativamente direcionaria a tomada de posição favorável por parte da população e posterior deflagração do movimento.⁷⁹

Portanto, a mídia impressa atuou de uma forma que ampliou a desestabilização do regime, uma vez que os generais e seus apoiadores civis enfrentavam forte crise de legitimidade o que se exigia ações mais contundentes por parte do Estado para assim evitar uma distensão mais rápida. Vivenciava-se naquele momento o que muitos chamavam de “década perdida”, um cenário que em números reais só reforçava o que havia ocorrido até aquele momento. Hilsdorf (2003) ao estudar o período levantou dados que delineou o ano de 1979 e o início da década de 1980. Segundo ele:

⁷⁸ Ver matéria do dia 5 de maio de 1979 denunciava problemas no campo da educação vivenciado pela comunidade do município de Caruaru - “Crianças sem aula por falta de professoras”.

⁷⁹ Jornal do Commercio. “Maciel diz a professores que falta dinheiro”. 16 de abril, 1979 – capa.

“No Brasil, em 1980, quase 60% da população era constituída de pobres (39%) e de indigentes (17%) e a permanência dos ingressantes no sistema escolar não se alterou de forma expressiva. A rigor houve perda das oportunidades educacionais e rebaixamento no padrão de escolarização da população brasileira” (Hilsdorf, 2003, p.127).

Diante constatação apresentada por Hilsdorf (2003) é possível compreendermos a baixa valorização dada aos profissionais do ensino público, fator que viria influenciar no próprio reconhecimento por parte do docente, bem como seu papel numa estrutura de ensino fortemente direcionada ao interesse do capital. Esse indicativo da presença do empresariado privado e pressão para que o Estado atendesse aos seus interesses também é pontuado por Hilsdorf ao destacar que:

“Quando falavam à opinião pública, os porta-vozes da organização destacavam que apoiar a escola particular significava tratar a educação como investimento e apostar na qualidade, pois ofereciam um ensino formador, personalizado, flexível, etc. Quando se dirigiam ao Estado, reivindicando os recursos públicos, os argumentos incidiam sobre a defesa da escola particular como patrimônio da sociedade, e seu caráter pacífico e não contestador da ordem social, seu custo-aluno mais baixo em comparação com o da escola pública, o princípio da garantia constitucional à liberdade do ensino e outros” (Hilsdorf, 2003, p. 129).

Assim, fica constatado que já próximo o final do século XX, o Brasil sob regime ditatorial ainda aplicava uma metodologia e desenvolvia uma política educacional aplicado na Europa do início da Idade Moderna. O que para Perez (2009):

“Porém, apesar de defendida, e até mesmo projetada, a ideia de uma escola pública para todos não se concretizou naquele momento, especialmente porque sua trajetória foi marcada por lutas e contradições. Ainda que para o Estado moderno a escola fosse importante aparelho para civilizar e ao mesmo tempo controlar o povo, sua implementação exigia financiamento que o Estado não tencionava bancar” (Perez, 2009, p. 24).

Em matéria do dia 9 de janeiro de 1979 no Caderno I o Jornal do Commercio destacava o seguinte título – “Vestibulandos: só quem estudou vai sair bem”. Por sua vez, o DP apresentava também nas matérias publicadas o “caminho” para aquele público que não concretizava o ingresso no Ensino Superior.

Assim, dentro daquele contexto os Jornais locais “ocultavam” a desigualdade existente na disputa por uma vaga na esfera do Ensino Superior e vendiam seu espaço semanal nos Cadernos e Suplementos ao mercado dos cursinhos preparatórios. Dessa forma, paralelamente os chargistas ampliavam as suas críticas e mostravam ao Governo o quanto a população mais carente carecia de uma melhor qualidade do ensino público.

Maquino (JC), na charge publicada no dia 12 de janeiro de 1979 trazia certa ironia como ponto de debate. Ao montar seus dois personagens desconstrói a ideia de “paraíso que os cursinhos vendiam”. Fazia uso de um diálogo forte para apresentar duas realidades, onde de um lado constava a alegria de um recém-aprovado no vestibular - depois de pagar um cursinho preparatório, uma vez que usa camisa e boina indicativa do “status”- e ao seu lado um outro personagem, porém, já formado, mas sem, no entanto ter ingresso ao mercado de trabalho garantido. Maquino desenvolve com extrema habilidade críticas direcionadas tanto ao mercado de trabalho quanto aos cursinhos preparatórios que surgira por volta do início da década de 1970, ou mesmo ao próprio governo que não lograva sucesso na implementação de suas Políticas na área da Educação, como também o dispêndio de enormes recursos voltados a formação profissional no âmbito do ensino público.⁸⁰

As críticas estruturada pelos chargistas do JC reforça a leitura apresentada por Nadal (2009, p.25) quando avalia a descontextualização da escola ao longo do tempo diante reais necessidades da população. Afirmar a autora que: Assim, embora tendo sido idealizada para uma função social de integração e desenvolvimento assentado em bases humanas e científicas, a escola existente terminou reproduzindo e acentuando a divisão social. No entanto, o trabalho desenvolvido pelos chargistas possibilitou que a greve deflagrada pelos professores da Rede Estadual de Ensino fosse melhor canalizada pelo conjunto da sociedade, como também pelos próprios docentes ainda receosos de participação no movimento, consequências ou seus resultados.

Outro registro que possibilita compreendermos melhor o cenário da educação em Pernambuco e a mobilização do grupo que tomou a liderança da APENOPE e organizou a deflagração da greve ocorrida em maio de 1979 é a fala da professora Luci Machado. A docente participou ativamente das assembleias organizadas pela associação atuando posteriormente no grupo que faria visita às escolas, para assim conscientizar os professores quanto a deflagração da greve e a necessidade de união e compreensão do seu real papel. No seu relato, destaca a precariedade quanto as condições de trabalho na escola que lecionava como também nas demais unidades estaduais. O registro da professora Luci Machado define o quanto a própria sociedade era também atingida com o descaso do Poder público.

⁸⁰ Ver JC - charge do Maquino Jornal do Commercio. Recife, 12 de janeiro, 1979. p.4. Hemeroteca/APEJE.

“... mas no geral nas escolas faltava tudo. Falta de higiene nos banheiros. Lá também, porque não tinha como, como limpar, porque também faltava higienizar; faltava até material! Tinha as escolas não tinham às vezes, não tinham... o reservatório de água descoberto; Sabe? sem nenhuma preocupação com a higiene e nem com a vida do aluno. É! De jeito nenhum ⁸¹” (Pinheiro, Luci Machado, 2014).

Quando comparamos os discursos proferidos pela professora Porpino em que registra o carinho dos pais junto aos professores ao discurso da professora Luci Machado, é importante compreendermos também o cotidiano de vida de cada docente e o espaço coletivo de trabalho de cada profissional.

A primeira, inicialmente apresentou uma certa resistência de contrariar o que acreditava ter o “destino” proporcionado, ou seja, dedicar-se a docência independente as dificuldades. Como também devemos avaliar, como ela mesma destaca, que seu público era o Ensino Primário (antiga 1ª a 4ª série ou o que atualmente é classificada por Fundamental I).

A segunda docente, por sua vez, ao perceber não ter seu trabalho o devido reconhecimento, ela busca juntamente com outros docentes reorganizar a classe e participar ativamente das manifestações desde o início, culminando na pressão e derrota do então presidente da APENOPE Leônidas Fernandes. Tendo em seguida, após a eleição, a posse do professor Paulo Rubem Santiago, uma das lideranças do grupo em que professora Luci Machado atuou na composição da chapa.⁸²

Portanto, o conjunto dos discurso registrado nas entrevistas apresentam resgates de discussões presentes nos dois jornais locais, principalmente nas artes dos chargistas, que de uma forma bem humorada, registravam a percepção da sociedade em relação às greves no período de 1979. Como também, a não aceitação quanto à “tolerância” ou descaso do Governo Estadual no processo de mobilização dos professores do ensino oficial do Estado. O chargista Bione ao trazer a percepção da sociedade” para situação do professorado; Ral, quando registra a percepção em que a sociedade desenvolvia até aquele momento das greves, eles dimensionavam questionamentos implícitos, mas cada leitor sutilmente eram estimulados a responder. Ao retratar o professor em sala de aula, o governador sendo surpreendido pela “postura de uma criança”, acabavam por externar em suas charges estereótipos perceptíveis e que serviam como catalizadores de uma realidade ainda não desconstruída.

⁸¹ Professora Luci Machado Pinheiro em entrevista concedida ao autor dia 4 de agosto de 2014.

⁸² Ver anexo (figura 58) - Prontuário Individual nº 20.355.

A charge publicada no JC do dia 27 de abril de 1979 apresenta traços aparentemente rápidos e simples, no entanto, o chargista buscou ser objetivo na mensagem, desde o título ao diálogo entre o professor e seus alunos (fig. 29). Bione procura enfatizar o “limite” para o descaso com a educação e que o fato não estaria restrito apenas ao docente. A charge apresenta críticas não só a condição salarial do professor, mas também as condições de trabalho limitadas ao uso do giz e quadro – negro. O professor retratado ao mesmo tempo em que passa a classe “a tarefa” expressa no gesto mostrando o bolso vazio o quanto é penalizado. Por sua vez, a resposta por parte dos alunos é uníssona, ficando o entendimento que eles sentiam a mesma realidade vivenciada em suas casas.

Figura 29. Jornal do Commercio. Recife, 27 de abril, 1979



Fonte: charge do Bione. Jornal do Commercio. Recife, 27 de abril, 1979. p. 2. Hemeroteca/APEJE.

As dificuldades enfrentadas pelos docentes “representados” junto APENOPE serviram também como inspiração aos chargistas para construção dos seus trabalhos e de alguma forma foram assimiladas e identificadas nos seus relatos pessoais durante as entrevistas para o presente estudo. A professora Luci Machado ao comentar sobre a luta dos profissionais da educação no período cita os desafios que marcaram a sua trajetória profissional:

“{Motivos para apoiar a o movimento paredista} Foi! Eu acho, acredito que tenha sido levado foram as duas coisas, a gente não pode levar, não pode nem dissociar salário e melhores condições de trabalho. Por que era difícil, o salário era péssimo e as condições de trabalho também! A gente não tinha condições de trabalho” (Pinheiro, Luci Machado, 2014).

A professora durante a entrevista confirma uma visão que o conjunto das matérias publicadas nos jornais locais e as próprias charges já denunciavam, ou seja, havia uma luta por

melhores salários, mas, também buscava-se uma melhoria das condições de trabalho dentro e fora da sala de aula.

“Eu trabalhava numa sala com cinquenta alunos dando aula de língua estrangeira, tendo como, apenas como material didático giz e o quadro; era isso aí, não tinha as mínimas condições. A gente fazia diferente, quem queria quem gostava quem amava a profissão! Por que saía daqui de casa, tomar dois ônibus parava lá depois do Barro aí tomava na entrada outro e eu ia com um ou gravadorzinho ou um som pequenininho que levava; pesado, que levava pra coisa pra poder passar músicas para eles”⁸³ (Pinheiro, Luci Machado, 2014).

A docente complementa o registro transmitindo um pouco a percepção que seus alunos deixavam, o que de alguma forma serviria como conforto ao esforço desenvolvido por ela para à prática pedagógica desenvolvida em detrimento do pouco reconhecimento proporcionado pelo governo:

“Eles adoravam porque depois da música eles se incentivavam pela língua aula de francês. Como, fazia cartazes, fazia, tudo isso dava trabalho, mas nem todo mundo fazia! Fazia meu próprio flanelódromo que não tinha também na escola, fazia pra; e hoje não! E hoje é diferente. Naquela época a gente tinha que fazer flanelódromo, etc. Não se tinha condições e professores como eu sentia dificuldades com isso e outros professores também”⁸⁴ (Pinheiro, Luci Machado, 2014).

Pelo relato da professora é possível termos uma visão das dificuldades enfrentadas, seja pelo quantitativo de alunos em cada sala de aula ou mesmo pela carência de material didático. Assim, o seu cotidiano acabava por ser construído também nesse processo de convivência e desafios.

Para Freitas (2014), quanto à construção da identidade docente é preciso entender que:

“A história de vida lembrada não é uma representação exata do passado, ela traz seus aspectos e os molda para que se ajustem às identidades e aspirações atuais do narrador, assim, a identidade do narrador molda suas lembranças” (Freitas. 2014, p.24-25).

O chargista Ral (JC) buscando reforça o “elo comunicativo” entre sociedade e Governo, apresenta aquela que consolidaria a mensagem de “não aceitação” da passividade por parte do governo diante a deflagração de inúmeras greves no Estado. Ral faz uso do humor ao retratar o recém-empossado Governador Marco Maciel em contato com a população. Por sua vez, o gestor acredita aquela parcela ser “passiva” quando questionada o que esperava do futuro ela é enfática com a palavra escrita numa plaqueta: “grevista”!⁸⁵

⁸³ Professora Luci Machado Pinheiro em entrevista concedida ao autor dia 4 de agosto de 2014.

⁸⁴ Professora Luci Machado Pinheiro em entrevista concedida ao autor dia 4 de agosto de 2014.

⁸⁵ Ver charge do Ral. Jornal do Commercio. Recife, 31 de maio, 1979. p. 2. Hemeroteca/APEJE.

Também, os professores quando indagados para que expressem seu conhecimento do Governo Marco Maciel no período de negociação, há um forte ressentimento. Na sua fala o professor Arundo Nunes, quando se referi ao período e a figura do governador de Pernambuco entre os anos de 1979 a 1982 afirma:

“Marco Maciel? De jeito nenhum! Marco Maciel nunca recebeu a gente! Que recebeu a gente companheiro? Que receber? Quem recebia como sempre eram os copistas, era o secretário que não tem força; porque secretário não vale de nada não, parê! Secretário vale de quê? Secretário é um funcionário; nem público ele é! Porque ele é cargo de confiança. Tá entendendo? Quem recebe é a mesma coisa de hoje; quem recebia era os copistas daquelas besteiras, daqueles tiquinhos que não vale nada. Mas, dinheiro, nada! Ai pronto ⁸⁶” (Silva, Arundo Nunes da, 2014).

A professora Florentina Cabral “Morena” também destaca a intransigência dos setores do Estado para dar início as negociações com a comissão da APENOPE responsável por levar as reivindicações da categoria. Segundo a docente:

Essa parte, como eu não era da comissão.... É! Negociação mesmo no processo da greve praticamente não houve. Porque o governo não queria receber, ai, no final de tudo foi que ele admitiu levar em consideração as reivindicações e responder algumas delas. Algumas! Mas, não houve um processo de negociação como aconteceu, passou acontecer depois da greve de 1985, por exemplo! Na primeira não houve!” ⁸⁷ (Cabral, Florentina Francisca, 2014).

A professora Luci Machado também quando solicitada que falasse sobre o processo de negociação entre a direção da APENOPE e o Governo a docente afirma que:

“Ai, a negociação com o governo péssima! Porque eram governos autoritários, porque a greve foi ilegal. O pessoal mais de frente e fazia-se a negociação. Mas não tinha a; não conseguia! Primeiro, eles passaram muito tempo sem receber! Depois de vinte nove dias foi difícil ⁸⁸” (Pinheiro, Luci Machado, 2014).

A professora Luci Machado, também ao rememorar a história da sua atuação junto ao movimento sindical destaca o trabalho realizado para conscientizar a população para os motivos que levaram os professores via associação a paralisarem as aulas nas Escolas Públicas, destaca:

“E a gente subia no ônibus, toda parada a gente subia no ônibus, distribuía panfletos mostrando a população porque que a gente tava em greve, cada um. a população recebia a gente muito bem, muito bem!. Ai, ninguém, ninguém encontrou ninguém que fizesse, diziam que a gente estava certo!” ⁸⁹ (Pinheiro, Luci Machado, 2014).

⁸⁶ Professor Arundo Nunes da Silva. Entrevista concedida ao autor no dia 09 de junho, 2014

⁸⁷ Professora Florentina Francisca Cabral entrevista concedida ao autor dia 14 de julho de 2014.

⁸⁸ Professora Luci Machado Pinheiro em entrevista concedida ao autor dia 4 de agosto de 2014.

⁸⁹ Professora Luci Machado Pinheiro em entrevista concedida ao autor dia 4 de agosto de 2014.

Santos (2009) em seu livro “Mulheres entre o lar e a escola: os porquês do magistério” faz uso de uma afirmação bastante peculiar para o percurso desenvolvido até aqui. Diz Santos:

“As falas constituem um quadro elementar da memória coletiva. Elas expressam as aventuras e desventuras do processo de educar em um país, o Brasil, que ao longo de sua história, não tem contribuído o suficiente com a educação de seu povo” (Santos, 2009, p.34).

A tensa relação Governo e sociedade estava cada vez mais expressa na própria presença do trabalho da imprensa. As charges publicadas e as histórias de vida dos docentes entrevistados assemelham-se as “falas” coletivas registradas por Santos (2009). Elas também expressam aventuras e desventuras do processo de educar de um mesmo país ainda chamado Brasil. No entanto, naquele momento todo aquele contexto era desvelado sutilmente ou porque não dizer com certo “humor”. Saliba (2002, p.38) ao analisar a produção historiográfica do humor na imprensa brasileira entre o final do século XIX e o início do século XX afirma que: “Esta claro que esta representação cômica da vida nacional não nasceu nem se iniciou com a República, mas, com ela, certamente adquiriu novas dimensões. E complementa:

“Assim, o incremento das páginas humorísticas acompanha, num primeiro momento, o desenvolvimento da grande imprensa, e depois, principalmente no início do século, quando os jornais começam a tomar aspecto mais “jornalístico e menos mundano”, há uma grande proliferação de revistas semanais que, sobretudo pelo avanço nas técnicas das artes gráficas, começam a se separar, em termos empresariais dos jornais” (Pinheiro, Luci Machado).

Seguindo a mesma linha, Maquino tem publicada no Jornal do Commercio a charge no dia 18 de janeiro de 1979 e apresenta um comentário que reforça a ideia do brasileiro ser “acomodado”. O chargista registra a visão periférica da cidade em tamanho diminuto, um espaço reservado aos prédios e áreas elitizadas, não há na imagem o indicativo do “outro Brasil” marcado pelas favelas ou morros. Toda essa área é colocada sob observação de “alienígenas” num disco voador. Assim, ao declarar “O que mais admiro nos brasileiros, é que eles se acostumam com tudo!” Maquino acaba também por provocar reflexão por parte da sociedade que naquele momento convivia com a greve dos motoristas de ônibus, dos caminhoneiros, bancários, dos taxistas, dos professores da rede particular, dos docentes da rede municipal do Recife, o movimento pela anistia dos presos políticos da ditadura e por fim a dos professores do ensino

oficial do Estado; situação que por sinal parcela significativa da população parecia não reagir nem ao menos para a “paralisia dos gestores públicos”⁹⁰

Portanto, a partir daquele momento a imprensa intensificou a publicação de charges quase que diárias, acompanhou toda mobilização dos professores da rede oficial de ensino, externando para o governo e a sociedade as carências de uma categoria que lutava por valorização salarial e outras questões como a melhoria das suas condições de trabalho.

A professora Luci Machado relata como a nota convocatória publicada pela APENOPE foi assimilada por ela, pelos demais docentes e qual o impacto da matéria para o seu cotidiano de vida e de amigos professores atuantes no movimento sindical da época. Segundo a professora:

“Eu sei que foi publicado um convite para uma assembleia de professores na APENOPE, ai nós fomos. Foi! Vi o convite. Foi, li o jornal e vi o convite, eu disse, meu Deus! conversei com essa minha amiga que era professora de Português, que sempre os projetos que eu fazia procurava envolve-la; essa Jaqueline. Ai disse: Vamos para assembleia? Chamamos uma outra professora de Ciência, o professor de... não me lembro como era o nome dele! Se envolvia muito com as contabilidades da gente, da escola. Então, o professor Cláudio e mais dois outros professores de Matemática; certo! E então saímos para assistir a assembleia”⁹¹ (Pinheiro, Luci Machado, 2014).

Cabe destacarmos que a professora ao usar a expressão “meu Deus”, no entanto, não se faz entender se é por acreditar ser novidade o convite da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE) ou por ter percebido que era uma exigência do Governo a publicação por parte de entidades sindicais e associativas de convite ou editais em jornais de grande circulação para só depois as lideranças darem encaminhamento “legal” as medidas acordadas. Outro fato que merece destaque é que a professora se apropria da matéria publicada na imprensa local também para estimular demais colegas a comparecerem a sede da associação e reivindicarem seus direitos. A partir daquele momento a postura da docente e de alguns componentes do seu grupo gradativamente se encaminharia para uma participação mais efetiva por várias décadas, inclusive ocupando espaços na direção da APENOPE no período da década de oitenta.

Ou seja, naquele contexto, a professora Luci Machado gradativamente mudaria a sua visão do que consistia ser docente e qual identidade deveria assumir dali por diante; adesão essa

⁹⁰ Ver charge de Maquino. Jornal do Commercio, Recife, 18 de jan., 1979. p.4. Hemeroteca/APEJE.

⁹¹ Professora Luci Machado Pinheiro em entrevista concedida ao autor dia 4 de agosto de 2014.

expressa na sua fala ao concluir que: “Foi interessante porque foi a primeira assembleia, a segunda assembleia. Sabe? Um rascunho meu”.⁹²

No entanto, as notícias publicadas na imprensa demonstravam que internamente a entidade de representação dos professores estaduais sob a liderança do Leônidas Fernandes estava “rachada”, que a oposição gradativamente tomava lugar e logo adotaria uma postura mais reivindicativa. Na verdade, naquele momento ganhava força em Pernambuco o movimento conhecido por “Novo sindicalismo”.

Se por um lado, os intelectuais orgânicos representados na imagem dos professores da base, desenvolviam um discurso que unia o discurso crítico a prática. Do outro, estava o grupo dos intelectuais tradicionais, ou seja, os “pelegos” que lutavam pelo imobilismo e para manter-se no poder. Mas, nesse cenário de desencontros dentro do próprio movimento associativista docente, coube a imprensa, mesmo que em alguns momentos levar ao conjunto da sociedade uma leitura do que ocorria, posição essa tomada de uma maneira que não viesse a sofrer risco de intervenção por parte do aparelho do Estado.

O relativo posicionamento como “mediadores da informação” pelos dois principais veículos de imprensa local não ficaram restritas as coberturas diárias e matérias de capa, também a atuação de seus chargistas foi de grande relevância nos últimos trinta dias do mês de maio, uma vez que declarações e decisões do Ministro do Trabalho em relação a outras mobilizações que estavam ocorrendo no país serviram como um prenúncio da possível postura que viria a ser tomada pelo Governador Marco Maciel. O Jornal do Commercio em matéria do dia 24 de abril registrava a visão do Ministro Murilo Macedo sintetizando com seguinte frase: “É claro que o governo muito pouco poderá fazer, se os patrões decidirem promover novas demissões”. Já o Diário de Pernambuco em matéria do dia 12 de maio estampava: “Macedo volta a advertir grevistas”.

No dia 4 de maio o JC publicava em matéria de capa a manchete: “Professor dá prazo de seis dias para concessão de aumento”; e o DP, sobre o mesmo fato registrava – “Maciel procura superar impasse” A população continuava sem entender o que realmente ocorria. Assim, o chargista Ral (JC) apresentava um cenário bem “didático” ao leitor ao retratar a atmosfera vivenciada até aquele momento. O chargista usa a figura de um professor lecionando a um garoto (idealizada na imagem do Governador Marco Maciel ainda garoto), mas o diálogo produzido é

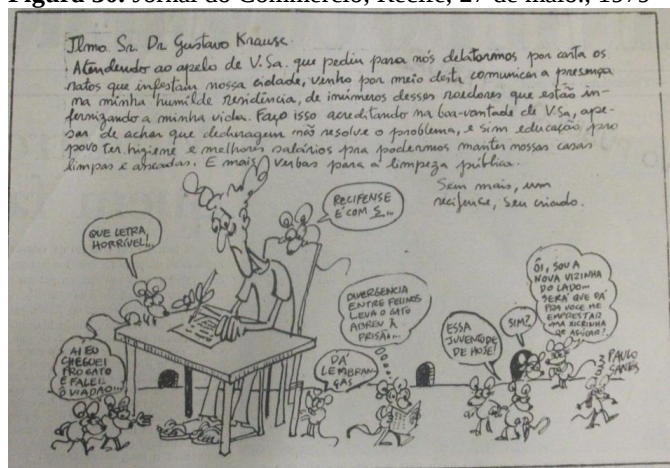
⁹² Professora Luci Machado Pinheiro em entrevista concedida ao autor dia 4 de agosto de 2014.

enfático: “Você esta precisando estudar matemática Marquinhos, faltam cinco dias para a prova final”.⁹³

O chargista Ral usa a arte do riso para levar ao leitor e até mesmo o próprio governo a refletir que o processo de negociação estava chegando ao fim, como também para o fato que o governador deveria ter “aprendido” e aceito desde cedo o percentual apresentado como uma forma de valorizar mais os profissionais da educação do estado e assim evitar a mobilização e a greve dos docentes.

Ao acompanharmos “a cruzada de discursos” entre Governo e os professores o Jornal do Commercio apresentava no dia 27 de maio uma charge que praticamente anunciava o desfecho de uma tentativa de negociação que se arrastava por quase trinta dias, como também sérias questões pessoais que avançam principalmente para o campo da política.

Figura 30. Jornal do Commercio, Recife, 27 de maio., 1979



Fonte: charge de Paulo Santos. Jornal do Commercio, Recife, 27 de maio., 1979. p.2. Hemeroteca/APEJE.

O chargista Paulo Santos de uma maneira humorada procura (re) apresentar uma possível resposta dura de “um recifense” ao então prefeito Gustavo Krause. O chargista aproveita para externar a posição da opinião pública quanto a greve que também estava para ser deflagrada pelos professores da Rede Municipal de Ensino. O cenário imaginado é na verdade uma fusão entre a condição social da população e a realidade dos milhares de professores da Rede tanto estadual quanto a municipal que a arte se refere. Porém, chama atenção o fato da aparência do personagem ser a mesma produzida em outras artes do chargista no período de maio de 1979.

Ao pararmos para analisar a charge produzida é possível percebermos: ainda no ambiente ocupado pelo personagem {seu criado} Paulo Santos coloca uma mesa e uma cadeira

⁹³ Ver charge de Ral. Jornal do Commercio, Recife, 4 de maio, 1979. p. 2. Hemeroteca/APEJE.

como os únicos móveis do ambiente, algo não muito diferente das escolas da Prefeitura do Recife na época denominada Fundação Guararapes, mas registra a presença “bem a vontade” de onze ratos nas mais variadas situações. O suposto texto “redigido” por um professor e direcionado ao Prefeito apresenta uma sensibilidade e ao mesmo tempo indignação com o momento social e político, mas também procura manter-se não como um “subversivo” a descumprir uma “ordem do gestor público”, mas posta-se como um “criado” que apesar de entender as necessidades do Estado, expressa que sobrevive na visão popular, praticamente entregue “aos ratos”. Escreve o personagem ao Prefeito do Recife a seguinte “carta” descrita na charge (fig. 30):

“Ilmo. Sr. Dr. Gustavo Krause

Atendendo o apelo de V. Sa. que pediu para nós delatarmos por carta os ratos que infestam a nossa cidade, venho por meio desta comunicar a presença na minha humilde residência de inúmeros desses roedores que estão infernizando a minha vida. Faço isso acreditando na boa vontade de V. Sa, apesar de achar que denúncia não resolve o problema, e sim educação pro povo ter higiene e melhores salários para podermos manter as nossas casas limpas e asseadas. E mais verbas para limpeza pública. Sem mais, um recifense, seu criado.”

Afinal, estaria o chargista Paulo Santos respondendo a indignação dos seus leitores nas ruas? Estaria ele trazendo a tona questões que envolviam agentes públicos ainda no período da deflagração do Golpe civil-militar, momento aquele conhecido como “Caça as bruxas”? Na verdade, a carta apresenta um forte discurso político implícito, se é intencional ou não o fato é que lança “luz” em questões que a própria historiografia brasileira nos dias atuais ainda carece de respostas. Inicialmente, o texto traz como um recado para a sociedade para o perigo da presença de pessoas infiltradas nos movimentos ou mesmo nas ruas estarem atuando visando delatar atividades de outros componentes. Visão essa confirmada por Resende (2015, p.71) ao fazer estudo dos documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI) e identificar a infiltração de agentes da repressão nos movimentos. Segundo ela: Nesse sentido, uma das estratégias dos militares para promover um profundo descortinamento da vida pública e privada sobre os possíveis inimigos era a infiltração nos movimentos sociais.

Assim, a charge, ao mesmo tempo que registrava a prática de espionagem por parte do Estado, também descredenciava o regime diante o sujeito social quando este não teme mais negar atender um “pedido”. Ao “atender o pedido” do Prefeito denunciando seus próprios problemas o personagem acabava por tomar a posição de um sujeito ciente do seu papel e que sabia também o papel do Estado, onde aqueles que ocupavam os cargos no Executivo tinham a função de atender as necessidades do cidadão. Ampliando a discussão, o chargista Paulo Santos leva ao conjunto da

sociedade para o que estaria ocorrendo na esfera federal, onde inúmeros casos de corrupção e brigas entre os “oligarcas palacianos” pela indicação do candidato Figueiredo à sucessão à presidência no lugar do então Presidente Ernesto Geisel, como também a manutenção do status quo vigente. A charge provoca o leitor atento a pensar “Divergências entre felinos leva Gato Abreu à prisão”.⁹⁴

Portanto, ao apresentar uma casa infestada de ratos “dotados e condutas e valores” semelhante aos seres humanos, o chargista transmite a mensagem que a ideia que a maioria da população não estava muito diferente do cotidiano daqueles roedores. Ou seja, quando o gestor não atendia as necessidades básicas da população como educação, salário justo e principalmente saneamento básico demonstrava ter semelhante visão de desprezo com o social. Naquela situação, o personagem, deixava evidenciar que na cidade qualquer pessoa mesmo que venha adquirir o nível mínimo de formação ainda estaria sob o risco viver em condições muito semelhantes aos roedores que infestavam o ambiente. A charge publicada acabava por expressar, mesmo que implicitamente um certo “revanchismo” ou “denuncismo” enquanto a origem e postura ideológica de pessoas que naquele momento ocupavam postos estratégicos na estrutura pública.⁹⁵

Ao inserir na carta o trecho “Faço isso acreditando na boa vontade de V. Sa, apesar de achar que deduração não resolve o problema, e sim educação pro povo ter higiene e melhores salários para podermos manter as nossas casas limpas e asseadas”, o chargista redireciona o olhar para um período marcante da historiografia brasileira, uma época em que durante os primeiros meses da deflagração do Golpe civil-militar e até mesmos quando já implantado, adeptos do novo regime formavam várias “milícias armadas” e iniciavam uma verdadeira à “caça as bruxas” no interior de Universidades, de Igrejas ou mesmo nas ruas seja da capital ou interior de Pernambuco e demais Estados da federação.

Assim, se o personagem que redige a carta não atende a “solicitação” do Prefeito para que dedure “elementos estranhos”, por outra acabava por “dedurar” para a sociedade aqueles que naquela conjuntura finge não conhecer. Situação muito próxima ao que Nivaldo Junior (2014),

⁹⁴ Em 1979 o ex. Chefe de Gabinete do Presidente Ernesto Geisel (1974-79) solicita demissão e publica um livro em que denuncia inúmeras fraudes envolvendo autoridades dentro do Palácio do Planalto e nos principais ministérios. A publicação da obra “O outro lado do Poder” Editora Nova Fronteira, 208 páginas gera instabilidade no processo de distensão iniciada pelo Presidente quanto indicação do seu sucessor como também resulta na prisão do General Hugo de Abreu e uma forte repercussão na imprensa nacional e internacional. Vide fig. 54 (Anexo) - DP – 13-05-1979. “A semana”. Cad. Geral - D8.

⁹⁵ Encontra-se sob guarda do APEJE, no acervo DOPS/PE o prontuário funcional nº 1642 (Comando de Caça aos Comunistas – CCC) datado de 1969.

romanceando esse momento da historiografia registra no livro “1964: O julgamento de Deus” o cotidiano na fictícia cidade de Boi Pintado, no interior do Estado de Pernambuco:

“{Bondinho} Embora não se misturasse muito com os locais ditava toda moda e exercia forte influência sobre os filhos dos latifundiários e grandes comerciantes. De vez em quando aparecia acompanhado por estrangeiros e comandava uma sociedade meio secreta nos moldes da Klu Klux Klan norte – americana. Só que nos Estados Unidos a KKK, como era conhecida, caçava negro. A entidade de Raul era chamada de CCC, que significava Comando de Caça aos Comunistas e, segundo se dizia estava se espalhando por todo país”⁹⁶ (Nivaldo Junior, 2014, p. 46/47).

Assim, no tocante as mobilizações organizadas pelos componentes da base da apenopista, entre os meses de janeiro a maio de 1979, os professores paulatinamente foram ocupando espaço nas escolas, ruas, assembleias e na própria mídia, essa última por sinal, mesmo em alguns momentos não apresentando os fatos como ocorriam no momento possibilitaria a sociedade conhecer o pleito de uma categoria que até então se fazia representar frente ao governo bastante tímida e fragmentada. No entanto, era a partir dessa fragmentação interna existente entre os professores, onde a baixa estima por não se “reconhecerem” quanto trabalhadores com carências iguais acabara por possibilitar que o Executivo estadual continuasse a “manipular” o discurso da classe impossibilitando a população de assimilar o que ocorria naquele momento ou até mesmo o que os próprios professores desejavam dizer.

Dessa forma, foi importante o papel da imprensa para maior visibilidade e aceitação do movimento junto a população e até mesmo dentro da própria classe como um fator para somar o êxito da primeira greve geral de professores do ensino oficial do Estado de Pernambuco. Entretanto, sem reduzir a importância das matérias textuais publicada naquele momento, as charges lançadas nos impressos, inegavelmente trouxeram o que sociedade carecia muito; uma denúncia velada e bem humorada. O trabalho desenvolvido pelos chargistas do Jornal do Commercio atendeu para além de uma atividade de um jornalismo de redação, acabou por apresentar uma postura crítica muito próxima da classe docente que naquele momento tomava a frente das mobilizações e se mostrava para a sociedade e o Governo como os “intelectuais orgânicos”. Ao levantar a questão conhecimento, poder e a postura do professor enquanto intelectual criticamente envolvido Maclaren (1997) afirma que:

⁹⁶ Um humorado romance em que o autor registra após deflagração do Golpe civil-militar de 1964 um grupo de uma pequena cidade “fictícia” do interior de Pernambuco resolve colocar “Deus no banco dos réus”, sendo uma maneira de criticar a postura em que um simpatizante do regime interferiram no cotidiano da população ao perseguir moradores da cidade, muitos deles acusados injustamente de comunistas; Uma obra que mescla história e ficção. O julgamento de Deus. Bagaço, 2014.

“Distintos dos intelectuais hegemônicos ou obsequioso, cujo trabalho está sob comando daqueles que estão no poder e cuja compreensão crítica esta a serviço do status quo, os intelectuais transformadores assumem com seriedade a primazia da ética e da política em seu envolvimento crítico com os estudantes, administradores e a comunidade circundante ⁹⁷” (Giroux, 1997, xviii).

Mesmo que os chargistas não tenham intencionado, foi construída uma enorme empatia enquanto trabalho desenvolvido e a classe dos professores que naquele mês de maio começava a vislumbrar a possibilidade da deflagração da primeira greve geral na Rede Estadual de Ensino. Assim, essa “descoberta” pode ser resumida nas palavras da professora Florentina Cabral “Morena” ao apresentar sua visão sobre as charges publicadas no período e a influência junto aos professores. Diz a professora:

“Eu sempre fui ligada, observadora; fã das charges e continuo até hoje. Mas através da charge a gente se sentia apoiado, como se a mídia tivesse nos dando apoio. Mas influenciar, assim, na quantidade de dias da gente dizer: não, vamos continuar porque a imprensa tá nos apoiando. Não! A gente se sentia apoiado porque a mídia tava tratando da questão da greve e isso era raro naquele período ⁹⁸” (Cabral, Florentina Francisca, 2014).

Pelas palavras da professora Florentina Cabral “Morena”, se os professores se sentiram “apoiados” ao perceberem ecos de seu pleito via imprensa, principalmente a partir das charges publicadas, o Governo do Estado já era bastante conhecedor da influência daquela entidade associativa junto à sociedade. Assim, buscando contrapor-se ao cenário, o Governador e seus Secretários publicavam minuciosos relatórios registrando investimentos e ações, como também recorreram aos jornais por inúmeras vezes para levar à sociedade seu discurso diante o cenário de “desordem” que se desenhava, uma vez que inúmeras categorias de trabalhadores faziam suas exigências e gradativamente ganhavam até mesmo simpatia por parte da população. Portanto, quando já se mostrava inevitável a greve organizada pelo grupo que tomou a liderança da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), o Executivo estadual percebeu ser o aparelho ideológico, a primeira opção visando desconstruir um cenário que pouco interessava a um gestor recém- empossado. Naquele momento, o “fazer política” ainda era o caminho escolhido e seguido. Visão ponderada por Pedroso (2005) quando destaca que:

“Na prática, entretanto, existe uma interligação, íntima e inevitável, entre Política e Polícia, havendo momentos e circunstâncias em que ambas se fundem, compondo uma força que não reconhece regras nem aceita limitações” (Pederoso. 2005, p.17).

⁹⁷ In: Giroux, Henry A. Os professores como intelectuais: Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Artmed, 1997.

⁹⁸ Professora Florentina Francisca Cabral entrevista concedida ao autor dia 03 de novembro de 2014.

O Jornal do Commercio, em matéria publicada no dia 01 de maio de 1979 levou ao leitor uma resposta do Governo somada ao registro fotográfico do então Secretário em reunião com os representantes da classe docente. A reportagem traz em título o que o poder público acreditava ser necessário informar a população naquele momento. Ao publicar com a chamada - “Governo já atende em parte os professores” - a matéria não pontuava que o grupo recebido pelo então Secretário Joel de Holanda não representava a categoria como um todo mas posições isoladas. O JC só viria posteriormente, em matéria publicada no dia 06 de maio levar a população o fato, isso ao apresentar a posição do ainda presidente da APENOPE Leônidas Fernandes que dizia:

“O pedido de uma formação de uma Comissão paritária dos professores da rede oficial do estado foi inadequado, e a assembleia o rejeitou por entender que a comissão retardaria as negociações. Além disso, o Centro dos Professores e a Associação dos Orientadores Educacionais não têm poderes de representatividades, levando ao esfriamento do movimento” (JC – 06/05/1979 – p. 5).

Por outro lado, aquela mesma matéria não apresentava a população que naquele momento o presidente da APENOPE era contestado dentro da própria associação pelos professores que o acusavam de adotar uma postura “pelega” quando negociava com o governo. Situação registrada nas palavras dos professores ao contar o seu cotidiano no presente estudo. Inicialmente, diz a professora Luci Machado – “Fomos, fui uma das fundadoras. Nós conseguíamos tirar a APENOPE daquela época. Houve aquela ruptura com o Leônidas. O Chamavam ‘o pelegão’! Então Leônidas, a gente tomou de Leônidas e a gente assumiu a Apenope”.⁹⁹

Conduta também constatada pelo professor Arundo Nunes ao registra que:

“Quando entrei nisso ai {sindicalismo}, tinha uma associação que era chamada APENOPE, horrível, já existia ali de frente ao cinema Art, São Luiz de lado ao Pessoa de Melo, que não existia! Era uma sala com um tal de Leônidas, ai daí a gente começou! Comecei lá participar, ai teve a primeira greve em setenta e nove lá no Náutico, ai a gente começou. Ai, estouramos a “boca do balão”!”¹⁰⁰ (Silva, Arundo Nunes da, 2014).

Para Freitas (2014. P, 118), “O processo identitário do/da professora/professor demanda tempo para se construir e reconstruir, assimilando mudanças necessárias, transformando comportamento e acomodando o que é ser professora/professor”. Portanto, o Governo entendia que “esse tempo” de construção e reconstrução da identidade docente estava em curso e que um meio retardá-lo seria consolidar o seu discurso oficial utilizando os dois principais jornais locais

⁹⁹ Professora Luci Machado Pinheiro em entrevista concedida ao autor dia 4 de agosto de 2014.

¹⁰⁰ Professor Arundo Nunes da Silva. Entrevista concedida ao autor no dia 09 de junho, 2014.

que circulavam com “certa liberdade” naqueles tempos que ainda vigoravam leis que controlavam a liberdade de imprensa e de seus profissionais.

A charge publicada no JC do dia 29 de maio de 1979 (Fig. 26) procura de uma forma rápida e “silenciosa” apresentar: o que movia uma parcela significativa da população naquele momento; como também, qual era a postura daqueles que ocupavam o poder. Ral, no conjunto das suas charges publicadas durante o ano de 1979 usava de ironia na expressão dos seus personagens retratados, seja a partir de diálogos longos e fortes ou também usava de pequenos movimentos gestuais onde ora designava uma “certeza” por outra “dúvida”. Assim, provocava o leitor a tentar entender e a se perguntar: estaria ele disposto? Mas, disposto a quê ou para quê exatamente? Essa reflexão naquele momento tanto tenderia à paralisia diante “previsível” postura do aparelho repressivo do Estado ou por outra ao enfrentamento, visando conquistas mesmo que mínimas desejadas por milhares de trabalhadores.

Mas, esse desafio estava sujeito a penalidade, que na visão Foucault (1997) expõe ao Estado discutir a sua posição enquanto a punição a ser aplicada contra aqueles que “transgredissem” a ordem estabelecida. Diz o teórico:

“A punição, portanto não precisa utilizar o corpo, isto será na medida em que ele não é tanto o sujeito do sofrimento, quanto objeto de uma representação: a lembrança de uma dor pode impedir a reincidência, do mesmo modo que o espetáculo, mesmo artificial, de uma pena física pode prevenir o contágio do crime” (Foucault. 1997, p. 91).

As charge publicadas do JC, naquele momento parecia também que trabalhava para fortalecer o discurso oficial, uma vez que usava o mecanismo de “revocar a dor” mesmo que fosse “simbólica”, e assim pudesse impedir propagação nas ruas uma mobilização de trabalhadores que se fazia cada vez maior, contestando a ordem que ainda um combalido regime resistia desmontar. Medo por sinal percebidos nos relatos daqueles professores que historiaram suas vidas em algumas horas, mas, para eles significavam anos silenciados e ao aceitar revê-las remexeram vários momentos em que eles, familiares, amigos ou mesmo o vizinho “desconhecido” foram silenciados. O que ainda para Foucault (1997):

“Mas não será a dor em si que será instrumento da técnica punitiva. Portanto, de nada adianta fazer ostentação dos patíbulos, por tempo mais prolongado possível, e exceto nos casos que se trate de suscitar uma representação eficaz. Eliminação do corpo como sujeito da pena, mas não forçosamente como um elemento num espetáculo. A recusa aos suplícios que, no limiar da teoria, só encontrara formulação lírica, encontra aqui a possibilidade de se articular racionalmente. É a representação da pena que deve ser maximizada, e não a sua realidade corpórea” (Foucault. 1997, p. 91).

Entre os meses de janeiro a maio de 1979 o Jornal do Commercio estampava nas matérias de capa o discurso oferecido pelo Governo do Estado, como também as primeiras ações objetivando “atender as necessidades” da população. Dentre as inúmeras matérias publicadas destacamos: Maciel consegue na Europa apoio para o seu Governo - 03/01/1979; Profissionalizante será prioridade - 09/02/1979; Maciel lutará por casa, comida, saúde e escola para todos - 16/03/1979; Maciel garante que construirá 100 mil casas - 12/05/1979.

Portanto, o Governo instituído ciente do cenário nacional em que a tônica era a continuidade de uma abertura política “lenta, gradual e restrita” buscava no âmbito das questões que emergiam no Estado construir o discurso democrático, negociador e de que além da credibilidade que gozava junto a esfera federal o mesmo apresentava uma forte sensibilidade social. Concomitantemente, a imprensa local, em especial o JC gradativamente transitava ao novo horizonte político que se projetava.

O Jornal do Commercio no período da década 1970 enfrentava séria crise financeira e sua postura de trabalhar junto ao Governo instituído significaria possibilidade claras de recuperação, mas, por sua vez, o mesmo periódico intensificara uma forte concorrência mercadológica com o líder em vendas; o Diário de Pernambuco alinhado ao poder em diversos períodos anteriores da historiografia local.

Nesse contexto, não apenas resultante da qualidade das matérias produzidas, mas, por muito em decorrência da produção dos seus chargistas ao abordarem a temática educação o JC caiu no gosto da classe docente o que ficou visível nas cartas, artigos de opinião enviados à redação, como também ter servido a calçada daquele vespertino espaço para mobilização por parte do novo grupo que assumira à APENOPE e iniciado o “Novo Sindicalismo docente”, expressão essa fortalecida e levada junto a população principalmente a partir das humoradas charges produzidas pelos profissionais do JC durante o primeiro quadrimestre de 1979. Outro aspecto que também merece ênfase é que em relação ao seu concorrente o JC não tinha ainda como anunciantes grupos de peso na área do ensino (tradicionais colégios particulares) ou mesmo Preparatórios para vestibulares, o que de alguma forma possibilitou um maior engajamento as questões dos docentes e até mesmo da nova conjuntura que se desenhava com a dissolução do Regime e o nascedouro da Nova-República a partir de 1985.

CAPÍTULO 5.

RETRATOS DE VIDA DE DOCENTE

No período de vigência do Estado Novo português a relação entre profissionais do ensino e o próprio Governo foi bastante conflituosa, fato que Nóvoa (1992, p.18) destaca principalmente quando analisa a situação docente em Portugal. Segundo ele: [...] “O Estado exerce um controle autoritário dos professores, inviabilizando qualquer veleidade de autonomia profissional”. Assim, abordar o avanço do Novo sindicalismo docente em Pernambuco entre os anos de 1979 a 1982, período também de repressão por parte do Estado requer uma leitura pautada principalmente na análise da construção do associativismo e da mobilização dos profissionais em educação nos principais centros do país.

No Brasil como um todo o cenário político-social a partir do ano de 1978 ganhou maior dimensão com as mobilizações das várias entidades de trabalhadores, (bancários, rodoviários, operários) principalmente na região Centro-Sul do país, fato que de certa forma serviu como “fio-condutor” para mobilizar os docentes em Pernambuco, em especial, a partir da repercussão das greves que ocorriam na região do ABC Paulista sob a liderança do operário Luiz Inácio (Lula) da Silva. Por sua vez, fazer uma leitura da própria condição docente requer cautela, uma vez ser necessário respeitarmos o tempo histórico, os personagens envolvidos, as conquistas e “fracassos”. Como também, a necessidade de compreendermos principalmente que esse espaço temporal estudado refletiu no conceito de trabalho e da própria ação do professor. Tanto Nóvoa (1999) quanto Tardif (2002) acompanham essa preocupação, onde para o segundo:

“[...] seria de esperar, pelo menos na ótica tradicional da Sociologia das profissões, que os professores, como um grupo social e categoria profissional, procurassem se impor como uma das instâncias de definição e controle dos saberes efetivamente integrados á prática. [...] também seria de se esperar que ocorresse certo conhecimento social positivo do papel desempenhado pelos professores no processo de formação-produção dos saberes sociais” (Tardif, 2002, p. 39-40).

Essa “imposição” esperada, na verdade, seria fruto do processo de reconfiguração da profissão e o novo delinear social das comunidades escolares, uma vez que, tomando autonomia, viabilizaram fortalecimento de um novo associativismo docente sem a necessidade de uma tutela do Estado. Portanto, procuramos mais uma vez apoio nas categorias sindicalismo e memória as bases que nortearam os estudos e que possibilitaram à emergência de novas reflexões e da redução de muitas incertezas.

As transformações que ocorreram no Brasil a partir de 1978 frente aos profissionais da educação também apresentaram semelhanças com aquelas ocorridas em Portugal de 1974. Em

seu artigo “Do sindicalismo docente reivindicativo ao sindicalismo reflexivo, em Portugal nos anos setenta e oitenta”, Tavares (2011) apresenta:

“Quando o regime do Estado Novo estava a dar os últimos suspiros, o chefe do governo afirmava, ainda, que Portugal estava orgulhosamente só! Todavia, é a partir do início dos anos setenta, com a Reforma Veiga Simão, que a educação ganha maior centralidade nos debates sobre a modernização do país” (Tavares, 2011, p.1).

Uma vez os docentes ainda sob vigilância, a relação com o Estado estaria a todo momento abalada, o que levaria a uma (re) significação do “ser docente” frente aquela estrutura de poder vigente. Trazendo a discussão para a realidade brasileira e ao pensarmos o papel do Departamento de Ordem Política Social /DOPS em Pernambuco, compreendemos aspectos relevantes que marca todo um período em estudo, principalmente no momento em que se acreditava haver entendimento entre o Governo instituído e as lideranças sindicais. O ano de 1979 foi marcado pela intensificação da política de distensão, mas, segundo Pinsk & Luca (2011):

“Esse processo esteve cercado de contradições, como crescimento no número de desaparecidos políticos, entre os anos de 1974 e 1975. Só em 1974, de acordo com o livro Direito à Memória e à Verdade, há 61 registros de pessoas como mortas ou desaparecidas políticas no Brasil” (Pinsk & Luca, 2011, p.179).

No entanto, o que desperta interesse é o fato que, mesmo havendo uma “negociação política” objetivando direcionar o país ao estado democrático de direito a partir de 1974, entre os anos de 1979 a 1982 os agentes do aparelho repressivo (DOPS/PE) continuavam a monitorar os professores e militantes da APENOPE, a montar dossiês e a prontuariar os dirigentes, numa ação se não repressiva, no mínimo de intimidação, situação confirmada ao analisarmos afirmação de Ferreira (2011):

“A partir de 1976, surgiram as primeiras manifestações do novo fenômeno que caracterizaria o movimento sindical do magistério nacional. Processou-se, no estado de São Paulo, a organização de duas tendências políticas da categoria de professores da escola pública de 1º e 2º grau: o Movimento pela União de Professores e o Movimento de Oposição Aberto de Professores” (Ferreira, 2011, p.51).

Os “anos de chumbo” (1968-1974) estariam “ultrapassado apenas no imaginário produzido pelos periódicos que apoiavam o regime de exceção, uma vez que sindicalistas continuavam sendo perseguidos e muitas vezes presos em nome da Lei de Segurança Nacional. Como também, aqueles quando identificados pela atuação na docência eram igualmente tratados muitas vezes como “terroristas”. Essa concepção deve ser reforçada principalmente quando relacionada à documentação sob a guarda do Arquivo Estadual Jordão Emerenciano, onde estão

presentes comunicações em relatórios que revelam informações trocadas entre autoridades (Governador e seus Secretários) e a interligação com a estrutura de repressão e vigilância do período (DOPS/PE).

A partir de uma minuciosa pesquisa no acervo do Arquivo Estadual é possível encontrarmos documentos que registram ações de vigilância do Estado frente à categoria docente, quando o então Secretário da Educação Estadual escreve ao Governador destacando advertência recebida de vários diretores das escolas da Rede de Ensino no sentido de ameaças e ações “terroristas” a serem realizadas durante o possível desfile em via pública da Zona Norte da cidade do Recife, festividade aquela que contaria com a presença de centenas de alunos e alguns professores em comemoração ao dia da Independência (7 de setembro). Assim, registra o Ofício:

“[...] acusaram o recebimento de telefonemas de pessoas não identificadas, advertindo quanto ao risco de participação dos alunos daquelas unidades de ensino oficial no desfile oficial da Semana da Pátria” (Acervo DOPS/ PE – Prontuário funcional 29.110 – Ofício nº 709 destinado ao Governador Marco Maciel enviado pelo Secretário de Educação do Estado de Pernambuco – 5/09/1980).

A partir da leitura de Pedroso (2005) o discurso da mensagem apresentada no documento acima ganha melhor entendimento. Segundo autora havia no pós-64 uma forte relação de vigilância do aparelho repressivo contra a mobilização dos movimentos sociais nos Estados. Dessa forma:

“Na prática, entretanto, existe uma interligação íntima e inevitável, entre Política e estrutura policial, havendo momentos e circunstâncias em que ambas parecem “englobar-se”, compondo uma única força que não reconhece regras nem aceita limitações” (Pedroso, 2005. p.17).

Leitura também reforçada a partir da análise feita por Skidmore (1988) quanto a tensa relação entre trabalhadores e o governo ditatorial do Emílio Garrastazu Médici (1968-1974). Segundo ele:

“As forças de segurança sob a ditadura de Médici contavam com medo para ajudá-las a descobrir e eliminar os inimigos internos do Brasil. A repressão atingiu especialmente os grupos que tentavam organizar as classes trabalhadoras. Os sindicatos, por exemplo, eram submetidos a controle draconiano” (Médici, 1988, p. 354).

Assim, é possível percebermos que a Associação de Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE) crescia em representação, unificando ideias vigentes com as “tímidas” reivindicações já pleiteadas anos anteriores. Nesse novo contexto, ao longo da greve de 1979 e também posteriormente a categoria mobilizava-se por uma melhoria salarial, qualidade das

condições de trabalho nas escolas e a valorização da profissão docente diante crise econômica que atingia a economia do país. Como ainda, teve a APENOPE, o papel de interligar junto a outras associações presentes em mais 13 municípios anseios de um conjunto de profissionais que aos poucos se constituiriam enquanto uma “classe”. Apesar que, por outro lado, havia aqueles que defendiam a inexistência ainda uma “consciência de classe” já que dentro da própria estrutura grupos de direção alguns objetivavam apenas espaço para projetos políticos individuais. Silva (2008) quando avalia o papel dos representantes sindicais “Pré-64” e o fortalecimento do “Novo sindicalismo”, afirma:

“Nestes discursos, a crítica ao sindicalismo praticado até então, principalmente ao modelo pré-64, é de que este seria desprovido de representatividade diante da classe trabalhadora, cupulista, partidarizado, estatista e dominado por pelegos, estando em clara oposição ao “novo sindicalismo”(Silva, 2008 p.76).

Ao confrontarmos o discurso dos professores que participaram ativamente da consolidação da APENOPE (seus anseios, frustrações e realidades) frente à documentação levantadas, é possível compreendermos os desafios reais para o exercício da docência, como também a leitura que o próprio Governo possuía quanto o “poder-saber” de uma classe composta de “intelectuais transformadores” Giroux (1997). Bem como, o risco da ampliação com qualidade da estrutura do ensino até então oferecida ao conjunto da população mais carente a partir da Secretaria da Educação e Cultura de Pernambuco.

Assim, acreditavam os gestores públicos haver maior eficácia isolar os docentes do conjunto da sociedade, seja por meio de uma seleção mais rigorosa para ingresso na esfera do ensino público, desacreditá-los ou mesmo reprimir qualquer contestação a ordem político-econômica e principalmente sindical que ganhara força naquele período, cenário esse, conturbado na verdade não só no Brasil, como também, em vários outros em países da América latina e até mesmo Europa, no caso especialmente de Portugal.

Gindin & Melo (2011) ao avaliar a dimensão dos movimentos sindicais e associativistas nos demais países da América-Latina destaca que:

“Em vários países – e fundamentalmente no México e no Brasil, onde o ciclo de mobilizações começou em 1978 e 1979 respectivamente – era difícil encontrar antecedentes tão graves e tão radicais. Em países como Peru, Uruguai, Argentina, Bolívia e Chile, onde entre 1968 e 1975, tinham sido levadas adiante vigorosas experiências sindicais, a mobilização sindical foi retomada” (Gindin & Melo, 2011, p. 267).

Oliveira (2011), ao apresentar a década de 1980 e o cenário econômico, político (também internacional) relaciona ao contexto social que atingia principalmente os trabalhadores brasileiros, que mesmo vinculados aos seus “sindicatos” eram atingidos pela crise financeira e a postura da classe empresarial que até então avolumavam seus rendimentos. Assim observa ele, que o Novo sindicalismo ganhava força no Brasil em decorrência à pauperização da classe trabalhadora, bem como, resultante de uma reação ao estado de repressão vigente. Buscava-se desta forma, como o próprio autor destaca transitar o “Novo sindicalismo ao sindicato cidadão”.

“Os anos 80, marcado no país pela ascensão do projeto de um novo sindicalismo, contrastaram com o quadro internacional, aonde em geral o sindicalismo vinha sofrendo importantes revezes, ao defrontar-se com crescentes e significativas alterações na dinâmica econômica, social e política, especialmente trazidas com a globalização” (Oliveira, 2011, p.197).

Essa pauperização destacada por Oliveira é também reforçada nos estudos em que Barbosa (2013) apresenta a distribuição de renda e conflitos no Brasil entre os anos de 1979 a 1989, onde segundo ele:

“Com exceção do curto período inicial do Plano Cruzado, todas as políticas salariais visaram a compressão da massa salarial em relação aos lucros totais, ou seja, todas as políticas de ajustes da economia brasileira – seja em relação à componente interna (inflação principalmente), seja em relação à componente externa (problemas do balanço de pagamento) – foram obtidas com o achatamento da renda do trabalhador” (Barbosa, 2013, p.106/7).

Afirmção é complementada a partir da informação em que apresenta a desigualdade no Brasil entre os anos de 1979 a 1982. Os dados mostram que em 1979 o país contabilizava um contingente de 42 milhões de pobres; o que correspondia a 38% da população brasileira. Por volta de 1982 o Brasil contava agora com cerca de 52 milhões de pessoas na condição de pobreza; dados que corresponde uma elevação para 43,2%.¹⁰¹

Assim, é importante compreendermos como o Governo Marco Maciel usou de todas as formas e força para deslegitimar a organização do sindicalismo docente em Pernambuco e em contrapartida a identidade daqueles que atuavam. Essa postura repressora adotada pelo Governo Marco Maciel (1979/1982) visando enfraquecer o movimento apenopista e evitar uma greve que logo ocorreria no final de maio de 1979 não logrou sucesso. Entretanto, uma nova medida visando enfraquecimento do novo grupo que assumira a direção, essa sob a liderança de Paulo

¹⁰¹ Barbosa, Glaudionor Gomes. Política salarial, distribuição de renda e conflito Brasil: uma análise do período de 1979/1989. Pg.131.

Rubem Santiago viria logo ser posta em prática. Assim, nos primeiros meses de 1980 o Governo do Estado decide por cancelar autorização para o desconto em folha dos associados da APENOPE, ação que visava não apenas inviabilizar a gestão da categoria, mas também, buscava com a medida frear o fortalecimento que a entidade concretizava também no interior do Estado. Porém, o golpe final seria a destituição do Presidente da entidade do cargo na APENOPE.

Assim, diante fortalecimento das lideranças da base do movimento docente, o Governo do Estado ora fez uso da força via órgãos do aparelho repressivo que mantinha (DOPS/PE) ou por outra, passou a explorar habilmente a força do discurso imagético para construção da “competência do Poder público” em detrimento das reivindicações expostas pelos professores sob-representação da APENOPE. No enfoque do discurso da imagem Bianco (2004, p.208), destaca a importância da imagem quanto capacidade de comunicar-se ao afirma que “por meio de eventos imagéticos, os sujeitos do encontro etnográfico recriam uma realidade negociada cuja congruência é restabelecida por um laço significativo entre as experiências vividas e o universo de representação”.

Dessa forma, para atingir seus objetivos o Governo buscou espaço principalmente na mídia impressa, seja Jornal do Commercio ou Diário de Pernambuco, como também dentro da sua própria máquina de Estado ao determinar ao seu staff da Secretaria de Educação para manter a publicação de Relatórios oficiais de desempenho e investimentos aplicado, destinando os impressos ao conjunto do funcionalismo, mas, também à sociedade pernambucana, fortalecendo uma mescla de duas forças discursivas em constante movimento; a imagética e a verbalizada.

5.1. DO ACERVO DOPS/PE AOS RELATÓRIOS DA SEE: QUE DISCURSO É ESSE? - 1979 A 1982.

O final da década de 1970 e o início de 1980 no Brasil o ambientes das mobilizações fora intenso em praticamente todos os campos. Na música, a tão almejada liberdade ganhava força via artistas de renome e que tomavam os tradicionais programas de auditório. Na teledramaturgia autores renomados continuavam a produzir e provocar a sina dos censores de plantão e nas ruas à população sob lideranças de políticos do MDB que faziam uma “oposição consentida” pelo Regime arregimentavam lideranças de sindicatos, de associações e dentre várias ações organizavam a criação do Partido dos Trabalhadores como também aumentavam o coro pressionando o Presidente Figueiredo por eleições diretas no país (Fig.31).

Portanto, a crise que atingia o cenário político nacional tinha como ponto de ebulição Brasília, fato por sinal denunciado pelo General Hugo Abreu ao destacar que toda a instabilidade que se desenrolara no ano de 1979 era na verdade um processo decorrente de falhas tanto nas decisões quanto omissões do Presidente Geisel e seria uma herança a ser mantida pelo novo presidente que assumira. Para Abreu (1979, p.82) - Em 1978, o Governo subornou, intimidou e é acusado de ainda lançar mão de todos os recursos da máquina oficial, dos órgãos do Governo para fraudar o resultado das urnas.

Figura 31. Prontuário Funcional nº 3979



Fonte: “Lançamento do Partido dos Trabalhadores/PE - DOPS/SSP. Arquivar/Divisão Informações”. Prontuário Funcional. Documentos diversos. Fundo: 3979/ acervo DOPS-APEJE.

No mesmo caminho, em Pernambuco a efervescência não apenas tomava as ruas, forçava a própria estrutura do aparelho repressivo do DOPS acompanhar a atuação dos professores participantes da APENOPE e também realizar novos registros em prontuários de militantes sob alguma acusação ou mesmo por mera suspeita. O professor Arundo Nunes, ao relatar a sua atuação nas mobilizações de rua, piquetes em frente das unidades escolares em 1979, destaca a postura dos agentes do Estado infiltrados no movimento, como também o impacto no seu cotidiano. Segundo ele:

“Rapaz, quase todas as escolas, eu fui preso rapaz! Eu fui pro DOI-CODI. Porque fazia piquete companheiro! A mulher, a mulher abortava e dizia que fui eu que abortei! E eu sou, e eu dei nenhum murro em mulher para abortar? Na polícia, tudo, tudo! A mesma coisa. Era horrível! Eu nem dormia em casa; dormia na rua nas casas da, da, da zona, com as mulheres porque eu não ia pra casa com medo de ser preso!”

¹⁰² (Silva, Arundo Nunes da. 2014).

Na fala do professor fica evidenciada o clima de tensão dentro da própria categoria, situação em que o confronto entre professores grevistas da APENOPE e gestores que acompanhavam as determinações da SEC ocorriam, tomavam espaço na imprensa e acabavam muitas vezes nas salas do DOPS/PE, órgão responsável também por parte da repressão vivenciada. No entanto, muitas vezes a postura reacionária dos diretores visava manter o cargo que havia ocupado por apadrinhamento político. É importante também destacarmos que a participação do docente não se limitava ao *locus* da mobilização, na verdade, a postura contestatória acabava por acompanhar o cotidiano e por muitas vezes desestruturando a harmonia dos seus lares.

Assim, o Estado buscava a partir das ações do aparelho repressivo não apenas desmobilizar a participação dos professores da Rede Estadual, como também, visava controlar o gradativo intercâmbio que nascia das experiências entre os articuladores do “Novo sindicalismo” já bem fortalecido no Centro- Sul do país e a tomada de ação que se fazia no Nordeste, em especial Pernambuco (Fig. 32). ¹⁰³

Figura 32. Prontuário individual nº 7980



Fonte: Flagrante dos agentes do DOPS ao professor Arundo Nunes (**capacete na mão**) em mobilização na Praça da República de frente ao Palácio do Governo estadual - Prontuário individual nº 7980 – Acervo DOPS/PE.

¹⁰² Professor Arundo Nunes da Silva. Entrevista concedida ao autor no dia 09 de junho, 2014.

¹⁰³ “A partir dos relatórios dos agentes infiltrados encontram-se, portanto, uma série de dados que demonstram o que a comunidade de informações e segurança pensava sobre o acontecimento, pessoas e entidades que estavam sob constante vigilância” (Resende, 2015,p.74).

O Governador Marco Maciel (1979/1982) ao assumir o comando do Estado passou à acompanhar todo processo que até então se desenhava, para isso, não fez uso explícito do aparelho de vigilância e dos agentes do DOPS/PE, paralelamente, tratou o chefe do Executivo utilizar-se do espaço junto a imprensa local para construir a imagem de negociador, como também, utilizando de verbas provenientes dos Ministérios da Educação e também receitas de arrecadação local desenvolver uma política atendimento paliativo no campo da educacionnal. No entanto, todas aquelas ações das Secretarias eram também levadas ao conhecimento da população a partir da publicação de Relatórios, apresentando o trabalho desenvolvido (fig.33). É importante destacarmos que anualmente era publicado um caderno destacando as principais das ações realizadas pelo gestor, sendo no último ano da gestão feita confecção um resumo do trabalho no quadriênio (Fig. 34) destacando todo o trabalho realizado pelos seus respectivos Secretários das principais Pastas.

Figura 33. Relatório da SEE – 1979



Fonte: Relatório da SEE – 1979. Acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco. PE37(813.4)P45e.

Figura 34. Relatório da SEE – 1979/1982



Fonte: Relatório da SEE – 1979/1982. Acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco.PE37(813.4)P45e.

Por parte da Secretaria de Educação e Cultura coube principalmente ao Secretário Joel de Holanda Cordeiro (1979/1982) desenvolver as principais Políticas de ação do setor, cobrar dos demais departamentos sob seu comando e manter a imprensa informada de todo o trabalho e responsabilidade assumida pelo Governo Estadual. Assim, semelhante ao que foi realizado durante a gestão do Governador Moura Cavalcanti (1974-1979), a publicação dos relatórios serviram não apenas para nortear internamente as ações planejadas pelo Governador Marco Maciel a serem aplicadas, mas, ao mesmo tempo foram importantes como discurso pautado em estatísticas e registros iconográficos o que possibilitava desconstruir a visão pessimista dos grupos políticos opositoristas, como também dos militantes que compunham a base da APENOE e demais professores, que afirmavam estar o Governo descompromissado em melhorar as condições do ensino para o conjunto da população.

Assim, no período de 1979 a 1982 o Governo de Pernambuco produziu e disponibilizou um total de cinco Relatórios da Pasta da Educação, no entanto, daremos destaque aquele que apresentaram com mais consistência um conjunto de informações, como também o uso iconográfico voltado a consolidar um discurso textual que muitas vezes os próprios jornais locais tratavam de fazer descrédito no campo da educação, seja a partir das matérias e fotografias ou mesmo de humoradas charges.

Outro aspecto importante é que, as informações pontuadas pelo governo não foram ao longo do tempo assimiladas pelos docentes entrevistados, uma vez que ao discorrerem em suas

entrevistas sobre a situação da Educação em Pernambuco na época da mobilização e greve de 1979, bem como ao curso de 1982 pouco lembraram o trabalho desenvolvido pela SEC. Naquele contexto, os gestores buscavam amplificar o discurso quanto o desejo de melhorar a situação do ensino e valorizar a os seus profissionais.

A percepção quanto à precariedade das escolas e por consequências as condições de trabalho do professor estavam presentes nos discursos apresentados pelas docentes ao registrarem as suas histórias de vida. A professora Luci Machado procura separar nitidamente o sentido de adesão ao movimento da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE) e os conflitos políticos em torno da redemocratização do país. Inicialmente destaca as condições estruturais da maioria das escolas em que atuou ou mesmo visitou durante mobilização para deflagração da greve de 1979. Para a professora:

“No geral nas escolas faltava tudo. Falta de higiene nos banheiros. Lá também, porque não tinha como, como limpar, porque também faltava higienizar; faltava até material! Tinha as escolas não tinham às vezes, não tinham... o reservatório de água descoberto; Sabe? sem nenhuma preocupação com a higiene e nem com a vida do aluno. É! De jeito nenhum” (Pinheiro, Luci Machado, 2014).

Portanto, a docente também deixa evidenciado durante o seu relato que o engajamento na luta dos professores tinha um foco principal e não visava uma atuação mais ampliada como acreditava aqueles que faziam a construção do discurso de que a classe docente ocupava as ruas com objetivo de desestabilizar o governo. Nas palavras da professora Luci Machado as mobilizações que tomava força a partir do “Novo sindicalismo” em Pernambuco tinha um objetivo maior; segundo ela:

“Eu não tô lutando não é para derrubar Governo, Eu estou lutando por melhores condições de trabalho dentro da minha profissão, qualidade de ensino, não tô lutando para derrubar Governo!”¹⁰⁴ (Pinheiro, Luci Machado, 2014).

Nessa concepção, para entendimento do discurso, Pinsk & Luca (2011) registra que:

“Ao tomarmos um discurso ou um pronunciamento como fonte para nosso trabalho não devemos perguntar apenas o que ele diz sobre o passado, que informações ele nos traz, mas devemos nos perguntar como esse discurso foi produzido, em que época, por quem, em que circunstância política, econômica, sociais” (Pinsk & Luca, 2011, p.235).

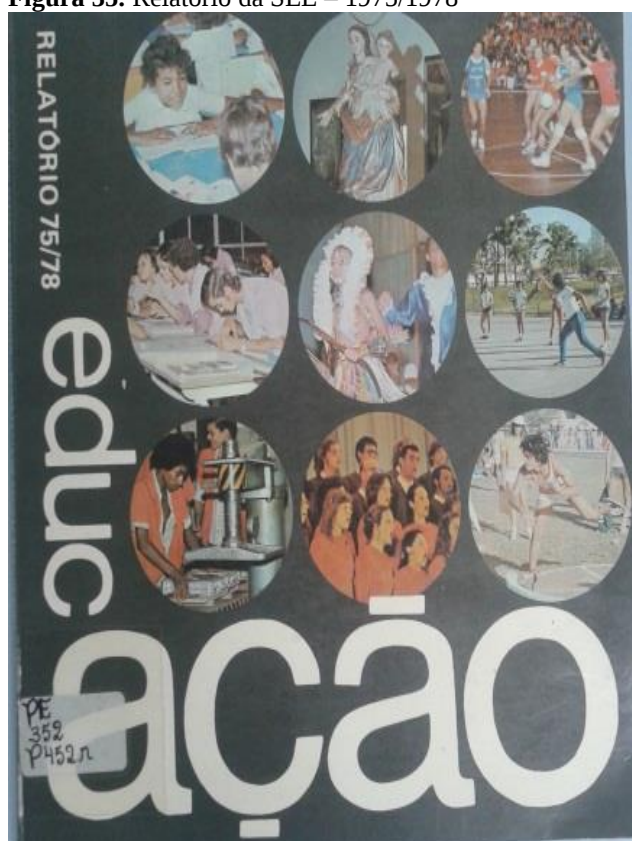
¹⁰⁴ Professora Luci Machado Pinheiro em entrevista concedida ao autor dia 4 de agosto de 2014.

Os membros da APENOPE compreendiam que a melhor forma de pressionar o Executivo para pautar resultados satisfatórios a classe como também para o conjunto da sociedade era ocupar as ruas, buscar apoio da Igreja, conversar com população.

Por sua vez, o governador que assumia e a sua equipe de trabalho também pautavam seus projetos no discurso de construir para o coletivo como principal razão da gestão que assumia, ação essa pautada na experiência da administração anterior. Para reforçar o presente discurso o governo, a partir dos Relatórios apresentados destacava que “Pernambuco está evidenciando, também, que a redistribuição da renda e a ascensão social das camadas mais pobres podem ser realizadas sem que sejam negligenciados os objetivos de grandes dimensões”.¹⁰⁵

Dessa forma, os gestores públicos utilizavam o poder da imagem para reforçar junto à população o discurso oficial em contraposição as críticas dos “grupos subversivos”. Fazendo uso da força das fotografias registradas *in locus* e publicadas nos encartes os gestores procuravam consolidar o discurso que deveria ser assimilado e ampliado junto ao conjunto da sociedade.

Figura 35. Relatório da SEE – 1975/1978



Fonte: Relatório da SEE – 1975/1978. Acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco. PE37(813.4)P452r.

¹⁰⁵ Relatório da SEE – 1975/1978. Acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco. Pg. 11.

Assim, ainda em 1978 (Fig. 35), o Relatório da Secretaria da Educação e Cultura apresenta além de uma capa ricamente ordenada (imagens da contribuição do Estado para a população) contava também uma justificativa quanto à publicação do material, sua importância e a que se destinava apresentar. Destaca o texto:

“Propusemos reunir professores e alunos e pais e outros participantes do trabalho educacional desenvolvido de março de 1975 a março de 1979, teríamos por certo, depoimentos valiosos, ricos nos detalhes e nas críticas, por vezes generosos nos elogios, outros pessimistas quanto resultados ¹⁰⁶” (Relatório da SEE, 1975/1978)

Assim, seguindo o que já era produzido nas gestões anteriores, o Governador Marco Maciel (1979/1982) apresentou relatórios, em especial no campo da Educação, pautando seu discurso nos seguintes pontos de atuação: socioeconômica; financeira; operativa; tecnopedagógica e política. Material esse, apresentando minúcias de dados estatístico e uma expressiva riqueza iconográfica.

Figura 36. Relatório da SEE – 1979



Fonte: “Educação no meio rural” - Relatório da SEE – 1979. Acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco. PE37(813.4)P45e. p. 20.

Durante análise dos documentos é possível percebermos que os elaboradores inicialmente demonstram uma forte consciência do poder que a imagem possuía aspecto esse complementado por um conjunto dos números e tabelas que confirmavam o trabalho realizado pela Secretaria de Educação e os resultados obtidos.

Por sua vez, durante a produção do material houve uma reduzida preocupação quanto ocultação da intencionalidade, ou seja, a imagem fora organizada mais intensamente direcionada para consolidar a construção do discurso do Governo do Estado. Como exemplo, na organização

¹⁰⁶ Relatório da SEE – 1975/1978. Acervo - Coleção Pernambucana/BPE. Pg. 11.

para o registro fotográfico realizado no pátio escolar (fig.37), local destinado a oferta da merenda, podemos perceber ter havido durante o registro da imagem uma preocupação no traje dos alunos, na escolha de um prédio “modelo” e na tentativa de naturalidade do ato.

Figura 37. Relatório da SEE – 1979



Fonte: “Educação no meio rural” - Relatório da SEE – 1979. Acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco. PE37(813.4)P45e. p. 21.

“Naturalidade” essa por sinal, quebrada seja na ação “mecânica do tomar o lanche, pelo amontoado de discentes sentados no chão para registro da refeição (fig.36). Também, temos o incômodo que se faz presente na própria expressão de quatro alunos que demonstram ao mesmo tempo curiosidade, não compreensão do registro por parte da equipe de fotográfico daquela atividade certamente rotineira ou mesmo pelo ângulo tomado para captar uma imagem que refletisse o interesse do grupo idealizador do material de divulgação.

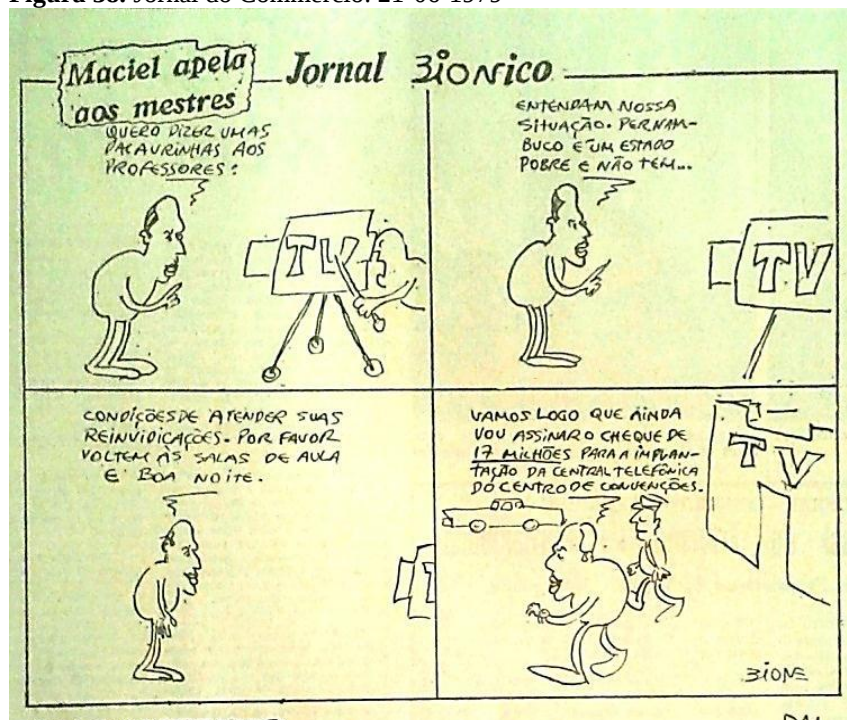
No entanto, na construção do discurso iconográfico produzido pelo Governo ao elaborar o Relatório de 1979, a imagem buscava reforçar o trabalho e divulgar que uma nova realidade estava sendo construída, como também ficaria como frutos principalmente para um futuro próximo de uma geração que ocupava as bancas escolares. Assim, são utilizadas imagens de crianças devidamente trajadas e alimentando-se como pouco então se fazia na Rede de ensino pública.

Na verdade, discurso semelhante apresentado no Relatório da SEE de 1979 também se fazia presentes nos dois principais Jornais do Estado (JC e DP), o que muitas vezes acabava por dimensionar para a sociedade uma ação assumida pelo Governador Marco Maciel, quando aquele gestor reconhece as condições financeiras do Estado, mas, busca de todas as formas atender as

necessidades da população mais carente. Por outro lado, esse mesmo discurso amplificado pelo Governo era muitas vezes ironicamente abordado pelos chargistas dos veículos de comunicação e utilizados pelos docentes para denunciar intransigência dos gestores públicos no processo de negociação visando debelar a greve de 1979 (fig. 38).

Na sequência apresentada pelo chargista Bione (fig. 38), ao mesmo tempo que procura propagar o discurso passado pelo novo governador empossando pelos militares, para o ritmo de trabalho intenso, por outro lado, o chargista evidencia o contrassenso entre o que era dito e praticado na esfera da gestão estadual junto a população. Na fala apresentada na charge, o Governador Marco Maciel (1979/1982) afirma - “Quero dizer algumas palavrinhas aos professores. Entendam a nossa situação, Pernambuco é um Estado pobre e não tem condições de atender suas reivindicações. Por favor, voltem as suas aulas. E boa noite”.

Figura 38. Jornal do Commercio, 21-06-1979



Fonte: Charge do Bione. Jornal do Commercio, 21-06-1979 - Caderno Variedades, p.21.

Porém, no último quadro a charge denuncia que o Governo acabava por negar investimento num setor fundamental para o conjunto da população, mas por outro lado, despenderia milhões no empreendimento “faraônico” que era o Centro de Convenções do Recife.

Dessa forma, a Secretaria de Educação, sob direção do Secretário Joel de Holanda apresentou no curso de 1979 a 1982 um conjunto de Relatórios que registravam o perfil da área e todo um trabalho desenvolvido. O novo Secretário assumia agora uma Pasta mais direcionada,

uma vez que a Lei Estadual 7832 de 06/04/79 instituía a Secretaria de Turismo e desvinculava da Educação a promoção de Cultura e Desportos, no âmbito Estadual.

Assim, os Relatórios do quadriênio 79/82 foram divididos nos seguintes tópicos de apresentação: Socioeconômica; Financeira; Operativa; Tecnopedagógica e Política. Todos os tópicos foram montados respaldados em números, gráficos e principalmente fotografias apresentando *in locus* o cenário “encontrado” como também o que foi deixado por resultado do trabalho desenvolvido pela gestão do antecessor da Pasta. Civiatta (2002 p.122) destaca a importância do uso da imagem fotográfica como também os resultados quando habilmente trabalhada. Para a pesquisadora “A imagem fotográfica é parte importante da ampliação da capacidade humana de se representar, reconstruindo a história e dando significado a essas representações”.

No Relatório da Secretaria da Educação (1979), é destaque na apresentação da obra o perfil de trabalho daquela gestão, destacando a tônica não mais na quantidade e sim na qualidade do serviço prestado a população. Segundo Joel de Holanda estaria aberto um novo espaço de participação para construção coletiva. Na visão do Secretário que iniciava na gestão Marco Maciel:

“Sabe-se hoje que tanto quanto a quantidade, a qualidade da educação é decisiva. A política de educação levada a efeito atualmente em Pernambuco, esta voltada fundamentalmente para suprir as deficiências qualitativas que existem no sistema educacional e para promover sua racional expansão” (Holanda, Joel de).

Figura 39. Relatório da SEE – 1979



Fonte: à esquerda- Governador Marco Maciel (de branco) e o Secretário da Educação Joel de Holanda (mais recuado / preto) avaliando curso técnico oferecido pelo Estado- Relatório da SEE – 1979. p. 34. .Acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco. PE37(813.4)P45e.

E continua o Secretário pontuando os objetivos alcançados no curso de 1979:

“O presente Relatório constitui uma síntese das atividades desenvolvidas durante o ano de 1979, visando tais objetivos. O cotejo entre as metas estabelecidas e as realizações desse 1º ano de Governo, oferece uma visão do trabalho desenvolvido que, embora realizado num contexto de uma acentuada escassez de recursos financeiros, apresenta resultados extremamente significativos, principalmente em relação à melhoria do ensino, ampliação de vagas, valorização do magistério, assistência ao educando e apoio às prefeituras” (Relatório SEE 1979, p.8).

Assim, o Secretário Joel de Holanda (1979/1982) busca em seu discurso dirigir os resultados apresentando um novo foco. Se nos governos anteriores o foco era na quantidade das realizações, o Secretário direciona o trabalho na sua Pasta para a qualidade, mesmo diante escassez de recursos e penúria dos cofres públicos. Joel de Holanda utiliza os Relatórios para complementar o discurso verbalizado pelo Governador Marco Maciel ao longo do seu primeiro ano de gestão para justificar uma não aceitação de negociação com algumas categorias de trabalhadores, no caso especial, a postura tomada pelos docentes ao deflagrarem a mais longa greve do no ensino oficial ainda em junho de 1979.

5.2. QUALIDADE DE ENSINO: CONFLITO DE DISCURSOS.

A década de 1980 apresentava um significativo aumento da procura por vaga na rede de ensino público, dessa forma governos adotam políticas de investimento procurando ampliar a quantidade de escolas em detrimento muitas vezes da qualidade. No entanto, em Pernambuco a propaganda oficial procurou apresentar os avanços, porém, quando comparados aos discursos dos professores e matérias muitas vezes publicadas pela imprensa aquela intenção perdia solidez. O conflito entre o discurso imagético do Governo de Pernambuco contra a vivência docente se fez presente entre os anos de 1979 a 1982 e viria a ser um dos aspectos de forte influência na construção da ação docente junto ao movimento do “Novo sindicalismo” em Pernambuco.

Mas, paralelo ao uso iconográfico o Secretário Joel de Holanda, a frente da Pasta, buscou também subsidiar-se com números que evidenciava o compromisso do então Governador Marco Maciel (1979/1982) com a Educação no Estado e em contrapartida para maior valorização do magistério (**Quadro 5/6**).

Quadro 5. Atendimento à população escolar pela Rede estadual – Ensino 2º grau/ 1979-1982

ANO	Nº DE ESCOLAS
1979	102
1980	119
1981	142
1982	166

Fonte: Relatório da SEE – 1979/1982. Pg. 38- acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco. PE37(813.4)P45e.

Quadro 6. Números de alunos atendidos Ensino 2º Grau – 1979/1982

ANO	CAPITAL	INTERIOR	TODO ESTADO
1979	23.138	22.491	45.679
1980	24.440	23.430	47.872
1981	26.273	25.780	52.059
1982	27.979	31.21	59.900

Fonte: Relatório da SEE – 1979/1982. Pg. 38- acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco. PE37(813.4)P45e.

Ao fazermos um comparativo dos números apresentados, fica visível que o Governo ampliou quantitativo de escolas do 2º grau entre, passando de 102 unidades em 1979 para 166 no ano de 1982 (Quadro 5). Também, quando apresentados os números referentes aos alunos atendidos no período o governo destaca um relativo avanço principalmente quando o foco era o interior do Estado (Quadro 6). Assim, em 1979 o número de alunos atendidos na Capital era superior aqueles atendidos nas cidades do Interior; porém, em 1982 o quantitativo de alunos atendidos nas cidades do Interior do Estado havia ultrapassado os da Capital. No conjunto, o Estado saltava dos 45.679 (em 1979) para 59.900 (em 1982).

Se os números apresentavam a segurança de um trabalho realizado, o uso iconográfico reforçaria para o conjunto da sociedade que uma nova realidade estava sendo construída e que o trabalho lograva seus primeiros resultados. Por outro lado o discurso apresentado no cotidiano pelos docentes que ocupavam ruas, Igrejas e escolas ou a partir dos seus protestos mostravam outra realidade que os Relatórios oficiais não ofereciam.

Para entendermos, é importante buscarmos nas histórias de vida dos docentes que vivenciaram aquele momento o cotidiano do ensino público em Pernambuco durante a gestão Marco Maciel (1979/1982). Assim, a professora Luci Machado, ao rememorar o que vivenciara no período de docência nas escolas da Capital destaca que:

“Eu trabalhava numa sala com cinquenta alunos dando aula de língua estrangeira, tendo como, apenas como material didático giz e o quadro; era isso aí, não tinha as mínimas condições. A gente fazia diferente quem era quem queria quem gostava quem amava a profissão! Por que sai daqui de casa, tomar dois ônibus parava lá depois do Barro aí tomava na entrada outro e eu ia com um ou gravadorzinho ou um som

pequenininho que levava; pesado, que levava pra coisa pra poder passar músicas para eles ¹⁰⁷” (Pinheiro, Luci Machado, 2014).

Outro registro importante é a narrativa da professora Helena Lopes ao fazer relato quando assumiu a direção da Escola João Barbosa localizada no Morro da Conceição, uma importante comunidade da Zona Norte do Recife e bastante observada pela estrutura de vigilância do Estado. Assim, segundo a professora Helena Lopes:

A escola Padre João Barbosa ela tinha um muro de arame, arame farpado, pequena, era um espaço bem pequenininho onde os meninos da comunidade pulavam e iam fazer do pátio, pátio não, aquele terraço; você conhece o Padre João Barbosa? Pronto, aquele terraço ali, campo de futebol. Todas as lâmpadas eram queimadas, a maneira de como a comunidade, de como a escola vivia ela era a escola pra lá e a comunidade pra cá!” ¹⁰⁸ (Almeida, Helena Lopes de. 2014).

A fala da docente da Helena Lopes acaba de alguma maneira por desconstruir a solidez discursiva e imagética presente nos diversos documentos oficiais produzidos pela SEC.

Também, a professora Florentina Cabral “Morena” conta o ambiente das escolas que visitava durante o período de mobilização da greve de 1979 e mesmo depois que passou a fazer parte da Associação. Segundo a docente:

“As mais carentes de tudo é onde tinha o povo furando greve! As carências eram de estrutura física, de mobiliário, de equipamentos mesmo para garantir uma aula mais atrativa; vamos dizer assim! Uma metodologia mais atraente para os alunos. Tinha toda uma dificuldade, dificuldade de todas as outras. E, falta de professor, livros, dificuldades imensas em todos os sentidos!” ¹⁰⁹ (Cabral, Florentina Francisca. 2014)

Temos, a partir de fragmentos do cotidiano de vida de três professores um contraponto ao discurso oficial produzido pelo Estado. Esse ponto de desconstrução encontram-se presente quando: a professora Luci Machado registra o excesso de alunos nas salas de aula, a dificuldade de obter material didático no local de trabalho, tendo que levar o seu próprio; a professora Helena Lopes, que por mais de uma década exerceu a função de diretora escolar destaca as condições em que recebeu a escola para desenvolver seu trabalho, como também ausência de qualquer trabalho ou projeto pedagógico junto aquela comunidade; Já a professora Francisca Florentina “Morena” resume todo um conjunto de dificuldade que identificara nas escolas em que visitou como integrante do movimento sindical do qual participava a partir do novo grupo que assumira à APENOPE.

¹⁰⁷ Professora Luci Machado Pinheiro em entrevista concedida ao autor dia 4 de agosto de 2014.

¹⁰⁸ Professora Helena Lopes de Almeida . entrevista concedida ao autor nos dia 24 e 30 de julho, 2014.

¹⁰⁹ Professora Florentina Francisca Cabral. Entrevista concedida ao autor nos dia 14 de julho, 2014.

Portanto, os três discursos evidenciam precariedades vivenciada por alunos, professores ou mesmo o conjunto da comunidade escolar. Ou seja, os números e fotografias apresentadas pelo Governo do Estado enquanto investimento nas unidades de ensino, seja na Capital ou no Interior, acabavam por entrar em desencontro quando confrontados com o cotidiano de vida das docentes.

As histórias de vida das três docentes possibilitou compreendermos o que vivenciavam enquanto a educação pública e como discurso do Estado procurava apagar a partir da publicação de um Relatório oficial fortemente subsidiado de números e imagens produzidas para consolidar o trabalho de uma gestão e reduzir a presença de qualquer discurso contrário. Mesmo diante ações aplicadas, o discurso presente nas histórias de vida possibilitaram uma ruptura e o fortalecimento das identidades dos professores. Dessa forma, temos um conflito de discursos. Enquanto as experiências vivenciadas pelas docentes foram de dificuldades, influenciando na própria construção da sua identificação quanto profissional, o Governo, a partir dos Relatórios elaborados pela Secretaria de Educação fazia o contra-discurso junto à sociedade afirmando investimentos não apenas pontuais e colocando uma maior cobrança de compromisso no docente.

Quanto à organização ambiente escolar, a sociedade passava a conhecer a partir dos Relatórios oficiais um ambiente limpo, disposição de material didático, alunos dentro de um quantitativo propício ao ensino de qualidade. Nada próximo ao que ficou registrado nas memórias das docentes que de alguma maneira representavam desejos e angústias das várias “Helenas, Lucis, Porpinos ou mesmo Morenas” (fig. 40).

Figura 40. Relatório da SEE – 1980



Fonte: Relatório da SEE – 1980. p.13- acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco. PE37(813.4)P45e.

Porém, quando confrontada com as histórias de vidas dos professores entrevistados e até mesmo publicação feita pela imprensa entende-se que o modelo de docente apresentado nos Relatórios pouco correspondia a realidade do conjunto da categoria. Sem dúvida que o profissional ao receber toda estrutura para desempenhar seu trabalho, teria a oportunidade de desenvolver cada aluno assistindo-o individualmente, mas o conjunto das escolas da Rede continuavam carentes da atuação direta do Governo para que atingissem os níveis de qualidade do ensino ou até mesmo qualidade de vida e condições de trabalho para os docentes (fig.41).

Figura 41. Relatório da SEE – 1980



Fonte: Relatório da SEE – 1980. P.13- acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco. PE37(813.4)P45e.

Por sua vez, os alunos revelados pelo o discurso oficial nos Relatórios da SE correspondiam ao que melhor o Estado poderia atender. Tanto no Relatório anual (1979) quanto no do quadriênio (1979 a 1982) o discurso imagético oficial primava pela organização do fardamento, disciplinamento e uma plena convivência, de forma que as diferenças sociais, econômicas e raciais apresentadas no cotidiano social não se fizesse presente ou mesmo precisasse ser detectada pela metodologia de formação educacional aplicada na esfera oficial (fig. 42/43).

Figura 42. Relatório da SEE – 1979



Fonte: “Educação no meio rural” - Relatório da SEE – 1979. Acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco. PE37(813.4)P45e. p. 51.

Figura 43. Relatório da SEE – 1979/1982



Fonte: Relatório da SEE – 1979/1982. Pg. 37- acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco. PE37(813.4)P45e.

Porém, ao fazermos a leitura imagética das figuras (42/43) é possível percebermos uma possível intencionalidade na construção do ambiente. No personagem da figura 42, a discente “negra”, apesar de partilhar da mesma estrutura, alimentação e fardamento dos demais alunos “brancos” transmite um olhar deslocado ou mesmo de um relativo desconforto ao posar para o registro. Assim, a imagem fixa um fato ocorrido ou construído, refletindo muitas vezes como um espelho para o conjunto da sociedade. Para esse ponto Bianco (2004, p.208) destaca: “uma importante característica da imagem fotográfica situa-se na capacidade de congelar um esquema da realidade que sobrevive à passagem do tempo”.

Na segunda imagem (fig. 43) as duas crianças em destaque, uma delas apresenta uma condição de certo “desconforto”. A criança da esquerda (negra) faz um olhar focado ao fotógrafo como se levantasse um desejo de entender o registro. Por sua vez, a segunda aluna “branca” reflete um olhar que parece compreender ser aquele orifício da câmera o ponto de perpetuação de

um discurso de integração racial que o Estado pretendia consolidar nem que fosse ao menos no clic do fotógrafo.

A leitura da fotografia e do próprio cenário registrado nos Relatórios da Secretaria de Educação de Pernambuco seja o Anual (fig. 42) ou do Quadriênio (fig. 43) reforça visão exposta por Ciavatta (2002) ao afirmar que:

“Materiais da memória coletiva, as fotografias são monumentos, na medida em que, além da simples descrição, traduzem valores, ideias, tradições e comportamentos que permitem tanto recuperar formas de ser e agir dos diferentes grupos sociais, em diversas épocas históricas, como também operar sobre as representações que deles, ainda hoje perduram e atuam como elementos de coesão social para seus descendentes” (Ciavatta, 2002, p.7).

Assim, ao trazermos a questão para a construção do discurso imagético presente nos Relatório da Secretaria de Educação entre os anos de 1979 a 1982 é possível percebermos haver implícito, a desconstrução da existência quanto preconceito racial no ambiente escolar estadual, o que na verdade correspondia dizer que naquela gestão problemas históricos da nossa sociedade havia sido combatido a partir de um trabalho de investimento não apenas material mais também moral.

Porém essa mesma problemática ficou evidenciada na fala da professora Luci Machado quando relembra o cotidiano das mobilizações grevistas e atuação de alguns de seus colegas. Quando rememora atuação de piquetes realizados nos ônibus para conscientizar a população ela afirma:

“Tinha uma das professoras, que era professora também lá que saiu. Uma pretinha que morreu o ano passado! Muito querida nossa; ela chamava todo mundo de companheirinho! E ela ficou engajada até agora antes de morrer ela fez parte de, da associação, agora do Sindicato preparando com pessoal, parece que era um Congresso que ia haver. Ela ficou até no dia e quando chegou em casa morreu. Ai, mas a companheira Gersina, era uma preta, bem forte. Ela era professora Primária, mas ela não teve medo; Porque pouquíssimas professoras primárias participaram” ¹¹⁰ (Pinheiro, Luci Machado. 2014).

A professora Luci Machado mesmo ao trazer para o centro das suas memórias a cor da pele e a garra como referencial da antiga docente que militara no movimento acaba por retomar um discurso que o próprio Estado buscou desconstruir naquele período (1979/1982) a partir das imagens de discentes publicadas nos Relatórios oficiais.

¹¹⁰ Professora Luci Machado Pinheiro em entrevista concedida ao autor dia 4 de agosto de 2014.

Hobsbawm (2012) ao analisar a utilização da iconografia para formação da identidade do proletariado (século XX) e sua atuação no sindicato destaca que:

“Em certo sentido, a iconografia do movimento reflete esta consolidação inconsciente da divisão sexual do trabalho. Apesar de, e contra, as intensões conscientes do movimento, sua imagem expressava a masculinidade essencial da luta do proletariado em sua forma elementar anterior a 1914, a luta sindical” (Hobsbawm, 2012, p.158).

Assim, a docente em sua fala acaba por colocar em evidência uma questão pouco discutida na nossa historiografia, em especial quando se trata daqueles do quadro educacional do Estado de Pernambuco no período em estudo. A professora cita a presença da professora Gersina “uma pretinha”, ainda professora Primária sendo uma das poucas que participaram da histórica greve e atuaram de frente durante toda mobilização. Chama também atenção o fato que, dos descontos nos salários aplicados pelo Governo, segundo a professora Luci Machado a docente Gersina foi uma das poucas atingidas - Ela foi uma das que saiu, recebeu o contracheque dela também em branco, mas não participou do “Fura-greve”. Mas ai ela disse, ai ela pediu a transferência dela de público”. E continua a professora Luci Machado:

“Ai a gente fez um auê na frente! Assim, veio com, preparado, Gersina fez uma fala na rua mesmo no microfone pedindo a transferência dela – “que essa escola não merece ter uma negra no seu quadro; eu me recuso a ser professora e peço ao senhor secretário que me dê a minha transferência”. - Foi. Foi interessante!” ¹¹¹ (Pinheiro, Luci Machado, 2014).

Figura 44. Relatório da SEE – 1979



Fonte: “Educação no meio rural” - Relatório da SEE – 1979, p. 23. Acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco. PE37(813.4)P45e.

¹¹¹ Professora Luci Machado Pinheiro em entrevista concedida ao autor dia 4 de agosto de 2014.

O Estado ao tentar mostrar ser homogêneo todo ambiente escolar (área rural e urbana), padronizando realidades dos professores, colocando alunos de uma unidade escolar distante como imagem de um conjunto do Sistema de Ensino a Secretaria de Educação de Pernambuco busca na verdade construir, a invisibilidade dos professores da Rede Oficial de Ensino. Por outro lado, muitas vezes essa postura acaba sendo traída pelo próprio contraste das imagens quando apresentadas diante uma mesma atividade exigida no currículo escolar (fig. 44/45).

Figura 45. Relatório da SEE – 1979/1982



Fonte: Relatório da SEE – 1979/1982. P. 51- acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco. PE37(813.4)P45e.

Portanto, a consolidação do “ser professor” são definidas pelas carências sociais, as quais se apresentam de acordo com cada momento vivenciado. Freitas (2014, p.138) reforça afirmação ao destacar que “essa análise também reforça nossa discussão de que a identidade ocorre dentro desse processo social e que todos esses fatores interferem em sua constituição”.

Quadro 7. Recursos aplicados - Cr\$ -1.000 -1979/182

1979	22.491
1980	33.419
1981	46.385
1982	67.626

Fonte: Relatório da SEE – 1979/1982. Pg. 61- acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco. PE37(813.4)P45e.

Quadro 8. Assistência ao aluno carente / Livros distribuídos – 1979/1982

ANO	PLIDEF	COMPLEMENTAÇÃO
1979	578.800	19.970
1980	619.200	*****
1981	594.400	44.000
1982	467.000	67.823

Fonte: Relatório da SEE – 1979/1982. Pg. 61- acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco. PE37(813.4)P45e.

Ao analisamos o cenário educacional do Estado e confrontamos com contexto das mobilizações e reivindicações presentes principalmente em 1979 há uma dificuldade de compreensão da insatisfação da classe, pelo fato que, de acordo com os dados apresentados pelo Governo no período de 1979 a 1982 em praticamente todos os campos da educação ocorreu um expressivo empenho do gestor público comprovado com os números e imagens expostas nos Relatórios da SEE.

Quando avaliado o aspecto recursos financeiros disponibilizados, há registro de um aumento durante o quadriênio em estudo. Em 1979, o que correspondia a Cr\$ - 22.491 (Vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e um cruzeiro) passaria em 1982 para Cr\$ -67.626 (Sessenta e sete mil, seiscentos e vinte e seis cruzeiros) investidos no setor. O incremento aplicado tanto no fornecimento do livro didático à população mais carente, quanto o aumento dos recursos financeiros trabalhados pela Pasta responde ao discurso da SEE que destacava no Relatório quadrienal (1979/1982): “Este programa nasceu do pressuposto básico de que, ao lado da expansão das oportunidades educacionais, dever-se-ia desencadear um trabalho que resultasse em um melhor produto oferecido pela escola pública”. (Quadro 7 / 8). E continua:

“Desmotivação do docente e discente, desconhecimento de novas tecnologias educacionais, grandes contingentes de crianças carentes, forte centralização de decisões técnicas ligadas ao currículo e atividades escolares foram alguns pontos apresentados como responsáveis pelo quadro pouco alentador dos serviços oferecidos pela escola ¹¹²” (Relatório da SEE, 1979/1982).

Quadro 9. Programa de material escolar / Atendimento ao alunado de 1ª a 4ª série – 1979/1982

ANO	ATENDIMENTO	MATRÍCULA
1979	43.300	302.000
1980	170.000	310.000
1981	229.000	327.000
1982	300.000	360.000

Fonte: Relatório da SEE – 1979/1982. Pg. 61- acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco. PE37(813.4)P45e.

¹¹² Relatório da SEE – 1979/1982. Pg. 6 - acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco. PE37(813.4)P45e.

Apesar do Governo Estadual apresentar expressivos dados quanto evolução de investimentos na área da educação (Quadro 9), quando teve um salto no atendimento oferecido em 1979 (43.300) para ao ano de 1982 (300.000) a realidade das unidades escolares apresentava-se bastante desoladora. Mesmo com números de matrículas tendo em vista apresentado uma elevação de quase 40 mil novos alunos entre 1979 a 1982, pelos relatos dos docentes necessitava a Secretaria desenvolver um trabalho de acompanhamento para reduzir o número da evasão escolar que os Relatórios, tanto de 1979 quanto de 1982 não traziam menção.

Portanto, os dados consolidados nos Relatórios da de Educação durante a gestão do Governador Marco Maciel não se fazia tão sólido quando comparados com o cotidiano dos docentes que atuaram diretamente seja na construção do “modelo proposto pelo Estado” quanto das ações que marcou o Novo Sindicalismo no período. A professora Helena Lopes, quando relembra as dificuldades encontradas no ambiente de ensino por onde atuou e por consequência o distanciamento do Poder público da realidade das escolas localizadas nas periferias evidencia que os recursos e as políticas propostas pela SEE demoravam bastante e diante situação carecia de outras medidas fossem aplicadas. Diante situação, a professora relata que muitas ações eram tomadas no conjunto da própria Escola e também da comunidade. Afirma a professora Helena Lopes que:

“..... Ai, a gente fazia o seguinte: os professores, quando a gente se reunia os professores dizia fulaninho faz muito tempo que não vem à escola! Sicrano, não sei o quê a mãe não apareceu, não sei quê! A gente tomava nota e íamos visitar esses alunos. Íamos visitar esses alunos e procurar saber por que não esta vindo que é pra poder voltarem pra escola. Isso deu um sucesso grande! Cansativo mas foi muito bom.
¹¹³” (Almeida, Helena Lopes de. 2014).

¹¹³ Professora Helena Lopes de Almeida. entrevista concedida ao autor nos dia 24 e 30 de julho, 2014.

Figura 46. Relatório da SEE – 1980



Fonte: Secretário Joel de Holanda pausa ao lado de docentes e funcionários. Relatório da SEE – 1980. P.29- acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco. PE37(813.4)P45e.

No entanto, todo o conjunto de Relatórios oficiais da Educação de Pernambuco pautava-se seja na imagem (fig.46) quanto na oralidade para firmar um modelo do docente passivo, apolítico e plenamente vocacionado ao modelo de escola ideal propagandeado pelo Estado, mas pouco distante da realidade. Essa postura discursiva ficara evidenciada nas palavras do Secretário no fechamento do quadriênio quando afirma: “O projeto de inovação escola, calcado nas aspirações do PEE 80/83 de desenvolvimento da “Escola desejada” tomou como parâmetro as definições ali expressas, na busca de uma escola capaz de formar alunos reflexivos, críticos e criativos” (Relatório da SEE – 1979/1982, p. 7).

O Governo do Estado ao compreender que apenas o uso puramente da repressão não se fazia eficaz para “congelar” a sua verdade, acabou por assim utilizar outros mecanismos para desconstruir a força discursiva e de mobilização docente no cenário da educação em Pernambuco. Ao fortalecer o uso iconográfico, ao trabalhar com números e estatísticas desenvolveu uma “violência” implícita agora aplicada com objetivos bem direcionados. Para Hobsbawm (2012, p.322) “Estamos, provavelmente, uma vez mais, entrando em uma era de violência no interior das sociedades, o que não deve ser confundido com o crescimento dos conflitos destrutivos entre sociedades”.

Assim, encerrando o ciclo do Governo, em 1982 a Pasta da Secretaria de Planejamento, já durante a gestão do Governador José Muniz Ramos publica o último Relatório destacando o

desempenho de todas demais Secretarias. Na SEC, respondia a Secretária Creusa Maria Gomes Aragão, substituindo o ex. Secretário Joel de Holanda. No entanto, o discurso produzido atende o complemento de uma postura iniciada nos primeiros meses de 1979. Assim, avaliando todo um trabalho realizado, o governo destaca no campo da Educação que:

“Mesmo trabalhando com verbas escassas – face à indisponibilidade das fontes federais, cujo crescimento real foi mínimo no quadriênio 1979/1982 – o Governo Estadual ampliou em 900 o número de salas de aula em 50% a oferta de matrículas em todos os níveis educacionais ¹¹⁴” (Pernambuco, 1979-1982).

Nesse discurso, procurou o gestor dialogar com a população apresentando números e reforçando que mesmo diante dificuldades em receber apoio da esfera federal o trabalho proposto no início da gestão foi seguido. Ainda, procurando apagar o discurso trabalhado pela classe docente diante a greve deflagrada no final de maio de 1979, o Governo do Estado reforça seu discurso apresentando ter uma participação expressiva no atendimento quantos aos anseios da classe. Assim, afirma: “O interesse do jovem na pela educação repousa na dedicação do mestre ao ensino”.

Consciente dessa realidade, o Governo Estadual reestruturou o magistério, oferecendo-lhe progressões funcionais e salários condignos”.¹¹⁵ Mas, ao mesmo tempo em que o chefe do Executivo procurava citar melhorias levadas a classe de professores, ao afirmar “O interesse do jovem pela educação repousa na dedicação do mestre ao ensino”, ocultava que poucas melhorias das condições salariais ocorreram como também ao mesmo tempo, buscava colocar a população como meio de cobrança aos docentes e ainda tenta reforçar na própria classe dos servidores da Educação o discurso da “missivista”.

Nesse contexto ficava aberto um conflito de discursos: De um lado, os docentes e a preservação de suas memórias das suas histórias de vida. A imagem que cada professor trazia estava impressa no olhar, gestos e palavras que descreviam cada detalhe das cenas vivenciadas. A família de cada professor, do seu percurso ao ambiente de trabalho, seus colegas, o olhar de cada aluno ou mesmo a penúria das condições até mesmo do ambiente de trabalho. Do outro lado o discurso oficial, esse por sua vez muito mais firme e pautado nos números, estatísticas e principalmente nas fotografias produzidas. Cada imagem perpetuada nos Relatórios da SEE acaba

¹¹⁴ Pernambuco 1979-1982 – A dimensão Social do Governo. P.8, Recife: Secretaria de Planejamento. 1982. PEF353P452p

¹¹⁵ Pernambuco 1979-1982 – A dimensão Social do Governo. P.8, Recife: Secretaria de Planejamento. 1982. PEF353P452p.

por se fazer a “verdade” que ultrapassaria o tempo e principalmente firmaria o que a sociedade deveria assimilar.

Mas, o discurso imagético construído pelo Estado por mais “ajustado” que tenha sido acabou por encontrar na figura dos docentes participantes da greve de 1979 um forte adversário que ameaçava a consistência quanto poder do discurso oficial enquanto verdade, uma vez que estava diante memória e da capacidade da classe docente a partir da relevância das suas histórias de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o cenário que marcou o “Novo sindicalismo” em Pernambuco possibilitou refletir a importância das narrativas dos docentes da Rede Oficial de ensino de Pernambuco, sua atuação dentro do movimento de mobilização associativista e o próprio papel da imprensa, tudo isso imbricado em plena vigência da Ditadura civil-militar instaurada no país pós-64. Seu melhor entendimento, atualmente, também aproxima para o centro da discussão os profissionais hoje envolvidos com a educação não apenas em Pernambuco, mas em todo o Brasil.

Assim, numa leitura global, o país vivenciava nos primeiros dias de 1978 uma forte reação da sociedade diante a crise, contexto marcado também pelo fim do “Milagre econômico”, fator esse que intensificou tamanha insatisfação. Portanto, as mobilizações dos trabalhadores (bancários, rodoviários, operários) na região Centro-Sul do país sob a liderança do operário Luiz Inácio (Lula) da Silva na região do ABC Paulista e mais adiante a presença do mesmo sindicalista no apoio ao movimento dos professores em Pernambuco, de certa forma, acabou por influenciar a condução” e atuação dos docentes pernambucanos. Outra contribuição expressiva para o crescimento do movimento foi a repercussão pela imprensa local para as mobilizações e deflagração das greves em São Paulo naquele ano.

Iniciamos esta investigação com os objetivos de analisar o cotidiano de vida dos professores, em que buscamos saber qual o papel destes docentes junto à Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE) e no movimento chamado “Novo Sindicalismo”, durante a greve de 1979, no âmbito da ditadura militar. Para que chegássemos a resposta final traçamos o estudo em quatro objetivos específicos: Primeiro, procurando conhecer a partir das histórias de vida o trabalho de mobilização organizado pelos docentes na liderança da APENOPE no curso da greve deflagrada em Pernambuco em 1979; também comparamos a partir das histórias de vida dos professores as condições de trabalho oferecidas pelo Estado via discurso produzido pelo Executivo a partir dos Relatórios da Secretaria de Educação e Cultura; procuramos identificar via prontuários do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE), como se deu a relação entre os gestores das escolas, a Secretaria de Educação e Cultura (SEC) e a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP/PE); e por fim, analisamos o discurso da imprensa pernambucana, através das matérias que compõem o discurso escrito e das charges que representam o *corpus* do discurso iconográfico, procurando

perceber as concepções da dos professores no âmbito das mobilizações do Novo Sindicalismo em Pernambuco.

Compreendermos à atuação dos docentes a frente da APENOPE durante o curso da greve deflagrada em 1979 a partir do cotidiano de vida consistiu também, primeiramente entendermos que até aquele momento já estava consolidado em Pernambuco um cenário em que a Polícia Política, representada pelo DOPS, não atuava apenas procurando sanar a criminalidade existente ou mesmo os crimes comuns. Porém, também nesse processo, procurou o Estado, para não perder o controle social manter um laço de aproximação junto às lideranças das associações de representação de classes e para isso buscou apoiar manipulação do próprio processo eleitoral das associações e sindicatos, e assim, manteve por um expressivo período o pleno “controle da classe trabalhadora” a partir de uma aparente liberdade de representação. As “lideranças” ora cooptadas, no caso dentro da APENOPE, adotaram uma postura passiva e assistencialista quanto ao serviço prestado pelo órgão aos professores e ao mesmo tempo estavam vigilantes para possíveis “desvios de conduta” apresentados por aqueles que faziam parte da entidade. Diante a situação, docentes da base reagiram tanto contra aproximação evidenciada, como também em oposição ao discurso oficial que mostrava seja nos jornais locais ou mesmo a partir de documento oficiais produzidos pela Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco um cotidiano escolar que não correspondia ao que ocorria nas salas de aula.

Dessa forma, uma maior parcela dos professores que compunham a base da associação, ao sentirem os efeitos da ausência de uma real representação feita pela entidade da qual estavam associados, buscaram aproximar-se do novo grupo articulador pleiteando ter mais espaço e voz. Na verdade, a postura iniciada por um pequeno grupo sob a liderança do professor Paulo Rubem Santiago, e em seguida acompanhado pelas professoras Severina Porpino; Luci Machado; Florentina Cabral; o professor Arundo Nunes e mais uma dezena de outros docentes levaram milhares de outros professores às ruas e até mesmo ao enfrentamento da Lei Anti-Greve em vigor¹¹⁶. Ao tomar o controle da Assembleia dos professores realizadas no mês de maio no Clube Náutico Capibaribe, desautorizar a legitimidade do Presidente da entidade Leônidas Fernandes, forçando-o a conduzir uma greve dos e afrontar o Estado os professores apenopistas lutavam

¹¹⁶ “O Decreto-Lei nº 1.623/78 e a Lei nº 6620/78 proibiam as greves o serviço público essenciais”. Laranjeira, Aline. Greve e negociação coletiva no serviço público. 2008, p. 18.

também, para que ocorresse certo conhecimento social positivo e apresentasse reflexos no caminho de formação-produção dos saberes sociais. (Nóvoa, 1999; Teodoro, 2004).¹¹⁷

Portanto, nesse percurso, quando trabalharmos a AD compreendemos o discurso em movimento, ou seja, os dizeres continuamente interligados. Quando trabalhado o discurso presente nos documentos ou mesmo nas histórias de vida do docente identificamos uma forte presença do interdiscurso. Na verdade, o efeito do interdiscurso ou memória discursiva se concretizou por dar sentido ao que de alguma forma estava no anonimato; o que tivemos a partir da postura adotada por um grupo de docentes que compunham a base da associação dos docentes naquele momento, foi na verdade, a legitimação de uma determinada mensagem produzida e exposta sem que houvesse uma identificação do gerador. O percurso que viabilizou a formação identitária docente perpassou o campo da sua formação inicial, avançou no seu cotidiano via microatitudes, o que permitiu assim ao professor definir seu perfil pessoal e profissional, aspectos na verdade, presentes na mesma pessoa.

Ao analisarmos documentos pela ótica imagética foi possível decodificarmos a realidade exterior e a própria visão exposta a partir das fotografias, ação que não ficou pautada apenas na recolha, deslumbramento e reprodução. Toda essa movimentação em torno dos docentes envolvidos na primeira expressiva greve (36 dias) dos professores da Rede Oficial de Pernambuco foi amplamente coberta pela imprensa local e a análise imagética possibilitou principalmente interpretarmos a simbologia documental, levantando a exatidão da sua mensagem a partir do cotidiano de vida e de outros testemunhos (Le Goff, 2000).

No entanto, os impressos que circulavam voltados para (des) construir o discurso dos descontentes da base não resistiram ao confronto do que era dito, crescia fora da esfera da associação ou mesmo durante as assembleias convocadas pela entidade para aquele ano de 1979. Discurso aquele, gradativamente incorporado por outros componentes da base que traziam novos questionamentos, silenciados muitas vezes por um conjunto de forças existentes, mas até então pouco identificadas. Na realidade, toda aquela mobilização dos docentes fora até ali sufocado seja pelo aparelho do Estado, pela legislação, pela visibilidade que naquele momento tomava o movimento de luta pela anistia total dos presos políticos do regime ou mesmo pelo medo imposto. Porém, naquele quadrimestre de 1979 a classe estava se impondo não apenas por representação sindical, reagiam contra o desprestígio social que sofria, como também contra medidas tecnicistas elaboradas e implementadas de cima para baixo dentro da própria Secretaria

¹¹⁷ Ver figura 55 – “Professor recebe contra proposta”. Acervo DOPS/PE. Prontuário funcional.

de Educação do Estado, a partir principalmente da gestão do Secretário Joel de Holanda (1979/1982).

Assim, com base na recolha das histórias de vida compreendemos que o naquele cenário marcado pelo regime ditatorial vigente, os grevistas da educação eram mais que meros indivíduos ou “subversivos”, estavam sim inserido numa sociedade heterogênea e complexa, construindo suas identidades pessoais e profissionais através da interação com o social como um ser plural e reflexivo.

Para o segundo ponto, quando analisado o movimento dos professores da Rede Estadual de ensino de Pernambuco durante o curso da greve de maio de 1979, o cotidiano de vida dos professores desempenhou ponto desencadeador para compreensão do cenário político e educacional da época. Agora, o docente rompia situação que vivenciava seu dia-dia marcado por precárias condições de trabalho e o medo de fragilizar a imagem de sucesso que buscava ainda manter. (Nóvoa, 1999).

O estudo identificou que a classe docente da Rede de Pernambuco enfrentava ainda por volta de 1970 um cenário bastante desalentador. Por um lado, as condições de trabalho em sala de aula urgiam mudanças, o reconhecimento profissional seja pelo Governo ou mesmo pela sociedade se fazia cada vez mais reduzido para a parcela significativa parcela que compunham a classe de professores do quadro da Secretaria de Educação de Pernambuco. Por outro lado, o Estado intensificava o incentivo ao investimento no Ensino Privado a partir do fornecimento de Bolsas de estudos, como também uma maior presença das escolas de grande porte ou o surgimento dos cursinhos que proliferavam na mídia o discurso da necessidade dos jovens buscarem melhores condições de aprendizagem para ingresso no Ensino Superior.

Por outro lado, Leônidas Fernandes que ocupava a presidência da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), ao mesmo tempo em que buscava divulgar o trabalho assistencial e recreativo desenvolvido pela entidade, mantinha internamente o “status quo” na estrutura de representação e propagava o discurso de um “modelo de docente” que reivindicaria melhores condições, mas, sempre prestara o seu serviço para o conjunto da sociedade pautado na “conduta ordeira”. O grupo instalado na direção por quase uma década não se distanciava dos possíveis benefícios proporcionados quando obedientes aos gestores do Estado e para isso acabavam por se distanciar da defesa dos interesses dos milhares de professores associados à entidade.

Por sua vez, essa distância de “mundos”, ou seja, o que era vivenciado pelos docentes nas escolas estaduais e o que o Governo divulgava ou intencionava fazer, mostrados nos Boletins produzidos pela SEC (principalmente durante o ano de 1979) ficava cada vez mais claro, principalmente, a partir do cotidiano de vida recolhido junto aos docentes. O sorriso do aluno, a organização dos fardamentos expostos, as salas de aulas equipadas e a bela estrutura das escolas fotografadas e divulgadas nos vários boletins da SEC entravam em choque com os registros divulgados pela imprensa em matérias que denunciavam o abandono em algumas unidades escolares ou mesmo por parte dos professores entrevistados, onde, em suas memórias reforçaram a existência de uma precariedade nas unidades de ensino, dificuldade para o uso ou mesmo a falta de material didático. Como também, em alguns casos denunciavam a violência enfrentada por muitos no interior das salas de aula, no seu contato com a comunidade, a desvalorização diante o cenário econômico e da pouca atenção oferecida, ou em alguns casos, a forte perseguição por parte dos gestores públicos.

Assim, entendemos ser a fotografia uma fonte documental complexa e simultaneamente objetiva e subjetiva (De Paula, 1998). O estudo das fotografias produzidas e inseridas nos Boletins da Educação durante a gestão do Secretário Joel de Holanda (1979/1982) evidenciou que, as mesmas foram utilizadas para consolidar um discurso oficial dentro de um contexto político e social, palco esse marcado pelo fim de um regime ditatorial e a transição para o regime democrático que se construía nos bastidores políticos.

Outro ponto importante da pesquisa coube análise do discurso da imprensa, onde se procurou perceber as concepções acerca dos docentes no âmbito das mobilizações do “Novo sindicalismo” em Pernambuco no período de 1979 a 1982. No entanto, o estudo abrangeu as matérias e charges publicadas pelos jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio. Nesse cenário de efervescência marcado por crise econômica, maior desejo de expressão e gradativa abertura proporcionada pelo regime militar a partir da distensão, a imprensa ocupava seu espaço no processo de construção e propagação do discurso de uma classe. Como também, os membros da base da APENOPE, que logo ocupariam a direção da entidade entenderam que a melhor forma de pressionar o Governo Estadual visando conquista maior visibilidade e resultados satisfatórios à classe como também para o conjunto da sociedade seria ocupar as ruas, buscar apoio da Igreja e dialogar com população também via veículos de comunicação.

A postura adotada pelos professores dentro do movimento, como também a cobertura realizada pela imprensa consolidou uma nova percepção por parte da sociedade para a greve

deflagrada pelos professores da Rede Oficial do Estado de Pernambuco. No campo social o movimento era agora entendido como uma ação daqueles que lutavam por mais dignidade via reconhecimento financeiro e melhores condições de trabalho. Rompia-se a partir do “Novo sindicalismo” a marca eterna do “sacerdócio e comunista” construída pelo discurso oficial que tentava acima de tudo “marcar a ferro” uma identidade dos docentes em plena metamorfose democrática que emergia também em Pernambuco. O estudo aqui desenvolvido possibilitou uma melhor compreensão do discurso presente nas charges publicadas na imprensa, análise essa que viabilizou por apresentar como o humor foi utilizado com habilidade por aqueles chargistas que atuaram seja no Jornal do Commercio ou do Diario de Pernambuco, situação essa por muitas vezes bem compreendida e incorporadas no discurso dos professores grevistas, mas repelidas pelo Governo a partir das iconografias produzidas para contrapor-se.

No entanto, quando comparada à força discursiva produzida pelo Diario de Pernambuco e Jornal do Commercio durante todo processo de mobilização e posterior deflagração da greve dos professores da Rede estadual, ficou evidenciada que o JC recebeu maior simpatia da classe docente, constatação visível pelo teor das cartas, artigos de opinião enviados à redação pelos leitores dos veículos de imprensa e publicados no periódico. Como também, por ter servido a calçada daquele Jornal como palco para uma mobilização por parte do novo grupo que assumira à APENOE e assim iniciada a deflagração de uma greve que durou 36 dias, por sinal, uma ação que fortaleceu os professores grevistas junto à população principalmente a partir das humoradas charges produzidas pelos profissionais do JC durante o primeiro quadrimestre de 1979.

As posições tomadas pelos dois principais jornais pernambucanos não foram apenas resultado da qualidade das matérias produzidas, mas sim, por muito em decorrência da produção dos seus chargistas ao abordarem a temática Educação. No entanto, um dos fatores para essa possível maior “aproximação” no caso do JC, foi também o fato que, em relação ao seu concorrente o Diario de Pernambuco, o Jornal do Commercio não contava em seu orçamento naquele momento Colégios de maior expressão na área de ensino ou mesmo empresas voltadas ao preparatório de vestibulandos na sua grade de anunciantes. Enfrentava também o JC, uma crise financeira interna e administrativa que o encaminhava para o encerramento de suas atividades e uma possível falência do Jornal. Dessa forma, o desenhar da nova conjuntura com a dissolução do regime e o nascedouro da Nova-República a partir de 1985, o fato do JC de estar sob via de uma intervenção judicial e com isso um grupo de jornalistas assumir o risco de manter o periódico em circulação possibilitou um maior engajamento nas questões sociais, publicação de matérias mais

arrojadas em detrimento do seu concorrente principal e que em alguns casos tinham seus chargistas ainda alvos da vigilância mais intensiva do DOPS/PE.

Importante destacarmos que, tanto o DP quanto o JC em nenhum momento, ao tomarem suas posições ideológicas evidenciavam uma ruptura com o Governo ou mesmo aliança declarada com a entidade docente. Assim, Dentro desse jogo de posições, tanto a APENOPE quanto o Governo do Estado buscaram junto à imprensa um espaço para amplificar de seu discurso junto à sociedade. Do conjunto discursivo construído pelos dois principais veículos, foi possível percebermos que o trabalho dos chargistas acabou por funcionar como um “terceiro discurso”, ou seja, suplantava em alguns casos a posição de “neutralidade” das empresas vinculadas. Naquele contexto, a charge acabou por resumir toda uma experiência de vida e opinião do chargista, possibilitando muitas vezes o docente se ver naquela divertida arte.

Portanto, entendemos que, por várias vezes, essa linha de atuação dos chargistas em alguns momentos contrariou ora a posição da classe docente ou por outra até mesmo do próprio Governo que atuava também na vigilância do que era produzido, mas também demarcou a importância da imprensa no processo de consolidação do “Novo sindicalismo docente” em Pernambuco.

Vimos até aqui, que num primeiro momento a presença do papel coercitivo do DOPS/PE se fez presente na tentativa de controlar o que os cartunistas tanto do DP quanto no JC estariam produzindo. Como também, de todas as greves ocorridas no Estado de Pernambuco no ano de 1979, apenas na greve dos motoristas a utilização da força física-policia da repressão se fez muito mais frequentes, onde vários dos sindicalistas foram revistados, espancados e/ou presos e piquetes violentamente desmontados. Ou seja, uma postura “defensiva” do trabalhador seria logo impedida pela ordem instituída e pela Polícia através da força física ou mesmo da violência direta (Pinheiro, 1992).

Porém, no tocante a relação entre Secretaria da Segurança Pública, Secretaria de Educação e Cultura e os gestores das unidades escolares se faz necessário o seguinte entendimento: Ao analisarmos o acervo policial do DOPS/PE identificamos uma forte relação entre os gestores escolares, da SEE e do próprio órgão da SSP/PE. As evidências contatadas se fizeram presentes a partir do cotidiano docente, como também nos relatórios e registros fotográficos arquivados nos prontuários da repressão montados pelo DOPS/PE e hoje sob a guarda do APEJE, o que para Resende (2015, p.111) “... essencial é pensar que, às vezes, um documento sozinho não indica muita coisa, mas a produção em série nos traz detalhes sobre os

percursos dos trabalhos de vigilância por meio da construção de uma narrativa presentes em manuais de informações: quê, quando, onde e porquê”.

Como exemplo mais pontual, temos as ações de vigilância do Estado frente à categoria docente, quando o então Secretário da Educação Estadual escreve ao Governador destacando advertência recebida de vários diretores das Escolas da Rede de quanto ameaças de ações “terroristas” a serem realizadas durante o possível desfile em via pública realizado com a presença de alunos e alguns professores em comemoração ao dia da Independência (7 de setembro).

No entanto, o que desperta maior interesse é fato que, mesmo na anuência de uma “negociação política” objetivando direcionar o país ao estado democrático de direito, mesmo a partir de 1974, os agentes do aparelho repressivo (DOPS/PE) entre os anos de 1979 a 1982 (período correspondente ao estudo) continuaram a monitorando alguns professores e militantes da APENOPE, a montar dossiês e contando com a colaboração de outros membros da categoria associativa ou mesmo diretores das unidades escolares da rede, numa ação se não repressiva, no mínimo de intimidação.¹¹⁸

Essa leitura acaba por ser reforçada principalmente quando confrontada à documentação sob a guarda do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (acervo DOPS), onde estão presentes comunicações que revelam informações trocadas entre autoridades (Governador e Secretários) e a interligação com a estrutura de repressão e vigilância do período (DOPS/PE).

A relevância desta investigação é o fato que ainda hoje o cotidiano de vida dos docentes e suas ações no cenário da primeira grande greve da categoria ser superficialmente analisado na esfera acadêmica e praticamente esquecida na própria historiografia atual do sindicalismo pernambucano deixando dessa forma ainda uma expressiva lacuna para melhor compreensão enquanto atuação dos docentes, do governo, e até mesmo da própria imprensa para construção e deflagração da primeira expressiva greve dos professores da Rede Oficial de Ensino do Estado em 1979. Importância essa também destacada por Nóvoa (1995, p.19) ao afirmar que “Munido de precauções cada vez maiores (conceptuais, metodológicas, éticas, etc), mas prologando as mesmas convicções, fui continuando a acreditar que por aqui, pelas histórias de vida, pode passar a elaboração de novas propostas sobre a formação de professores e sobre a profissão docente”.

¹¹⁸ “Esta é uma outra dimensão fundamental da teoria da ação opressora, tão velha quanto a opressão mesma. Na medida em que as minorias, submetendo-se a maioria a seu domínio, os oprimem, dividi-las e mantê-las divididas são condição indispensável à continuidade do seu poder”. Freire, Paulo. Pedagogia do oprimido, p.138. 1987.

Portanto, o presente estudo não tem por pretensão preencher todas as lacunas existentes em torno das questões enquanto histórias de vida dos docentes e assim encerrar com a conclusão desta dissertação, mas, principalmente possibilitar abertura para novos olhares no que concerne a História da Educação durante vigência da Ditadura civil- militar no Brasil (1964-1985).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, R. O. de. (1993). *De frente ao golpe: ideologias políticas em Pernambuco*. Recife: UFPE.
- Aguiar Neto, M. (2014). *A Associação da Imprensa de Pernambuco – Em tempos de repressão e o direito da personalidade*. Recife: AIP.
- Andrade, T. V. de. (2001). *A União dos Professores do Rio de Janeiro: um capítulo histórico da organização docente (1948-1979)* (Dissertação, Mestrado). UFF, Niterói.
- Almeida, M.^a G. A. A. (2001). *A construção da verdade autoritária*. São Paulo: Humanitas.
- Almeida, M.^a G. A. A. , & Andrade, R. (1999). *História (nem sempre) bem-humorada de Pernambuco (140 caricaturas do século XIX)* (volume 1). Recife: Bagaço.
- Alcântara, W. R. R. (2008). *Uma vida no magistério: fios e meadas da história de uma professora paulista* (Dissertação USP). Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29042009-144617/pt-br.php> > Acesso em: 08/01/2013.
- Andrade, J. M. F. de. (2004). *A história da fotorreportagem no Brasil – a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Antônio, A. S. P. A. (2002). *O Outro Lado do Espelho: Auto-representações das funções das professoras* (Dissertação). Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT.
- Arendt, H. (2008). *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Arroyo, M. G. (2000). *Ofício de Mestre: imagem e auto-imagem*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Barthes, R. (1984). *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Barbosa, G. G. (2013). *Política salarial, distribuição de renda e conflito no Brasil: uma análise do período 1979/1989*. Olinda: Livro Rápido.
- Balzano, S. (Org.). (2007). *O desafio da profissionalização docente no Brasil e na América Latina*. Brasília: UNESCO.
- Bell, J. (2008). *Projeto de pesquisa – Guia para pesquisadores e iniciantes em Educação, Saúde e Ciências sociais*. Porto Alegre: Artmed.
- Bianco, B. F., & Leite, M. L. M. (org). (2004). *Desafios da imagem: fotografias, iconografia e vídeos nas ciências sociais* (3^a ed.). São Paulo/Campinas: Papirus.
- Boito Jr., A. (Org.) (1991). *O Sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio Janeiro: Paz e Terra.

- Bosi, E. (1998). *Memória e sociedade: Lembranças de velhos* (5ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Bulhões, M. da G., & Abreu, M. (1992). *A luta dos professores gaúchos de 1979 a 1991: o difícil aprendizado da democracia*. Porto Alegre: L&PM.
- Carneiro, M. C. R. (1999). *Preâmbulo de uma nova era – 1979/1989* (p.8). Rio de Janeiro: Editora Três.
- Cajueiro, R. L. P. (2012). *Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Canesin, M. T. (1993). *Um protagonista em busca de interlocução: um resgate da história do movimento de professores da rede pública de 1º e 2º graus em Goiás, na conjuntura 1979/1989*. São Paulo: PUC.
- Canetti, E. (2005). *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Canton, K. (2009). *Corpo, identidade e erotismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Castells, M. (1999). *O Poder da Identidade*. São Paulo. Paz e Terra.
- Cavalcante, J. B. (2012). *Sindicalismo docente: A luta dos professores da Rede pública estadual no Recife no período da transição democrática* (Dissertação). Recife: UFPE.
- Cecília, M., & Carneiro, R. (1999). *História da República brasileira: Preâmbulo de uma Nova Era – 1979/1989*. São Paulo: editora Três.
- Certau, M. de. (2002). *A invenção do cotidiano, 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- Chaves, O. P. (2011). *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e luta*. In: Rosso, S. dal. (Org). Brasília: Paralelo 15.
- Charaudeau, P. (2014). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.
- Chartier, R. (1988). *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel.
- Chaparro, M. C. (2006). *Padre Romano: Profeta da libertação operária – A saudade que impulsiona*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Ciavatta, M. (2002). *O mundo do trabalho em imagens – A fotografia como fonte histórica – Rio de Janeiro 1900/1930*. Rio de Janeiro: Editora DP&A.
- Coelho, F. (2004). *Direita volver – O golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Editora Bagaço.
- Cortês, J. (2015). *Dossiê Itamaracá - Cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo (Pernambuco 1973-1979)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

- D'Araújo, M. C., & Soares, G. A. D. et Al (org.). (2004). *Visões do golpe: A memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Editora Ediouro.
- Dabat, C. R., & Lima, M. do S. A. (org.). (2013). *O mundo dos trabalhadores e seus Arquivos – Nordeste*. Recife: UFPE editora.
- Demo, P. (2001). *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas.
- Diaz, J. M. H. (2012). Associações de professores e sindicatos em Espanha, durante a transição da ditadura de Franco para a democracia (1970-1983). *Revista Lusófona de Educação*, 22. Disponível em: file:///C:/Users/maquina%2002/Downloads/3279-11340-1-PB.pdf. Acessado em: 01/10/2015.
- Diniz, M. (2001). *Os donos do poder: Profissões e monopólios profissionais*. RJ: Revan.
- Dosse, F. (2009). *O desafio biográfico – escrever uma vida*. São Paulo: Edusp.
- Dubar, C. (2006). *A crise das identidades: A interpretação de uma mutação*. Porto: Edições Afrontamento.
- Dubar, C. (2005). *A socialização das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Escola Municipal José Manoel Massena. (s.d.). *Sítio Palhetas, Chã de Alegria/ Palhetas – PE*. Disponível em: <<http://www.escol.as/95974-escola-municipal-manoel-jose-de-massena>>. Acessado em: 23/04/2015 – 10h26min.
- Esteve, J. M. (1999). *O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. Bauru: EDUSC.
- Fassoni, L. F. (1991). *A APEOESP – Oponente ou Proponente? Um estudo sobre a contribuição do sindicato dos professores na construção de uma escola pública de qualidade para a classe trabalhadora* (Dissertação da Faculdade de Educação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Ferreira, R. L. (2012). *O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências* (Dissertação). Recife: UFPE- CFCH.
- Ferreira Jr., A. (1998). *Sindicalismo e Proletarização: A saga dos professores Brasileiros* (Tese em História Social) São Paulo: USP.
- Ferreira Jr., A., & Bittar, M. J. P. (2006, set). Ideologia tecnocrática e ditadura militar. In: *Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.29*, p. 3-25. ISSN: 1676-2584. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/23/art01_23.pdf>. Acesso em: 01/11/2013.
- Ferreira, D. B. (2008). *Docência: elementos de sustentação* (Tese). USP-SP.
- Ferreira, M. de M. (org.). (2000). *História oral: desafios para o século XXI* (Joutard, P., p. 34). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa Oswaldo Cruz.

- Ferreira, M. de M. (2000). *História oral: desafios para o século XXI*. (Thomson, I., p. 50). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa Oswaldo Cruz.
- Ferreira, Amarílio Jr. (2011). In Rosso, Sadi Dal (Org). *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e luta*. Brasília, Paralelo 15. 2011.
- Fragoso, I. da S. (2008). *Instituições-memória: modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa – PB* (Dissertação). UFPB.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (1980). *Educação como prática da liberdade* (11ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (21ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido* (41ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freitas, F. L. de. (2014). *A identidade do professor – da teoria à prática*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Fico, C. (2001). *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar – espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record.
- Figueiredo, L. (2015). *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Foucault, M. (2010). *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Foucault, M. (1998). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal.
- Gaspari, E. (2002). *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gaspari, E. (2002). *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gaspari, E. (2003). *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gindin, J., & Melo, S. D. G. (2011). In: Sadi dal. (Org). *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e luta*. Brasília: Paralelo 15.
- Ginzburg, C. (1996). *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ginzburg, C. (2004). *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Giroux, H. A. (1997). *Os professores como intelectuais: rumo a uma Pedagogia crítica da aprendizagem* (Trad. Bueno, D.). Porto Alegre: Artmed. 197Artmed.

- Gomes, A. A. (2008). *A construção da identidade profissional do professor: uma análise de egresso do curso de Pedagogia*. Artigo, Congresso português de Sociologia. Universidade Nova de Lisboa. Acesso: Disponível em <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/590.pdf>>. Acessado em: 27/06/2014.
- Gonzaga, A. M. (2006). A pesquisa em educação: um desenho metodológico centrado na abordagem qualitativa. In: Pimenta, S. G., Ghedin, E., & Franco, M. A. S. (Orgs.). *Pesquisa em Educação: alternativas investigativas com objetos complexos*. São Paulo, Edições Loyola.
- Hall, S. (2002). *A Identidade Cultural na Pós-modernidade* (Trad. Silva, T. T. da, & Louro, G. L., 7ª ed.). Rio de Janeiro: DP&A.
- Halbwachs, M. (2006). *A memória coletiva* (Trad. Sidou, B.). São Paulo: Centauro.
- Hilsdorf, M. L. S. (2007). *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Editora Thomson.
- Jóia, O, & Kruppa, S. (orgs). (1993). *APEOESP 10 anos (1978-1979): memória do movimento dos professores do ensino público estadual paulista*. São Paulo: CEDI.
- Kruppa, S. M. P. (1994). *O movimento de professores em São Paulo: o sindicalismo no serviço público – o Estado como patrão* (Dissertação). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Kossoy, B. (2014). *Leo efímero y lo perpetuo en la imagen fotográfica*. Madri: Cátedra Cuaderno Arte.
- Laranjeira, A. (2008). *Greve e negociação coletiva no serviço público*. Olinda: Livro Rápido
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas* (trad. Monteiro, H. & Settineri, F.). Porto Alegre: Artes Médicas, Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Le Goff, J. (1991). *El orden de la memória: El tiempo como imaginário*. Barcelona: Edicione Paidós.
- Leite, I. N. (2002/2003). *Sindicato, trabalho e educação: um estudo do posicionamento do sindicalismo docente brasileiro e português durante a década de 1990* (Tese). Porto: Universidade do Porto.
- Lemos, D. C. de. (2011). *Professores em movimento: A Emergência do associativismo docente na Corte Imperial* (Tese). UFMG. Acesso: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-8GHNHU>. 07/01/2013.
- Lemos, D. C. de. (2006). *O discurso da ordem: a constituição do corpo docente na Corte imperial* (Dissertação). Rio de Janeiro: UERJ.
- Lelis, I. (2008). A construção social da profissão docente no Brasil: uma rede de histórias. In: Tardif, M., & Lessard, C. (Org). *O ofício de professor*. Petrópoles-RJ, Editora Vozes.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n17/n17a03>. Isabel Lelis. Profissão docente: uma rede de histórias>. Acesso em 17/08/2015. 21h:02min.

- Leobons, L. (1997). Augusto Gerardin Poirot. *Delegando a igualdade: APEOESP – professores públicos no novo sindicalismo (1976-1981)* (Dissertação). Niterói. Universidade Federal Fluminense.
- Ludke, M., & André, M. E. D. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Madeira, M. T. de C. (1986). *O novo sindicalismo e o movimento de professores de 1º e 2º graus na Paraíba* (Dissertação). UFPB, João Pessoa.
- Magalhães, F. T. (2008). *Os suspeitos através das lentes: O DEOPS e a imagem da subversão (1930-1945)*. São Paulo: Humanitas.
- Malta, M. (2011). *Henfil – o humor subversivo*. São Paulo, Expressão Popular.
- Mariconi, G. M. (2008). *Os professores públicos são mal remunerados nas escolas brasileiras? Uma análise da atratividade da carreira do magistério sob aspecto da remuneração* (Dissertação, Mestrado em Administração Pública e Governo). São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas.
- Medeiros, M. (1994). *Concepção de sindicato & mobilização da classe trabalhadora*. Recife: Comunicarte.
- Minayo, M. C. de S. (Org.). (2002). *Pesquisa social: Método e criatividade*. RJ: Vozes.
- Molina, N. D. (2005). *Sindicato e Estado no Brasil: O sindicalismo no período populista e o Novo sindicalismo* (Dissertação, Ciência Política). UFRS. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/bitstream/honde/10183/6152/00052589.pdf. Acesso em: 22/12/2012.
- Monte, E. de O. (2012). *Surgimento e trajetória de luta do sindicalismo dos trabalhadores em Educação do Acre, 1975 a 1990 (SINATEAC)* (Dissertação). Recife: UFPE-CFCH.
- Monteiro, A. T. (2010). *História, metodologia e memória*. São Paulo: Contexto.
- Nivaldo Junior, José. (2014). *O julgamento de Deus*. Recife: Bagaço.
- Noronha, E. (1991). In: BOITO Jr, Armando (Org.) *O Sindicalismo brasileiro nos anos 80* (p. 105). Rio Janeiro: Paz e Terra.
- Nascimento, L. C. de. (1996). *Sindicato e educação: um estudo do debate educacional no Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (1990-1994)* (Dissertação). Recife: UFPE.
- Novaes, I. C. (1992). *UPES - União dos Professores do Espírito Santo: Sua história e sua dimensão educativa (1978-1990)* (Dissertação). Vitória: UFES.
- Nóvoa, A. (Org.). (1992). *Vida de professores*. Portugal: Porto Editora.

- Nóvoa, A. (org) (1995). *Os professores e sua formação*. Dom Quixote.
- Nóvoa, A. (1995). *Os professores e as histórias da sua vida*. A. *Vida de Professores* (2. ed., p. 11-30). Porto: Porto Editora.
- Nóvoa, A. (s.d.). *As palavras das imagens: Retratos de Professores (século XIX-XX)*. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/671/1/21231_1646-1002_101-122.pdf>. Acessado em: 20/09/2015.
- Nóvoa, A. (org) (1999). *Profissão professor* (2ª ed). Portugal: Editora Porto.
- Oliveira, D. A., & Vieira, L. F. (org.). (2014). *Trabalho na educação básica em Pernambuco*. Camaragibe/PE: CCS Gráfica editora.
- Oliveira, J. K. de. (2012). *A Construção da Identidade Docente* (Dissertação). Lisboa: ULHT.
- Oliveira, M. M. de. (2005). *Como fazer pesquisa qualitativa* (192 p.). Recife: Editora Bagaço.
- Oliveira, R. V. de. (2011). *Sindicalismo e democracia no Brasil: Do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. São Paulo: Annablume.
- Oliveira, W. de. (2006). *A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: da UTE ao Sind-UTE* (Tese). UFMG. Disponível em: <http://www.rcaap.pt/results.jsp> Acessado em 12/11/2012.
- Orlandi, E. P. (1988). *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas.
- Orlandi, E. P. (2000). *Análise de discurso*. São Paulo: Pontes.
- Orlandi, E. P. (2007). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* São Paulo: Unicamp.
- Paula, L. G. de. (2012). Processo de formação e da crise de identidade da formação de professor. *Anais dos Simpósios de Pedagogia UFG-CAC*, v.12, n.1 pp.99-114. Disponível em: <http://educacao.catalao.ufg.br/publicacoespedagogia/index.php/simposiopedago/article/viewFile/132/106>. Acesso em: 22/01/2013.
- Paula, R. P. (2007) *Entre o sacerdócio e a contestação: uma história da APEOESP (1945-1989)* (Tese). São Paulo: UNESP.
- Pedroso, R. C. (2005). *O Estado autoritário e a ideologia no Brasil*. São Paulo: Humanitas.
- Peralva, A. T. (1992). *Reinventando a Escola: a luta dos professores públicos do Estado de São Paulo na transição democrática* (Tese). São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação.
- Perez, D. (2009). *Formação de professores e escola na contemporaneidade* (In. Feldmann, M. G. (Org.)). São Paulo: Editora SENAC.
- Pêcheux, M. (2012). *O discurso – estrutura ou conhecimento*. Campina/SP: Pontes Editores.

- Pimenta, S. G. (2002). *Saberes pedagógicos e atividade docente* (3. ed.). São Paulo: Cortez.
- Pincheiras, A. E. R. (2007). *Rememorar a experiência docente: relatos de professores de História da Rede Pública Estadual de São Paulo* (Dissertação). USP. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-25072007-143525/pt-br.php> Acessado em: 08/01/2013.
- Pinheiro, P. S. (1992). *Estratégias da ilusão: A Revolução mundial e o Brasil – 1922/1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Pinsk, C. B., & Luca, T. R. de. (orgs). (2011). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto.
- Pintassilgo, J. (2007). Associativismo docente e construção da identidade profissional no contexto do Estado Novo. O exemplo do «Sindicato Nacional de Professores» entre o final dos anos 50 e o início dos anos 70. *Associação de Professores de Sintra, artigo*. Disponível em: < <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4006> >. Acesso em: 28/12/2012.
- Rêses, E. da S. (2015). *De vocação para profissão: sindicalismo docente e educação básica no Brasil*. Brasília: Paralelo 15.
- Rêses, E. da S. (2008). *De vocação para profissão: Organização sindical docente e identidade social do professor* (Tese, Programa de Pós- graduação em Sociologia). UnB. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1149/1/TESE_2008_ErlandoDaSilvaReses.pdf >. Acessado em 27/12/2012.
- Reis, J. C. (2010). *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV.
- Resende, P. de A. (2015). *Os vigilantes da ordem: A cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela Anistia (1975-1983)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Richardson, R. J. (2011). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. (3. ed.) São Paulo: Atlas.
- Rodrigues, M. E. F. (2000). *Greve é a nossa arma (anos 80 e o movimento docente de Creteus – CE)* (Tese). UFPE.
- Rose, R. S. (2001). *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e Controle social no Brasil (1930/54)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rosso, S. dal. (Org). (2011). *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e luta*. Brasília: Paralelo 15.
- Saliba, E. T. (2002). *Raízes do Riso: A representação humorística na história brasileira – da Belle époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Saliba, E. T. (1998). *Brasil: De Castelo a Tancredo – 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Sampaio, F. de S. (2010). *Marcas da identidade docente: vivência, formação e profissão* (Dissertação, Mestrado). Fortaleza-CE: Universidade Federal do Ceará, Faculdade de

- Educação. Disponível em http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3011/1/2010_Dis_FSSAMPAIO.pdf. Acessado em 18/10/2013.
- Santana, J. J. B. (2012). *Jornais e jornalistas – Imprensa pernambucana*. Recife: Facform Gráfica.
- Santos, M. de C. dos. (2012). *A Construção de identidade docente: relatos de histórias de vida*. (Dissertação, Mestrado). Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Instituto de Educação.
- Saviani, D. (s.d.) *O legado educacional do Regime Militar*. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>>. Acesso em: 01/11/2013.
- Siena, O. (2007). *Metodologia da pesquisa científica: elementos para elaboração e apresentação de trabalho acadêmico*. UNIR / Porto Velho. Disponível em: <http://www.mestradoadm.unir.br/site_antigo/doc/manualdetrabalhoacademicoatual.pdf>. Acessado em: 16/01/2013.
- Silva, H. (1985). *1964 – vinte anos de Golpe militar*. Porto Alegre/RS: L&PM.
- Silva, L. G. da. (2012). *As violações aos Direitos Humanos e as Garantias Fundamentais durante a Ditadura militar* (Tese). UNIJUÍ-RS.
- Silva, M. G. da. (2007). *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS – PE (1964-1985)* (Tese). UFPE.
- Silva, Stanley P. da R. (2008, ago./set./out./nov). Entre a vanguarda e o espontaneísmo: Embate pela hegemonia do “Novo sindicalismo” no Brasil. *Revista Urutáguia – revista acadêmica multidisciplinar – DCS/UEM – ISSN 1519-6178 nº 16, Quadrimestral*. Maringá, Paraná, Brasil. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/viewFile/3694/3279>>
- Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SIND-UTE/MG). (2013). *Campanha Salarial Educacional: por que lutamos e para quem lutamos* (17 de julho de 2013, 2 p.). Belo Horizonte.
- Simões, S. de D. (1985). *Deus, pátria e família: As mulheres no golpe de 1964*. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes.
- Skidmore, T. E. (1988). *Brasil: De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Skidmore, T. E. (1998). *Uma História do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- Skidmore, T. E. (2003). *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Sousa, A. M. B. de. (1996). *Da escola às ruas*. Santa Catarina: Letras Contemporâneas.
- Souza, A. M. B. de. (1996). *Da escola às ruas: O movimento dos trabalhadores da educação*. Santa Catarina: Letras Contemporâneas.

- Souza, H, V de, (2008) *A charge virtual e a construção de identidade*. Recife: Editora Universitária UFPE.
- Souza, E. F. de. (2009). *História e memória da educação em Pernambuco*. Recife: Editora Universitária UFPE.
- Vieira, J. N. (2009). *O Sindicato como espaço de construção da profissão docente*. Tese da UFRN. Acesso dia 08/01/2012.
- Vicentini, P. P., & Lugli, R. G. (2009). *História da profissão docente no Brasil: representação em disputa*. São Paulo: Editora Cortez.
- Tardif, M., & Lessard, C. (Org). (2008). *O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Tavares, M. (2009). *Do sindicalismo docente reivindicativo ao sindicalismo reflexivo, em Portugal, nas décadas de setenta* Disponível em: <<http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/ManuelTavares3.pdf>>
- Teodoro, A. (2004). *Histórias (re) construídas*. São Paulo: Cortez.
- Toral, A. A. de. (2001). *Imagem em desordem: Iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: Humanitas.
- Thompson, P. (1998). *A voz do passado: História oral*. São Paulo: Paz e Terra.

JORNAIS

Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco (APENOPE). (1971, ago). “Confiança no Governador”. *Jornal do Professor. Acervo APEJE – HEMEROTECA, ano II, nº2*, p. 02.

Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco (APENOPE). (1971, ago). *Acervo Hemeroteca /APEJE, ano I, nº1*, p. 01.

Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco (APENOPE). (1973, jun). *Jornal do Professor. Acervo Hemeroteca /APEJE, ano III, nº 6*, p. 01.

Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco (APENOPE). (1974, jun/jul). *Acervo Hemeroteca /APEJE*, p.4. .

Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco (APENOPE). (1976, abr/mai). “A grande presença”. *Acervo Hemeroteca / APEJE, ano IV, nº 17*.

Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco (APENOPE). (1997, mai/jun). “Salário mingado”. *Jornal do Professor Acervo Hemeroteca /APEJE, ano IV, nº 17*. p.1.

Diario Pernambuco. (1979). Charge do Clérison. Hemeroteca/APEJE. 7 de janeiro, p. A11.

Diario Pernambuco. (1979). Charge de Clérison. Hemeroteca/APEJE, p. A18. Recife, 16 de março.

Diario Pernambuco. (1979). Charge de Clérison. Hemeroteca/APEJE, p. A10. Recife, 17 de abril.

Diario Pernambuco. (1979). Charge de Clérison. 22 de abril, Hemeroteca/APEJE p. A10.

Diario Pernambuco. (1979). Charge de Clérison. Hemeroteca/APEJ, p. A10. Recife, 5 de maio.

Diario Pernambuco. (1979). Charge de Clérison. Hemeroteca/APEJE, p. A8. Recife, 10 de maio.

Diario Pernambuco. (1979). Charge de Clérison. Hemeroteca/APEJE, p. A10. Recife, 30 de maio.

Diario Pernambuco. (1979). Charge de Clérison. Hemeroteca/APEJE, p. A10. Recife, 30 de maio.

Diario Pernambuco. (1979). Charge do Laílson. Hemeroteca/APEJE. Recife, 10 de mar, p. A11.

Diario Pernambuco. (1979). Charge de Laílson. Hemeroteca/APEJE. p. A10 Recife, 5 de maio.

Diario Pernambuco. (1979). Charge de Laílson. Hemeroteca/APEJE. p. A11. Recife, 5 de maio.

Diario Pernambuco. (1979). Charge de Laílson. Hemeroteca/APEJE, p.7. Recife, 14 de maio.

Diario Pernambuco. (1979). Charge de Laílson. Hemeroteca/APEJE, p. A12. Recife, 29 de maio.

Diario Pernambuco. (1979). Charge de Laílson. Hemeroteca/APEJE, p. A11. Recife, 31 de maio.

Diario Pernambuco. (1979). *“Professores dão prazo de cinco dias a Marco Maciel”*. Hemeroteca/APEJE. Capa. Recife, 03 maio.

Diario Pernambuco. (1979). Hemeroteca/APEJE, Local. p. A28. Recife, 03 de junho.

Diario de Pernambuco. (2014). E6, 26 de julho. Arquivo do autor.

Jornal Commercio. (1979). Charge de Maquino. Hemeroteca/APEJE, p.4. Recife, 9 de janeiro.

Jornal Commercio. (1979). Charge de Maquino. Hemeroteca/APEJE, p.4. Recife, 19 de janeiro.

Jornal Commercio. (1979). Charge de Bione. Hemeroteca/APEJE, p. 2. Recife, 27 de abril.

Jornal Commercio. (1979). Hemeroteca/APEJE, p.6 .Recife, 03 de maio.

Jornal Commercio. (1979). Charge de Bione. Hemeroteca/APEJE, p.5. Recife, 13 de maio.

Jornal Commercio. Hemeroteca /APEJE. Charge de Bione. Caderno Variedades, pg.21, Recife, 21 de junho, 1979.

Jornal Commercio. (1979). Charge de Paulo Santos. Hemeroteca/APEJE, p.2. Recife, 27 de maio.

Jornal Commercio. (1979). Charge de Ral. Hemeroteca/APEJE, p.2 Recife, 29 de maio.

Jornal Commercio. (1979). Hemeroteca /APEJE, p.10. Recife, 02 de junho.

DOCUMENTOS

Prontuário Individual. (s.d.). 7.980 – fundo: 14.376 (Arundo Nunes da Silva).

Prontuário Individual. (s.d.). 19.023 – fundo: 25.040 (Hélcio de Matos).

Prontuário Individual. (s.d.). 3.136 – fundo: 9570 (Maria de Lourdes).

Prontuário Individual. (11/79; 05/82). 20.355 – fundo: 26.276 (Paulo Rubem Santiago).

Prontuário Individual. (s.d.). 18.565 (Potiguar Matos).

Prontuário Funcional. (1964). 29.255 - Relatório da Delegacia Auxiliar /Ano – 1964.

Prontuário Funcional. (1969). 431, 26/02/1969. Acervo DOPS/APEJE.

Prontuário Funcional. (1976/1979/1980/1981/1982). 26.611 (APENOPE).

Prontuário Funcional. (1979/1980/1981/1987). 30.382 (APENOPE).

Prontuário Funcional. (s.d.). 18.710 - (Maria do Socorro Fragoso).

Prontuário Funcional. (s.d.). 3979. Documentos diversos.

Prontuário Funcional. (1956). 4271, 1956. Acervo DOPS/ APEJE -. (Sindicato dos Professores do Ensino Secundário de PE).

Prontuário Funcional. (1950). 4271, 1950. Acervo DOPS/ APEJE -. Sindicato dos Professores do Ensino Secundário de PE.

Prontuário Funcional. (1959). 4271, 1959. Acervo DOPS/ APEJE - Sindicato dos Professores do Ensino Secundário de PE).

Prontuário Funcional. (1960). 4271, 1960. Acervo DOPS/ APEJE - (Sindicato dos Professores do Ensino Secundário de PE).

Prontuário Funcional. (1961). 4271, 1961. Acervo DOPS/ APEJE -. Sindicato dos Professores do Ensino Secundário de PE.

Relatório da SEE. (1979). Acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco. PE37(813.4)P45e.

Relatório da SEE. (1980). Acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco, p.13. PE37(813.4)P45e.

Relatório da SEE. (1979/1982). Acervo - Coleção Pernambucana/Biblioteca do Estado de Pernambuco. PE37(813.4)P45e.

APÊNDICES

APÊNDICE I. CARTA-CONVITE PARA OS PROFESSORES



CARTA-CONVITE PARA OS PROFESSORES

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria das Graças de Andrade Ataíde de Almeida

Pesquisador responsável: Cícero A. Souza

historiadorcicerosouza@hotmail.com

Venho convidá-lo a participar da presente pesquisa **RETRATOS DE PROFESSORES: ASSOCIATIVISMO DOCENTE EM PERNAMBUCO – 1979 / 1982** na utilização dos dados coletados para eventuais publicações. Esta proposta de estudo tem como objetivo: Compreender a construção do cotidiano dos professores a partir da sua trajetória de vida, e as imbricações na sua prática profissional, tendo como referência a os docentes que atuaram junto á Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco - **APENOPE**, bem como, conhecer a realidade social do educador; identificar os caminhos evolutivos na construção profissional e elencar os percursos dos educadores entrevistados e o discurso imagético.

Dessa forma, estamos convidando-o para participar deste trabalho que visa fornecer subsídios para a construção da pesquisa. Informamos que uma cópia desta solicitação ficará com você para esclarecimento de qualquer dúvida.

Desde já, agradecemos a sua atenção e disponibilidade. .

Recife, _____ de _____ de 2014.

Cícero Albuquerque de Souza

Mestrando em Ciências da Educação ULHT/Portugal

Especialista em Ensino de História - UFRPE

Professor da Rede Oficial de Ensino de Pernambuco

APÊNDICE II. GUIÃO DE ENTREVISTA



GUIÃO DE ENTREVISTA

I – IDENTIFICAÇÃO – Objetivo: caracterizar o entrevistado.	
a)	Nome completo
b)	Naturalidade
c)	Data de nascimento
d)	Formação
e)	Ano de ingresso no magistério
f)	Tempo de magistério
g)	Graus ou modalidade de ensino em ensino que mais atuou;
h)	Ano em que se sindicalizou
II – TRAJETÓRIA NO MAGISTÉRIO – objetivo: elaborar a identidade do professor.	
a)	Em sua família, só você foi professor?
b)	Sua família tinha casa própria na época em que você foi professor?
c)	Sua família tinha outras fontes de renda?
d)	Com quantos anos iniciou o magistério?
e)	Por que escolheu a carreira de professor?
f)	Como foi o começo da sua trajetória? Atuou em muitas escolas?
g)	Como se dava, naquela época, o ingresso no Magistério?
h)	Como se dava a lotação dos professores?
i)	Como se dava a remoção dos professores?
j)	Você foi atingido ou sofreu ameaças de remoção?
k)	Você também atuou na rede privada?
l)	Naquela época, na sua escola existiam mais homens ou mulheres lecionando?
m)	Naquela época, na sua escola, havia um contingente de professores negros (as)?
n)	Como eram visto pela coletividade escolar?
III – REPRESENTAÇÃO DA PROFISSÃO – Objetivo: Identificar a ideologia que permeava a profissão.	
a)	Como era ser professor naquela época?
b)	Quais as noções da profissão eram passadas naquela época?
c)	O que significava para você ser professor?
d)	O que significava para os outros sua profissão?
e)	Como se via o professor (a) naquela época?
f)	Como eram os professores naquela época?
g)	Como se vestiam?
h)	Como se comportavam?
i)	Como era ser professor numa época de repressão (regime ditatorial)?

IV- TRAJETÓRIA NA LUTA SINDICAL - Objetivo: Identificar a consciência de Classe do professor.	
a)	O Governo facilitava a luta sindical?
b)	Como era a relação dos professores com o governo?
c)	Você já havia participado de algum evento político naquela época? Descreva a situação, caso tenha participado.
d)	Como se deu o seu ingresso no movimento sindical docente?
e)	Como era a carreira naquela época?
f)	Como eram vistos os salários recebidos?
g)	Como era feito o reajuste modificavam os salários?
h)	Como eram resolvidos os conflitos trabalhistas, naquela época?
i)	Como os professores faziam quando se sentiam injustiçados?
j)	Como se resolviam os conflitos com a direção da escola?
k)	E com o governo?
l)	Como era o processo de ingresso e demissão naquela época?
m)	O que significava para você sair da condição de professor observador e passar para condição de professor associado?
V – TRAJETÓRIA NA CONDIÇÃO DE SINDICALIZADO – Objetivo: Identificar a concepção de sindicato e sindicalismo.	
a)	Houve algum fato que o levou a se associar a APENOPE?
b)	Como era ser sindicalizado naquela época?
c)	Quando participava da associação, o que outras pessoas da sua convivência falavam de você?
d)	Você participou de alguma greve? Qual? Era greve local? ou nacional?
e)	Você participou de outro tipo de mobilização? Quais? Relate um pouco.
f)	Você participava ativamente das atividades da APENOPE?
g)	Naquela época, existia influência de alguma corrente política ou religiosa na APENOPE? Relate um pouco do que conhecia.
h)	O que você achava dos serviços oferecidos pela APENOPE? Você utilizou algum? Quais? Relate um pouco.
VI – SINDICALISMO HOJE – Objetivo: Identificar como o professor avalia o movimento sindical na atualidade.	
a)	Como você vê hoje a sua profissão?
b)	Valeu a pena ter tido sindicato?
c)	Você acha que os sindicatos hoje estão em crise?
d)	Como você acha que deva ser o sindicato hoje?

APÊNDICE III. CARTA DE AUTORIZAÇÃO E USO DAS ENTREVISTAS.



Carta de autorização e uso das entrevistas.

(Local e data)

Eu _____, estado civil _____, RG de número _____ declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista (s) gravada (s) no (s) dia (s) _____ para Cícero Albuquerque de Souza, RG – 3.623.887/SSP-PE usá-la (s) integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros ouvi-la (s) e usar citações, ficando vinculado o controle a Cícero A. Souza, que tem a guarda da mesma.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo abaixo.

(Assinatura do colaborador).

APÊNDICE IV. ENTREVISTAS (O COTIDIANO DE PROFESSORES)

Entrevistas (cotidiano de professores)

Ficha técnica: 01

Professor - Arundo Nunes da Silva

Recife - nasc. 12/07/43

Idade: 71 anos

Data: 21-07-2014 – 15h05min as 16h10min

Local: Olinda.

Entrevistador: Cícero Souza.

“ {A greve} Ai estourou a boca do balão! Porque era moda, como hoje é moda o camarada; aquele trinta de junho é moda? Aquilo foi moda! Foi! Que Paulo Rubem foi demitido! Surgiu espontaneamente, rapaz! A porralouquice da gente! Que eu fazia. Não sei como eu não morri! Não! No Náutico ficou superlotado na época mais depois daquilo ali só ficaram os guerreiros mesmo”.¹¹⁹



Fonte: Arquivo do autor. Professor Arundo Nunes da Silva.

A formação e despertar para docência.

¹¹⁹ Professor Arundo Nunes da Silva. Entrevista concedida ao autor no dia 09 de junho, 2014.

Meu nome é Arundo Nunes da Silva, nasci no dia doze do sete de quarenta e três, tenho setenta e um anos, formado em, pela Universidade Federal de Pernambuco em Matemática “pura”; trabalhei no Colégio ETEPAM – Escola Técnica Professor Agamenon Magalhães – e Colégio Pedro Augusto e FUNESO. Eu, eu, eu sou! Eu, eu como aluno eu, só conheço dois lugar! Eu sou natural de Recife e estudei no Colégio Estadual de Pernambuco que antigamente era o Ginásio Pernambucano. Colégio Estadual de Pernambuco e terminei na Universidade Federal de Pernambuco; tudo Federal! Estadual e federal!

O que me levou. Primeiro, a minha formação matemática. Porque a gente vai para o lugar dependendo dos conhecimentos! Eu sempre me destaquei em ciências exatas e me enveredei por esse caminho. E o caminho foi matemática pura; Instituto de Matemática antigamente que existia na Rua do Progresso. Isso, foi uma das qualidades. Porque eu sou um dos primeiros matemáticos; matemática moderna, que não existia isso aqui em Pernambuco. Ai eu enveredei por esse caminho!

E o segundo, por causa das minhas posições políticas, porque aos treze anos, quatorze anos no Colégio Estadual de Pernambuco já se discutia Política. A partir daí uma das maneiras de resolver esse grande problema, antigamente que era a história da época, que a gente pra poder transformar, por causa do Partido Comunista, que a gente tinha aquelas ilusões, aquelas fantasias bonitas ai eu enveredei pelo caminho da Filosofia! Eu fiz Engenharia na Federal também, mas abandonei pra ficar em Matemática “pura”. Eu terminei o Científico eu acho que em sessenta e seis, sessenta e quatro, sessenta e oito por ai assim! A mesma coisa! A maioria dos professores dos colégios estaduais como sempre altamente Catedrático altamente reacionário; tinha dois ou três professores que se destacava. Mas, o resto e lixo o lixo era melhor!

Despertar para uma consciência sindical docente e conflitos cotidianos.

É por que a partir daí quando, assim que eu entrei em Matemática “pura” porque eu era muito pobre, eu fui obrigado a dar aula, ai tinha carência de professor de Matemática e eu enveredei por ai. Quando entrei nisso ai, tinha uma associação que era chamada APENOPE, horrível, já existia ali de frente ao cinema Art, São Luiz de lado ao Pessoa de Melo, que não existia! Era uma sala com um tal de Leônidas, ai daí a gente começou! Comecei lá participar, ai teve a primeira greve em setenta e nove lá no Náutico, ai a gente começou. Ai, estouramos a “boca do balão”! Não! Nunca existiu não. Era só como todas as associações, como os sindicatos antigamente. O camarada tinha um a associação para se locupletar do dinheiro, poder. Não é? Das

benéficas; não existia nada. Em termo de luta não existia nada! Foi! Começamos! Setenta e oito. Setenta e sete. É, setenta e nove só e aí começamos. Eu com esse grupo todinho! Eu, Paulo Valença, Horácio. Horácio era menino, “Morena” não tava no meio! Morena, Leocádia tava, Paulo Rubem. Hércio, aí começamos! Júlio!

Os piquetes, o processo era aquele processo que ninguém acreditava na gente, que eu sou um dos criadores; não existia nem o PT na época. A gente saía daqui de Recife e ia daqui pra Moreno. Chegava lá fazia uma cota, pegava o carro e ia pra Vitória de Santo Antão. Fazia outra cota, aí ia pra Gravatá, fazia outra cota até chegar em Araripina. Ida e volta; Era Comando, o meu “Comando, era o Comando chamado Comando suicida!” Porque só tinha três ou quatro e a gente brigava e fazia miséria! Eu tenho não sei quantos processos e uma das coisas, um dos grandes problemas que eu não me arrependo de nada, mas um dos grandes problemas do movimento sindical é esse, você despreza os grandes problemas sindicais e você transforma ele em proposta de Partido. Você confunde movimento, e eu acho que é um dos grandes erros da Esquerda, confundir determinadas coisas com o partido político. Partido Político é necessário, tudinho, mas você não pode trazer a ideia do partido pra dentro de associação, clube de futebol, de Diretório acadêmico, de sindicato; e se traz muito isso. O exemplo é nossa própria SINTEPE hoje. Eu sou contra esse tal de Trabalhador em Educação! Eu sou contra! Por que eu sou contra Trabalhadores em Educação? Porque o administrativo de educação é administrativo da outra Secretaria; e o salário não pode ser diferente. O salário não é diferente! A gente não pode lutar! Até hoje com esses anos todinho nós já tivemos um avanço com ele, não adianta eu ter uma teoria e na prática não se; não existe isso. Um exemplo, um exemplo muito sério, muito sério que tem e eu só vim descobrir muitos anos depois é: O homem que a gente quer e o homem que a gente tem! A proposta do PSTU, PSOL e de tantos outros e até do próprio PT, ele é uma proposta “do homem que eu quero”, mas não é “o homem que eu tenho”. Então, por eu não ter “o homem que eu quero”, é por isso que existia uma tal de “articulação”, é por isso que o PT se uniu com PP, PTB. Por que? Ou você se alia ou você não vai para o processo. Então, não adianta você ficar marcando PSTU, PSOL, o que é que acontece, ele só cabe dentro de uma Kombi; não adianta. Então você não avança! O Partido só cabe dentro de uma Kombi! Então, veja a proposta de Marina Silva! Os votos de Marina Silva, os vinte milhões de voto foi um voto de protesto; vê se ela só tem vinte milhões agora? Não tem! Porque não adianta! A proposta é bonita, mas o mundo é capitalista! Se o mundo é capitalista; você não é capitalista! Mas o mundo é! O administrador não é capitalista, mas quem tem os modos os meios de produção é capitalista! Você tem que viver eternamente em arranjo. No caso, Passe livre, como é que pode ter Passe livre? Só se o país fosse comunista! Mas

o país não é comunista. Ai, eu pergunto: quem é que vai pagar o passe livre? Não existe “almoço de graça” no capitalismo. Quem é que paga? O estado tem dinheiro pra fazer, pra pagar? Por que o Estado não é Lula, o Estado não é Fernando Henrique Cardoso; o Estado somos nós! O Estado são duzentos milhões de pessoas. E as pessoas, infelizmente não entendem isso.

Sindicalismo X docência: avaliação.

Toda vida houve grupo, toda vida houve grupo! Paulo Rubem Santiago continua sendo o mesmo de vinte, trinta anos atrás. Sempre ele dividiu! Sempre ele quer, a Esquerda tem que para mim é um grande defeito. Cada cidadão de Esquerda é um grupo. Eu nunca vi um grupo de um! É grupo unitário, tá certo que eu sou matemático! Mas não existe! No caso de Paulo Rubem foi isso; não tem nada de novidade nisso ai! É uma prova que ele saiu do PT e foi para o PDT. O PDT é melhor que o PT aonde? Naquela época da APENOPE ai tinha Leônidas, tinha um pessoal que brigou com ele, um cabra que era até professor de História. Me esqueci o nome dele! Admilton que já se contrariava com Paulo Rubem, Admilton saiu ficou Paulo Rubem. Ai depois começou as divisões e começou a crescer, crescer, crescer; ai começou as divisões! Paulo Rubem com Hélcio com fulano, ai tinha, Paulo Valença com Horácio com fulano de tal! Começou as subdivisões dos grupos até hoje porque faz um bocado de tempo que eu não milito no movimento sindical, que eu dei a minha contribuição. Naquela época eu já dizia que votava em propostas coerentes com a minha posição política; eu nunca tive, eu nunca fui homem de grupo! Eu não sou homem de grupo; eu sou homem do geral. Eu sou homem daquela proposta que a Esquerda diz: “é o coletivo, é o coletivo”. Mas na prática não existe coletivo. Um por todos e todos por um não existe! O que existe é proposta de três, proposta de cinco, proposta de dez, proposta de vinte. Nunca me encaixei em grupo nenhum como também nunca tive tendência, nunca tive vontade de fazer parte de sindicato. Eu tenho uma vida, tenho uma família.

É! A minha história é por causa da minha posição política. Eu sou um elemento que me considero comunista! Sou Marxista-Leninista; Eu acredito nisso ai, não acredito em outra coisa. Eu acredito no trabalho eu não acredito no Capital. Se vai demorar sem anos duzentos anos, mil anos pouco importa se demora, mas a terra, você, pra você governar a terra você é obrigado a dividir. Você não pode somar; a única coisa que você somar você se acaba. Nós temos que dividir! Um cabra não pode ter um carro de quatrocentos, quinhentos cavalos! Pra quê? Pra consumir gasolina? Pra quê ter isso ai? Se você quer progresso você não pode tá tirando petróleo! E a terra vai se acabar? Como é que fica? Não é? Tá entendendo? Então, eu me envolvi nisso ai,

me envolvi depois tomei outro Sindicato que é o SIMPERE. Eu sou da Prefeitura do Recife ai sai. Eu sou aposentado do estado e da Prefeitura. Porque eu saí, quando eu saí do SINTEPE, deixei de militar no SINTEPE, há uns dez anos atrás, ai eu passei, tomei um sindicato também que era um sindicato que tinha lá uma associação; tomamos e formamos um sindicato. Fizemos uma revolução; que é o SIMPERE. Sindicato municipal, ai depois que nós crescemos chegou a hora de eu me retirar. Eu já tô velho, setenta e um anos de idade, tenho uma família, tenho uma parte da família prejudicada por causa do movimento sindical. Não é? Prejudicou! Porque a gente atuante. E a família? Você dedica vinte e quatro horas ao sindicato. E a família? Ôh companheiro! Quem trabalha em organização, sindicato, Partido político tem que ser uma vida diferente de todo mundo; que a gente pensa que é moleza! É vinte quatro horas! A rotina companheiro é vinte e quatro horas no ar! Você não passa. As reuniões você demorar quarenta e oito horas, setenta e duas horas, uma semana em reunião discutindo as mesmas coisas pra ver se chega a um lugar comum. É! Movimento sindical e movimento político que a gente diz que é moleza, é moleza para determinadas pessoas que vão roubar, mas que é “pobre de Jó” como eu como tantos outros que são “pobres do Jó”, porque não espera nada, espera só a melhora do povo brasileiro, da humanidade, nós somos prejudicados. Eu mesmo sou prejudicado. Eu sou prejudicado pelo próprio Partido Político, no caso o PC, o “Partidão” antigamente, ele dizia que nós devíamos ter filhos pra educar eles para revolução! Ai, a minha mulher pariu três filhos, eu tenho sete, crio quatro filhos do outros, sim. E agora? Mas quem disse a mim que eu devia ter um bocado de filho não teve nenhum! Eu tenho sete filhos, minha mulher pariu três e eu crio quatro filhos que eu não sei quem é o pai e nem a mãe, peguei na rua e registrei. Ah! Tão tudo, todo mundo tá nos seus lugares, tem um que é professor, mais velho, Arundo também! É! Arundo Nunes da Silva Junior. Professor, ele fez mestrado, ele fez Estatística na, na, na Rural; tudo é da Federal. Foi, ele veio a luta, também ele é de Esquerda, ai, assim foi ser professor!

Era, era, era, era impossível você entrar numa escola rapaz! Hoje, nós estamos em dois mil, dois mil e quatorze você não tem como conversar com um professor, imagine a quarenta, trinta anos atrás? Você não tinha como conversar! Não existia isso. O professor era subserviente, como ele continua sendo subserviente porque ele não evoluiu ainda. Rapaz, quase todas as escolas, eu fui preso rapaz! Eu fui pro DOI-CODI. Porque fazia piquete companheiro! A mulher, a mulher abortava e dizia que fui eu que abortei! E eu sou, e eu dei nenhum murro em mulher para abortar? Na polícia, tudo, tudo! A mesma coisa. Era horrível! Eu nem dormia em casa; dormia na rua nas casas da, da, da zona, com as mulheres porque eu não ia pra casa com medo de ser preso! E depois eu era muito atuante, eu era muito atuante, muito atuante. Não era pouco não;

eu era muito atuante! Não é? Que é um erro que a Esquerda não reconhece, os camaradas não conversa com as pessoas. Paulo Valença mesmo mora aqui em Olinda, eu sou vizinho de Paulo Valença! Paulo Valença nunca veio na minha casa. Não vem, não vai, não conversa, fica naquelas patotinhas, aqueles times, aquele mesmo time, aquelas mesmas coisa; só quem tem valor são aquelas pessoas com propostas, são propostas vencidas. Tai! Paulo Valença foi prefeito, oito anos prefeito de Olinda se candidata a vereador e não é eleito! Horrível!

Não, não sent, não! Não, mas os “igrejeiros” que eles falava era patota; uma patota, certo? Ai chamavam de “igrejeiros”. Mas a Igreja a Igreja num; se ela participou com alguns elementos ali, mas a gente não, não sentia isso não. A gente chamava de Igrejeiro isso ai. Porque se unia aquele time, aqui é a turma da igreja! A turma não sei o quê! É a turma do Papa, é a turma não sei o quê! Mas, num, a gente não sentia isso não!

Até dez anos; até nós tomamos o sindi, eu fiquei na APENOPE até ela começou a crescer, crescer, tornou-se sindicato ai começou a crescer, crescer ai eu fui tomar conta da Prefeitura que eu; vamos dar um exemplo hoje: eu recebo no estado, como recebo hoje dois mil e quinhentos (R\$-2.500,00); na Prefeitura eu recebo sete (R\$ - 7.000,00)! Onde é que eu devo atuar? Onde eu ganho dois e quinhentos ou onde eu ganho sete mil? Onde eu ganho sete mil, que é hoje! Então eu fui para o estado porque eu sou da Prefeitura. Porque eu tenho duzentas aulas na Prefeitura, como tenho duzentas aulas na; tomamos o sindicato e começou a crescer, o salário começou a melhorar, a gente começou a estourar a boca do balão! No, no, na Prefeitura do Recife. Ai foi à época que eu saí que eu já não tinha mais tempo, se eu dirigia, eu dirigia, eu fazia parte da diretoria colegiada da, do, do SIMPERE que é da Prefeitura do Recife, ai, deixei, deixei de ir pro estado. Não fui mais, não tinha mais tempo pra comparecer a reunião nem nada. E depois foi fazer tudo que não existia. Porque lá no SIMPERE que ainda é hoje nós somos diretoria colegiada! O presidente; primeiro que não tem presidente, não existe presidente! É diferencial, reunião, aquele negócio que se discutia antigamente, reunião aberta ou fechada; que reunião? Reunião entra todo mundo, fala todo mundo! Se eu quiser falar uma coisa particular eu tenho que chamar fulano de tal e a gente conversa. A reunião é aberta, quem quiser assiste, tem bronca nenhuma. Ai tinha aquela discussão antigamente: quem é a Mesa? Não sei o quê! Pá, pá, pa! Lá não tinha isso não! Presidente? A gente não tinha porra de presidente não! Colegiado todos manda! Todos assina ofício, não tem nada disso. E no fim, no movimento sindical só vai prevalecer como em qualquer movimento quem é atuante. Que não adianta você dizer não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê se você não é atuante; você pode ser a porra que for! Você é presidente! Você não é atuante. Então, o peão lá de baixo é mais atuante mais que o presidente;

não voga! Voga quem é atuante! Quem não é atuante não pode ter vez. Pronto! A gente vê isso e vida continua assim. Ainda não mudei minha posição, nunca traí nunca me vendi; Toda vida discuti. Depois que a gente precisa rever determinados valores. Depois quer rever.

Uma coisa que eu discuti tanto, briguei, fui preso é: diretor de escola. Hoje eu estou vendo que é uma merda! Diretor de escola? Pra quê eleger diretor de escola? Se não tem autonomia. Não adianta eleger um diretor de escola que não tem autonomia, rapaz! Não tem autonomia. Autonomia depende da, do governo do estado de Pernambuco e da Prefeitura. Você votou no governador. Ai, você tem um diretor de escola pra quê? Serve de quê? Se ele não mandar a tua falta eu demito ele! Qual a força que ele tem? Você não pode ter; eu tenho um Plano de educação para minha escola como diretor; o Plano de educação depende da Secretaria de Educação, pô! Você é subalterno a ela. E depois, pelo grau que nós temos do nosso professorado, que aí que vai o sério. Você tem um diretor de escola, quando se fala em eleição é “jogo de carta marcada”; você divide a escola. Você divide a escola! Fica um grupo do diretor e um grupo contra o diretor. Essa escola não caminha, companheiro! Essa escola não caminha certo? Ela não caminha! Só depois de muito tempo é que a gente vai vendo isso. E de fato, a gente só aprende com a prática; a prática vai dizendo. O que a escola deve ter um corpo docente, o que a escola deve ter? a escola deve ter rodízio. Dois anos para fulano, quando sai fulano entra dois anos pra sicrano e assim; todos tem que ter responsabilidade! Mas, eleição para diretor? o aluno, a comunidade vai votar no diretor! Meu irmão, a comunidade tem tempo de votar em diretor? O cabra é trabalhador, saiu de manhã e vai chegar de noite; o que é que ele sabe sobre porra de diretor de escola? Ele tem tempo pra tá em escola? Mas, aquela fantasia que nós temos de Esquerda, não sei o quê, pá, pá, pá que a prática esta dizendo aí que não vogou de nada. Porque os estados que teve direção de escola eles regrediram, voltaram depois. Porque não tem sentido! Eu sou da escola ETEPAM, por exemplo, que tem toda vida teve eleição para diretor; primeiro que a escola lá é especial, é um tipo diferente de Escola Técnica, mas essa eleição direta fudeu a escola porque dividiu os grupos, aí ela não anda! Ela não anda. Porque a escola, por exemplo, no caso da ETEPAM ela fica presa. No caso, por exemplo, direção pra diretor! Ai pronto. Lá tem três ou quatro grupos: um grupo que é do diretor que é de esquerda, outro de direita, outro grupo é de esquerda, um é do centro o outro é ultradireita! Não funciona!

Companheiro! De forma geral aquilo ali, aquilo ali, aquilo ali foi montado por causa de Lula; a bronca é Lula, lá em São Paulo! Depois de São Paulo o que foi que aconteceu? São Paulo. Foi no ABC paulista? Ai estourou! Tudo que é movimento nesse país dependeu de lá de São Paulo. Ai, como é que uma Associação que não existia que era esse Leônidas, a gente forçou o

grupo, forçou! A gente foi para o Clube Náutico Capibaribe; todo mundo era novo, ninguém sabia de porra nenhuma! Ai estourou a boca do balão! Porque era moda, como hoje é moda o camarada; aquele trinta de junho, é moda? Aquilo foi moda! Foi! Que Paulo Rubem foi demitido! Surgiu espontaneamente, rapaz! A porralouquice da gente! Que eu fazia. Não sei como eu não morri! Não! No Náutico ficou superlotado na época mais depois daquilo ali só ficaram os guerreiros mesmo. Acampamos na Secretaria de Educação, aquelas coisas bonita só tudo bonito, mas, pronto, começou no fim a esvaziado e a greve acabou. Foi, muita! A gente acampava lá! Ah, porque não tinha aquelas barreiras antigamente, tudo era novo, tudo era novidade! Greve em Pernambuco. Tinha, tinha barreira pra guardar o governador, ai, a gente acampava lá, dormia por lá pelo jardim; só pela fantasias da época. Existia tudo de policiais! DOI-CODI. Ah, mas na época era eu sabia, mas na época nós era moço companheiro! Horácio era menino, nem barba tinha. Tá entendendo? Ninguém tava ligando pra, pra policial, pra ser fotografado; ninguém tava ligando pra essas coisas! Certo? A gente confiava na força do movimento. Todo mundo lendo, todo mundo estudando. As novas reivindicações que estavam surgindo. O salário do professor que é baixíssimo e até hoje a gente não conseguiu reverter. E depois, eu com setenta anos de idade eu hoje estou vendo que é impossível o sindicato, uma associação a gente ter um salário digno para o professorado. Por que não vai ter? O salário digno para o professor; eu só estou vendo isso hoje, depende exclusivamente de um acordo com a nação tem que fazer como todas fizeram no mundo e pegar setenta e cinco por cento do produto interno bruto e botar para educação. Enquanto não fizer isso, se eu colocar, se eu for pro Governo do estado de Pernambuco e for governador do estado eu não posso pagar um professor. Eu vou botar: Arundo Nunes da Silva, governador do estado de Pernambuco a partir do dia primeiro de agosto eu pago cinco mil reais (R\$-5.000,00) de salário ao professor. Eu quebro o estado! Então, independe. Porque o modelo, o sistema esta errado. Isso, eu tô vendo isso agora! Quando eu falo agora, é dez anos vinte anos que eu tô lendo muito. Não tem, isso não tem como fazer. Porque, qual foi o estado que não fez greve nesse país? Todos fizeram! Um mês, dois meses, três meses, um ano. E o salário continua o mesmo! Um professor não pode ganhar menos que um soldado de polícia como nós ganhamos. Isso na época era proibido de dizer e hoje é proibido de dizer! Essa coisa que nós do sindicato falamos, Plano de Cargo e Carreira não vale porra nenhuma! Porque você não tem base!

Você tem que fazer Plano de Cargo e Carreira de salário. Um professor tem que começar ganhando quanto? A bronca tá ai! Eu vou botar, salário mínimo de um professor é cinco mil reais (R\$ 5.000,00) supomos hoje, cinco mil. Ai, a partir daí eu faço um Plano de Cargo e Carreira do

salário, mas eu ganhando mil e setecentos (R\$ 1.700,00) qual o Plano que eu vou fazer nesse carai? Porra nenhuma! Porque eu tenho um Plano de Cargo e Carreira que não voga de nada! Então não vale! Porque minha base é mil e setecentos e se eu botar vinte por cento dá trinta e quatro vou pra dois mil (R\$ 2.000,00). Então, o que é que voga um Plano de Cargo e Carreira? Não voga de nada! Mas não vale! Isso tá errado! Muito errado. Plano de Cargo e Carreira sim, mas a minha base é quanto? Eu vou ganhar quanto? A base! No caso hoje, devia ser no mínimo, no mínimo, por baixo cinco mil reais (R\$ 5.000,00) por cento e cinquenta aulas. O estado não pode pagar porque não tem dinheiro pra pagar. Não é? Então, a gente tem que discutir esse tipo de modelo; é isso que tá errado! Ai, fica brigando um contra outro, grupo contra grupo, grupo contra grupo. Você é pelego, quem é pelego é você. Mas na mesma hora não pode! A Paraíba perdeu quanto dias? Já dois anos que perde o ano lá por conta de greve! A Bahia perdeu quanto? Maceió, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo? A Universidade Federal de Pernambuco? A mesma coisa! Um ano, seis meses e o salário do professor é besteira. Ai vamos botar: os estados e os municípios administrados pelo nosso Partido PT paga quanto ao professor? O salário é diferenciado, que é a mesma coisa. Se aqui eu ganho mil (R\$ 1.000,00) se for do PT eu ganho mil e trezentos (R\$ 1.300,00), mil e quatrocentos (R\$ 1.400,00) e mil e trezentos, mil e quatrocentos com mil é o mesmo dinheiro! Por que ele não paga? Porque ele não pode pagar e o dinheiro não dá pra pagar! Porque, porque o modelo, o sistema esta errado. Quando o sistema esta errado tudo que você fizer vai dar errado! Taí! Agora, eu só estou enxergando isso hoje!

Mas sempre foi, sempre, a bandeira principal é o salário. Tem muitas bandeiras, não sei o quê, pá, pá, pá mas o que voga é o salário. O que junta as pessoas chama-se Capital! Era a mesma coisa! O cabra não ganhava nada. A gente lutava por quatro salários mínimos, seis salários mínimos, nove salários mínimos, dez salários mínimos! A gente lutava por isso. Mas meu amigo, condições de escola quem fala são meia dúzia de pessoas! Condições de escolas é uma maneira da gente enganar quem tá aí; um bocado de besta! O professor vai pra rua, o trabalhador vai pra rua pelo salário. Isso, a gente de Esquerda é que tem mania de falar um bocado de tolice, fala não de quê, mas não voga, eu vou pra rua. Meu amigo eu não quero saber de vale transporte, eu não quero saber de vale-alimentação! Você me dê meu dinheiro, que eu sei comer, sei botar minha gasolina, sei pegar meu ônibus, sei pegar meu táxi. Isso é papo; o resto é tudo papo!

Companheiro, não existia nada disso! Ele dizia que não tinha dinheiro, que não podia pagar e tome greve, tome greve, tome greve. É a mesma coisa! A mesma coisa de hoje, cozinha a gente eternamente! E depois tinha uma coisa muito interessante que a Esquerda nunca pensa nisso. Quando eu vou negociar com o camarada os copista do governo tá lá dizendo: “Olha!

Professor tem cinquenta mil pessoas, agora, a assembleia que eles fizeram só tem quinhentos”! ele já sabe! Quando eu chego lá para negociar, que eu sento na mesa ele já sabe! E num lugar que tem cinquenta mil e só teve quinhentos ele não vai negociar comigo; ele sabe que eu não tenho força! Mas não tem o que discutir não! Toda vida foi assim!

Marco Maciel? De jeito nenhum! Marco Maciel nunca recebeu a gente! Que recebeu a gente companheiro? Que receber? Quem recebia como sempre eram os copistas, era o secretário que não tem força; porque secretário não vale de nada não, parê! Secretário vale de quê? Secretário é um funcionário; nem público ele é! Porque ele é cargo de confiança. Tá entendendo? Quem recebe é a mesma coisa de hoje; quem recebia era os copistas daquelas besteiras, daqueles tiquinhos que não vale nada. Mas, dinheiro, nada! Ai pronto. A sensação foi que a gente tomou o sindicato, o sindicato passou a ser atuante! Foi positiva! Foi positiva foi! Só você reunir professorado, você sair de mil sócios, dois mil sócios sei lá pra cinco mil, dez mil foi um grande avanço. Não é? E o fortalecimento do Partido dos Trabalhadores que foi uma das coisas mais importantes do mundo. Não, não existia. O PT nessa época não existia não companheiro! É, mas não chegou em Pernambuco o PT não! O PT chegou aqui em oitenta e dois, oitenta e três, oitenta e um; depois! Nãooooo! Ninguém sabia o que era isso! Era! É, é, é!

Companheiro, em dois mil e quatorze os jornais são reacionários! E, há trinta anos? Eles eram o quê? Nazistas! Zero. Jornais, televisão, rádio. Tudo! Não tinha nada; era na base do grito. Sem dinheiro, sem nada, sem porra nenhuma. Era amor mesmo! Era amor! Não, ninguém. Tudinho. Perdi o contato, sai, tô aposentado, dez anos de aposentadoria do estado. É, eu estou no mercado informal. Eu vendo crustáceos, negócio, tá, tá, tá; só pra não ficar parado. Tá bom, tranquilo, maré mansa, maré mansa! Ganho, atualmente, meu salário da Prefeitura é uns seis mil reais (R\$ 6.000,00), seis e quinhentos (R\$ 6.500,00) com dois e quinhentos do estado (R\$ 2.500,00) do estado dá; seis e quinhentos com dois e quinhentos dá nove mil reais (R\$ 9.000,00) pronto; tá bom! Maré mansa! Carro novo, casa, filhos tudo criado e com a mesma proposta. É! Começava tudo de novo!

Sim! Agora tem uma coisa bem importante que eu não falei. Que tem que dizer e tá até no jornal! Eu dizia isso na época e o pessoal era contra mim. Lá, o pessoal dizia que era contra! Uma coisa bastante, muito interessante que eu digo! Mas uma das causas do professor no Brasil ganhar pouco tá em nós. O grupo de professorado no Brasil é muito fraco! E por quê? Por que isso? Eu dizia isso na época, há vinte anos, que era proibido dizer isso no microfone! Companheiro é porque a carreira de magistério no Brasil é um tipo de aluno que vai das piores qualidades. As pessoas que não passam em Ciências exatas, Ciências Humanas, passa em lugar

nenhum ele vai pro magistério; ainda mais com essas faculdades de formação. Ai você quer o quê? Porque um professor do meu quilate ele jamais vai se sujeitar a ganhar dois, três mil reais. Um professor do quilate do meu filho que tem mestrado e doutorado ele não vai se sujeitar! Mas, esse professorado que esta aí nessas escolas de formação ele vai ganhar mil e quinhentos reais (R\$ 1.500,00); pra ele é muito dinheiro. Também ele não ensina nada! Eu dizia isso a trinta, quarenta anos! A turma me proibia de falar essas coisas! Porque é verdade! O professorado nosso é muito ruim e uma prova disso que tá na porra dos jornais! Folha de São Paulo, sexta, sábado tá dizendo isso. E como o professorado não tem salário então não atrai os grandes alunos. É verdade isso aí! Eu vou fazer o quê? Eu tenho mestrado, tenho doutorado aí eu vou ganhar oito mil reais (R\$ 8.000,00); oito mil reais ganha um soldado de Polícia Federal que tem segundo grau. Oxente! Ai eu sou doutor vou ganhar oito mil reais! Um soldado ganha; que é isso? Ai não atrai. Então, ou seja, é o único, ou seja, e depois a gente sabe isso o salário mais baixo de todos os países é do Brasil, porra! É do Brasil. O camarada que mora no Uruguai, o professor ganha mais que o brasileiro; Argentina, Chile, qualquer republiqueta o professor ganha mais que do Brasil; ganha mais que um médico. No Brasil é o contrário! Então, você atrai o quê? Se não tem salário quem é que vai para educação? Diga aí? Por quê o professorado que esta aí na educação; porque toda regra tem exceção, falando a maioria, a maioria e o lixo o lixo é melhor do que ele! Um professor que nunca lê um jornal; quase toda escola tem jornais. Folha de Pernambuco, Jornal do Commercio e Diario. É só você ir na escola, qualquer escola, de um corpo docente de quarenta, cinquenta professores, vamos botar de cem professores, o corpo docente da escola só dez lê jornais. Noventa não pega nem no jornal; aí você quer o quê? Você tem um professorado horrível! Se o professorado é horrível hoje imagine há quarenta anos? Horríveis! Nosso, eu costumava dizer na época que: eu sou pobre porque os meus colegas são incompetentes! Porque eu sou professor de Matemática, eu não sou professor que, eu me formei em “matemática pura”! eu entendo de matemática! Eu sei somarr! Somar é uma função. Eu sei somar, eu não sou professorzinho de FUNESO, FAFIRE, FACHOCA, FASP. Isso não existe! O homem que você tem é esse então eu tenho que fazer uma proposta para esse homem. Pronto! É por isso que nós estamos desse jeito!

Você quando vai reivindicar alguma coisa, não adianta você fazer, você vai fazer o quê? Uma assembleia, a categoria tem cinquenta mil pessoas a assembleia só tem mil! Isso pra mim é papo furado! Meus companheiro que tão lá no SINTEPE e nos outros lugares do sindicato são uns heróis. “Pobre de jó”! Morena mesmo; “pobre de jó”! não tem nada! Só tem o estado, ganhando aquele dinheiro. Uma mulher ou um homem não pode viver com dois mil e setecentos reais (R\$

2.700,00), dois mil e quinhentos (R\$ 2.500,00). Não pode viver! É só sonho! É sonho mesmo! E saco vazio não se põe em pé, companheiro! Infelizmente. Agora por exemplo, uma coisa bem interessante, o problema do mestrado e doutorado qualquer faculdade de dois tonhos tá dando isso. E agora? Ai, como é que fica? Não é? Como é que fica? E o país como é que fica? Não é? Ai, depois na Federal o camarada tá discutindo o “sexo dos anjos”! porque, você tem que fazer um mestrado e doutorado, porque o dinheiro é do povo, mas aquela, aquela, aquele, aquele estudo que você está fazendo, aquela proposta, aquela tese que você está defendendo tem que ser para o povo. Você tá fazendo o doutorado para o século três mil; eu tô em dois mil e quatorze! Ainda falta novecentos anos para chegar em três mil. Então você vai discutir o “sexo dos anjos”! O camarada tá fazendo o doutorado aí que não tem nada haver com a realidade e sim o povo. Porque o povo pagando e você fazendo determinadas coisas e o pessoal; educação, educação é um exemplo, as teses de educação que tá indo pra Brasília tem um montão que não voga de porra nenhuma! Que não voga de nada! Voga de nada, nada, nada! Olha, é ensino do Primeiro Grau, agora é Segundo Grau, agora é Terceiro Grau, agora é Escola complementar. Existe isso, companheiro? Isso melhorou em quê? Melhorou. Rapaz, eu fazer mestrado, doutorado pra discutir, olha, é Primeiro grau maior, é Primeiro grau menor, olha, agora é Ensino complementar, agora é Ensino médio. Companheiro, vogou de nada! Eu não fiz nada! Agora não é mais prova; agora é avaliação. Não vogou! Agora é conceito; não vogou! Mudou em quê? É a mesma coisa, vamos discutir, é, é, é o voto obrigatório ou sem voto obrigatório. Companheiro, se o voto não for obrigatório uma pessoa se elege! Pronto, se o voto não for obrigatório melhorou a minha vida em quê se não for obrigatório? Não existe!

Então, educação se tem mania de se falar isso. Se discute “sexo dos anjos” e aí o dinheiro que vem pra educação já é pouco aí dana-se a fazer Congresso simples, é, é não sei o quê, pá, pá, pá, é banca não sei de quê pagando fortuna a determinados educadores que vem do sul do país e fica no mesmo porque são realidade diferentes. Eu, eu que sou eternamente vivo questionando dizia para os grandes mestres que vinha dá aula aí no Centro de Convenções: Diga aí professor, qual o seu nome? Arundo! Ó, um problema aí! Eu dou aula no lugar chamado Vietnã. Aí a turma; êê! Chamado Vietnã! Pelo nome já tá dizendo o que é a escola. Essa sua prática que tem aí, nós vamos lá para a escola que eu ensino pra tu dá uma aula lá! Pra eu aprender como é que dá aula. Porque eu tenho uma turma de sessenta e três meninos de quinta série. De sessenta e três meninos tem treze que sabem escrever o nome; cinquenta não escrevem o nome. Vamos dá uma aula lá? Acabou-se, então ele não dava mais aula. Porque eu questionava, por que tudo que ele estava dizendo ali era só teoria, aquilo ali é pro pessoal, é pros meninos que

estudam na Escola de Aplicação onde você faz uma seleção de dois mil e você tira quarenta; aí você pode fazer isso! No ETEPAM, no Almirante Tamandaré, ensinei no I.E.P, no I.E.P, é! É! ETEPAM, esses daí que eu ensinei!

De quê? Vigilância como, você está falando? Não. Eles eram indiretos! Por que já em setenta e nove (79), oitenta (80) já começou, a repressão já começou a diminuir, mas era muito discreta, não tinha aquela de ficar vigiando a gente não. Tinha não! Já tinha diminuído muito. Já tinha à Abertura, Lula tinha estourado a boca do balão em São Paulo; não tinha muita perseguição não! Agora, a gente se precava, todo mundo na época tinha medo. Nós tínhamos medo; Assustava! Mas não tinha muita repressão assim. É, tinha muita repressão nas escolas. Nas escolas os diretores botava pra quebrar em cima da gente! É porque os diretores eles pressionava a gente, esse grupo que eu, você tava falando todos eles eram bons professores. Você tinha o suprasumo! Eu era, eu era matemática pura, minhas aulas de matemática era uma multidão pra escutar; a aula de Iache era a mesma coisa! As aulas de Paulo Rubem Santiago as aulas de Educação Física dele ficava uma multidão pra ver de Horácio, todo mundo. A gente era; Morena. Matemática! Educação Física, Morena parece que era da área de História não sei o quê, era tudo, era aula fora de série, era tudo de Esquerda, não é? E você sabe que um homem de Esquerda é um homem diferenciado; ele tem o poder da fala, como a gente tem! Ai pronto. Por causa disso os diretores de escola tinham muito medo da gente. Porque a gente era o cão! A gente era o dono da palavra! Questionava tudo.

Olhe, os diretores nunca prejudicaram, a grande bronca que eu tive, como eu disse a você desde o começo da entrevista, é que, os diretores nunca mexeram comigo, nunca, nunca! A minha bronca nas escolas é que eu tomava as dores dos colegas! Ia defender os errados. O camarada que chegava atrasado; que eu nunca cheguei! Que saía cedo; que eu nunca saí! Certo? Que comia as meninas; que eu nunca comi! Que eu não sou homem de comer aluna. Certo? Eu ia defender os meus colegas errados; os irresponsáveis. Ai, eu sempre tive atrito. Mas atrito por quê eu ia defender os meus colegas! Eu era liderança sindical, não sei o quê, tinha o poder da fala! Certo? Mas comigo eles nunca mexeram não. Comigo e com nenhum do grupo; que a gente não mandava na escola! Não é? Era a mesma coisa! Com a gente, com Paulo ninguém queria negócio! Paulo, Horácio, Morena, queria não! A gente questionava! Agora, a gente tinha mais atrito por causa do corpo docente. Que a gente ia defender eles ia defender o errado. Você defender uma pessoa que não chega na aula! Não é? Não tinha desculpa. Não é? Não fui dar aula hoje porque meu menino tava doente! Disse porra! Mas tu come da escola porra! A tua escola é que sustenta teu menino! Reunião dos professores. Ai, o professor leva uma criança! E ali é lugar

de criança porra? Ali é de debater a comunidade escolar, você não pode levar o teu menino. Ah! Porque eu não tenho empregada! Você falte! Não é? Ainda hoje isso é normal. Não é? Isso é normal. Isso não pode! Isso não existe!

Companheiro, companheiro! Esse negócio de pais, carta-aberta a população. Meu irmão, a popu; era, mas era aquela coisa de antigamente! A população lá quer saber de porra de carta-aberta, rapaz! Carta-aberta a população? A população com fome, com seus problemas, ganhando menos de um salário mínimo quer saber de professor, rapaz! Isso não existe! Isso é só a gente de Esquerda que diz isso que é pra, pra; eu nunca fui numa associação de moradores para encontrar mais de cinco, dez pessoas, não é? Tudo é papo! Mas era; apoiaram, mas num grupo de cem tem cinco! E apoiar? Apoiar se tivesse quarenta e cinco! É a mesma coisa hoje. Não vai! Por que, eu dizia muito e continuo dizendo ainda; é um sonho que a Esquerda tem! Sonhar não paga nada! É uma coisa bem interessante. Vamos ver uma coisa bem interessante! Quem tem que lutar pela escola é esse motorista de ônibus, esse cidadão que tá ai, aquele empregado da sorveteria. Eu sou empregado da escola pública. Eu sou empregado! Quem tem que lutar pela escola de qualidade é o sapateiro, é, é o cobrador de ônibus, é o motorista de táxi, eu moto, é, é o trabalhador comum porque a escola pública é dele. Eu sou empregado dele! Ai não, quem luta por ele sou eu! Que sou empregado da escola pública. Eu sou empregado da escola pública, companheiro! Então, quem devia lutar pela escola pública devia ser quem usa a escola pública. Quem usa a escola pública? O povo! Mas o povo não luta. É meia dúzia de “gato pingado” lutando e que eu não acredito que vá pra frente. Eu não acredito. Eu com setenta e um anos de idade só eu tô vendo. Você pode fazer greve de demorar até morrer, Se você não mudar o Produto Interno Bruto, se todos não forem envolvidos em educação nós não vamos pra frente. Ai, baseado em que Arundo esta dizendo isso? Toda raça amarela, Indonésia como um todo, Coréia do Norte, Coréia do Sul, China, Indonésia, Japão todos investiram setenta e cinco por cento (75%) do Produto Interno Bruto. O resultado tá ai pra dizer ao mundo todinho! Agora é que nós vamos para dez por cento (10%)! Agora é que nós vamos para dez por cento! Essa escola pública que nós lutamos, companheiro!

No caso, por exemplo, o nosso corpo docente, os professores da Secretaria de Educação de Pernambuco, deve ter uns cinquenta ou sessenta mil, se você vai botar escola de tempo integral tem que ser; três vezes seis, dezoito! Cento e oitenta mil professores. O estado tem dinheiro pra isso? Independente de quem esteja lá! Bota Arundo! Pronto. Como governador! Eu tenho dinheiro para pagar a cento e oitenta mil professores? A gente esqueceu que eu estou no estado capitalista! No caso, por exemplo, como é que eu resolvo o problema de Justiça? Eu tenho que

fazer; é. Quantos juízes tem? Tem mil. Eu vou botar mais dois mil, são três mil. Eu posso pagar mais dois mil juízes? Onde é que eu vou arrumar dinheiro? Não é? O problema esta ai! O grande problema esta ai. Não é? Por que o sistema; a você diz assim: Arundo, mas os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a Bélgica não é capitalistas? O povo não vive bem lá? Eles vivem bem lá porque eles exploram o Brasil, exploram à Argentina, o Paraguai, o Uruguai, é, é! Eles tão bem lá porque eles exploram esse países satélites. Não é? E nós não temos tecnologia para chegar a eles lá! Então, se ele dá algum apogeu a seu povo, mas em compensação eles teem alguém por trás que mantém. No caso de uma Suécia, uma Suíça mantém. Ai o camarada fica calado! Ai ele fica calado pensando. Agora se fosse no caso, do carro, um exemplo, o carro ai. O carro nos Estados Unidos todo mundo tem! Só que todo mundo tem não! O carro mais safado nos Estados Unidos tu paga trezentos dólares (US\$ 300), sabe de quê? De seguro! Pra tu ter um carro nos Estados Unidos tu tem que pagar no mínimo seiscentos reais (R\$ 600.00), no mínimo! Pra ter o carro. Porque você só pode ter o carro depois que pagar o seguro. É! Você paga o seguro primeiro pra não ter essa confusão. Bateram no meu carro! Não é? Você paga o seguro primeiro, é pareá! Então o cabra não tem carro! Ele ganha dois mil dólares; ele não vai pagar trezentos dólares de seguro! Não é? Tá entendendo? É que se fala uma coisa e não se diz outra! Então, eu vejo assim, certo? A gente vai demorar muito, não é? A solução tá na educação; não tem outra solução e daqui a pouco chega a educação. E na minha avaliação tem que ser no mínimo, como todos os países, não estou dizendo novidade, tem que ser um acordo de a gente passar cinco, dez anos só em educação, pra depois a gente tentar sair dessa crise que o país tá vivendo. A gente ou qualquer país! Porque, do jeito que esta ai! Isso que nós temos é paliativo. Até você, isso que nós temos, que Lula criou o salario mínimo do professor, que Lula fez junto com o Partido dos Trabalhadores, que não é Lula porra nenhuma! A Esquerda fez, é pouco, eu sei que é pouco! Mas foi o que deu no momento. Porque as prefeituras do interior pagava trezentos reais (R\$ 300,00), quatrocentos reais (R\$ 400,00) ao professor; hoje, ela paga mil e setecentos (R\$ 1.700,00). É um grande avanço! E não pode pagar mais! Não é? Eu sei que é um avanço! Sei que é muito pouco. Você um professor sair da sua casa pra ganhar mil e setecentos reais (R\$ 1.700,00), não existe! Não existe educação para manter esse saco em pé! Esse saco é obrigado a cair.

Nenhum. Nada, nada! Se você não arrumar lá na APENOPE. Não existe. Aonde você pode encontrar esse material se for lá no sindicato, porque noutro lugar é difícil; a gente não recorda nada. Não tem nada! Recortar o quê? Aqueles papéis, monte de papéis. Carta-aberta tinha milho; um monte. Produzia jornal! Produzia tudo! Aquele jornal, Aquela, aquela, aquela, aquela que a gente rodava assim! Mimeógrafo. Era! Pé-duro, depois aquele mecânico; tem o mecânico?

Que a gente bota tonner pra rodar! Era a noite todinha. Material pouco, escasso. Era aqueles panfletos. A gente vivia mais de panfletagem. Porque não tinha! Ninguém tinha nada! Era tudo muito pobre.

É! Começou na rua. Não. Primeiro, a APENOPE foi no edifício Pessoa de Melo ali do lado do, do São Luiz na ponte da Boa Vista, sala seis, sei lá! Por ali. Ai, dali, a gente foi pra, pra, os Coelhos. Ai, dos Coelhos a gente vendeu e veio pro lado de cá. A estrutura sempre foi precária; é. É, sempre foi precária. Porque, veja mesmo: onde você paga cinco reais (R\$ 5,00), dez reais (R\$ 10,00) de contribuição um negócio desse não pode ir pra frente, porque na época tinha uma discussão muito grande. Não! Era em, em, em folha de pagamento. Vem em folha de pagamento? Maciel tirou depois voltou. Não é? Mas não era em folha de pagamento? A gente ficou pagando; pedia ao pessoal, quase que o sindicato se acaba! Fazia de colégio em colégio, os boletes; aqueles papel que a gente rodava, o camarada pagava um mês devia cinco. Era só amor! Foi levando, foi levando, a gente foi levando. E depois tinha outra coisa mais séria, não é? Desse processo que se discutia na época. Nunca me lembro disso que a gente discutia! Não! O político esta na frente do econômico. Que nada meu irmão! Como é que eu vou trabalhar, como é que eu vou viajar daqui pra Araripina se eu não tenho dinheiro? Não é? Eu não posso ir para Araripina sem dinheiro! O que tem que fazer; eu me lembro que era essa discussão a noite todinha, que tinha, que a gente queria que aumentasse a contribuição, o grupo da não queria que aumentasse a contribuição. Companheiro! Senta, senta cinco pessoas da proposta que era para aumentar a contribuição e cinco que é contra. Bota os dez, os doze ou os treze ou os vinte manda pra o sindicato vê as despesas todinha, veja quanto dá e depois vem aqui para à assembleia dizer o resultado. Coisa tão simples! Não precisa discutir um por cento dá, dois por cento dá, três; não adianta discutir isso! Vê quanto é a despesa quanto é que dá e aqui diz. Mas, a gente era muito imaturo sobre isso. Não tinha; o dinheiro dá, o dinheiro não dá! Ainda hoje continua isso, porque as pessoas pensa que o diretor de sindicato é obrigado a dar aula; e quem toma conta do que é dos outros pode trabalhar, pareia? Ninguém serve a dois senhores não!

Não, não, não! A gente entrou porque a maioria de nós tinha ideias. A gente não sabia o que era; eu nunca me esqueço, a gente não sabia o que era, como é o nome? Que fala em assembleia. O pessoal do Sul tudo avançado, a gente não sabia o que era questão de ordem, proposta, não é? Não sabia! Ninguém sabia. Não tinha nem ideia o que era isso! Não existia assembleia do Leônidas não, rapaz! Foi aquilo que surgiu de Lula. A bronca todinha, você não sabe o que “Maria” é “Maria vai com as outras”? quando estourou o ABC Paulista, você sabe que os jornais não traz nada, quando vem chegar aqui a notícia aqui em Pernambuco ninguém

quer mais. Quem sabia, parecia? Não! Ninguém sabia nada não! Não! Eu era sócio por ser sócio porque eu ia pro dia dos professores beber, arrumar mulher; existia isso não! Eu ia só. Não conhecia nem os meninos. A gente se conheceu lá no Náutico; Clube Náutico Capibaribe. Foi! A gente se conheceu lá no Clube Náutico Capibaribe. Hércio, que é um dos antigos eu conheci lá, mas eu era da Federal, os meninos não era da Federal não, parecia! Quem era da Federal era eu, Arundo, eu sou de lá do Instituto de Matemática. Tá entendendo? Eu sou de lá! Os meninos é das faculdades daí! É! É! Não eram “cão, cão de fogo” não! Veio da Rural, veio não sei da onde; eu sou de lá do Instituto de Matemática da Rua do Progresso onde tem a, onde tem a, onde é o Consulado, onde tem o Consulado ali naquela rua. A Federal não era ali? Era ali! Eu sou do outro lado. A gente veio se conhecer, mais o grupo mais assim, tá, tá, tá lá no Náutico; aí começamos! Que a bronca no meu caso assim, eu não tenho ninguém, eu bem dizer era arrimo de família; eu não tenho porra nenhuma, sou de Santo Amaro, sou pobre de Jó! Não é? Horácio, tem o pai dele que é coronel, que é capitão e que mantinha; Paulo Valença tem família, todo mundo tem família, eu nunca tive família! Eu toda vida dei quinhentas aulas para poder sobreviver, tá entendendo? Aí, eu não podia fazer, podia fazer carreira no movimento sindical, nem carreira política. E a minha família? Quem dava de comer? Eu ia porque era “cão, cão de fogo”! Como eu sou ainda. Certo? Mais os meninos tinha prática, eu não tinha nada não! Eu ia fazer parte de grupo, eu ia fazer parte de grupo que eu não tinha; e a minha família? Quem é que ia dar de comer? E a Prefeitura do Recife que não tem nada haver com o Estado? Eu tinha apadrinhamento lá que mandava sair? Não é? Tá entendendo? Aproveitava os negócios? Tá entendendo? Mas era tudo completamente diferente; era um mundo cão! Um mundo diferente. Que você sabe, queira que não queira, queira que não queira, queira ainda hoje, principalmente antigamente, mas ainda hoje professor é classe média, baixa, mas é classe média. E você lhe dá com classe média é foda! Você hoje, você hoje vai ter quanto? Vai ter no mínimo, no máximo numa escola hoje já tá muito misturado mas ainda continua ele querendo ser elite; tá fudido mas quer ser elite! O professor. Porque ganha dois mil (R\$ 2.000,00) no estado, aí tem outro ganha mil e quinhentos (R\$ 1.500,00) dois mil, aí ganha quatro, cinco mil reais e pensa que é o dono do mundo! Aí, tem aquelas proposta que vem na escola, indecorosa; as propostas são indecorosas.

Quem é professor sabe! Companheiro, um professor que não lê tá fudido! Ele não lia nem antigamente e agora é que não lê! Nunca leu! Quando eu falo não lia, significa, num grupo de cem só vinte tá lendo, dez tá lendo e oitenta não está lendo. Como é hoje! Ainda continua. Sentia isso ontem, hoje e agora! Ninguém lê! Ninguém lê! Ainda continua do mesmo jeito. A minha mulher hoje é diretora de escola, aí chega lá: Folha de Pernambuco, Jornal do Commercio,

Diário de Pernambuco! Isto É, Isto É, Carta Capital. Do jeito que essa revista chega, fica. Eu quando tava no sindicato, que eu dirigia o sindicato, SIMPERE, nós tínhamos lá Folha de São Paulo, Diário de Pernambuco, Isto É, Veja, antigamente não existia Carta Capital. Ninguém, os diretores nunca abriram esses jornais e essas revistas. Os diretores; diretor de sindicato! Não é? Você tem um sindicato de trinta pessoas, quarenta pessoas só quem atuava, vou botar assim, vinte por cento, dez por cento. Vinte por cento, trinta por cento! De trinta por cento. Uma diretoria de quarenta você tem trinta, você tem trinta atuantes. Trinta por cento; três vezes três nove, dez. o resto é só faz de conta. É por isso que tem os grandes grupos nos sindicatos, é por causa disso aí. Ainda hoje continua! Os atuantes, continua do mesmo jeito, não é? Quem é atuante? Você só conhece fulano, beltrano, sicrano, só essas; a diretoria é formada de cinquenta, sessenta pessoas!

Não, não me lembro não! Tem não! Era muita gente. Mesma coisa de hoje. Era uns trinta, quarenta pessoas a diretoria toda. É! Não mudou muita diferença não! Acho que não. Tinha tudo. Estatuto é o que mais tem. Esse negócio que a gente fala muito! Como é? Como é que a gente fala? Congresso! Você vai pro congresso, a proposta do primeiro nem terminou, aí, cem propostas; aí você não conseguiu botar dez em prática. Aí, chega no outro congresso você bota mais cem. Cem, com noventa que tava são cento e noventa! Aí vai pra outro congresso e bota; a Esquerda tem mania disso aí!

Hum! Não, eu, ah! Foi, um tipo de detenção. Eu estava na, eu, eu, eu fui fazer um piquete lá, no, no IEP aí um mulher abortou e disse que eu fiz abortar! Não é? Aí foi as rádios, jornal, aquele escândalo medonho, aí foram para o sindicato para me prender, aí eu corri, me escondi, aí depois chegou os advogados da gente e aí provou que eu não tinha nada haver com aborto, que a mulher abortou não sei o quê, pá, pá, pá! A gente ficou em cima com nossos advogados e a Secretaria de Educação, aí, mandaram me chamar mais não! Ficou tranquilo, tranquilo. O prejuízo mesmo só quem sofreu foi Paulo Rubem. Que ele, Marco Maciel demitiu ele. Terminou a greve ele foi demitido! É! Porque também ele demitiu porquê ele estava no estágio probatório, só tinha seis meses, um ano de estado. Não! Porque ele tinha seis meses, um ano! Não, porque ele tinha seis meses, oito meses, um ano. Não era nem probatório; porque ele não tinha concurso! Foi! Tomou, tomou a frente. Ah! Porque antigamente, na minha época que eu entrei no estado, não é? Tinha seleção. É. Quando foi que eu entrei no estado? Sessenta, sessenta e cinco não! Sessenta e seis, sessenta e pouco, setenta, sei lá! Sessenta e nove! Era seleção. No caso era de matemática. Eu era de matemática “pura”, aí, o, antigamente quem fazia contrato do professor era o diretor de escola; chegava lá: eu quero dar aula! Aí, o diretor de escola, botava, você ia dar aula e ficava como funcionário. Não é? Aí quando eu entrei no estado já era diferente!

Quando eu entrei no estado, aí tinha uma seleção. Vaga pra Matemática! Pegava os alunos de matemática que querem, que é terceiro ano, quarto ano; vaga não sei pra quê! De Física, Engenharia. Quem quer? Aí você fazia uma seleção, não é? Dava o seu currículo e ia pra Secretaria de Educação pro estado. Aí, depois saía o edital lhe chamando; se você quisesse comparecia! Pronto. Eu fui chamado por edital ficava incorporado. Eu fui um dos primeiros lugares. É claro! De “matemática pura”! não é? Ninguém tinha esse currículo, tinha nada! Eu fui o primeiro ou fui segundo lugar. Parece que o segundo lugar não quis assumir porque o dinheiro era pouco, mas, eu pobre! Na época eu era pobre!

Eu diria que ia começar tudo novamente! Tudo de novo! Eu seria professor já com essa cabeça que eu tenho hoje. Eu ia ter, eu tinha, eu ia ter um bocado de propostas. Se eu entrar no movimento sindical, que eu não quero entrar, eu ia transformaria o movimento sindical não só a nível de Pernambuco como a nível de Brasil. Transformaria o movimento sindical! Que as proposta que esta com os meus colegas aí são completamente equivocadas. E o povo quer ver falar isso. Eu vou pra lá, pro microfone dizer e morrer dizendo: “Um professor não pode ganhar menos do que um soldado de polícia”!

Ficha técnica: 02

Professora - Florentina Francisca Cabral – “Morena” - Idade: 61 anos

Ingresso no estado: 1975

Datas: 14-07-2014 – 15h40min as 17h20min / 14/07 - (1h 38 min)

Data (2ª parte da entrevista) - 03/11 /2014

Local: Sala ASSEPE (Associação Assistência a Saúde dos Servidores do Estado) no HSE.

Atividade atual: Representante do SINTEPE na ASSEPE

Entrevistador: Cícero Souza - Apoio: Vlademir André.

“Quando você ingressa numa luta, defende interesses coletivos você se coloca naquele contexto, se coloca naquele e grupo e vê que a sua vida é importante para você, mas não é só importante para você! Você tem também a missão, o dever de conquistar para o coletivo; bem mais coletiva. Por que só eu vou ter direito de ter uma vida digna? Por que só eu vou ter direito de ter uma educação de qualidade? Por que só eu vou ter direito a uma assistência a saúde de qualidade? Por que só eu vou ter direito a uma moradia digna? Então é direito de todos! Eu preciso ter e os outros também!”.¹²⁰



Fonte: Arquivo do autor. Professora Florentina Francisca Cabral (Morena). .

Meu nome é Florentina Francisca Cabral, esse apelido de “Morena” foi meu pai que me deu desde que eu nasci e terminou o apelido que era de casa “indo a praça” e ficou mais acessível

¹²⁰ Professora Florentina Francisca Cabral entrevista concedida ao autor dia 03 de novembro de 2014.

do que o nome; porque o nome não é muito comum. Fiquei mais conhecida pelo apelido do que pelo nome!

Minha idade é sessenta e um anos, agora em outubro em completo sessenta e dois! E, atualmente eu estou aqui, faço parte da diretoria da ASSEPE, que é, Associação Civil de Assistência a Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco. Aqui, nessas duas salinhas. Temos também uma casa de apoio que é aqui na Rua São Salvador. E eu estou aqui, enquanto representante do SINTEPE. Porque o SASSEPE foi uma conquista da luta dos servidores, do conjunto dos servidores e cada sindicato disponibilizou, um representante pra desde o início do processo de mobilização integrar esse conjunto, esse coletivo na perspectiva de encontrar uma alternativa para o IPSEP que a gente perdeu lá em 99 {1999} por conta da reforma constitucional, a reforma que atingiu diretamente a Previdência. E aí, o SINTEPE me indicou e eu fiz parte lá, de todo processo de discussão, da elaboração da lei daquele processo de negociação, foi uma mesa composta do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e o movimento sindical. E, de lá pra cá, agente, quem iniciou o processo se envolveu e não teve mais condições de sair; pelo menos por enquanto! É, um processo assim, que demanda muito tempo, entendeu? A Saúde, a gente sabe também é uma área de muita dificuldade, além da Educação, a Saúde é muito difícil e, tudo é muito moroso, o processo burocrático do Estado com licitação, com isso e com aquilo tudo é muito lento. Mas, terminou que, estamos aqui, já são treze anos! Nessa luta! esperando que venha alguém para pegar o bastão pra, é preciso renovar e seguir em frente se não a coisa fica sem futuro! Minha idade é sessenta e um anos, agora em outubro em completo sessenta e dois!

Bom! O início da minha trajetória, eu fiz licenciatura em Ciências com habilitação em Matemática, e aí, concluí o meu curso na FUNESO, comecei em Vitória de Santo Antão, e, eu assumi o estado em sessenta e cinco, mas, minha formação, comecei em setenta e três, fiz a licenciatura curta e em noventa e três, por aí! Noventa e dois, noventa e três concluí a licenciatura Plena. E aí, parei, não tive condições de continuar, tive de parar pra lá adiante e depois consegui concluir a licenciatura Plena lá em Olinda. Foi, foi na FUNESO! Comecei em Vitória de Santo Antão e terminei na FUNESO!

Bom, eu fiz na escola pública! Não, não! Eu sou de Garanhuns não! Eu sou de Moreno, sou de Moreno! Eu fiz na escola, era uma escola municipal onde eu comecei, hoje nem existe mais essa escola! Era Richard Tatersau! Porquê Moreno tem aquela fábrica que era dos belgas e, ali, eles invadiram tudo que fora espaço e o povo fazia as honras, as referências aos “invasores” aos “exploradores”, portanto, o nome da escola era no nome de um deles! E, aí, depois eu fui para escola paroquial que já era uma escola estadual, depois da escola paroquial eu fui para o colégio

das freiras, ai, era particular e terminei o ensino médio, no caso, Científico naquela época, então, terminei na escola estadual. Terminei em Jaboatão, no Rodolfo Aureliano. Foi lá que eu terminei! Comecei em Moreno mesmo no Sofrônio Portela e terminei no Rodolfo Aureliano.

Bem, não houve uma decisão e nenhuma influência. O que houve? Na época a gente não tinha assim muita orientação, nem muita opção não. Era ou Medicina ou engenharia! Eram as duas áreas que todo mundo gostava. Ai, quando eu terminei o científico eu disse: vou fazer Medicina! Ai, me inscrevi lá pra Medicina. A segunda opção foi Psicologia. Naquela época eram três opções e eu não lembro a terceira, mas ai, não fui aprovada. Ficou faltando pouco! Que eu até me surpreendi com a minha nota. Eu disse, meu Deus! Eu consegui isso tudo? Mas, depois eu disse: Vixe Maria! Eu fui levar meu irmão para sajar um, um abscesso no dedo e lá meu irmão sarjou o abscesso e eu desmaiei! Vixe Maria! Quando eu dou por mim, terminou tudo e eu vou me levantar, cadê as pernas? Ai, huuuuuu! Ai corre, corre pra acudir a acompanhante! O paciente acabou e a acompanhante tava precisando de socorro! Ai eu disse: mas menino, e eu por acaso vou ser médica desse jeito? Não! Não quero! Deixa pra lá, não vou insistir. Ai, o pessoal, os amigos e inclusive uma ex. professora minha que era muito minha amiga também; professora da terceira série! Altair, lá de Moreno também. Minha professora da terceira série. Ai, foi quando, é! Inaugurou essa faculdade lá de Vitória. Ai disseram: Vamos fazer vestibular lá pra Vitória, pra licenciatura! Ai eu digo, eu lá quero ser professora menino! Papai me chamava, ele me botou esse apelido de “Morena”, mas também me chamava de professora. Porque era o sonho dele, porque antigamente ter uma filha professora! Ooooh! Não, não, não! Não adianta que eu não vou ser professora! Ai, o pessoal disse, não! Ai a gente faz o vestibular e depois! É como se tivesse se preparando para o outro! Ai, eu fiz vestibular, passei, ai comecei a estudar, ai digo, realmente...! mas, daí fui me envolvendo, envolvendo, me envolvendo e terminou que eu “caí nos braços” do magistério e o magistério me conquistou! E, eu terminei ficando.

Comecei minha vida profissional no Sofrônio Portela em setenta e cinco {1975} com cinquenta aulas; eram duas turmas à noite. Em Moreno. Aliás, comecei primeiro no Colégio Batista que era lá em Moreno, no Curso de Contabilidade. Era privado! E ai, era uma turma assim cheia, parecia mais uma plateia de programa de televisão! E quem é que estava ali? Muitos dos meus colegas que tinha desistido, que tinha deixado e depois tinha retomado! E tinha muitos! Era muita gente! Praticamente todo mundo mais velho do que eu, e ai, eu passei uns seis meses no Colégio Batista ai depois fui para o Sofrônio. Ai, no Sofrônio foram duas quintas séries, e... pronto! Dai, eu continuei, também, era a noite! Sendo a noite era muito aluno trabalhador, muito aluno que também era fora da faixa etária, entendeu? E ai, eram meus amigos! Moreno que é uma

cidade muito pequena, todo mundo conhece todo mundo, então eram meus amigos e meu alunos! Assim, eu fiquei em Moreno até mil novecentos e oitenta, aí, eu oitenta e um {1981} eu me transferi para Paulista, Paulista eu não conhecia nada lá! Não conhecia ninguém mas fui pras mesmas turmas lá. Eu tinha: quinta, sexta e sétima {séries} lá em Paulista. No ensino fundamental! E aí, depois no caso, na época era Primeiro Grau! E aí, foi, durante esse período também eu fiz a Faculdade eu também me envolvi no grupo de jovens, que era coordenado pela Pastoral da Juventude e aí uma coisa tá praticamente ligado a outra. Quando eu comecei a ter mais ou menos um tempinho aí eu digo, eu vou me associar à APENOPE! Aí, o pessoal da APENOPE foi lá pra escola pra fazer campanha por conta da greve; no período da greve eu não participei, parece que no período da greve eu estava doente, de licença. Tirei dois anos de licença médica, uma licença atrás da outra; a greve de setenta e nove {79}! Mas acompanhei tudo porque minha irmã... a greve? Forte, forte! Tava morando! Uma greve forte em Moreno! E inclusive, eram, as lideranças eram os professores mais respeitados e mais conceituados da cidade!

{Pausa para atender telefone}

Sim, voltando!

Era! Já era associada! Já! A greve foi forte lá. Tivemos...

Não! Não. Lá em Moreno foi a partir da greve. Não! Paulo Ruben foi depois com a mobilização nacional, que aconteceu aquele processo praticamente no país todo, em vários estados. Aí, Paulo Ruben, junto com vários professores aqui de Recife conseguiam mobilizar a categoria através da APENOPE, mas, a APENOPE na época não era uma associação de caráter sindical; era uma associação ligada ao governo; não tinha caráter sindical. Depois da greve, o que ocorreu? A assembleia para avaliar a possibilidade de greve ou não foi chamada pela APENOPE, mas, quando a direção ligada ao governo; que a gente chama de movimento sindical “pelega”! Leônidas viu que a categoria estava indo pra greve e aí a diretoria não quis assumir! Claro! Aí, quando ele não quiseram assumir, o grupo, a comissão que estava mobilizada tomou a frente, assumiu a greve e aí quando terminou a greve foi que veio a eleição que derrubou a diretoria da APENOPE; a APENOPE não quis assumir! Porque aí, as lideranças da greve naquele período foram pra diversas cidades, diversos municípios. Tanto aqui na Região Metropolitana como no interior; em alguns municípios de interior também teve greves importantes.

Mas, em Moreno tivemos uns três ou quatro professores que, assim, assumiram a greve na “linha de frente” mesmo! Edvard Bernardes, que foi Prefeito! Teve Edmar, que eu não sei o sobrenome; mas teve! Edmar, Edvar, se eu não me engano, Pedrinho! Pedro Ferreira. Não. Não! A APENOPE, depois da do período da greve; porque durante o período da greve, que eu não

estava na ativa, tava de licença, mas minha irmã era estudante de nível médio de lá do Dom Jaime e na época era minha irmã que acompanhava tudo e me contava! O que estava acontecendo. As escolas que estavam envolvidas, quais eram os professores, as assembleias, era tudo! Eu não podia ir! E ai, depois desse processo de mobilização, que eu já tinha praticamente encerrado minha participação no grupo de jovens, ai, não! Agora eu vou participar do movimento sindical! Dá a minha contribuição. Ninguém me convidou, ninguém, eu é que sai de casa com os meus pezinhos e... não, não! Tava morando em Moreno mesmo! Ai fui mim bora procurar saber os dias das reuniões e tudo mais! Pronto!

Ai, as reuniões eram aos sábados; todo sábado. E ai, no sábado terminava a, ai já foi no período, assim, a minha participação mais efetiva mesmo; porque, inicialmente eu comecei a participar lá na Igreja do Barro, pessoal tinha reunião lá! Era como se fosse uma “sub-sede”. Ai era Luci, era Áurea era Gersina; Gersina faleceu! Luci Pinheiro. Atua! Luci, inclusive domingo passado – nem sei se o jornal de domingo tá ai! - ela é uma das grandes.... lideranças daquela luta de preservação da Mata U’choa!

{Intervalo para atender telefone}

Foi no jornal de ontem que saiu uma matéria boa medonha, do, da Mata! Da mobilização pela preservação da Mata U’choa.

Luci? Tenho! Tem! Você ligue para mim e ai eu vou pegar o telefone dela que eu tenho, residencial! Luci Pinheiro.

Ai, eu comecei a participar lá! Mas ai, foi quando eu me transferi para Paulista ai eu digo, bom! De Paulista eu vinha, é que eu ainda morava em Moreno, ai voltava, vinha no início da semana! Vinha na segunda a tarde e voltava no final da semana. Ai, eu digo, tá! Então quando eu voltar eu vou logo para reunião, depois da reunião ir pra casa. Ai, assim eu fazia! Todos os sábados saía de Paulista e ia para reunião, da reunião ia pra casa. E as vezes.... não! Ai já não era mais no Barro, já participava mesmo na sede da APENOPE que era aqui nos Coelhos. Na Ilha do Leite. Ai, assim me engajei e comecei a participar da diretoria em oitenta e cinco {1985}. A APENOPE na época estava sob intervenção, aquele período que Marco Maciel cortou, desconto em Folha e demitiu Paulo Ruben; o “massacre da ditadura” e era a gente que fazia toda uma mobilização pra arrecadar dinheiro nas escolas, pra, dos sócios que tinham condições de contribuir e era uma dificuldade grande! A sede meu Deus! E a sede era até própria, mas, coitadinha da sede! Era, a chuva quando vinha de cima do mesmo jeito, porque muito precária a estrutura, se perdeu muito documento, por conta disso também muito documento se molhou, mas,

era uma resistência grande! No sábado, era uma sala, a sala da frente um pouquinho maior que essas duas salas aqui! Mas ficava cheia de gente.

Se discutia, era, além do contexto político mais amplo se discutia muito a ditadura; se discutia também as questões específicas da categoria e as demandas tomaram sempre muito tempo e toda uma questão que era a questão salarial, era a questão da jornada e era a questão mesmo da própria legislação; na época o Estatuto do Magistério mesmo atrasado, muito, o Estatuto do Servidor também! Então, isso se discutia muito e além disso o próprio Projeto Pedagógico a quem servia aquele modelo, e, a necessidade da gente expandi o trabalho como se ia chegar as bases, ampliar o máximo possível a participação da diretoria na base pra que a gente pudesse retomar todo aquele processo de mobilização.

Na época tava se lutando também pela volta do desconto em Folha ai, com quem se discutia naquela época? Com Everardo Maciel, que era a única possibilidade que se tinha de um dialogozinho pequeno; de Educação! Mas, era com Everardo Maciel que se discutia muito! E, muito com a oposição! Ai, naquela época era, como é meu Deus? Que hoje é presidente do PPS; Roberto Freire! Convidava! Chamava para as atividades. A gente realizou congresso! 1º Congresso da APENOPE foi naquela época! Aqui! O 1º Congresso da APENOPE. Foi aqui no, naquela Escola Profissionalizante alí em Santo Amaro! Como é o nome? Junto do cemitério dos ingleses! Oooh! Me esqueci o nome dela! Não! Aqui! A Escola estadual! Almirante {Soares Dutra}. É! Exatamente! Ali fizemos o primeiro Congresso da APENOPE. Mas, com toda uma dificuldade, sem grandes condições mas mesmo assim a gente fez! Mobilizou, chamou o pessoal e, em oitenta e cinco {1985} quando a gente já estava com uma certa inserção, vamos dizer assim, na base ai, foi quando numa reunião tiramos uma estratégia de mobilização com paralisação e ai desse processo de mobilização foi crescendo até fazermos a segunda greve, que foi a greve de oitenta e cinco {1985}.

Bom, a gente não tinha assim muita condição de avaliar, na sociedade mais ampla a gente tinha um diálogo indireto com a sociedade civil organizada, na época as instituições que lutavam contra a ditadura e davam um apoio, é, importante; buscava um apoio e a gente tinha esse apoio! Mas, não se tinha espaço pra, ir para imprensa, a gente não tinha essas possibilidades, coisa assim, muito... agora, era uma entidade, a categoria tinha conhecimento, porque no início, com a greve foi um momento assim bastante forte e isso levou a categoria a tomar conhecimento; aderindo a greve ou não mas pelo menos sabia da existência da entidade e sabia da capacidade de luta, capacidade de mobilização, do poder de pressão.

Veja, em setenta e nove {1979} como eu disse eu não participei do processo, não tenho assim muita condição de dizer foi isso! Acho que foi o contexto grande! E principalmente o contexto político mesmo da época; a questão mesmo da ditadura! Em oitenta e cinco {1985} aí já entrou mesmo a questão salarial forte; a questão da remuneração e várias outras questões como jornada de trabalho, na época a gente não tinha aula atividade e hoje a gente tem. Então já entrou naquela época! Reformulação do Estatuto do magistério. O Estatuto do magistério era bastante reacionário. Então, em oitenta e cinco o processo de mobilização já englobou essas questões todas. E, quando terminamos a greve terminamos com conquistas importantes! O Governo, na época, Marco Maciel não quis dá o braço à torcer dizendo que tinha sido uma conquista da associação. Claro que ele não ia fazer isso, mas, ele terminou, não sei se tem lá na, no SINTEPE ou Paulo Valença tem, que foi até uma, tá no, no arquivo! Que foi uma reportagem interessante do governo no final da greve, dizendo, contemplando os professores em homenagem; não! Setenta e nove! Em homenagem aos professores. E, em oitenta e cinco a mesma coisa! Em homenagem as professoras que não fizeram greve. Não! A declaração dele, que o governo deu a imprensa foi essa! Dizendo que estava contemplando, reconhecendo o esforço das professoras que não fizeram greve. Como se fosse uma dádiva dele! Vou dar um presente a quem não fez greve! E quem fez greve vai receber um castigo! Que era a questão do corte, do desconto dos dias parados, mas terminou não acontecendo porque a mobilização foi forte e eles terminaram recuando e não cortando o ponto tendo a reposição das aulas e atendendo inclusive a reformulação do Estatuto do magistério. Partiu daí. E, agente conseguiu a partir da reformulação do Estatuto, é, congregar as associações que atuavam em Pernambuco no campo do magistério, que era à APENOPE, o C.P. P, AOEPE e ASUEPE; AOEPE dos orientadores e ASUEPE dos supervisores. E, ainda conseguimos organizar uma Comissão com pessoal administrativo que não tinha sindicato na época. E aí, mas participaram alguns. porque, o pessoal do administrativo, e claro, a gente entendia e entende até hoje tem uma dificuldade enorme de se engajar, de vim participar. Mas, alguns mais ousados, mais conscientes então se integraram e a partir daí se começou atuar no seguimento administrativo, se organizou uma comissão e essa comissão passou a participar de todo o processo de mobilização e de luta mesmo não tendo direito a se filiar à APENOPE.

Mas já começou a participar do processo de mobilização, foi quando nesse processo, nessa conquista da greve de oitenta e cinco a gente conquistou a reformulação do Estatuto do magistério e nessa reformulação do Estatuto do magistério esses seguimentos todos, professor que era APENOPE; professor regente de quinta em diante {séries; pessoal de primeira a quarta

{séries} tinha o pessoal do C.P.P; AOE, ASUEPE e essa comissão administrativos, a partir daí foram dois anos de toda uma discussão, de toda uma preparação até que nós fundamos o SINTEPE em mil novecentos e noventa {1990}. De todas... só quê o C.P.P participou de todo esse processo de discussão mas na hora de fundar o SINTEPE eles se afastaram, só vieram depois que o SINTEPE já estava fundado e consolidado; depois foi que eles chegaram. Mas no Congresso de unificação eles recuaram! E a preocupação deles, a gente entendia sempre no discurso que era o patrimônio que eles tinham. Eles não queriam socializar aquele patrimônio com toda a categoria! Patrimônio que eles achavam que pertencia a um seguimento apenas e até hoje tá lá com eles; eles não trouxeram. Vieram, mas o patrimônio ficou lá. E como a nossa luta não era uma luta que tinha o objetivo de angariar recursos nem patrimônio, era uma luta política em defesa dos interesses da categoria e não só os interesses específicos e imediatos, mas, os interesses também históricos, aí a luta era também do interesse de defesa de uma sociedade nova; a busca por uma sociedade nova, mas justa, igualitária, sem explorados e nem exploradores. E era o nosso sonho ter uma sociedade socialista; era não, é! Ainda continua até hoje!

Não! Eu acho que teve uma influência grande. Porque, eu, por exemplo, eu me engajei a partir da consciência que eu adquiri na Pastoral da Juventude. Outras pessoas também! Inclusive Paulo Valença é um que veio. Nós inclusive, esse que participou e organizou a greve de setenta e nove pra frente, nós éramos vistos como os “igrejeiros”; éramos assim chamados. Apelidados pelos outros, que vinha do movimento estudantil, que vinham dos Partidos! Não. Não! O pessoal da linha mesmo comunista não queria aproximação e eles participavam, atuavam com a gente pela prática que a gente tinha, mas pela concepção não! Eles chamavam a gente de “igrejeiro” e era.. Não! Porque os “igrejeiros” eram as lideranças! Mas então!

Na greve, parece que foi de oitenta e seis {1986}, porque a partir daí a gente começou na mobilização e todo ano era uma greve! Acho que foi na greve de oitenta e oito {1988} ou foi de oitenta e nove que a gente invadiu a Secretaria de Educação, invadimos a Secretaria de manhã, montou uma estratégia e invadimos. Isso, o almoço, agente já estava lá, já tinha invadido. Foi numa quinta-feira. Aí entra pela tarde, entra pela noite, de madrugada, aí o pessoal que ficava de fora colhendo as informações pra nos trazer; na época não tinha celular! Era o telefone fixo, só e o recado. Aí, lá vem o pessoal com o recado! E dizendo: a polícia vem de madrugada pra botar os invasores pra fora! Aí, vamos nos reunir, pra ver a estratégia que a gente vai montar pra enfrentar a polícia! Os revolucionários foram os primeiros a dizer: vamos embora! Nada de ir embora! Ôh gente! Por que a gente vai embora? Correr? Não! Deixa a polícia chegar! Pois aí, fizemos toda uma avaliação, a conjuntura, toda uma preparação. Aí, começamos a mandar recados para o povo

que tinha ido para casa; venham! Venham! Venham! Que a polícia de madrugada esta chegando por aqui. Eu sei que chegou bastante gente e a polícia teve muito trabalho para nos tirar de lá de dentro. Não tanto {violento}, mas; e a polícia faz isso? {conscientizar} Não! Foi os cavalinhos na frente da Secretaria; “potoc” “potoc” “potoc”! Pra gente sair e a gente resistindo. Era de madrugada; e a imprensa tava nada! Eu sei que quando amanheceu; foi! Oitenta e oitenta e nove, por ai! Quando amanheceu o dia, a gente, eles já tinha, o pessoal que já tava do lado de fora eles já tinham dispersado, ai, boa parte que ainda estava lá, a gente foi saindo, porque ficar quatro “gatinhos pingados” não tinha sentido! Ai, vamos fazer uma mobilização ali na rua da Aurora! Na frente dos Correios, por ali na rua do Sol, ali na frente dos Correios! Ai, vamos ocupar aquela estrada ali, vamos sentar, vamos fazer um movimento aqui, protesto. Quando a gente deu “fé” lá vem a polícia, pegava e arrastava a gente assim... ”Dê” licença! Pegava a gente e botava no canto sentado no meio fio; mas, só levou arrastado!

Que havia, havia! {vigilância do DOPS} inclusive a gente tem, eu tenho. Tá em casa uma lista do DOPS com os professores; que foi o pessoal que conseguiu com a Comissão da Verdade esse ano¹²¹. E o nome do povo da greve de setenta e nove tá todinho lá! Mas, ninguém sabia assim exatamente que estavam sendo vigiados a esse ponto. Inclusive, conversando com Luci, que o nome de Luci tá! O meu não esta que eu não estava na greve de setenta e nove. Ai, Luci disse: “e a gente ainda foi no IV Exército denunciar o autoritarismo dos diretores de escolas”! Eu disse! O quê Luci? Luci disse: fooooo! Morena. Eu disse: “meu Deus do céu”! Luci!!! Foi eu, Gersina e Hércio! Hércio de Matos. A gente foi, fez uma comissão e a gente foi no IV Exército. Eu disse: “meu Deus do céu”! Luci!

A reação? {vigilância} tinham ideia sim! Mas... porque a gente achava que a nossa atuação não era uma atuação política que levasse a; equivocadamente, claro! A gente não sabia o nível de possibilidade mesmo de repressão, de interesse da Polícia Política em reprimir tudo. Porque, não precisava nem você falar, bastava pensar! Mas, a gente não tinha essa; agora, eu acompanhei de perto o caso do, da prisão de “Cajá” {Edvaldo Nunes}, “Cajá”. A gente era do movimento; como eu disse... Não. “Cajá” era da Pastoral da Juventude! E ai, assim, na Pastoral a gente se precavia. A gente, quando ia pra Arquidiocese, que é ali; era no shopping da Boa Vista, naquela parte de trás, então quando a gente ia pra lá a gente ia por uma rua, mas não voltava pela mesma, a gente procurava sempre fazer outro caminho. Se via gente por ali sem fazer nada, de bobeira a gente ficava atenta e não entrava! Dava uma volta e só quando via que a pessoa não tava a gente entrava. A gente tinha essa preocupação porque sabia que a Arquidiocese era

¹²¹ Comissão Estadual Memória e Verdade Dom Helder Câmara – CEMVDHC.

realmente visada. Nessa época não! {sem vínculo com a APENOPE} Essa época foi em setenta e dois {1972} setenta e três, por aí! Entrei na... porque eu era da Legião de Maria, da Igreja! E daí, da Legião de Maria eu ingressei no grupo de jovens; que era a Comunidade de Jovens Cristãos de Moreno, que era coordenado pela Pastoral da Juventude. E aí, foi a partir daí que eu comecei a participar das reuniões. Nessa época eu tinha uma irmã que tinha treze anos, mas também era muito ativa na, no movimento da Pastoral e inclusive ia para outros estados participar de Encontros e tal, então, a gente tinha muito cuidado e muito medo que ela andasse só, de andar só pra não, de repente de uma hora pra outra desaparecer, é... presa ou sofrer qualquer repressão por parte da polícia.

{Pausa para atender telefone}

Desculpa as interrupções! Tá certo. Como só estou eu, aí!

Tinha, claro! {conhecer Arundo Nunes} Perdi o contato com ele, mas Paulo Valença tem. Inclusive agora a pouco, a partir dessa lista {da Comissão Estadual Memória e Verdade Dom Hélder Câmara} desses professores que foram perseguidos pela ditadura aí, eu falando com Paulo, Paulo disse que tinha encontrado com ele uma semana atrás; faz pouco tempo! Dois meses no máximo; três meses atrás.

Arundo! Arundo era daqueles mesmo; virado! E não tinha essa história de calma Arundo; tinha isso não! Era um ativista, daqueles que se a ditadura quisesse pegar alguém ele era o primeiro. Era o primeiro da lista, o primeiro da linha com aquele bocão dele que falava aqui e o hospital todo ouvia e era de luta mesmo, muita garra, muita disposição, muito comprometido e quando a gente saía com ele nos piquetes; misericórdia! O povo nas escolas morria de medo, só faltava se acabar porque só o bocão dele fechava qualquer escola! Não precisava de mais nada! Bastava o bocão de Arundo! Não! Ele era da APENOPE, mas ele era da base, ele não era da diretoria; ele era da base! Uma greve, de oitenta e seis, oitenta e sete {1986/87} uma dessas, a gente, ele andava no meu grupo. Era Olinda e Paulista, era nessa área aqui e a gente ia até Itamaracá, fazia essa área todinha; então ele era do meu grupo. Então, a gente foi num piquete numa escola em Igarassu; Santo Cosme e Damião. Ai, a gente chegou num dia à tarde e o pessoal disse: “venham de manhã que o povo aqui tá tudo furando greve de manhã!” A gente, vamos de manhã! Ai, fomos no outro dia de manhã, chamamos os professores, que a gente chamava tudinho para a sala dos professores pra ouvi-los primeiro, pra saber se eles estavam sabendo de alguma coisa, se eles estavam trabalhando e tal! Ai, essas reuniões as vezes levava a manhã todinha. Ai, eu sei que foi uma reunião demorada; conversamos, conversamos, conversamos! Ai, quando a gente saiu, tava de saída, aí lá chegou um menino correndo e gritando que o carro dele

tinha sido riscado! O carro de Arundo. Menino! Ai, foi pra cima da diretora, ameaçou dar na diretora, a diretora chorava copiosamente e eu, Arundo para com isso! Que ninguém vai! Não! Morena, não venha não! Porque você é “Santa Madre Teresa de Calcutá”, você é isso, você é aquilo! Não venha não! {disse Arundo} Porque eu era do grupo dos “igrejeiros” ai, ele; não venha não que ela tá merecendo! {disse Arundo} Não! Não vai acontecer nada disso com ninguém não! E por acaso professor ia mandar riscar carro de ninguém? Mas, Arundo perdeu a cabeça. Olhe que ele gritou tanto, gritou tanto, gritou tanto, mas terminando apaziguando e fomos embora, e ele não bateu em ninguém. Mas, ele era assim! Ele era explosivo, era daqueles que ia pra cima e se não tivesse cuidado tinha que ter alguém controlando ele. Mas, ele era muito disposto, não tinha essa história; era de manhã, de tarde e de noite. Não tinha isso não! A hora que fosse ele tava na luta!

A gente fazia pichação de madrugada nós muros das escolas “estamos em greve” e ele era um dos que estava na linha de frente. Saía pra fazer a mobilização que fosse, de manhã e voltava as dez horas da noite, a partir das dez da noite começava a reunião do comando e terminava a meia noite uma hora da manhã, no outro dia sete da manhã a gente tava no meio do mundo e esse era o ritmo! Trinta dias ou mais de greve que fosse e todo mundo na luta, todo mundo engajado. E não tinha domingo, não tinha feriado, não tinha dia santo. De segunda a sexta o piquete era nas escolas, nos sábados e domingos era nas feiras e era nas residências. Eu mesma fazia piquete domiciliar com os professores todinho do meu bairro; ia na casa de tudinho! Levava para aqueles principalmente que tinha mais disposição de furar a greve. Ai eu levava jornalzinho, levava as informações todas; na casa de todos! De um por um. No sábado e domingo! De casa em casa pra poder segurar a greve na segunda-feira, porque, se a greve, se eles não recebessem nenhuma informação da gente na segunda iam tudo pra escola. E ai? A greve ta furada, e a gente ia conseguir voltar esse povo da escola? Não. Tinha que sair cedo de casa! Então a gente fazia de casa em casa até que na segunda-feira a greve continuava. Era uma luta grande! Mas, feita assim com muito empenho e com muita convicção, que a gente queria os nossos princípios, as nossas rein vindicações, nossos objetivos; e era isso, não era só em defesa da educação pública gratuita, do salário naquele momento, naquela situação. Era uma luta em defesa de uma sociedade nova, transformação da sociedade; a gente tinha essa, esse compromisso com esse projeto maior, não era apenas pelo salário não! Agora, claro, a categoria, ao longo das greves que a gente fazia as assembleias que eram bem massivas no início da greve depois elas iam diminuindo, minguando, minguando, e ai, quando as propostas do governo vinham no sentido de reajuste ai desmobilizava rapidinho! Quando o governo apresentava qualquer proposta que viesse com reajuste começava a

greve a se esvair, vamos dizer assim. Teve greve que a gente terminou numa assembleia de cem pessoas, duzentas pessoas! Começava a greve com três mil pessoas na assembleia, mas a greve ia, ia, ia o governo começava apresentar proposta financeiras aí as lideranças tinham um projeto maior a defender, mas, a base não tinha muita clareza do projeto; a base ia muito pelo imediato!

Ai, a gente levava isso pra luta! Eram, as escolas eram precárias, principalmente aquelas mais, mais, vamos dizer desestruturadas. As mais carentes de tudo é onde tinha o povo furando greve! As carências eram de estrutura física, de mobiliário, de equipamentos mesmo para garantir uma aula mais atrativa; vamos dizer assim! Uma metodologia mais atraente para os alunos. Tinha toda uma dificuldade, dificuldade de todas as outras. E, falta de professor, livros, dificuldades imensas em todos os sentidos! Mas, as escolas mais precárias, mais carentes era onde o povo furava a greve! Ali a gente chegava, levava a discussão a partir mesmo das condições da escola e tudo. As vezes tinha escola que a gente fazia reuniões também chamava os pais, a gente chamava os alunos e os pais, os pais e os alunos saiam muito mais convencidos da importância da greve, apoiando muito mais a greve do que os professores! Ai dizia: meu filho amanhã não vem não! As vezes eram os pais que levavam os filhos pra casa pra apoiar a greve. E os professores, em algumas escolas resistiam e assinavam o ponto; isso acontecia muito! Ia pra casa. Tava na greve! Mas no final da semana vinha e assinava o ponto da semana todinha. Não vinha dar aula, mas o pontinho tava lá assinado!

Não. Na época que eu ingressei não tinha concurso. Ingressei através de uma inscrição que na época a gente fazia na DERE; inscrição na DERE, porque, na época que eu ingressei, que foi em setenta e cinco (1975) a carência de professor de Ciência, de Matemática, nessa área era muito grande, que, continua até hoje e já era naquela época! Na época já era Ciência ou Matemática {área que atuava}, eu me inscrevi pra Matemática. E aí, me inscrevi março, abril por aí, e fui chamada em junho; no dia quatro de junho eu comecei! Não só eu, mas praticamente todo mundo da minha turma, todo mundo se inscreveu, porque chegou à notícia, a informação que quisesse se inscrever vá, porque na época era um “cartão político”, mas, as áreas carentes não tinha como ser “cartão de político” não dava vencimento! Ai, foi inscrição mesmo na DERE, na época era a diretoria. Ali não! Aqui! Na Rosa Silva, vizinho ao Clube Português. Tava em Moreno! Já vim transferida de Moreno pra Paulista. Ai saiu o meu chamado pra Jaboatão, mas só que Jaboatão era aula de substituição, não sei se era doença, não sei se era licença eu só sei que era cem aulas de substituição. Mas aí, minha professora, uma das minhas professoras lá de Moreno, minha professora de Português, que era diretora da escola na época, Maria Luiza, aí me viu lá na DERE e perguntou pra onde eu ia, aí eu disse, eu tô sendo encaminhada para Jaboatão!

Ai ela disse: oxente! Por que não fica lá que lá tem cinquenta aulas? Disponíveis; não tem professor! Jaboatão são cem aulas, mas são cem aulas de substituição! E lá são cinquenta aulas disponíveis. Ai, ela mesma falou com a diretora da DERE na época era Neuza Aragão, ai ela imediatamente alterou toda documentação e ao invés de eu ir pra Jaboatão com as cem fiquei em Moreno mesmo com cinquenta. Foi dessa forma que eu ingressei! Inclusive o pessoal da minha turma foi chamado antes de mim, eu fui a última a ser chamada. Todo mundo foi chamado primeiro, todo se inscreveram na mesma época, mas ai todo mundo foi chamado primeiro! Ai um que informava o outro; fulano foi chamado pra tal escola assim, assim! E eu, não vou ser chamada não! Ai, lá em junho já, foi quando eu fui chamada e assumi no Sofrônio Portela.

Veja! Não foi uma coisa tão nova pra mim porque eu era catequista, ensinava catecismo então já tinha essa experiência e ai claro, me vi numa outra função que foi ensinar matemática; comecei já com matemática. Mas, assim foi tranquilo porque eu também já vinha de contabilidade do curso, ensinar matemática foi assim uma alegria né! Uma satisfação, eu já estava envolvida com o magistério, não tinha mais aquela resistência de quando o meu pai me chamava de professora e eu dizia: Não! Eu não vou ser professora não! Mas nessa época eu já estava entregue. E ai também muitos conhecidos, vizinhos, né! Como já disse né! Fora de faixa, amigos. E ali; eu sou solteira. E ali, era a escola que eu estudei; Sofrônio Portela foi a escola que eu estudei, meus professores eram, passaram a ser meus colegas e assim, dificuldades de convivência não tive. Depois foi que eu comecei a ter, porque, essa diretora que me levou pra lá, que foi minha professora, ela era uma pessoa muito reacionária, muito ligada a direita e como ela via minha prática, não era uma prática na linha dela, nem minha concepção pedagógica também, ai, ela começou a me boicotar; foi por isso que eu saí de Moreno e fui pra Paulista. Também (por ser associada APENOPE), mas não era assim o forte; era minha relação com os alunos, era a minha, era minha, o meu estímulo ao aluno ter um capacidade crítica; exatamente. Então, começou a “botar os cavalinhos atrás” como diz o povo! E ai, eu disse, pois, eu não vou ficar batendo boca nem indo pro enfrentamento com ninguém não! O aluno aqui, o aluno que eu tenho aqui eu tenho em outro lugar também. Senti, senti, {a pressão do gestores em outra escola} e como? Ai, em Paulista já foi por conta mesmo da APENOPE! Ai foi! Inclusive eu convidei Paulo Rubem, levei na escola em que eu trabalhei; quer dizer, comecei, lá em Paulista, a direção da escola só faltou cair pra trás, tudo com medo, se acabando! Paulo Rubem era considerado uma “persona não grata” e perseguido pela ditadura. E a diretora, essa lá de Paulista era prima de Marco Maciel. A vida dela era “encher a boca nos corredores” meu primo Marco Maciel; que era pra intimidar as pessoas, principalmente a mim. Mas eu fazia que nem ouvia; meu Deus, meu

primo Marco Maciel! Tenho nada haver com isso! Ai; Zulmira de Paula Almeida {a escola} Jardim Paulista.

Depois fui para o Polivalente em oitenta e quatro (1984); Polivalente do Jardim Paulista! Ai fiquei nas duas escolas. Me aposentei nas duas escolas. Me aposentei em dois mil e dois (2002). Foi lá, que apesar de toda a pressão e perseguição que eu continuei até terminar minha jornada. Inclusive, uma aliada grande da diretora na época, era a secretária da escola, que se juntava com a diretora, num dia me levou para reunião, trancou a porta da sala, fez a leitura de um documento de quatro páginas; papel pautado. Documento, aquelas quatro páginas de papel pautado, ali relatando o meu comportamento na escola; que eu fazia isso, que eu fazia aquilo, que eu fazia aquilo outro. Leu, leu, leu e eu nem escutei, no fim; ouviu? Eu não! Eu não tô nem interessada na sua avaliação; tô nem! Por que você me chamou aqui? Me trancou aqui? Pra fazer essa leitura! Não, pra você ter ciência da avaliação que a escola tem de você! Eu disse pra mim o que interessa é a avaliação que o meus alunos tenham do meu trabalho; mas, que a direção da escola tenha de mim? Não estou me interessando por nada! Você teve seu trabalho perdido; seu tempo, suas energias perdidas. Seu documento, eu não quero nem! E tô com duas cópias. Fique com uma! Eu? De jeito nenhum. A mim não interessa! Pois sabe o que aconteceu? Quando o Governo Arraes foi eleito, que ela saiu, foi exonerada da secretaria da escola, no governo Arraes, inclusive a diretora, a prima de Marco Maciel também! Ela, quando soube que tinha sido exonerada da secretaria da escola saiu revoltada, que eu não vi! O pessoal foi que me contou quando eu cheguei na escola! Professora, Ana Lins saiu daqui, desceu esses degraus; eram trinta e, eram não! São trinta e oito degraus! Eu não sei como ela não rebolou esse degraus em baixo. Revoltada, esbravejando dizendo que ia levar o seu nome! Eu disse: E foi? Pra onde? Terá sido alguma promoção, hein? Resultado: não passou seis meses sabe onde estava aquela criatura? Liderando a Convergência Socialista! Veja! Veja! Eu digo, menina, saiu de um extremo para o outro! Porquê o marido dela era da Convergência Socialista e ela era uma “direitona de marca maior”. Inclusive, ela era sobrinha de Argemiro Ferreira, aquele deputado estadual de Serra Talhada, da ARENA. Sobrinha de Argemiro Ferreira e o esposo era da Convergência Socialista. Então, ela se desligou da família, de certo, do ramo de Argemiro e preferiu buscar guarida no marido, tanto que tivesse apoiada por alguém da família. Só sei que foi essa criatura que liderou a oposição a diretoria do SINTEPE ao longo desses anos e muitos e muitos anos.

Ai, organizava chapa e era uma chapa revolucionarissima! A liderança era dela. Imagina a gente que conhece! Agora sabe, sabendo ela que eu não deixava a categoria desinformada. Eu informava a origem política dela, que de uma hora pra outra não se muda tanto assim! Quem já

viu uma coisa dessa? Tem, é uma camaleoa e tem interesses aí imediatos. Não é estratégico, não é ideológico, não é nenhum interesse coletivo! O interesse individual é evidente. Mas, por conta da APENOPE, da luta política eu “comi broca” lá na escola. Mas, também matava do coração! É. Na escola também tinha um grupo bom, não era uma “graaande” grupo, mas era um grupo bom! Também associados! Tinha muitos sócios na APENOPE. Teve um que era uma pessoa assim, um militante muito aguerrido, muito combatente, muito comprometido, ele faleceu. Num assalto no ônibus? O ladrão atirou, lá, na época que o cobrador ficava atrás! Ai, atirou pra bater no motorista aí, a bala pegou nele e ele faleceu. Professor muito, era um dos melhores que a gente tinha! Era muito dinâmico, muito ativo. Contatos eu tenho com muitos de lá; ex. apenopistas. No Polivalente também, muita gente se associou, muita gente participou, se engajou; consegui! E nas escolas de Paulista, até Itamaracá ainda tem muita gente que eu conheço que tenho contato. O pessoal liga pra cá querendo que eu passe as informações do sindicato. Eu não tô no dia-dia do sindicato, eu não vou passar informação pra não ser uma informação exata, correta, pra prejudicar! Ai, as vezes eu me informo pra passar a informação e as vezes eu digo, ligue pra lá, fale com Porpino, fale com o pessoal.

Acompanhava! Por que aí eu fui... Na época o Jornal do Commercio; o jornal que dava mais espaço pra gente! Era! Desde do início era mais o Jornal do Commercio, divulgava nossas atividades, a gente considerava as informações mais, mais; vamos dizer, mais fidedigna, não distorciam tanto o que a gente dizia. Porque tinha, tinha o Diário de Pernambuco tinha uns que gostava de botar entre aspas, coisas que a gente não dizia, como se fosse, né! Fala e não era. Pequenas coisinhas que as vezes uma palavrinha diversificava todo o pensamento. Não tinha sido daquela forma; tinha de vezes em quando esses problemas. Mas, o Jornal do Commercio era menos. Acontecia, mas a informação do Jornal do Commercio melhor que a do Diário. É! Principalmente no período de greve, principalmente nas greves, todos os dias eles buscavam! As vezes o pessoal pegava a Folha de São Paulo; já bem mais pra cá, na época da APENOPE não! Você fala da? Do organograma! Não.

A APENOPE só tinha mesmo a diretoria e os suplentes. Não tinha nenhuma organização. Tinha, não era nada contemplado no estatuto, tinha umas sub-sedes, como essa de Tejipló, por exemplo! O pessoal que morava ali, juntava com o pessoal mais de perto. Mas, no estatuto não tinha, não contemplava essas sub-sedes. Que eu me lembre, não! Tinha o jornal. A APENOPE tinha um jornalzinho que era até de mimeógrafo! Fazia no mimeógrafo a óleo, na época. Era sofisticado! E tinha época que nem tinha nem o a óleo; era no álcool mesmo! Na maniveliha! Que borrava! Mais era o que a gente tinha. E, em termos de estrutura mesmo, físicas,

material era muito precário, muito precário mesmo. Foi, no primeiro momento foi o corte dos descontos em folha. Era a casa, como eu disse, Com a chuva caindo direto, quase dentro de casa na casa e um telefonezinho. Era isso que tinha! A maior dificuldade era pra pagar a conta do telefone. Muito controle, fechado de cadeado. Pra não telefonar, porque se não como é que ia pagar? Telefone era uma coisa rara! As pessoas diziam: oh! Um telefone. Não. Pode não! Se não, não paga a conta! E, assim era a nossa militância! Eu por exemplo, eu, no período de greve eu não parava em casa. As vezes parava em casa duas horas da manhã, depois da reunião do Comando o pessoal era que me levava pra casa lá em Paulista. Ai, as vezes chegava em casa, morava só eu e minha mãe, quando mamãe saía eu ficava só. Foi na época também que eu estava fazendo a reforma lá de casa ai a casa não tinha porta, não tinha janela, não tinha nada! Botava um lençol, assim, ai as vezes chegava lá em casa uma hora, uma e meia, duas horas ai entrava, acendia a luz e olhava embaixo da cama pra ver se tinha alguém, pra poder tomar banho, dormir. Com medo de ter alguém de fora! Mas, se tivesse o que é que eu ia fazer? Depois eu dizia: Meu Deus! Eu ia fazer o quê? Mas era assim. Saía de manhã, levava umas roupinhas, quando eu chegasse e tivesse muito suada tomava um banho, trocava aquela roupinhas, as vezes levava duas roupas, que saía de manhã e a gente chegava de madrugada; andava muito, falava muito. Misericórdia! Era coisa da gente passar a manhã todinha falando e ainda era pouco. Quando a gente tava sentido que estava cansado o outro pegava a fala e ia pro outro e assim era.. Era, era uma luta grande!

Valeu! Vale. E como! Era um trabalho de formiguinha, você; ah! Claro! Começaria tudo de novo! Mudou um bocado, né! Primeiro a estrutura que na época a gente não tinha. Em termo político! Os objetivos? Não. Infelizmente hoje a gente tá no momento de retrocesso. A categoria tá muito pressionada pelo Governo do Estado através das suas estratégias “maquiavélicas”. A categoria esta na minha avaliação na condição de refém porque as escolas de horário integral, por exemplo, o pessoal até pra participar de uma assembleia é uma dificuldade. Não pode faltar, não pode adoecer, não pode isso, não pode aquilo! Por que? Porque tem uma gratificação e se faltar a direção ameaça transferir e o pessoal perde. E é uma forma de desmobilizar. É uma forma de pressionar a categoria e ter a categoria em suas mãos.

Com relação a imprensa, a gente tinha antigamente pelo menos aquela brecha que na época pelo menos pra gente o Jornal do Commercio era o jornal da resistência porque ele divulgava o que o governo não queria em cima de “pau e pedra”! Hoje, o digníssimo senhor governador quando diz a imprensa não divulga; não divulga! E acabou-se. Pernambuco passou a ser uma terra com dono. Imperador, que aqui só se faz o que o senhor governador quer! Que é o

senhor candidato a presidente e ele não vai ser eleito porquê não tem condição. Ele precisa levar essa lição! Ele não é dono do povo de Pernambuco e ele se sente dono! Então isso levou ao retrocesso político na minha avaliação grande na categoria.

Ah! Eu gosto de falar dessa época, porque foi uma época muito boa pra gente! E eu, do tempo da Pastoral da Juventude pra cá, pra mim foi assim, foi a formação que eu tive enquanto cidadã, enquanto ser humano, enquanto pessoa que me garantiu, que me garantiu ser a pessoa que sou hoje. Porque, se eu não tivesse participado desse processo eu acredito que seria uma pessoa bem diferente. Quando você ingressa numa luta, defendendo interesses coletivos você se coloca naquele contexto, se coloca naquele e grupo e vê que a sua vida é importante para você mas não é só importante para você! Você tem também a missão, o dever de conquistar para o coletivo; bem mais coletiva. Por que só eu vou ter direito de ter uma vida digna? Por que só eu vou ter direito de ter uma educação de qualidade? Por que só eu vou ter direito a uma assistência a saúde de qualidade? Por que só eu vou ter direito a uma moradia digna? Então é direito de todos! Eu preciso ter e os outros também! Então é a minha luta e é com essa concepção que eu estou aqui nessa batalha há treze anos.

Ficha técnica: 03

Professora: Helena Lopes de Almeida - Idade: 69 anos

Data da entrevista: 24/07/2014

Local: Residência da professora - Rua da Conceição, Morro da Conceição, Casa Amarela.
Recife/PE.

Atividade atual: Aposentada

Entrevistador: Cícero Souza

“Eu sempre participei das greves, eu sempre estava lá, presente, entendeu? Ai, conhecia o pessoal do sindicato, pronto. Fui diretora! Fui diretora, assumi e botei na minha cabeça que eu tinha um propósito de unir escola com a comunidade começando com a união dos professores lá dentro da escola. Começando com a união dos professores lá dentro!”¹²²



Fonte: Arquivo do autor. Professora Helena Lopes de Almeida.

Helena Lopes de Almeida, tenho sessenta e nove anos e atualmente sou aposentada. Olha, ultimamente não! Até dois anos atrás eu continuava trabalhando na Câmara Municipal {do Recife} com o vereador, mas parei, ele, ele não foi eleito ai ei parei; fiquei só em casa mesmo.

¹²² Professora Helena Lopes de Almeida . entrevista concedida ao autor nos dia 24 e 30 de julho, 2014.
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração.
Instituto de Educação.

Eu sou natural de Bueno Aires, Pernambuco. Eu cursei Sociologia; ah! Meus estudos foi aqui no Recife. Vim de Bueno Aires aqui para o Recife, meu pai era agricultor e ele veio. Como as coisas lá tava ruim ai a gente veio! Foi pra Passira, que antigamente era chamada de Malhada. Ele continuou como agricultor, minha mãe como costureira e de Passira nós viemos aqui para o Recife onde meu pai botou, onde naquela época se chamava venda. Né! Uma venda, uma vendinha! Eu acho que aproximadamente, eu vim, eu tinha uns nove anos. Em que ano? Meu Deus do céu! 1954. É! Vieram pra qui para o Recife, montou a venda, minha mãe costurava! Na época foi na Mangabeira, depois da Mangabeira eu vim aqui pra o Morro da Conceição. Mais ou menos eu acho que na Mangabeira a gente passou lá uns cinco anos! Mais ou menos viu? Vim aqui para o Morro da Conceição, estudei no colégio; antigamente tinha admissão. É não! Era? Admissão ou Ginásio? Pronto. A quarta série estudei no Colégio São José, que era ali no Santa Catarina! Era estado depois passei, foi pro colégio Ginásio Casa Amarela. É! Que ficava ali perto da Maternidade, perto do Hospital Agamenon, ali perto, na Estrada do Arraial. Depois terminei nesse colégio Casa Amarela, fiz de quinta; passei três anos estudando depois sai. Com doze anos de idade fui trabalhar no comércio ai fui trabalhar em Fortunato Russo; {filha única?} Não. Somos três. Ai fui pro Fortunato Russo no comércio, fazendo pacote; aos doze anos! Depois sai de Fortunato Russo aos dezoito, foi quando me casei. Sendo que a minha quinta, sexta e sétima série eu fiz no Colégio Dom Vital. No Colégio aqui.

Depois fui trabalhar, depois me casei e parei de estudar! Tive, tive a minha primeira filha, ai fui morar em São Lourenço; São Lourenço da Mata, ali perto da fábrica, perto da fábrica Fiat Lux porque o meu ex. esposo trabalhava lá na Fiat Lux! Ficava em casa só, com Lúcia que é a menina que eu criei e minha filha mas tinha muito vazio, eu queria fazer alguma coisa quem sabe pela comuni, pelo povoadozinho eram poucas casas, o pessoal, sempre no período junino eu juntava todo mundo, a gente fazia fogueira; sei bem, uma amizade muito boa onde eu morava. Até que, eu pensei que deveria, deveria estudar! Ai fui, ai fui pra São Lourenço, pra cidade de São Lourenço, andava mais ou menos uns quarenta minutos a pé pra chegar na cidade e fiz o meu magistério, o que era naquela época o Segundo Grau. Fiz o meu magistério lá, muito difícil! O marido; bem! Foi difícil o caminho. Eu chegava em casa o marido já tava em casa, reclamava, as vezes havia problemas entre a gente, não queria abrir a porta para eu entrar em casa, ai os vizinhos vinham pra, né, ai, bem; me formei! Pra mim foi uma gloria! Quando eu me formei a minha primeira filha Alba Helena ela já tinha seis anos ai foi quando teve problema no casamento ai voltei daqui para o Morro, vim morar no Morro, comecei a trabalhar na comunidade; não! Não, não, não! Eu não tinha deixado ele {marido} ainda não. A gente veio morar aqui no Morro.

Mas o meu pensamento era trabalhar! Questão da minha independência, a questão dos meus filhos. Não é? Ou de minha filha, na época só minha filha! Ai voltei pro Morro e ai comecei a fazer trabalho comunitário. É mais ou menos nos anos sessenta! Pronto! Ai, comecei a fazer trabalhos comunitários aqui, junto com a Igreja; voluntário. Conseguimos assim, criar o Conselho de Moradores no Morro da Conceição no qual eu fui a primeira Vice- presidente do Conselho, tempos depois fui presidente do Conselho; comecei a fazer assim, trabalho com, é! Meu Deus! Que tipo de trabalhos? Sociais dentro da Igreja. Grupo de mães, Grupos de mães gestantes, Meninos da Santa; Meninos da Santa veio depois! Grupos de mães gestantes; e por ai vai! E nesse meio tempo apareceu, como é o nome? Aquele grupo de alfabetização Mobral. Apareceu o Mobral e eu queria uma coisa remunerada! Ai fui, me inscrevi e fui, e vim ensinar aqui no Morro da Conceição. É, a diretora da escola.. Padre João Barbosa cedeu uma sala e eu fui trabalhar lá com o grupo de Mobral. Sendo que foi muito interessante, aprendi muito com esse grupo! Eu pegava os meninos que estava nas ruas, as pessoas que estavam na rua e devido ao meu trabalho comunitário eu me tornei meio conhecida, Ai eu conversava: Tu estuda? Não! Tu sabe ler? Não! Então você vai estudar comigo. Eu só sei que fiz minha turma toda, até pessoas já idosa, que por sinal, o Mobral era, né, fora de faixa. Mas, além de fora de faixa eu comecei a pegar o pessoal e ai montei a turma lá na escola. Nesses contatos, juntei! Tinha alguns jovens que só fazia beber, beber ai eu chamava, conversava e ai levava para o grupo. Tinha senhores idosos também! Ai eu só sei... reencontrar acho que não! {ex. alunos do Mobral}. Porque foram tantos jovens que passaram pelas minhas mãos que hoje eu não sei nem mais como distinguir qual foi do Mobral.

Pronto! Montei essa turma e comecei a ensinar. A ensinar. Eu só sei que, é, o Mobral gostou da minha maneira de ensinar, gostou da; apesar de eu usar a metodologia que era posta pelo Mobral mas eu tentava era uma maneira diferente que eu ganhei como presente ensinar uma turma mais adiantada, só que essa turma era em Igarassu, na FAPISA; antiga fábrica de papel, se eu não me engano era fábrica de papel. Ai perguntaram se eu queria, eu disse que queria porque minha situação financeira não era boa e eu já com meu problema, o problema de casamento, ai nesse meio termo tive outro filho, que é o; que foi Alexandre, ai fui ensinar lá na FAPISA, que na verdade foi a minha, foi a “minha faculdade”. Entendeu? Onde eu aprendi bastante!

Só que aconteceu o seguinte: Eu fui, a inspetora me levou, fui com ela, quando eu cheguei lá a fábrica tinha os empregados, o pessoal que trabalhava lá que não sabiam ler e eles deram seis meses para eles aprenderem a ler ou perdiam seus empregos. Vê a minha responsabilidade! E jovem! Vê minha responsabilidade! Só que quando eu cheguei lá na fábrica, que a gente entrou lá no local onde botaram como sala de aula, eu não fui muito bem recebida

pelos alunos. Por que? Eles começaram a, teve aluno que chorou, dizendo que “papagaio velho não aprende a falar”, que era uma imposição que tavam fazendo para eles, que eles estavam ali obrigados; assim, foi muita queixa, muita coisa que eu senti meia nervosa. Ai sai, terminou a palestra, tudinho, a palestra não o encontro com os alunos, ai eu sai com a minha inspetora, a inspetora olhou pra mim e disse: Helena, se você quiser desistir pode desistir! Porque ela sentiu o quanto era, disse a ela que não queria desistir não, que nunca tinha desistido assim nada na minha vida e eu ia enfrentar. Agora, eu pedi a ela que durante dois meses ela não me cobrasse nada! A questão, o que eu ia fazer na sala de aula eu ia dizer pra ela tudo que eu tava fazendo, mas que ela não me cobrasse nada e ela aceitou. Eu só sei que eu fui. Olhe, foi cruel! Viu? {risos} Durante esses dois meses os alunos me testando. Teve um dia que eu cheguei, um aluno pegou um lápis e foi escrever, quebrou a ponta, quebrou a ponta do lápis, pegou a peixeira deste tamanho para fazer a ponta do lápis e eu, meu Deus do céu! Ai, {risos} conversei, né! Com eles, ele guardou a peixeira, eu sempre levava o apontador para fazerem lá e a gente sempre conversando, sempre conversando, assim, questão de vida mesmo! Questão de vida mesmo.

Teve outra vez que eu cheguei lá tava um aluno brincando com um revólver, porque quem estudava era vigia, entendeu? Era esse. Tava brincando com um revólver! Tudo bem, o revólver podia até esta descarregado; eu acredito que estivesse descarregado, mas, olhe! Eu fiz uma; na brincadeira! Eu fiz uma “zona” tão grande! Ai que eu tenho muito medo, pelo amor de Deus faça isso não! Pererei, Pererei! Isso já fazia algum tempo e eu já tinha liberdade de dizer pra eles. Só sei que se tirou a peixeira, no caso, o revólver, entre eles mesmo resolveram e eu conquistei essa turma. Conquistei essa turma e cheguei a ser chamada por eles de “minha Santinha”. De “minha Santinha”! E a gente foi junto. Eu acho que eu aprendi mais do que ensinei! A maioria dos alunos, eles tinham participado do Golpe Militar de 64, passou muito tempo escondido pelo canavial, era; bem, a história que eles contavam! Eu só sei que, teve um dia que eu cheguei lá, ai seu José, que era o mais brabo, era o mais brabo! Eu cheguei lá ai ele tava chorando e a turma toda zonando com ele. Veja “minha Santinha”, veja com ele tá! Não sei o quê, aquela confusão todinha! O que foi Seu José? O que foi? O que é que tá acontecendo? Ele disse: “minha Santinha”, não é brincadeira não! Eu esperei cinquenta e oito anos pra assinar o meu nome. Ai, eu cai no choro! Ai quem chorou fui eu. Ai ele disse: eu cheguei lá pra receber dinheiro, me entregaram uma esponja pra botar a impressão digital. Ai eu disse, não quero! Eu vou assinar. E deram a caneta e ele assinou! Assinou o nome dele no pagamento mensal. Pra mim, meu Deus do céu! Morria de problemas pessoais mas aquilo ali abafou todos os meus problemas. Abafou tudo! Para mim foi uma glória!

Teve um dia, outro dia que eu cheguei lá, por isso, por conta deles mesmo, eles disseram: “minha Santinha” a senhora hoje não vai ensinar! A gente resolveu o seguinte; convidaram o gerente da fábrica pra ir pra lá e eles disseram ao gerente que levasse revistas, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê! O gerente foi e eles pegavam a revista que o homem tinha levado e eles liam. Lógico que não era da maneira, dentro dos limites deles. Eles começaram a ler; fizeram isso! Que pra mim foi uma avaliação minha. Resultado: eles foram aprovados, não perderam o emprego; é, durante o período dos seis meses. No dia deles receberem o diploma nós fomos pra o.. meu Deus! Pra o edifício, o Prefeito era Augusto Lucena, na época, aquele edifício redondo lá da... Boa Viagem não! Pronto. Nós fomos pra lá pra receber, pra eles receberem, mas não foi apenas eles mais todas as escolas do Mobral. Pela Prefeitura. Ai foram receber, só que, eles tudo de paletó, feliz da vida porque ia apertar a mão do prefeito. E nós fomos! Quando se chegou lá se dizia o nome da professora e os alunos acompanhavam a professora para poder receber o seu certificado. Quando me chamaram, ai eu saí, eu me levantei, quando eu sai ele iam sair comigo, só que eles saíram em fila indiana, numa filinha um atrás do outro, tudo de chapéu, tiraram o chapéu, botaram o chapéu feito cidadão, cidadão brasileiro. Ai, ia eu, magra, bem magrinha, pequena no meio daquele povo e aquela fila enorme de alunos. Olhe! o Geraldão, olhe, o pessoal aplaudiram de pé porque foi a única turma que só tinha homem e foi a maneira como eles se portaram. Eu morrendo de vergonha, pois já pensou? Tudo novidade! Ai eles foram, receberam o diploma e depois foram embora tudo feliz da vida! Pois bem, nessa turma eu aprendi muito!

Quando eu ia ensinar, porque o aprendizado era de Paulo Freire a metodologia onde a gente tirava da vida deles a gente começava a trabalhar. E foi pra mim um sucesso muito grande. Nesse meio termo, nesse meio termo eu comecei a trabalhar no Estado na Escola Padre João Barbosa. Eu já ensinava Mobral, mas, o Mobral de seis em seis meses se acabava a turma, ai, fui ensinar lá! Era pelo Plano. A gente não era funcionária do Estado a gente era do Plano. Passava cinco, seis meses sem pagar; era um Projeto, passava cinco, seis meses sem pagar, mas, procurei nunca me atrasar, nunca deixar de ensinar por causa disso, nunca chegar aporriada e passar para os meus alunos que eu não tinha as vezes nem dentro de casa o que, pra satisfazer os meus filhos. Mas ensinava com maior prazer da vida porque eu acho, eu sempre disse, digo que o professor não ensina o professor aprende. Depois que ele aprende ele faz a troca de experiência com aluno.

Pronto. Ai comecei a trabalhar, algum tempo depois eu fui nomeada CLT, fui nomeada CLT sempre no Padre João Barbosa. Depois comecei a trabalhar pela Prefeitura, trabalhava também aqui no Morro da Conceição, na época era Emília Lima que ficava do lado de lá; Escola

Emília Lima, aqui na Romildo Gomes! Que era da Prefeitura e que alguns anos depois veio, fundaram o Júlio Vicente e eu vim ser professora do Júlio Vicente. Ensinava de Primeira a Quarta série; pela Prefeitura. Não! Ainda não existia {concurso}, Não. Era da Prefeitura. Entendeu? Já pertencia ao quadro da Prefeitura mais na época não existia. Era o “QI”, não era? Quem indicou! Ai eu fui para o Júlio Vicente, ai trabalhava uma hora no Padre João Barbosa e no outro horário aqui no Júlio Vicente.

No Estado tinha professor Primário que tinha um salário, um salário bem pequenininho! Era de Primeira a Quarta série. E, de Quinta em diante era pra você, o professor Primário pra vim fazer, ensinar de Quinta a Oitava ai teria; ai já tinha concurso. Ai, teve um concurso interno. Porque nesse período aqui, eu comecei a botar na minha cabeça que eu deveria voltar a estudar, voltar a estudar justamente para melhorar a minha situação, justamente para tentar um concurso e ensinar da Quinta a Oitava série. Ai, fiz, estudei, fiz Sociologia na Federal; passei na Federal. Fiz Sociologia, é, e Estudos Sociais. Será que eu me lembro? {ano} Sociologia! Foi, tava, tava no período do Golpe. Já tava no fim do Golpe da ditadura, já tava quase no fim da ditadura; oitenta, oitenta e cinco! Mais ou menos por ai. Fiz Sociologia e fiz Estudos Sociais ao mesmo tempo. Só saia de uma sala para ir para outra! Me formei, tentei fazer o Mestrado lá na Federal mas não consegui porque eu fui no último prazo da entrega dos documentos e fui roubada no ônibus; no ônibus. Foi muito difícil. Meu estudo na Faculdade foi muito difícil! Teve um período que eu estava grávida da minha caçula ai eu tinha que sair daqui, já ensinava no Padre João Barbosa, ensinava no Padre João Barbosa, no Júlio Vicente mas tinha um período, um horário que eu podia, que dava pra eu ir para Faculdade, entendeu? Dava pra conciliar. Só, eu chegava quinze minutos atrasada no Padre João Barbosa. Duas vezes por semana! A diretora não me ajudou, por que ela disse que os alunos; na verdade, os alunos perdiam, ai, pra que eu, pra eu conseguir fazer minha Faculdade um jovem daqui do Morro da Conceição, não sei se você conhece Admilson, do CAN, mas sabe o que é o CAN? Uma ONG. Admilson se comprometeu comigo que nesses dois dias que eu chegava atrasada ele ia para minha sala de aula e ensinava, porque ele era louco por Matemática, e ensinava Matemática aos meus alunos. Ai, eu falei com a diretora e a diretora aceitou. Ele era um rapaz da comunidade! Ai, os quinze minutos que eu chegava atrasado ele ficava na sala e começava a ensinar Matemática dando aula de reforço até! Mas também eu nunca cheguei mais tarde do que esses quinze minutos.

Pronto, me formei entre trancos e barrancos! Consegui me formar, ai eu já tinha três filhos. Já tinha três filhos e botei na cabeça, vou fazer concurso pra sair do Primário. Não que eu desvalorizasse o Primário mas que eu tava querendo melhorar a minha situação. É! E dar uma

situação melhor para os meus filhos devido a meu problema nessa época com o meu ex. marido. É, foi muito ruim! Eu não podia estudar, porque eu tinha que sair pra fazer o concurso, não é? Porque o meu marido não deixava, eu tinha que sair de casa escondida para ir para casa da minha irmã pra estudar com uma amiga pra gente fazer o concurso. Só sei que eu fiz o concurso e passei em primeiro lugar! Parece que os problemas da vida dá mais força, ensina! Pronto, passei em primeiro lugar e fui ensinar no Silvio Rabelo. É. Fui ensinar no Silvio Rabelo, no Magistério; passei um tempo, lá com magistério. Todo esse período, toda essa caminhada eu nunca deixei de fazer o trabalho comunitário Sábado, Domingo a noite. Eu sempre tava reunido, reunida com o pessoal fazendo o trabalho de grupo. Grupo de mães gestantes eram as mães que não tinham condições de fazer seu enxoval e a gente pegava as promessas que eram dadas na Igreja e o padre dava pra gente e apoiava a gente. E as mães faziam o enxoval dos seus filhos, todo mundo fazia, dividia, foi um período muito bom. Clube de Mães! Nesse período do Clube de Mães, é, tinha muitas mães que se sentia assim muito velha e que queria estudar e não tinha muita coragem de ir pra o Mobral e ai eu ainda tinha aula a noite, ai, dentro do Clube a gente criou o grupo de alfabetização, porque uma das mães, Marisa, Marisa é uma líder daqui da Comunidade. Marisa que sabia bem e que eu já tinha colocado ela pra estudar a noite, matriculado lá no Julio Vicente; ou, no Padre João Barbosa ai a gente fez o grupo de alfabetização e Marisa foi ser a professora.

Funcionava, começou na Igreja e depois foi para o Padre João Barbosa, depois foi pra casa dela e sempre havia assim, um intercâmbio meu e dela pra poder ficar orientando ela. Só sei que as mães, o que essas mães queria era aprender a ler pra ler a Bíblia. E terminou elas fazendo a leitura na Igreja; da Bíblia na Igreja. E através desse Projeto nosso foi criado o grupo, como é? Alfabetização de Adultos de Casa Amarela. E Marisa passou a participar desse grupo de alfabetização na Fase de Casa Amarela levando a experiência da gente, depois foi até remunerada. Foi uma experiência assim muito boa! Meu trabalho na comunidade, nesse período tinha um grupo de “Meninos da Santa”, que esses meninos dava muitos problemas, viviam, o povo quando vinha pagar promessa eles; sabe como é, pequenos assaltos. Trancelim outras coisas, ai eu comecei a me aproximar desses, dessas crianças e adolescentes. Resultado: fundamos um grupo de “Meninos da Santa”. É, porque meu objetivo era também trabalhar com os pais, com a família, procurar a família desse pessoal, porque essa pessoal tava na rua, porque eles faziam aquelas coisas, pra justificar justamente as coisas que tavam acontecendo e poder ajudar. Ai Padre Reginaldo disse que me ajudava, começou a trabalhar, que íamos botar eles como Guias-mirins aqui no Morro, fomos pra Olinda ter reunião com os Guias-mirins de Olinda mas não deu certo não. E esses meninos, todos eles, matriculei lá no Padre João Barbosa, eles

deixaram de fazer as coisas erradas que eles faziam; de vez em quando eu tava na delegacia com o Padre Reginaldo tentando tirar um de lá. Explicava pro delegado, só sei que a gente conseguiu salvar muitas crianças delas. De lá, hoje em dia tem vários, no dia em que eu me aposentei foi um, tocou pra mim, deu um discurso tão bonito que eu, eu tava anestesiada que eu nem chorar eu consegui chorar. Ele dizendo quem era ele, de onde ele tinha vindo, do Alto Santa Isabel, se eu não me engano! Não. Da Foice! E hoje em dia ele trabalha no CERVAC como, toca violão com os meninos especiais.

Pronto. E eu continuei. Fui trabalhar no IEP, graças a Deus fui bem lá no IEP! Existia uma, dentro das escolas, que as pessoas só era promovida de uma faixa pra outra faixa depois de dois anos e tivesse funcionando na escola e lá no Silvio Rabelo eu consegui com um ano. Porque no Silvio Rabelo a diretora mandava que os alunos avaliassem a professora, os ensinamentos da professora e uma grande maioria, faço minha as palavras dela, ela disse, não tinha como não me promover porque foi uma promoção dos alunos, apesar de ter professores mais antigos lá e que não, e que não foram removidos. Ai passei de faixa, significar ganhar um pouquinho mais! Os professores até que entendiam {discordância dos professores}, entenderam. Lá, foi quando começou a surgir, como é? Meu Deus, como era? Como era o nome? Conselho de Classe. Não era Conselho de Classe! Era que os alunos se juntavam pra formar um, pra tentar reivindicar os seus direitos e eu fiz parte também com eles lá, pra gente tentar ver se a gente também criava isso lá. Tu me pega! {sobre o ano}, já tava, ainda tava; finalzinho, finalzinho da ditadura. Mais ou menos isso. Pronto. Ai eu comecei, só que lá no Silvio Rabelo passei cinco anos lá e aqui no, aqui no Padre João Barbosa a noite e a tarde no Júlio Vicente. Tinha o meu tempo todo, meu tempo todo preenchido.

Um certo dia, se eu não me engano no Governo de Arraes, primeiro; na volta de Arraes, não me lembro o ano. Mais ou menos isso! A diretora do Padre João Barbosa saiu, já era a segunda ou a terceira depois que eu estava aqui! Eu tava lá, saiu e sem que eu soubesse o Conselho de Moradores que já tínhamos fundada, já tínhamos. Convidou a diretora da DERE pra fazer queixa. Bem, uns problemas que aconteceram lá com a outra diretora e eles me indicaram pra ser diretora do Padre João Barbosa. Porque ainda era por indicação, ainda havia indicação. Um certo dia eu, eu não tava sabendo dessa história! Uma certo dia eu fui convidada pela diretora da DERE pra falar comigo, pra perguntar se eu aceitava ser diretora da escola. Eu me espantei! Fiquei com muito medo na verdade, fiquei com muito medo, eu ia pra um Congresso, não! Eu ia pra um passeio em Brasília. Em Brasília! Num primeiro momento eu disse a essa, a diretora que eu não tava querendo aceitar não. Porque eu tava, eu me sentia muito bem na sala de aula e a

responsabilidade de dirigir uma escola era muito grande e eu tinha medo. Na verdade, que eu tinha medo e não aceitava. Mas ela conversou tanto, conversou tanto, passou o tempo todinho querendo me convencer. Ela disse: Mais Helena, eu lhe ajudo! Não se aperreie não! Eu lhe ajudo! Eu vou tá junto com você. Porque eu tô tentando, eu tô tentando atender um pedido da comunidade. Ai foi quando eu soube aqui, quando eu cheguei em casa eu fui no Conselho pra saber o que é que tinha acontecido, ai eles confirmaram. Eu disse: olhe! Seja o que Deus quiser. Eu nem vou dizer sim nem vou dizer não! Quero que a senhora fique sabendo que eu tenho medo, talvez eu não consiga administrar a escola, é, mais eu vou, eu vou pra Brasília quando eu voltar ai a gente conversa. Bem, fui pra Brasília, quando eu voltei, voltei num sábado, no domingo minha irmã chegou lá em casa cantando parabéns pra mim. Eu disse: Oxente. Não é meu aniversário? Porque saiu tua nomeação como diretora do Padre João Barbosa. Menino! Eu quase que morria! De medo. Sinceramente, de medo. Bem, ai fui na DERE, na época era DERE; ai eu disse: bem, agora você vai cumprir o que me prometeu, vai me ajudar. Pra você ter uma ideia, nem no dia da minha posse aqui no Padre João Barbosa ela não teve condições de me trazer. Eu vim sozinha!

Ai foi convocada uma reunião, ai já sabe! A fofoca já começou, os professores tudo conhecido, aquela confusão, os prós os contra. Olha! Meu Deus do céu! Foi Deus que me ajudou mesmo! Ai o Padre Reginaldo disse que me ajudava, eu fui no dia porque tinha uma reunião. Ela me avisou, tal dia tá marcada uma reunião pra você se apresentar. Parece que foi hoje! {riso} Na sala de frente, eu fui pra, me apresentar sozinha, com a cara e a coragem. Quando eu cheguei lá eu disse que minha nomeação tinha saído, que eu não tava sabendo porque eu tinha viajado, deixei nas mãos; contei um pouco a história, ai eu escutei quando uma das professoras gritou “agora a comunidade vai tomar conta da escola”! olhe, deu um tranco assim em mim! Não vou, não vou responder. Eu vou fazer de conta que não ouvi. Ai falei como eu ia, a minha maneira de ser, minha insegurança, falei pra elas também, tinha que ser bem clara. Falei pra elas que eu estava insegura, principalmente porque eram todas amigas, todo mundo tinha competência, não é? Mas, que eu fui indicada e então por isso precisava da ajuda delas. Bem. Resultado: a escola, ai eu já deixei de ensinar a noite, fiquei só dirigindo a escola. Fiquei no Júlio Vicente e lá. Sai do Silvio Rabelo; foi uma pena.

Ai, como era a escola Padre João Barbosa? A escola Padre João Barbosa ela tinha um muro de arame, arame farpado, pequena, era um espaço bem pequenininho onde os meninos da comunidade pulavam e iam fazer do pátio, pátio não, aquele terraço; você conhece o Padre João Barbosa? Pronto, aquele terraço ali, campo de futebol. Todas as lâmpadas eram queimadas, a maneira de como a comunidade, de como a escola vivia ela era a escola pra lá e a comunidade pra

cá! A escola mandava e a comunidade obedecia. Do Estado. Não. Da comunidade tinha uma, tinha duas da comunidade; duas não, era três! Agora era daqui da redondeza. Por exemplo, Casa Amarela {localização dos professores}. Mas, a escola mandava e ela obedecia! A escola não tinha direito; desculpa, a comunidade não tinha direito de entrar na escola a não ser se fosse chamada. Havia uma evasão muito grande, uma reprovação muito grande dentro da escola e o que mais me chocou foi a rivalidade de professor com professora; de auxiliar com professores; de pessoal que trabalhava na secretaria com professores. Porque, quando eu me afastei durante o dia e fiquei sem a noite eu já não ficava mais sabendo das coisas de dentro da escola. Não é? Era tanto, que muitas e muitas vezes cheguei na escola e os alunos na sala e dois professores discutindo alto, bem alto, sem nenhum respeito com a escola, nem com alunos nem nada. Tinha auxiliar que passava por professores e escarrava. Tinha professora que passava por outra e cuspiu. Ou, desculpe, fazia: “Cristo tem poder”! se benzia. Dali parecia, dali começava a surgir os problemas. E eu chorava que só não sei o quê! Disse: meu Deus o que eu faço? A comunidade sem poder entrar, não posso romper assim a maneira de como a escola era pra a maneira depois. Não podia fazer, dar aquele corte. Eu tinha que ir conquistando aos pouquinhos que era pra poder conseguir conquistar o que desejava. O salário? Você sabe como é. Mas era tão pequeninho! Pra mim foi bom, porque diante da minha situação; mas, o salário era cruel! Como hoje é!

{atuação do sindicato} Não. Até nesse período. Antes o sindicato aparecia quando era greve. Eu sempre participei das greves, eu sempre estava lá, presente, entendeu? Ai, conhecia o pessoal do sindicato, pronto. Fui diretora! Fui diretora, assumi e botei na minha cabeça que eu tinha um propósito de unir escola com a comunidade começando com a união dos professores lá dentro da escola. Começando com a união dos professores lá dentro! À APENOPE na época me ajudou muito. Eu ia lá no sentido de conversar, eles me orientavam. Ai eu comecei, eu já sabia mais ou menos como era um planejamento, a gente não fazia planejamento aqui na escola. A gente fazia planejamento que era feito pelo estado, o tempo que o estado dava pra gente se preparar na escola era utilizado apenas para arrumar sala aquilo outro e não fazia. Ai, eu comecei a mudar daí. Comecei a mudar, que o tempo que o estado dava pra gente se arrumar a gente ia se planejar. Entendeu? A gente ia se planejar! Essa foi uma mudança, essa foi uma mudança que, que eu consegui. Os “meus planejamentos”, eu digo os meus, da Escola. É. Do grande grupo! Eu convidava alguém, pra se juntar comigo pra gente sentar e preparar junto. Já era diferente do outro que nem tinha! Ai, a gente via o que é que a gente tinha de fazer e no dia que a gente se encontrava na escola a gente ia escolher um tema geral; um tema geral da escola. Em cima daquele tema geral a gente fazia o nosso planejamento e colocava todo conteúdo que era

programado para cada série, pra cada coisa. Quer dizer, indiretamente a gente tinha dois planejamentos. Tinha o Planejamento da escola, como a escola ia se conduzir. E tinha o planejamento do professor como ele ia fazer. Se, ai, eu não me lembro de nenhum tema, mas era sempre ligado escola e comunidade e era escolhido por votação. Entre os professores, porque quem ia trabalhar era os professores, ai, vários professores dava, eles gostaram, davam, e a gente fazia uma votação e a gente escolhia o que ia trabalhar. Em cima daqueles temas o professor ia arrumar sua sala de aula pra receber os seus alunos. Se o tema falasse do pássaro, porque uma vez foi sobre a liberdade, a questão dos pássaros. Pronto, ai, que a gente enfeitasse. Se a gente tinha trinta alunos seriam trinta pássaros que elas iam desenhar, colocar o nome do aluno e ia colocar na parede; eram as andorinhas que iam chegando lá! Se fosse flores, cada aluno na sua sala, ai tinha o lugar, do primeiro turno; nessa época tinha o primeiro turno, o segundo turno e o terceiro turno. Ai tinha o espaço do primeiro, do segundo e do terceiro! Entendeu? Mesmo sendo adulto, mas tava lá. Pronto, ai a gente conseguia.

A avaliação, a avaliação da escola. Passava o ano ai eu ia fazer, tentar uma metodologia com a técnica. Essa técnica sempre ficava comigo, porque o que eu sentia de ruim durante o ano eu jogava dentro daquelas técnicas sem que o professor percebesse, entendeu? Ai eu senti muito apereio porque um professor não escutava outro. Porque isso, eu consegui fazer com que o primeiro turno tivesse um representante de professor, o segundo e o terceiro. Cada sala de aula tinha seu aluno representante da turma, que era o representante e o vice. E tinha duas professoras. Então, de cada turno eu tinha dois professores, eram seis professores por turno então cada turno tinha dois professores. E as decisões da escola, até mesmo a questão do Planejamento era feito com esses representantes de turma; antes de ir pra grande turma, ante de ir para o geral. E quando eu ia fazer a avaliação, minha avaliação, no caso, eu também não ia direto, vocês vão me avaliar! Não. Eu me lembro que num planejamento eu “leve uma árvore”, um desenho. Ai os professores que tinham habilidade faziam os desenho, os frutos. Ai, a gente trabalhando, a gente trabalhando, ai dentro do trabalho em grupo os professores iam ver quantos frutos podres estavam ali e porque eles apodreceram. Ai, era justamente a fase negativa, ai eles começavam a dizer. Outra vez eu lembro que eu peguei uma professora, eu botei sentada na frente, de costas, de costas para o restante. Ai eu disse: fulana, olhe, depois que elas avaliavam a escola dessa maneira, me avaliavam ai eu ia no individual. Fulana, o que é que você acha que a turma tá pensando da minha administração? Ela não ia falar dela, entendeu? Ela ia falar o que o pessoa tava pensando que era justamente o que ela pensava. Ai, ali eu começava a me avaliar pra ir moldando ao professorado de lá.

Ai, eu só sei que nós criamos um outro trabalho que foi feito na escola. Eu não sei, que tem o período em que surgiu as galeras! Que as galeras era só pra destruir, pra pichar, não é? Ai, lá na escola de vez em quando aparecia um risquinho, ai a primeira coisa que eu fiz foi abrir mão da sala de aula, do quadro, do banheiro pra que eles pichassem. O quadro era com giz. Porque a professora chegava, apagava e pronto. E no banheiro com o tempo, sempre eu ia, tava sabendo né, sempre eu ia, ia limpando. E ai eu comecei! Como é que eu vou acabar com essa galera aqui dentro da escola? Como é que eu vou acabar com isso? Ai falei com o Padre Reginaldo, ai junto com ele nós criamos uma “galera” dentro da escola. “Galera da fraternidade”. “Galera da fraternidade” e essa “galera” Padre Reginaldo fez uma música pra ela. Eu não sei da música toda não mas um pedacinho dizia: {cantando trecho} “minha galera é a galera da fraternidade, meu estudo é o bem, o amor a liberdade. É o bem o amor a liberdade”. Quem cantava era Heloisa. Bem, eu só sei que ele fez! Como era essa “galera”? O problema maior era a noite nessa questão de “galera”. Ai, toda sexta-feira, toda sexta-feira a gente fez a “galera da leitura”, a “galera da música” e a “galera do teatro”. Foram três galeras que nós fizemos dentro da escola! E, a gente queria mostrar para os alunos que poderia ter “galera da fraternidade”. “Galera” tinha que ser do mal não! Tinha que ser do bem também. Eu só sei que eles, na sexta-feira, em determinado horário cada sexta-feira uma “galera” se apresentava. A “galera da música” eles iam apresentar música para o pessoal. Tinha aluno que fazia a música, tinha aluno que cantava e assim a gente ia. Da, do teatro, eles faziam teatro. Da leitura, eles traziam leitura, necessidades da leitura sem ser aquela somente dos livro que estava lá! Ai tinha, eles levavam e eles eram os responsáveis de fazer. Resultado: acabou-se a “galera” da escola. Ficou só a “Galera da fraternidade”. Ai, depois disso a escola nunca mais foi pichada, nós tivemos uma modificação no prédio da escola, nós conseguimos, atualmente, o que tá atualmente ai. Passamos seis meses, seis meses sem a escola poder funcionar! E não perdemos nenhum dia de aula. Porque a comunidade, a comunidade cedeu espaço pra que a gente botasse sala de aulas nos espaços dados pela comunidade. Nós funcionamos na Galeria, é, uma turma ia trabalhar na Galeria; funcionamos no Conselho de Moradores. Ai, outras turmas foram, como era grande dava pra botar. Outra turmas foram para o Conselho de Moradores; Funcionamos no PSF, ai outras turmas foram. Eu só sei que ai nunca faltou merenda para os alunos e eles nunca faltaram um dia se quer de aula. E isso ia enchendo os olhos da; ia enchendo os olhos da Secretaria, não é? E vendo a maneira como a gente trabalhava. Ai, a gente começou, essa maneira da gente fazer a nossa, a nossa, as nossas reuniões chamou atenção da Secretaria e eles me pediram para que eu levasse a experiência daqui em outras DERES.

Ai eu fui pra, se eu não me engano! Eu fui pra Nazaré, fui pra Nazaré. Aqui, quando elas fizeram, faziam reuniões ai eu fui levar a maneira. Porque, a gente tinha uma maneira. Era o circulo! Diretor não mandava! Existia um circulo cujo as representantes de turma dos alunos com as professoras representantes, com representantes de mães. Ai a gente começou, ai nesse período a APENOPE me ajudou muito na questão da gente fazer o Conselho Escolar. Não me lembro, não me lembro {contatos na APENOPE}. Elas inclusive vieram aqui várias vezes conversar com os professores sobre o Conselho Escolar; criação do Conselho Escolar. A criação do Conselho Escolar. Teve uma vez que eu falei com a diretora do Júlio Vicente, eu trabalhava lá! Ai, foi fácil e os professores do Julio Vicente, da Prefeitura foram lá para o estado pra gente ouvir da APENOPE como funcionava. Ai depois teve a eleição, depois, e a APENOPE sempre ali junto da gente. Eu não posso te dizer que foi o primeiro Conselho escolar do Estado, não posso te dizer! Porque na época não dá pra lembrar. Entendeu? Mas eu sei que a gente com muito entre trancos e barrancos a gente conseguiu junto com a APENOPE. Fazer isso. Então, isso aqui era a direção da escola, qualquer coisa disso, coordenação, qualquer coisa; seja lá o que fosse era decidido nisso aqui. Nesse grupinho aqui! E eu no meio. Lógico, e eu lá no meio.

Eu sei que consegui, não me lembre aonde nem com quem, que havia muito problema de papel ofício, a gente não tinha papel! Ai teve alguém que sabia fazer papel e veio ensinar aos alunos a fazer papel. Ai, mas era muito bonito! Depois a gente fazia cartão; quando a gente queria escrever fazia mais fininho, quando a gente queria fazer cartão então era feito pela gente aqui. E tinha alguém da comunidade que trabalhava numa firma; se eu não me engano a Sulamérica! Foi meu Deus? Acho que sim! Que aqueles papéis, papel oficio, sujo de um lado e limpo do outro eles não jogavam fora, guardava e mandava pra gente. E a gente trabalhava com os alunos por ali naquele lado, até que depois começou a vir material escolar. Material escolar pra lá; pros alunos! Ai eu comecei a perceber que na comunidade tinha muita gente que trabalha com plantas medicinais, ai convidei Marisa pra dar um palestra lá na escola sobre plantas medicinais. Agora veja bem, fique bem entendido que quando era feito esse convite já tinha passado por esse grupo e já tinha sido aprovado! Ai Marisa foi, fez a palestra, ensinou as mais a fazerem pomada e depois foi de turma em turma desde a Quarta série até Alfabetização. Ela foi nas turmas fazendo as palestras, dando a palestra pra, a palestra pra os alunos.

Dai surgiu a ideia da gente fazer uma, uma horta num bequinho lá trás que só tinha coisa velha, cadeira velha; era, era um depósito mesmo. Eu mandei fazer um lugarzinho para a gente botar essas coisas velhas e o restante a gente começou a plantar tomate, coentro, cebolinha, pimentão; o que era mais meu Deus que a gente plantava? Plantava mais alguma coisa! Ai, tinha

os canteiros. Vários canteiros! Ai, Marisa ensinava. A gente conseguiu estercos; adubo, conseguiu adubo. Eu consegui semente também com quem porque já faz tanto tempo. Eu só me lembro que consegui! Consegui semente, não sei se foi na Secretaria. Não sei, não sei! Só sei que eu consegui e os canteiros eram tomados conta pelos alunos e era, não vou dizer fiscalizado porque é muito ruim, mas gerenciado pelas mães e Marisa fazia a coordenação geral. Eu só sei que a nossa merenda tinha tomate, tinha tudo assim da própria, do próprio, uma “horta escolar”. Nós fizemos uma horta escolar!

Depois fizemos um grupo, porque estava havendo evasão, aí fizemos um grupo de aí meu Deus, como é que foi chamado esse grupo? Não sei. Eu sei que era contra a evasão! Eu me lembro. Eu te digo depois! O que é que esse grupo fazia? {Formação do grupo} professores e pais também. Que a gente já tirava daquele grupo que a gente dizia que era o Conselho Escolar, entendeu? Ai, a gente fazia o seguinte: os professores, quando a gente se reunia os professores dizia fulaninho faz muito tempo que não vem à escola! Sicrano, não sei o quê a mãe não apareceu, não sei quê! A gente tomava nota e íamos visitar esses alunos. Iamos visitar esses alunos e procurar saber por que não está vindo que é pra poder voltarem pra escola; isso deu um sucesso grande! Cansativo, mas foi muito bom. E fizemos também.. esse foi? Ai meu Deus, como era? Da evasão. Bem, fazíamos grupo, a medida que ia surgindo os problemas, a medida que ia surgindo os problemas, a gente ia tentando solucionar todo mundo junto. Ai, chegou na minha, num desses encontros que os professores só chamavam as mães pra falar mal dos filhos. É mal criado; não quer estudar; pererei, não vem pra escola; não sei o quê, não sei o quê; é preguiçoso. Ai, numa reunião restrita, só com os professores eu lancei a ideia de quando o aluno fizesse alguma coisa boa na sala de aula a gente convidasse as mães para que as mães recebem elogios, pelo filho. Mãe era elogiada, a família era elogiada e o filho; quer dizer, através do filho! No início foi muito ruim! Porque as mães eram acostumadas, que as professoras só chamava pra reclamar, quando chegava um aviso, a professora mandava chamar a mãe, a mãe antes de sair de casa já dava uma pisa no filho! Não é? Já dava no filho, brigava, era aquela confusão! Quando ela chegava na escola aí ela ia ver que não era reclamação. Ai.. {interrompida para atender amiga}.

Sim, pronto! Ai as mães chegaram, ficavam arrependidas porque tinha dado, já era um ensinamento que ela tinha que primeiro ouvir, pra poder. Pronto! Ai depois se acostumou, se acostumaram e foi muito bom. Foi muito bom também porque acabou as desavenças entre professor, os professores e os pais. Já foi uma maneira de aos pouco trabalhando.

{combinar outra data para fechar entrevista} Bora! Pra mim todo dia a tarde. Segunda vou pro médico! A tarde. Pra semana, Quarta-feira a tarde? Pronto! Quarta-feira nesse mesmo horário. Não sei se tá dando!!! E obrigada, viu!

Ficha técnica: 03 –B

Professora: Helena Lopes de Almeida - Idade: 69 anos

Ingresso no estado:

Data da entrevista: 30/07/2014

Local: Residência da professora - Rua da Conceição / Morro da Conceição, Casa Amarela.
Recife/PE.

Atividade atual: Aposentada

Entrevistador: Cícero Souza

{repensando onde havia parado a entrevista na semana anterior} tava. Parece foi no, quando eu tava, fazendo, falando com as mães. Com as mães que fizeram elogios e quando manda chamar, ela.. só chega coisa pra gente pagar. {comentário a parte}.

Isso! Assumi a direção do Padre João Barbosa. Hum, hum. Isso, isso. Dos professores convidarem os pais para elogiar, os professores convidar os pais para elogiar as crianças. Ai, como eu tinha dito, houve assim, no início certo problema. Porque dos pais, porque eles estavam acostumados a só ser chamado pra escola pra que os professores falassem, fossem criticar dos seus filhos. Ai, a partir dai eles começaram a ficar mais, como é que eu digo? Mais felizes, pelo menos não tava havendo tantas queixas dos filhos, ao contrário, estava havendo elogios e com isso houve assim um, como é que eu digo? Houve assim uma; muitas mães vieram pra escola! Nas reuniões de Pais e mestres da família. Por que aqui pegava alunos também dos outros altos, porque a aproximação da comunidade com a escola a gente começou a implantar desde a criação dos grupos, que a gente envolvia a comunidade, envolvia a comunidade nas atividades dentro da escola, algumas vezes ajudando os professores, algumas vezes ensinando uma coisa, ensinando outra aos alunos. Ai, o meu objetivo era fazer com que a escola, o pessoal da escola desde a merendeira até os professores, percebesse que a comunidade era nossa parceira. Ne? era nossa parceira! E que a gente tinha realmente de trocar experiência, trocar experiência com eles, com o pessoal da comunidade começando pelos pais!

Para eles começarem a perceber que o que era dado aos seus filhos não era assim jogado, era uma coisa preparada e eles iam também ter participação naquilo. Bem, foi bom! Eu acredito que consegui. Porque o meu pensamento também era uma gestão democrática na escola.

Bem! Passado. {sobre a posição da Secretaria para ideia de Gestão democrática} Não. Olhe, ela, ela, eu acredito que via com bons olhos porque a experiência da escola, a experiência que a gente desenvolvia lá na escola a DERE convidou, me convidou para que eu levasse pra outras DEREs também! Para que eu mostrasse como é que a gente tava caminhando, assim, numa expectativa nova, numa expectativa nova de como ensinar dentro da escola. {sobre monitoramento da DERE} Não. Não. Não! Nunca interferiu! Era no período de Arraes. Ai, nunca houve assim interferência. Mesmo assim a gente tava muito fortalecido porque o Sindicato, a APENOPE também tava junto com a gente. E qualquer dúvida a gente só fazia as coisas em comum acordo com o Sindicato.

Bem! Conseguimos! Uma outra coisa; quer dizer, conseguimos plantar a semente! Porque uma “Gestão democrática” você sabe que vai muito mais além! O meu objetivo também era convidar, não sei se eu já falei? Convidar as escolinhas comunitárias daqui, convidar as escolinhas comunitárias, convidar, o Julio Vicente que era da Prefeitura pra gente fazer um estudo da Educação no Morro da Conceição e a gente tentar fazer um “estudo integrado”; tanto as escolinhas comunitárias quanto a gente! {avaliar?} Não. Não! Seria assim, a própria Educação implantada, a metodologia que era aplicada, entendeu? Que a gente tentasse fazer, lógico que é muito difícil mas pelo menos tivesse “um norte”! tivesse “um norte”! Depois, o eixo principal, e desse eixo cada um desenvolvia da sua maneira, da sua. Ainda tivemos uma reunião ou duas mas não deu. Não foi possível. O que foi mais que aconteceu? Também. Isso, a gente conseguiu isso durante o período de dois anos. Eu diretora. Como já fazia dois anos, o próprio Conselho de Moradores fez uma avaliação. Fez uma avaliação da minha vivência lá, da minha vivência lá dentro da escola, como, como; da minha gestão, que eu não digo minha gestão porque era uma gestão de todo mundo. E se valia a pena eu continuar ou não! Ai foi feita assim uma reunião de votação e todo mundo; a comunidade aceitou que eu ficasse por pelo menos por mais dois anos. Eu só sei que com esse mais dois anos, mais dois anos, mais dois anos eu passei mais de dez anos! Ai o que fiz eu! Nesse segundo, quando a gente começou..

Ficha técnica: 04

Nome: Severina Maria Porpino - Idade: 75 anos

Profissão: Professora aposentada

Nacionalidade: Brasileira - Naturalidade: Timbaúba - Pernambuco

Data do nascimento: (início da docência aos 20 anos)

Período de docência: Inicial: 1963 Final: 1989

Data da entrevista: 09-06-2014 – 14h45min as 15h35min

Local: Sala do SINTEPE.

Entrevistador: Cícero Souza - Apoio: Vlademir André.

Fato de destaque: Até o momento atua no movimento sindical docente.

“Essa é a minha vida, assim, quanto profissional. E, eu acho que ser professor, mesmo com toda dificuldade, eu acho que é a profissão mais digna e a profissão mais bela que existe é ser professor. Por que, eu fui professora por vocação”. (Severina Moreira Porpino – professora Porpino).



Fonte: Arquivo do autor - Plenária dos aposentados do SINTEPE 2015 /Severina Maria Porpino (discursando).

A infância, formação e despertar para docência.

Meu nome é Severina Moreira Porpino; estado civil, eu, sou separada. Não é? Separada, não assim... não sou divorciada, sou separada. Atividade atual! Eu entrei no movimento sindical em 86; não é? E quando eu entrei o movimento já estava assim.... com uns sete oito anos.¹²³ E, eu vim, eu fui, decidi ser professora, eu acho que foi uma questão assim de avaliar já na época que era uma profissão muito bonita. Não é? Eu, vinte anos quando eu me formei e eu fui, assim, eu nasci em Vitória de Santo Antão, perdi meus pais muito cedo. Perdi meu pai, minha mãe eu tinha dois anos, meu pai, eu avalio que eu tinha uns cinco anos e eu morava, era moradora do engenho. Meu pai era pedreiro do engenho e ele também adoeceu, adoecendo ele faleceu no Oswaldo Cruz. E, a filha da dona do engenho, ela, não, eu vou criar essa menina! Por que, era eu e outro irmão, mas a menina tem mais atrativo porque o povo parece que gosta mais de menina. E eu tive essa felicidade. Vim aqui para o bairro de São José, morei no bairro de São José muitos anos e como eu disse antes, Deus foi que guiou a minha vida; Por que, eu nem era para estar aqui hoje se dependesse só da minha origem. Não é? Ai eu fui criada por essa família, estudei no colégio de elite. Onde eu estudei, estudou, já foi secretária de educação Silker Weber, foi colega de colégio – Nossa Senhora do Carmo – que parece que hoje fechou. Fica aqui perto do Salesiano!

Eu morava no bairro de São José, naquela época moça que namorasse agarrada ficava falada. Até esqueci de dizer: eu tenho 75 anos, vou fazer 76 em agosto, então, eu já tenho assim, muita estrada”. E, no colégio, ai eu decidi que eu queria ser professora. Dezenove anos, e na minha época não era assim. Hoje, se faz o segundo grau e vai fazer o pedagógico e tem muita facilidade. Na minha época a gente tinha que fazer um Pré-vestibular, era um vestibular. Ai eu fiz esse curso na Escola Normal com Waldemar de Oliveira, pessoas assim que, Rinaldo Oliveira, eles, Raquel Caldas Lins e eles davam esse curso e eu passei, né.

Início do trabalho pedagógico e a construção da identidade docente.

Passei, eu fiquei feliz e fui fazer o que chamavam de Pedagógico; era curso Pedagógico. E terminei, terminei bem com as notas boas, por que eu senti que eu queria ser professora. E terminei em 58. Ai, tinha um concurso naquele mesmo ano, mas como terminou um dia depois, foi dia 28, ai não podia submeter a concurso. Ai fiquei. Fui pra Secretaria de Educação. Nesse tempo a secretária de educação era a primeira deputada mulher, parece, professora Elisa Maria

¹²³ Refere-se ao ano de 1986.

Viégas, ela era secretária. E padre tinha muito prestígio, então eu morava nas Cinco Pontas e me indicaram que o padre da Estância, veja, eu morava nas Cinco Pontas, mas o padre da Estância tinha muito prestígio e eu fui conversar com ele dizendo que queria ensinar, ai ele disse, olha eu vou fazer um cartão para a senhora levar para a Secretaria de Educação. Ai, chegando lá, ela me disse, olha, tem uma escola, mas a senhora não vai querer. Então e disse por quê? Ela disse por que é dentro dos matos; e era mesmo, era na, em San Martin, o local chamava-se Torrões de Dentro, ai hoje quando fico avaliando como era aquele local, hoje é onde tem a Chesf.

Lá dentro tinha uma Capelinha, ai, eu e uma colega também que nos formamos no mesmo ano, ai, vamos, vamos pra lá! Sei que ai, a gente muito animada, naquele tempo tinha – Caixa escolar – a gente criou Caixa-escolar, merenda, dentro dessa Capelinha. Era assim, um local muito bom. Então, era professora cedente, o Governo de Pernambuco era Cid Sampaio, ai foi quando teve outro concurso e não pode fazer. Ai chegou 63 no Governo Arraes, ai nós nos preparamos. Por que naquela época, a política era muito forte e os professores faziam dois três concursos para poder ser nomeado, por conta da interferência política. Nesse concurso de 63 todos que passaram foram nomeados. Saiu no Diário Oficial, e como eu fui nomeada com uma nota boa e morava ali nas Cinco Pontas, ai eu tive o direito de escolher onde eu queria trabalhar, eu optei pela Igreja da Penha... a Igreja é grande; a escola era pequeninha. Chegando lá, menino, não tinha alunos! Porque ali era comércio, mas tinham cinco professoras, e nos saímos de casa em casa fazendo campanha para trazer alunos. E naquele tempo também tinha a questão do prestígio não é? A supervisora era Consuelo Freire, ai eu disse, como é que a gente vai ensinar que só tem doze alunos? Vá pra lá quem mandou fui eu! ¹²⁴

A questão do poder eu sei que fique lá naquela escola. Foi um trabalho muito bom nós fizemos lá e depois a escola fechou, fechou e eu vim para Casa Amarela, também, amizade de uma diretora com a outra, vim para o Coronel Othon. Essa época eu já estava casada, ai e vim morar em Casa Amarela. Morei um tempo em Casa Amarela, fiquei no Coronel Othon e consegui a casa da COHAB, conseguindo a casa da COHAB eu fui morar em Paulista, né, ai sai do Coronel Othon com muita pena, mas fui pra lá. Chegando em Jardim Paulista, foi bom. Era uma escola, tinha três escolas, a última que começou a funcionar foi a minha. Primeiro, era Grupo Escolar. Era um alpendre onde ficava o depósito da COHAB, por que lá era uma Vila da COHAB. Sempre Deus esteve na minha frente. Ai eu consegui ter outro horário. O duzentos e sete, não, duzentos e sete não, era aula excedente, ai eu fiquei com duas turmas. Ai nós nos

¹²⁴ Faz referência ao ano de 1963

mudamos para a escola Radialista Luiz Queiroga, né, trabalhei no Luiz Queiroga e de lá me aposentei.

Agora, antes disso, eu também fui professora do município de Jaboatão, ensinava em Prazeres, na escola Henrique Dias no localzinho chamado Maçaranduba; ai também foi fácil, uma colega minha que estudou comigo disse: Você não quer trabalhar não? Eu disse, quero! Ai, como é que eu vou trabalhar? Não, Meu pai é compadre do doutor Humberto! “Pronto, eu fui pra lá” e fiquei.

Por que eu sai de Jaboatão? Jaboatão hoje paga o melhor salário, mas na época a gente dava viagem, três e quatro para poder receber salário. Ai, eu já estava casada, com filhos, ai desisti e deixei Jaboatão. Também ensinei em Olinda. A Minha inspetora de lá que, Jaboatão. Severina, vamos lá para Olinda, para minha escola, que eu tenho uma escolinha, só para você orientar os meninos, que eu fui alfabetizadora, por dezoito anos. Ai, eu gostava de alfabetizar. Ai eu sei que fui pra lá e quase que eu não saia mais porque ela não deixava; eu fui só para orientar e fiquei. Ai de lá, foi quando, ai não dava mais para ficar com tanta coisa, eu fui abrindo mão e fiquei só com o Estado, não é?

Ai no Coronel Othon, no Coronel Othon não, foi lá no Radialista, já em Paulista, foi lá, foi lá que eu comecei a tomar conhecimento da militância sindical; isso, eu fui para Jardim Paulista em 78, 78, 79, 79, ai aparecia um grupo de professores nas escolas, não é? E falando sobre a questão da luta não sei o quê. Eu tinha vontade, muita, mas eu tinha assim, dificuldade, não sei também, um pouco, em respeito a família que me criou, eles eram donos de engenho, ai, tem aquela formação, eles já tinham falecido, mas eu ainda guardei aquilo e também tive um marido muito complicado e cinco filhos pequenos. Ai tudo isso eu ficava, na minha cabeça, querendo, mas sem ter abertura. Mas, a companheira Morena, que ela é Florentina, mas conhecida no movimento sindical como Morena, ela ia lá e dizia não, não sei o quê, e ficava. E eu achando aquilo bonito e minha diretora era muito medrosa, lá do Jardim Paulista, ela dizia: Olha Severina, naquela época me chamavam de Severina – Se você quiser ir, você vá, eu não boto falta em você não. Vá simhora, agora, você não fique falando não! Era o medo que minasse, ai eu fica ouvindo, ai, eu vou participar. Ai foi quando eu comecei a participar, mas já era nos anos 80, não é? Mas uma coisa assim muito tímida, até por conta dessa minha dificuldades.

Despertar para uma consciência sindical docente e conflitos cotidianos.

Mas ai, depois, quando foi em 86, eu era professora Primária, e as professoras Primárias começaram a se mobilizar, por que antes, só era o povo do nível Superior, não é? Embora existisse o Centro dos Professores Primários, e que eu era associada, por que uma das minhas diretoras era de lá do Centro, ai ela, era uma pessoa muito boa quando eu trabalhei no Coronel Othon, ai por conta dela, me associei e até hoje sou, nunca, quando eu penso. eu penso nela, ai penso deixe, é uma besteira que estou pagando; deixa pra lá. “Eu só sou sócia. Até hoje, em respeito a dona Célia, foi uma das minhas diretoras e uma pessoa muito boa que me ajudou muito, era assim, muito amiga.

E, eu sei que em 86 eclodiu uma greve; não foi a primeira greve. A primeira greve foi em 79, a primeira greve da Apenope, mas eu participei, comecei a participar nessa greve de 86. Foi quando os professores Primários se inseriram na luta e também, ai eu comecei. Tanto que a Apenope começou nos Coelhos, mas eu não participei ai. A primeira reunião que eu participei, deixa lembrar! Foi a Apenope estava na Avenida Dantas Barreto, onde tinha, não sei se ainda tem hoje um Cinema pornô, que funcionava a API, Associação Brasileira; tinha uma associação, e lá, a Apenope, a gente era muito pobre em relação hoje, ai tinha uma sala, ai eu fui para esta reunião, pronto e dali eu comecei a participar; comecei a participar e foi, foi eu sei que, lá no Luiz Queiroga, ai essa diretora saiu, chegou outra e chegou até um ex. padre, padre Luiz; a gente chamava de professor Luiz. E, eu estava na escola com 207. Mas, Quando eclodia o movimento eu não ia (a escola), ai ele colocou no livro lá – Vai ter reunião – ai eu disse: Ô professor, qual é a hora que vai ter essa reunião? Ai ele, olhe professora, eu já lhe disse que a APENOPE não manda na escola. Eu disse professor, eu estou lhe perguntando qual é a hora porque eu tenho dois expedientes e eu vou para essa reunião. Ele brabo, batendo na mesa, ai eu sei que eu vim para reunião, e comecei, não é? Ai chegou a greve. Na greve eu participei de frente (Luiz Queiroga). Como eu tinha Curso noturno, ai, o Curso noturno dizia que você só podia receber o dinheiro se trabalhasse se não, botava falta. Ai ele ligava para mim – Diga a professora que ela vai levar falta - Ai, eu disse, diga a ele que bote que depois eu resolvo. Ai eu já estava acostumada, por que eu comecei a frequentar a APENOPE. Comecei lá vai, ai fui participando de tudo. Chegou o tempo que tinha uma diretora da APENOPE, mas ela só participava nos dias de reunião, Erenha. Ai eu comecei, vinha como voluntária é, e fui ficando, eu sei que, tudo ela só vinha no dia da reunião e eu é que vinha no dia-dia, eu ainda tava na ativa, não é? Ai um dia eu fui pra direção do sindicato; Eu nem me lembro mais quando foi que eu entrei na direção. Eu sei que quando eu comecei a

militar eu ainda estava na ativa. Eu me aposentei em 89. Em 89 foi quando eu me aposentei ai já tava atuando então fiquei. E, tanto que eu estou com vinte e cinco anos de aposentada e quase trinta de militância sindical.

E aqui no sindicato tem assim um ambiente que eu digo que é a minha casa, sou muito querida aqui e também sou, tenho amizade com todos, independente, você sabe, sindicato tem força política, eu sou da articulação, Morena é da articulação, eu entrei no sindicato através dela, ai me afinava com as coisas, com os pensamentos ideológicos deles, mas tenho amizade com o povo da Corrente que é do PC do B, tenho assim um trânsito muito bom! Como também eu criei esse trânsito nas esferas estaduais.

Agora, eu esqueci de dizer, tem uma coisa que me orgulha muito em minha vida de professora, que eu disse a vocês. Eu, depois de casada, eu tive uma vida boa, quer dizer financeiramente, mas depois de casada casei com rapaz de família boa que é o meu sobrenome, mas infelizmente é alcoólatra e agressivo. Então, ele me cerceava muito nas coisas, mas eu ia para o enfrentamento. E, houve um tempo que ele saiu do emprego, o salário de professor era muito pouco e eu morava em Casa Amarela. E, fui morar em Casa Amarela; morei em tanto canto por causa dele; assim. Ai fui morar em Casa Amarela, no lugar chamado Alto do Maracanã, porque tinha um irmão de criação que morava lá e nessa época, ele, parece que brigou; ele trabalhava com os primos, saiu da loja e eu sei que o dinheiro era pouco, mas eu ensinava na Igreja da Penha e morava no Alto do Maracanã e nunca faltei um dia. Eu ia a pé trabalhar, do Alto do Maracanã para a Igreja da Penha. Ai, eu tenho assim muito orgulho disso porque meus filhos tem esse mesmo hábito; eles não faltam. Eu detestava a palavra faltou. Eu me aposentei com vinte sete anos de serviços e vinte e duas faltas. O meu filho mais velho trabalha no SEPRO, tem curso de com informática lá; é Pastor. O segundo é vigilante, perdi dois, mortes trágicas e tem um que mora em Vitória e trabalha na Sadia. Hoje, graças a Deus meus filhos são uma benção de Deus.

Essa é a minha vida, assim, quanto profissional. E, eu acho que ser professor, mesmo com toda dificuldade, eu acho que é a profissão mais digna e a profissão mais bela que existe é ser professor. Por que, eu fui professora por vocação. É eu disse meu Deus e se eu não passar nesse vestibular eu vou fazer o quê? Eu tinha aquela vontade; eu fui muito dedicada. Eu trabalhava com “excepcionais, excepcionais” Eu nem fiz curso superior. Não fiz que meu marido não permitia aquela coisa, ai depois já foi passando eu estava perto de me aposentar ai eu fiquei né. O povo admira porque, como é? Não tenho, não fiz! Mas não me arrependo não! Quer dizer

que a gente faz o que a vida nos oferece e a gente ainda luta pra conseguir. Mas eu me considero, apesar de ter perdido dois filhos, mas eu sou muito religiosa.

As condições de trabalho e o cotidiano.

Olha, veja bem, até que, eu tava na Igreja da Penha era adaptado, tinha uma escada; era uma coisa, um local adaptado, mas dava pra fazer um trabalho. Eu, a gente tinha, eu ensinei, sempre alfabetizei; eu só passei dois anos com a 4ª série ¹²⁵. Eu me lembro que numa ocasião eu estava dando aula, ai quando eu vi entrou assim uma pessoa que era minha supervisora, com um bocado de moça; aluna. Ai, “Severina”, diga! Olha, eu trouxe as meninas para assistir sua aula; pode entrar! Ai eu sei que quando uma das alunas saiu e disse: A senhora sabia que a gente vinha? Eu disse, não! E a senhora sempre dá aula assim? Eu digo, dou! Por que eu tinha um caderninho ai a gente planejava, e hoje não, parece... Eu não sei como é isso! Naquele tempo eu sabia desenhar! Minha aula era toda desenhada assim no quadro, tinha hora de; a gente tinha hora da novidade, não sei o quê! E um fato muito engraçado, isso me emociona; Eu estava fazendo campanha de militância política, isso faz uns seis anos, lá em Jardim Paulista; hoje eu moro em Paulista. Ai tinha um rapaz, sentado assim, ele esta sentado na mureta, ai ele disse: Professora! Eu disse, diga! Ele disse, a senhora não lembra mais de mim, mas eu nunca lhe esqueci. Ai eu disse, foi? Ele disse por que a senhora desenhou um patinho. Menino, eu fiquei tão impressionada! Tá vendo uma criança? Ele marcou um desenho de um patinho que ele não esqueceu! Ai eu; meu Deus, como é marcante. Marcante! Mas eu acho se eu tivesse que começar tudo de novo eu começaria, eu vou ser professora.

Sim, antes a gente tinha bastante dificuldade, salarial; salarial. Hoje com toda luta a gente ganha pouco, mas ganha bem mais, bem mais! Olha, tinha administrativo na minha escola que ganhava menos do que eu; hoje estão bem! Por conta da luta os administrativos estão bem. Mas naquela época, porque professor ganhava muito pouco mesmo! Houve uma época que o povo diz: Ah! o professor ganhou bem no tempo de Roberto Magalhães! Mentira!. Roberto Magalhães ¹²⁶ foi um demagogo. Ele disse que ia dar seis salários ao professor primário e oito ao professor universitário, ele sabia que depois da Constituição não podia atrelar nada ao salário, ai ele usou dois meses, ai resultado, quando ele saiu, que outro assumiu ai não pôde fazer! Agora não pôde fazer por quê? Havia um impedimento legal. Ele uti.... usou, usou da bondade, do

¹²⁵ hoje é o equivalente ao 5º ano do fundamental I.

¹²⁶ Roberto de Melo Magalhães foi governador de Pernambuco no período de 15/03/1983 a 14/05/1986.

pensamento, da credibilidade, porque ele podia fazer aquilo, ai quando vem; ainda tem hoje professor que tem o retrato de Roberto Magalhães na bolsa; aquele povo mais antigo, sem visão, esse foi o melhor governador! Por que deu. Ele não deu; pior, ele nos enganou! Ele foi demagogo! A gente teve uma briga com ele na porta da faculdade de Direito, a gente tava em greve, ai ele veio, ai essa nossa companheira “Morena”, ela foi diretora de sindicato, foi vice-presidente abanou a mão assim na cara dele! Ele tinha tanta raiva da gente que numa passeata, ele não era mais governador quando ele vinha se encontrou com a gente. A gente na frente do Palácio, por ali, ele deu uma volta! Em frente ao Poder judiciário. E ele não foi reeleito; ele pensava que ia ser senador, que ele se candidatou não foi? Graças a gente! Certo! A dificuldade era a questão salarial. As escolas, como eu disse, lá na Penha porque era adaptado, mas, ai eu vim para o Coronel Othon, não tinha assim material... não tinha assim essa dificuldade não! Talvez o serviço fosse mais rudimentar, hoje tem a tecnologia; ajuda e ao mesmo tempo também explora. Por que hoje, antes os professores preenchiam a caderneta, hoje a gente fica batendo por que além de preencher a caderneta tem a exigência da secretaria de também botar on line. Ai, o tempo? Você chega na sala de aula faz chamada já passa um bom tempo, não é? E ainda botar no computador isso, avaliar um bocado de coisa também perde tempo! Eu acho que hoje com a situação financeira um pouco melhor, mas eu acho que as escolas ainda tem muito a desejar, muito! As cadernetas não chegam no tempo hábil. Olha, eu nunca me lembro de ter recebido, porque não era caderneta, era aquele livro escolar; no meu tempo não tinha essa dificuldade não! Lembro disso não!

Os pais tinham mais respeito aos professores; mais! Mais presentes. Eu lembro pelo menos, não sei se é porque sempre com ensino primário, as mães tavam presentes, as mães faziam festas de aniversário, bolo confeitados e aquelas coisas e estavam lá sabendo; o aluno não podia faltar com respeito ao professor não! Hoje isso é uma constante, viu? Naquela época eu não lembro disso assim não. Tinha sim casos esporádicos, mas, não era nem alunos, era a sociedade; a conjuntura. Lá em Jardim Paulista mesmo, na escola Luiz Queiroga, era uma escola espaço físico bom, mas aconteceu que atrás da escola foi criada uma vila, no tempo de Marco Maciel, umas casinhas boazinhas, mas as pessoas que foram locada lá não estavam acostumadas aquele ambiente; esse povo vive na maré, vive no lugar onde eles tenham acesso mais fácil para adquirir alguma coisa e esse povo lá foi tremendo, viu? Entrava na escola, botavam revólver em cima de; eu tenho uma colega que ela ficou e ele com o revólver: escreva isso ai que eu estou dizendo! E briga, assalto, roubo, morte lá, era assim.

Sindicalismo X docência: avaliação.

Olhe, veja bem, tem uma coisa que eu me pergunto assim; me interrogo muito! Por que quando eu comecei, tinha assim companheiros valorosos, guerreiros, de um assim, que iam as assembleias e a fala; tem gente que tem o dom! Fala e é aplaudido, tem aquela questão, mas esses companheiros ao terminar a gestão ou ao se aposentar eles desaparecem do sindicato, a agente, não passa nem aqui na calçada, aí a gente fica se perguntando: será que o movimento sindical causa assim essa, esse desgaste, esse né; a pessoa quer outra coisa da vida? Quer dizer, alguns, porque nós tivemos também a felicidade de colocar o PT no poder, uma grande vitória. Muitos almejavam, conseguiram outros caminhos, claro, porque se fosse o governo também, o DEM também bota os seus; cada um vai botar os seus. Muita gente subiu, muita gente saiu, mas muita gente não tá em lugar nenhum público e também se afastou da luta, não é? E você?! Tem alguns que ainda vem quando a gente chama, mas aí, aquele povo antigo desaparece! Teresa, deputada, não é? Mas é uma pessoa presente. Mas, fora Teresa; Horácio ele hoje já teve no Ministério Público. Horácio é um cérebro, já no Ministério não, já teve no MEC; Horácio hoje é secretário de Goiana. Já foi secretário de Olinda. Horácio é atuante na educação. Ele hoje esta Secretário de Educação de Goiana, aí a gente não vê. Paulo Valença, ele participou do Congresso, teve aqui, mas assim, no dia-dia e tem gente que a gente nem sabe onde é que esta! Desaparece! Aí eu perguntando: Será que no dia? Talvez seja o cansaço, de militância de muitos anos, aí depois procura outra coisa, vai descansar ou pensa eu já contribuí muito e deixa para os novos, pode ser isso. Eu tenho vontade de sair, mas não é sair e não ver mais o sindicato não; é para dar oportunidade a outros também. E também tem a questão da categoria, a categoria faz críticas, tá se perpetuando no poder, não é? Tem dessa coisas! Isso a gente ouve.

Mas eu acho assim, que todo mundo, todo professor que tiver assim, não é tendência política, mas uma vontade de lutar, porque eu não sou filiada a Partido, não é? Nunca quis! Agora eu não quis por quê? Eu acho que o movimento sindical absolve muito a sua vida, pelo menos a minha e eu não tenho assim, nem tenho mais idade para esta aqui, esta no Partido, tá na minha casa, não é? Aí eu priorizo o sindicato! Eu acho que no sindicato você contribui mais, embora a gente tenha o desejo de colocar os trabalhadores no poder, não é?

Ficha técnica: 05

Nome: Luci Machado Pinheiro

Profissão: Professora aposentada/Ativista ambiental Movimento defesa da Mata D'ucha.¹²⁷

Nacionalidade: Brasileira - Naturalidade: Recife

Data do nascimento: 15-07-1940

Período de docência: 1960 a 1994

Idade: 74 anos

Data da entrevista: 04/08/2014 – 15h as 16h 44'29"

Local: Residência da colaboradora – Rua escritor Lima Barreto 48, Barro, Recife.

Entrevistador: Cícero Souza

“Eu não tô lutando não é para derrubar governo, né! Eu estou lutando por melhores condições de trabalho dentro da minha profissão, qualidade de ensino, não tô lutando para derrubar governo”.¹²⁸



Fonte: Arquivo do autor - Professora Luci Machado Pinheiro.

A infância, formação e o despertar para docência.

Meu nome é Luci. Luci Machado, né! É Luci Machado Pinheiro, mas eu, Machado Pinheiro, Pinheiro é do meu marido e esse é o meu nome. Eu tenho setenta e quatro anos, né! Nasci em quinze de julho de quarenta. Eu hoje, eu continuo professora por que eu dou aula de

¹²⁷ Associação de Proteção Ambiental

¹²⁸ Professora Luci Machado Pinheiro em entrevista concedida ao autor dia 4 de agosto de 2014.

francês e português também. Dou português para estrangeiro e é uma atividade. O Movimento da Mata porque é uma atividade. o Movimento da Mata Uchoa por que nós moramos aqui e isso aqui é um remanescente de Mata atlântica e que nós desse conjunto residencial de cento e setenta e duas casas, tem alguns blocos de apartamentos e agente tomou conhecimento, numa época que o governo era ainda ditatorial, e a gente esta a trinta e cinco anos, e a gente tomou conhecimento que a Oderbrech iria construir ai um Privê de alto luxo e a população então, a gente teve conhecimento disso, tínhamos alguns vereadores na época, Paulo Dantas... Paulo, que hoje é prefeito hoje de Jaboatão! Como é o nome dele? Paulo não.! Elias Gomes! Ai a gente teve conhecimento por através de alguns deles que ia ser votado esse projeto. A gente conseguiu com alguns companheiros; uns cinco companheiros mais ou menos, seis e a gente foi até lá e conseguiu mobilizar, soube direitinho e conseguiu mobilizar a comunidade e ir até lá e barrar esse projeto; foi difícil, mas a gente teve ajuda dos parlamentares e a gente conseguiu barrar esse projeto que já tinha sido feito, que hoje ainda existe lá; tem resto ainda de construção, tem ainda, coisa que gente gostaria de aproveitar aquilo ali, que a gente tem o objetivo de fundar ali; nosso objetivo maior em toda essa luta, nosso objetivo de fazer um centro de pesquisa porque a Mata já funciona como tal. As universidades pra fazer teses de alunos de mestrado, não sei o quê, da história e até visitam a mata para trabalhos e também até as escolas públicas da rede oficial, tanto da municipal quanto estadual também visita a Mata para estudo e até as escolas Privadas. É! Ai, isso é feito sem ter uma trilha, sem ter nada, as próprias trilhas são formadas por nós mesmos que juntamos sempre com as pessoas que queiram ir por lá com as escolas, com as universidades, mas a gente tem um projeto realmente de fazer um Parque, um Parque natural, inclusive tem um nome, que levou o nome de uma das companheiras lutadora, que foi também da época da APENOPE; Luzinete Falcão, falecida e a gente em homenagem a ela gente vai, já colocou o nome da APA*, que era uma APA transformando no, a APA já tem o nome de Luzinete Falcão e a gente quer dar nome ao Parque em homenagem a companheira.

Tenho outras atividades. Eu sou de Recife, daqui de Recife. Eu estudei em escola religiosa, escola de freiras aqui perto, nasci em Boa Viagem mas vim pra qui com nove dez anos e estudei numa escola de freira aqui no Barro, fica bem pertinho da minha casa; uma escola de freiras, as freiras franciscanas, depois fui para o Colégio São José, também de freiras, as freiras Dorotéas, da Boa Vista e depois fiz faculdade, fiz Letras na Universidade Católica.

Ah! Eu, eu já nasci com essa.... foi uma vocação mesmo, porque desde de criança eu que eu gostava de ensinar as pessoas que iam pra minha casa, pra casa da minha mãe pra trabalhar eu sempre, nunca deixei sair sem ter aprendido a ler, certo? Eu sempre fiz isso, depois eu sou a mais

velha; não, minha família não tinha ninguém (na área de ensino), meu pai foi uma pessoa que me incentivou muito também porque ele era uma pessoa que era um “autodidata”, meu pai ele lia muito e isso cultivou esse hábito da leitura em mim desde cedo, desde criança eu gostava de ler, lia para minha vizinha, eu sempre fiz esse trabalho, depois com os irmãos eu ajudei muito a minha mãe; não no serviço caseiro! Ela não contava comigo, mas isso aí eu que me envolvia com a educação das crianças nessa coisa do, da escola, era eu que ia as reuniões, era eu que ia ver o que eles tinham feito, era eu que dava castigos para eles, era eu que ensinava; eu sempre ensinei.

Depois em casa eu montei uma escolinha numa salinha de aula que meu pai preparou, sei que meu marido tava nessa época, a gente namorava, e ele me ajudou também, fez o mobiliário e na casa da minha mãe a gente fez uma salinha de aula e eu dava aula mesmo jovem, antes mesmo de terminar o curso, porque eu fiz Magistério, naquela época era o Magistério e o povo como gostava muito de língua estrangeira e gostaria de fazer o Clássico, aí as freiras diziam “não, você é uma menina pobre tem que fazer uma coisa que lhe dê logo retorno, vá fazer o Pedagógico”! Na época era o Magistério; Pedagógico, não tinha Magistério, fiz o Pedagógico e gostei porque realmente utilizei e era uma coisa que eu gostava mesmo, comecei a ensinar bem cedo. Bem cedo

Início do trabalho pedagógico e a construção da identidade docente.

Nas escolas, como professora foi no estado! Eu trabalhei muito no particular, assim em algumas escolas. Particular, mas assim, cursinhos, nunca foi assim pra... entrei mesmo no estado na época... sessenta; eu nem lembro a data! Eu me aposentei em setenta... dois mil e... mil novecentos e noventa e quatro! Não é Gil! Eu e ele nos aposentamos na mesma época em mil novecentos e noventa e quatro nós nos aposentamos! Mil novecentos e noventa e quatro. Entrei no estado, dei aula muito tempo numa escola por mais de dez anos; foi na Escola Mariano Teixeira, era no Barro! Era aqui no Barro não, era aqui bem pertinho! Era na Vila Cardeal Silva, ali perto da Estância, por ali. Essa experiência? para mim foi tão natural! Porque eu já dava aula já, já ministrava aula, eu dava aula na, assim: uma professora, uma colega minha se ausentava aí eu assumia, aí sempre foi; sala de aula, aluno sempre foi natural para mim. Normal, nunca me estressei, não tive problemas não!. Como se fosse bem tranquilo.

Na escola eu não me limitava apenas a sala de aula, eu me envolvia com trabalhos extraclasse, gostava de trabalho grande, fiz na escola Mariano Teixeira, eu fiz um, criei o Bumba meu Boi! Fiz o Bumba meu boi! Envolvi, toda escola se envolveu. Do aluno, o aluno, eu fiz pesquisa na Biblioteca Pública e procurei toda, toda história do Bumba meu Boi, fiz um resumo,

adaptei, depois a gente, ai fiz as falas, dividi, tive apoio de toda escola mesmo. Tinha a professora Jaqueline Azobel que também foi uma das participantes em greve que saiu da minha escola; Jaqueline Azobeu! Ela também participou naquela época e ela saiu comigo da escola; foram cinco professores que saíram na época da greve por que todos os professores não se envolviam. Naquela época foi a primeira greve realizada por professores, uma época que ainda era, uma época que era do período ditatorial, ainda não estava aberto, ai todo mundo não aderiu. Mas então, com a ajuda ai, a gente... fizemos toda fala, dividimos direitinho a fala do Bumba meu Boi, criamos isso ai e eu envolvi meus alunos de oitava e de sétima série trabalhava, ensaiava, tinha que aprender a dançar o Bumba meu Boi! Foi aprender a dançar o Bumba meu Boi, peguei a professora de; tão interessante que a professora de Rosa, a professora de? De música! Eu não sei cantar, eu adoro mas não sei cantar! Ai eu disse: Você que vai ter que ensaiar comigo! Ai ela disse: “Luci, eu sou Protestante! Eu sou Evangélica”, ai eu disse: Faz mal não, isso é folclore”! Ai consegui que ela ensaiasse com os alunos; ficou bem interessante. A professora de Arte da escola, a professora Primária da escola se envolveram também e faziam toda indumentária do Boi, fiz o Boi, eu e Jaqueline com a ajuda da professora de Arte e com a ajuda dos alunos porque tem muitos alunos que tem habilidades. A gente fez o Boi! Ficou bonito o Boi! E a gente fez esse Boi e o “Boi se apresentou” em todo lugar, ai a diretora ficou feliz da vida, só não na... a gente teve um episódio muito interessante, que após a greve, eu fiz isso foi antes da época de greve, ai também era um período de, quem era governador aqui na época era Roberto Magalhães e parece que era aniversário de Roberto Magalhães, a gente voltou, fiz um ano ai no outro ano alunos da oitava série já não eram mais os mesmos alunos, não podia contar com os mesmos alunos, o Boi já tinha se apresentado muito e já tinha ficado na Biblioteca, precisava ser refeito e a diretora queria, porque queria que eu no mês de fevereiro botasse, que preparasse o Boi para apresentar na Secretaria; parece que era uma homenagem a Roberto Magalhães, insistiu tanto.

Ai eu disse: Fazer homenagem, logo eu fazer homenagem a Roberto Magalhães? Não suportava; um dos perseguidores nosso junto com Marco Maciel! Ai eu disse: Não vou fazer isso! Mas ai, ela disse: você tem que botar o Boi; preparar o Boi”! Eu disse: Não vai haver tempo! Fui dar uma olhada e tava horrível, tem que reconstruir tudo; não vai dar tempo! Os alunos também! Os alunos de oitava série foi embora, eu tenho que decorar as falas, a maneira de interpretar, tudo isso era coisa que leva tempo e os professores não são os mesmo. Eu tenho que ver realmente quem quer se envolver no trabalho! Mas ela ficou irritada, disse que... ela era chamada de professora grevista por que ela não, não incentivava mas não tolhia ninguém de participar, porque era muita pressão e ela era diferente. Era, ela dizia que não...ela apoiava porque de certa forma ela

permitia, ela não complicava. Por que tinha diretores que dizia que não saia mesmo e para gente entrar até a polícia chamava para gente, mas ela não, não teve problema nenhum, saía cinco professores, a gente voltava lá e incentivava os outros a saírem; não tinha nenhuma repressão!

Ai, por conta disso aí ela queria cobrar a apresentação – “ah! Eu ajudei você não sei o quê na época da greve”! Ai eu disse: Sim, mas aí isso aí é outra coisa, você ajudou porque quis, realmente não perseguiu mas eu não... isso aí não tem nada a ver. Agora eu não tenho condição de homenagear Até que tivesse viu? Depois que eu fiquei irritada, se tivesse eu acho que nem faria porque não vou homenagear Roberto Magalhães! De jeito nenhum! Nem vou querer que ninguém apareça nas minhas costas. Ai realmente... O boi fez sucesso! Não teve apresentação para Roberto Magalhães não teve mais não. Ai pronto, eu nem fiz mais o Boi; o Boi ficou só na saudade. Eu não fiz mais. Mas aí, passou uns seis meses, um ano foi feito, apresentou em vários lugares; foi muito bom! É interessante que tem alunos dessa época que vez o outra liga para mim no meu aniversário; marcou!

Eu comecei a dar aula, sai daí até por conta disso aí mesmo, que isso aí eu acho que até vou levar para a Comissão da Verdade¹²⁹ que eu vou dar uma... e ela como repressão também ela; mas isso aí quanto a ditadura foi coisa só porque ela pensou que eu não tinha atendido. Ai, quando eu voltei para escola eu ensinava, eu só tinha duas turmas de português e as outras aulas era de francês, aí eu fiz uma viagem, até para França, fui com uma Bolsa para fazer um curso, eu passei uns três meses mas o curso foi de um mês e meio, aí ela, quando eu voltei para assumir as aulas ela não tinha mais francês no currículo. Veja! Tirou autoritariamente francês do currículo; Ficou só inglês. Por que era francês e inglês. Como é que pode? Eu vou ficar como? Fica com duas? Ela disse: não tem como; você só tinha duas aulas, duas turmas de português! Eu só sei que eu levei para a Secretaria de Educação, pra DERE, foi uma coisa! Pois tava na época que em Boa Viagem o Adido cultural da França era um rapaz casado com uma amiga nossa que era; mas nem foi por conta dessa amizade que eu, eu fiz amizade com a moça depois mas ela era ligado ao francês e as pessoas do francês professores se conhecem todos porque trabalham juntos, trocam experiências principalmente com esse Adido cultural Roger e aí ele fez uma.. tava criando um núcleo de francês, foi na época de Silker Weber quando Miguel Arraes quando voltou governador e estava fundando um Núcleo, um Centro que hoje é um núcleo de língua estrangeira, tem inglês, alemão, espanhol mas era somente de francês; era o Centro!

Ai, eu encontrei por sorte eu fui uma dessas vezes a DERE, que na época era DERE e agora é DERE Departamento, chegando lá eu encontrei uma companheira de luta também e que

¹²⁹ Comissão Estadual Memória e Verdade Dom Helder Câmara – CEMVDHC.

trabalhava e morava em Boa Viagem, ela disse; ai contei para ela a história que tinha perdido as aulas no Mariano mais de dez anos que trabalhava, ela disse: Não Luci! Vamos para o núcleo! Quer não ir para o núcleo? Viu? Então, eu nem. Como é? Sim, ai ela, eu, falei a ela o que tinha ocorrido ai ela disse a gente esta fundando com Roger e eu fundando um Centro de francês lá na escola Brigadeiro Eduardo Gomes, ali em Boa Viagem, tinha o Santos Dumont. Não é? Ai ela disse: tu não quer ir pra lá? Eu vou agora falar com professor Cordeiro que era diretor da DERE; ai eu disse: eu vou! Ai entrei com ela, contei o que tinha ocorrido, que já tinha ido a Secretaria, ai ele mandou que me devolvesse as aulas, ela me devolveu; não podia mais para o francês. Ai ela disse não, encerrou francês! Sei que ela também se complicou lá na Secretaria de Educação para se explicar, e ela meio voltou e disse: não, tenho que arranjar aulas pra moça. Sei que me deu algumas aulas mas eu indo lá no DERE para saber como era a situação em outras escolas, ficou um ambiente meio desagradável, ai eu disse: eu não vou ficar! Ai eu dei uma passada e encontrei a amiga, ai ela, entramos, conversamos com o professor Cordeiro e ele disse: Quer ir professora? Eu disse: quero ir! Bem melhor para trabalhar, era um ambiente, algo bem direcionado, depois, com apoio todo que a secretaria não dava! Lá ensinava com giz e quadro negro, eu levava figurinhas, eu levava um gravador da minha casa mesmo para trabalhar com os alunos música, essa coisas! Mas eu levava, nessa época eu nem tinha carro ainda, mas levava de ônibus. Eram dois ônibus. Era um lugar pertinho mais eu tinha que pegar duas conduções. E eu fazia isso com a maior dificuldade. Mas lá no núcleo, Centro de francês era uma sala somente de francês, a gente ia receber aluno tanto da nossa escola como das escolas circunvizinhas, os alunos poderiam vir horário diferente; se ele estudava a tarde ele vinha no horário da manhã e ele fazia um trabalho; ele vinha e tinha direito de escolher se ele queria se optava por francês ou inglês, a gente sempre orientava que ele devia ficar com inglês também mesmo que quisesse o francês como a língua de opção ele seria avaliado, teria uma nota e era a nota de aprovado como língua estrangeira mas ele também poderia optar por inglês.

Isso ai foi uma luta nas escolas! Porque as direções não aceitavam que o aluno optasse pelo francês por que ele tá aqui na escola; o que é que ele vai fazer na escola? Vai fazer inglês! Não queriam; era uma luta tinha com aquelas escolas dali! Sabe? Mas os alunos, disseram que foi uma coisa muito boa, a gente recebia, o Consulado dava todo apoio, a gente tinha um áudio visual que a gente tinha uma sala que era só nossa, a gente ornamentava todo com francês, os alunos nos ajudava, tinha uma mesa bem grande atrás, agente mandava o aluno entrar e sentar e dizia chegar na minha aula ninguém precisa pedir licença para entrar. Porque vinham de outras escolas, entrou, ficou ali quietinho, ai tinha os armários, mas tudo doação do Consulado. Mariano

Teixeira, esse episódio que eu fiquei sem as aulas aí eu fui para a escola Brigadeiro Eduardo Gomes; Centro. Até os horários eram diferentes! O da escola começava as sete e meia e eu começava a trabalhar de sete! Eu sempre me acordei, fui madrugadora e também porque sempre trabalhei pela manhã; até os horários nunca coincidiam. Não tinha horário de recreio que a gente emendava. A tarde vinha uma outra professora; nós éramos três professoras mas eu nunca deixei de participar da escola. Elas passavam lá, mesmo porque eu participava, eu era do sindicato aí elas iam lá e diziam: Tá acontecendo isso, isso! Faxineira, o pessoal da cozinha, Luci tá acontecendo isso! Vai haver reunião; Luci não falta não!

Despertar para consciência sindical docente e conflitos cotidianos.

Ah é! Eu sou da época! Foi. Fomos, fui uma das, das funda.... a gente conseguiu tirar a APENOPE daquela época, houve aquela ruptura com o Leônidas; Chamava ‘o pelegão’! Então Leônidas, a gente tomou de Leônidas e a gente assumiu a Apenope. Na primeira, na primeira não entrei na direção, gestão, entrei na segunda mas daí eu me engajei! Assim.

Ah! Foi bem interessante, porque assim, por que nós não conhecíamos, a gente nem sabia que a Apenope existia. Eu estava já; quantos anos na escola? Eu entrei na escola em setenta e cinco, setenta e.... quatro, foi no ano da morte da minha mãe. Setenta e quatro ela me viu ainda entrar na escola pública. Aí em setenta e quatro eu entrei na escola e a greve, deflagrou-se a greve em setenta e nove; não é? Então, pois esses anos de escola a gente não sabia que tinha. Não! Não! Eram péssimas! Eram uma das poucas que tinham boas condições, boa estrutura assim. Sabe? A direção, diretora, eu não posso falar e as outras que vieram antes dela e depois era um pessoal comprometido, comprometido mesmo com a escola. Sabe? Uma estrutura bonita da escola, agora horrível assim, porque a gente lutou muito, ela também por que era um lamaçal, não tinha um pátio para os alunos, para os alunos brincarem, aí a gente botava do outro lado mas era grama. Mas no geral nas escolas faltava tudo. Falta de higiene nos banheiros. Lá também, porque não tinha como, como limpar, porque também faltava higienizar; faltava até material! Tinha, as escolas não tinham as vezes, não tinham... o reservatório de água descoberto; Sabe? sem nenhuma preocupação com a higiene e nem com a vida do aluno. É! De jeito nenhum.

A APENOPE na época era atrelada ao governo, recebia... era conivente com tudo, não se interessava porque ele, tenho até documentação que dizia que ele recebia um salário; ele ficou lá por oito anos. Recebia um salário, tinha carro a disposição; pelo menos é o que eu tenho aí! E ele não se incomodava com essa parte e não queria fazer frente ao governo. Primeiro, também numa

época de ditadura e depois não tinha como e achava melhor ter um relacionamento mais amigável. Não é? Ai uma vez, ele teve não sei por quê, até hoje eu nunca soube porque ele resolveu ou a gente viu fazer isso várias vezes. Eu sei que foi publicado um convite para uma assembleia de professores na APENOPE, ai nós fomos. Foi! Vi o convite. Foi, li o jornal e vi o convite, eu disse, meu Deus! conversei com essa minha amiga que era professora de Português, que sempre os projetos que eu fazia procurava envolve-la; essa Jaqueline. Ai disse: Vamos para assembleia? Chamamos uma outra professora de Ciência, o professor de... não me lembro como era o nome dele! Se envolvia muito com as contabilidades da gente, da escola. Então, o professor Cláudio e mais dois outros professores de Matemática; certo! E então saímos para assistir a assembleia. Essa assembleia! Eu tenho aqui uma relação de todas as escolas e todas as reuniões que aconteceram. Foi interessante porque foi a primeira assembleia, a segunda assembleia. Sabe? Um rascunho meu.

Mas a primeira foi no Teatro do Parque! Pela primeira vez. Ai, lá foi uma coisa interessante porque a gente não conhecia as pessoas que formavam a mesa. Era o professor Leônidas, que a gente tava tendo conhecimento naquele dia; ninguém conhecia e alguns outros professores que também, tem alguns que eu nem gravei o nome! Tem um Admilton que depois fez parte da... ficou na Apenope com a gente, depois, a gente tentou negociar ficar na chapa mas também não deu. Certo? Depois ele até moveu uma questão contra Apenope na época. E ele, a gente nessa mesa a gente não conhecia, começaram a aparecer as pessoa que faziam interferência na fala deles lá! Começou fazer interferência na fala deles e a gente foi gostando dos professores que se apresentaram; ai foi um Paulo Rubem Santiago! Não, não. Não conhecia Paulo Rubem; Paulo Rubem era bem novo! Vinte três anos, estudava....ensinava na Escola pública Eneida Rabelo só a dois anos, estava no período probatório, a dois anos que ele estava na escola pública e a gente não se conhecia; não havia esse relacionamento entre escolas, era meio complicado. Na própria escola a gente trabalhava, o pessoal que ensinava de quinta a oitava, trabalhava em segundo grau não tinha reunião no mesmo horário com o pessoal de primeira a quarta; era uma maneira de fracionar e fragilizar. Por que não havia união, os professores Primários nos olhavam assim cheio de coisa porque eles trabalhavam tanto quanto nós. E a gente não tinha as mesmas, até a mesma remuneração nem até o tratamento. Sabe o respeito que se tinha na escola era diferente, elas eram mais amedrontadas, tinham medo. Que não é a toa que são chamadas de “tia”. Tem essa mania de chamar os professores de “tia” pra poder mostrar que era parentesco, era amizade, era não sei o quê e ai isso se refletia na remuneração, na maneira de tratar. É toda uma coisa que a gente que tem mais consciência começa.... percebe essas coisas; percebia. Tanto é que

a gente juntou, a gente fez juntar mas era difícil conseguir assim unir os professores, eles mesmo viviam assim meio assustados.

No Teatro do Parque a gente começou a conviver. Apareceu propostas de Paulo Rubem. Paulo Rubem muito impetuoso. Somente com vinte pouco anos, cabelinho amarrado, rabo de cavalo, aquela coisa de sacola a tira-colo! Bem! Ai era interessante, e, ele ensinava também na Escola Parque. Era uma escola particular, uma escola de Referência. Ensinava. E, e ai pronto! E a gente viu que ele se destacou nas interferências que foram feitas e depois outros companheiro também depois se engajaram alguns outros companheiros, também fizeram interferências e a gente foi olhando isso, nós que saímos da escola Mariano Teixeira não conhecíamos todo o mundo, só alguns outros e ai a gente começou a ficar sempre junto e na próxima reunião vamos novamente. O pessoal tinha medo de assinar as atas de presença; era muito! No Teatro do Parque, depois na... eu tenho isso aqui, ôh Cícero, eu tenho isso aqui bem separadinho com o nome das escolas, todinha assim, mostrando. Parece até que eu disse vou separar porque é importante! Que a gente fale. Eu disse, eu vou botar logo a frente! Tem o nome das escolas; as Atas. Que eu sempre fiz as Atas! Tem assim, ela tá até rascunhada, sabe? A coisa, mostrando assim assembléia não sei onde, no IEP.

Nós da escola ficávamos juntos, ali no IEP, Teatro do Parque, Teatro do Parque, Teatro.... No Náutico! No Náutico, nós estivemos no Náutico também! E quando saía, quando era, quando saía a lista de coisas era um mundão de gente que não cabia todo mundo dentro, e a gente que queria assinar; tem gente que fugia para não assinar as atas com medo de ficar comprometido. E alguns diziam: “assino não! Luci, eu não vou assinar!”. Eu vou assinar; eu estava presente! Corria pra ver se assinava aquela Ata. Depois a gente fazia umas propostas lá, começa as divisões de trabalho de greve. Ai pronto, ai muito gente, era muita gente nas assembleias mas na hora de fazer, de, de se engajar nos comandos... Mas mesmo assim foi muito interessante! Pelo menos com os companheiros que eu saí da escola todos eles ajudaram muito, participaram mas não se engajaram tanto quanto deveriam; mas participavam das atividades que eram para todo mundo mas não queriam assim, como a gente aqui, não é? Formamos aqui um Comando, a gente chamava “Comando de Tejipló”. Tinha o “Comando de Boa Viagem” o pessoal que pegava ali Boa Viagem e as áreas e dizia, tantas escolas! E formavam tantas escolas; eram daquele Comando. Aqui em Tejipló ia desde Afogados e daquelas escolas dali até os Curados IV, Curado II, Curado I. Era difícil mas a gente teve apoio, saía um professor, dois de outras escolas, na época da greve eles, só foi um grupo; era realmente os mais resistentes que formaram esse Comando. Ai a gente se reunia e saía para as atividades porque foi feita uma

vigília, foram vinte e nove dias de vigília na frente da Secretaria de Educação, o secretário na época era Joel de Holanda e a gente tinha uma raiva porque ele tinha vindo de Brasília, não conhecia nada da realidade do professor nem de Pernambuco e tinha sido bionicamente indicado e trazido para o cargo de Secretário de Educação e não nos atendia; era um cara jovem, muito jovem também e eu acho que tinha medo que a gente e diziam que tinha até música fazendo chacota porque ele fugiu pela porta dos fundos. A gente ficou em vigília vinte e nove dias. Se revezava, vinha outro grupo, não sei o quê; foram vinte nove dias na porta da secretaria cantando, criando, fazendo paródias, criando músicas e assim; foram dias assim bem!

Ah! Mas foi rápido! Eu nem, assim; foi, foi! Por quê a gente na primeira assembleia, na segunda Paulo Rubem já fez parte do; parece que na segunda já, Paulo Rubem fez parte já da Mesa dele, da composição da Mesa. Sabe? Ai outros companheiros também; eu tinha que reler por que eu me esqueci! Ai outros companheiro de outras áreas fora Paulo Rubem, tinha outras pessoas também que começaram a se engajar e a fazer parte mais de frente, ai numa das Assembleias, parece que foi na segunda, na segunda, a gente foi! Foi dado uma coisa de greve; foi feita uma proposta de greve e ele (Leônidas) não aceitou de maneira nenhuma! Ele teve medo de perder o cargo. Não ia assumir greve; ele não assumia nem uma assembleia de professores como deveria ser. As, as, eram fantasmas as eleições dele; ele já estava ali há nove anos, como ele ia liderar uma greve? Ai, a gente forçou a barra e a greve foi instalada. Quando foi criada greve, quando foi dado o “grito de greve” ele não pôde mais, não podia mais dirigir porque ele não ia dirigir uma assembleia de greve. Ai foi marcada uma nova assembleia; eu tenho ai também e a gente já foi discutir como fazer pra levar a greve adiante.

As condições de trabalho e o cotidiano.

Ai, reivindicava melhores condições de trabalho, salário, salário, o salário para o professor! Questão salarial. Foi! Eu acho, acredito que tenha sido levado foram as duas coisas, a gente não pode levar, não pode nem dissociar salário e melhores condições de trabalho. Por que era difícil, o salário era péssimo e as condições de trabalho também! A gente não tinha condições de trabalho.

Eu trabalhava numa sala com cinquenta alunos dando aula de língua estrangeira, tendo como, apenas como material didático giz e o quadro; era isso ai, não tinha as mínimas condições. A gente fazia diferente quem era, quem queria, quem gostava, quem amava a profissão! Por que sai daqui de casa, tomar dois ônibus, parava lá depois do Barro ai tomava na entrada um outro e

eu ia com um ou gravadorzinho ou um som pequenininho que levava; pesado, que levava pra coisa pra poder passar músicas para eles. Eles adoravam, por que depois da música eles se incentivavam pela língua. Aula de francês, com, fazia cartazes, fazia, tudo isso dava trabalho mas nem todo mundo fazia! Fazia meu próprio flanelódromo que não tinha também na escola, fazia pra; e hoje não! E hoje é diferente. Naquela época a gente tinha que fazer flanelódromo, etc. Não se tinha condições e professores como eu sentia dificuldades com isso e outros professores também. Depois merenda escolar pra os alunos, os professor mesmo que trabalhava o dia inteiro na escola. Tinha professor que passa o dia inteiro na escola. As condições físicas da escola, a entrada, lamaçal em época de coisa; era tudo, a maioria das escolas era precaríssima!

Ai, a negociação com o governo péssima! Porque eram governos autoritários, porque a greve foi ilegal. A gente não conseguiu. Ai, eu o secretário de, acho que era Romeu; esqueci o nome do homem! Mas eu tenho! Romeu. Ele era da Secretaria de Administração, ai ele intermediava. Ai a gente vinha. Talvez alguns companheiros tenham dado, deram com mais precisão. Eu sei que era o secretário de administração que recebia a Comissão, era formada a Comissão, o pessoal mais de frente e fazia-se a negociação. Mas não tinha a; não conseguia! Primeiro, eles passaram muito tempo sem receber! Depois de vinte nove dias foi difícil. Ai, cortaram o ponto. Foi! E a gente recebia, a gente recebeu os contracheques, a maioria de nós que estávamos a frente recebeu os contracheques em branco. Foi! Não recebemos nada! O grupo que estava mais a frente, que assinava mesmo essa coisa toda, esse grupo mesmo recebeu os contracheques em branco.

Sindicalismo X docência: avaliação.

Havia. Havia! Havia! Foi muito difícil! Foi muito difícil porque a gente sabia que era uma época que a gente, a gente não tinha essa liberdade toda. E tinham companheiros que tinham muito medo. Quem não tava envolvido só com o movimento, mas ai tinha companheiro que já tinha sofrido, alguém que tinha alguém que já tinha sofrido repressão da família. Ai começava a colocar; se a gente fosse medroso também saía da parada! Tinha gente que realmente corria!

Mas a gente; eu tinha um, um menino que foi vizinho da minha mãe, a família toda vizinho de frente a minha mãe, e eu fui professora dele, dei aula particular porque ele tinha dificuldades, era amiguinho dos meus irmãos criança! Eu sei que era um menino muito bom, muito bom! Uma família, uma mãe muito carente, necessitada, porque eram separadas. Morava com a mãe, eu só que, por conta disso assim, a história dele, ele foi pra servir ali no 14 RI. Por ser

um menino muito bom foi convidado por um Coronel pra assessorá-lo. Ai ele ficou e cresceu. Eles viram que o menino tinha condição, era um menino bom de colégio de tudo, fazendo faculdade. Eu sei que botaram pra fazer curso em Brasília pra o SNI; ele foi pro SNI. Ai, por conta dessa ligação conosco ele ficava como informante, ele não fazia isso com todo mundo, mas ele me procurava, procurava o meu marido pra dizer, procurava meu irmão pra dizer – “Não pode! A Luci tá se metendo numa coisa muito perigosa porque a gente tá!” Depois terminou ele se. Você não tem nada reclamar! Por que depois eu nem sabia, porque não se dizia ele era do SNI ou as vezes era aquele que chamava de “Dedo duro”! Os que não faziam curso nem nada; mas ele era concursado, mas a gente não sabia disso. Terminou ele um dia, ele dizendo a mim e a Gil pra poder a gente se conscientizar; porque ele me tinha como uma irmã eu tinha sido professora dele e tudo. Ai eu muito amiga da mãe dele, ai ele disse, eu vou lhe dizer Luci o porquê: Porque eu, veja bem, eu fiz concurso para o SNI; ai ele contou a história dele, ai mostrou uma canetinha que ele tinha. Ai ele disse: “essa caneta aqui eu tô aqui com ela, mas ela é um microfone, é um gravador, ela tá gravando o que você esta dizendo. Então isso pode ser usado”! Eu disse, certo! Você usa como você quiser, agora eu não vou sair porque eu não tô lutando pra derrubar Governo. Eu estou lutando por melhores condições de trabalho dentro da minha profissão. Melhor qualidade de ensino. Eu não tô lutando pra derrubar Governo; agora você faz o que você achar certo! Ai ele disse: “mas eu não quero. Você sabe que não é bem assim, eles são truculentos” Eu sei que alertou, alertou e ficava. Ai eu disse: não venha mais aqui de jeito nenhum! Mas não tinha jeito, ele vinha no horário que eu não tava e quando eu chegava meu marido tava louco! Luci, onde é que você estava?! Não sei que lá. Era um aperreio. Tinha um tio meu que fazia anos que eu não via apareceu para visitar, pra dizer “você não pode ficar não!” Irmão do meu pai. Foi muita pressão! Principalmente no período da greve; principalmente no período da greve. Foi assim o tempo todo. Ele aparecia nas assembleias e eu dizia: se você aparecer em qualquer assembleia nossa eu vou e eu fiz isso; eu vou lhe denunciar! Por quê você não é professor.

Mas ali todo mundo não se conhecia, tinha professor de uma área, de outra, de uma cidade, de outra e não dava pra gente conhecer todo mundo e pensava que era um amigo do outro. Era. Ai ele no meio, quando eu via eu dizia: É José! Teve um dia que eu fui, o pessoal tava dirigindo a Mesa na, um padre que nos dava sempre guarida, a Igreja a nossa disposição também; era ali na Igreja de São José. O padre da Igreja de São José contribuiu muito com a nossa luta! E a Igreja, a gente fazia. Me lembro! Deu um branco agora mais eu sei; padre. Acho que eu lembro daqui pro final! Ele contribuiu muito porque ele dava espaço, ele abriu espaço da Igreja dele.

Cabanga, Imperial? Imperial. Era, mas os padres sempre fizeram, faziam isso! Da Igreja do Ipsep a gente tinha todo apoio, a gente usava tudo; mimeógrafo. Naquela época mimeógrafo mesmo à álcool a gente usava, mimeógrafo pra imprimir panfletos. A gente fez o “Comando” aqui na Igreja de Tejió. Eram dois padres franceses: padre Bruno e padre Antônio; É! Todos os dois voltaram agora pra, estão trabalhando na França, eu ainda mantenho contato com eles; com o Bruno. Visitei, conheci a mãe dele. E ele, dava assim o espaço; a Igreja era nossa fazer. O salão paroquial e mesmo o que a gente precisasse a Igreja era ali. Padre Reginaldo Veloso eu não sei dizer porque era de outra área, de Casa Amarela, mas eu não! Tinha, tinha! A gente fazia. A gente fazia. Era! No Ipsep. A gente fazia um Comando mesmo, era ali em Tejió; a gente se reunia todo dia. Seis, sete horas da manhã a gente já tava lá, fazia os panfletos, saía em visita pra coisar e ali mesmo a gente lanchava, fazia as visitas naquelas áreas po, carentes, porque os alunos eram da Rede e a gente saía divulgando por que a gente estava em greve, convidando para reuniões, fazia reuniões com a comunidade, enchia a Igreja pra fazer reunião com os pais e eles compareciam ia sim; e o nosso Comando, não sei se foi dito isso mas foi um dos Comandos mais importantes na época da greve porque a gente tinha uma organização, porque a gente contava com professores que eram lideranças mesmo nas escolas e a gente fez assim um trabalho bem sério; e não éramos medrosos, a gente assumia mesmo.

Então, a gente fazia, chamava os pais pra reuniões, acho que ainda tenho ai um panfleto que convidava para as reuniões dizendo, explicava por que estávamos em greve, justificar com os pais, dizer os motivos e isso a gente angariava simpatia deles. Ai eles ficavam a favor da gente! Não adiantava dizer que a direção mandou chamar, não adiantava. Tinha escola que mandava chamar o aluno, avisava a mãe, avisava ao pai mas eles já tinham sido conscientizado por nós, ai na hora não iam não. A gente sempre se reunia na Igreja. Geralmente não, era sempre; era o ponto mesmo na Igreja agora dali a gente saía pras reuniões centrais. Tejió, eles faziam; Boa Viagem, o pessoal dali Pina, Boa Viagem não sei o quê. Ibura tinha, cada um tinha suas, no Centro. Ai a gente, tinham atividades que eram pra todos; pra todo mundo! Ai, então a gente naquele dia a gente não ia para as áreas da gente, a gente corria. Ou então se fosse pra áreas; era de dez horas! Ai ia todo mundo para as atividades que eram, eram missas, culto ecumênico, não é? A gente contou com pessoas que participavam conosco do culto ecumênico, uns hinos bonitos que a gente cantava tudo assim. Tinha na, na Igreja, atividades em que todo mundo era obriga, era convidado a ir e tinha gente que fazia questão de ir.

Ai assim, teve uma ocasião também, uma repressão, naquela repressão a gente soube, eu fui informada também pelo mesmo rapaz de que a Igreja, não sei se outros companheiros também

foram! mas pra mim chegou essa, cheguei lá no Comando de greve de gente e não disse a todo mundo porque era gente de muitas escolas, tinha gente novata, gente que aderiu quando a gente ia fazer uma conversa e a gente entrava, pedia. Lá em Tejipló a gente parava primeiro, conversava com os professores. As lideranças era eu, o companheiro; disseram que morreu mas eu nem acredito! Wilson Santana e Damarício que mora aqui perto, com quem eu tenho contato ainda muito e Áurea Souto que é assessora de Paulo Rubem desde quando ele era vereador; assessora de Paulo Rubem, Áurea Souto! Então, éramos nós assim a liderança e ali a gente fazia antes para poder a gente coordenar, nós coordenávamos o grupo e vinha. Ai nós saímos para as escolas e dizíamos: a gente não vai agredir nem professor, não vai agredir diretor e nem muito menos professor! Nossa briga é com o governo do estado, então contar educadamente por que é ele o dono da casa, ele se acha o proprietário. A gente vai conversar com ele, pedir licença mesmo pra poder permitir que a gente fale com os professores. Mas isso era difícil! Porque a gente ia e eles diziam logo; os que não queria ser muito deseducados nem dizer que estavam fazendo repressão diziam que “isso aqui é uma grande família”, não adianta entrar porque ninguém vai aderir porque “nós somos uma grande família” não sei o quê! Ai tinha a Escola Barão de Bonito aqui, tinha uma diretora era muitos anos na escola; a Marcelino Champahac, que era de, que tinha o curso de; tinha o Pedagógico não! Prepara pra professor! Ela como era muitos anos diretora da escola e era o “Bicho-papão” mesmo! Magistério que era muito conceituada na Secretaria de Educação e tudo. Não permitia! Muitas delas não permitiam, precisava que a gente, ai a gente forçava a barra. A gente saía e dizia: olha a gente não vai fazer isso, a gente vai fazer somente isso. Ou eu ou outro companheiro que fazia a reunião dizia só que vai falar são duas ou três pessoas, a gente não vai aceitar provocação pra sair no ambiente, na coisa numa boa pra ver se a gente consegue, porque se a gente for com grosseria com os companheiros não vai ter apoio de alguém que tenha lá, ainda mais que eles tinham muito medo. Medo da família em casa, medo de marido, não era? Tinha toda uma pressão pra sair, não era? Precisava que a gente convencesse direitinho e eles realmente abraçassem a causa. Ai, a gente já saía preparado para isso. Agora eu dizia, eu dizia: “a gente vai na calma, não vai agredir ninguém. Agora, se o diretor disser a gente não entra ai a gente entra na marra; a não ser que ele bote o cadeado. A gente entra e fala de qualquer maneira!” Ai a gente teve muitos problemas, sabe? Por que tinha uns que não aceitava mesmo e a gente entrava na marra. E outros que o professor ligava pra gente, pra APENOPE. Ligava pra dizer: “Olha, a minha escola quer aderir a greve, mas a direção não deixa. Mas se vocês vierem aqui a gente sai! A gente tá com medo, mas a gente sai com vocês!” sabe? Ai, a gente ia! Era interessante!

Ai, a escola; tinha uma escola que funcionava dentro do Quartel; Escola Marechal Rondon. Funcionava dentro do Quartel; funciona ainda hoje no Quartel! Ai, a repressão era maior ainda! Mas o Comando da gente era um Comando desgraçado! A gente dizia, mas a gente foi em tantas escolas e vai deixar essa escola aí na porta da gente? Na cara da gente deixar funcionar? Só com medo do Quartel? Então vamos lá!

Ai nós fomos. Difícil sabe? A secretária era sobrinha da diretora; a diretora até que nos recebeu bem mais nos recebeu dizendo aquela história da “grande família”; ela parece que conversavam “uma grande família”, mas nós dissemos, certo, mas nós queremos conversar com essa “grande família”. Não, mas elas estão em sala de aula. Mas não é para esta em sala de aula; nós também temos alunos e a gente não tá em sala de aula! Não, mas é preocupado! Mas não é preocupação com aluno quem tivesse tava aqui com a gente. Era mais ou menos assim a conversa. Ai pedia. Não, você é a diretora, ai eu dizia, você se lembre; quando eu ficava irritada e perdia a calma eu dizia: lembre que você esta diretora! Você é professora e nada um dia atrás do outros. Ai, isso é uma ameaça? Entenda como você quiser! Mas vamos lá! Eu só sei que ela terminava ela dizendo que não. Então eu dizia: Ou você chama os professores para falar conosco aqui na sala dos professores ou a gente vai invadir a escola; a sala de aula. Não vai assustar aluno não vai nada mas vai começar. Era, ai a gente fazia assim em outras escolas e no Quartel a gente fez a mesma coisa. Ai, antes da gente dizer “a gente vai agorinha pra sala de aula, a gente não vai assustar aluno, a gente vai chamar o professor e vai conversar na porta com cada um”. Ai, quando a gente disse isso, quando a gente viu veio aquele monte de coisa verrrde! Veio soldado de todo jeito! Então! Foi soldado de todo jeito botando a gente pra fora, ai, a secretária se encarregou de chamar quando viu que a tia estava amolecendo, foi chamar; ai foi um horror. Ai, no Comando a gente nunca tinha tido assim esse tipo de comportamento assim, nunca teve essa coisa toda e a gente não tinha medo. Eu sei que veio empurrando a gente, gente idosa no Comando. E lá vai, lá vai, eu sei que, fui uma das últimas a sair. Fiquei uns cinco minutos, mesmo dessa cor com a marca do coisa que ele; quase que. Um absurdo! Por que isso? A gente tá aqui com um papelzinho, a gente não tá aqui com arma nenhuma, agora vocês estão com armas, com toda truculência em cima de professores, que a escola é nossa! Tá dentro do Quartel mas a escola é nossa! Não é da direção, é de todos nós. Não é do Exército também! Lá vai, a gente foi colocado para fora da escola mas a gente se reuniu; a gente vai ter que tomar uma atitude! Não vai deixar! A gente voltou para o Comando, conversou e disse: agora a gente vai para o Comando Geral, que era lá onde o pessoal tava reunido na Secretaria e vai querer voltar aqui com tudo quanto for gente de vocês do Comando. De vocês do Comando também.

Ai foi quando veio Arundo. Eu mesma, eu particularmente tinha medo de Arundo no Comando. Conhecía nada! Conhecía depois que a gente ficou junto, todo dia a gente tava em reunião lá. Mas, eu tinha medo de Arundo no Comando! Era aquele vozeirão; até o aspecto dele com aquele cabelo bem grandão e o vozeirão dele era interessante. E ele não tinha, não tinha paciência; cada um tem a sua maneira, mas ele era muito grosseiro quando ele queria com as direções e irritava mesmo a gente! Ele fazia o maior alvoroço do mundo, aí eu dizia: meu Deus do céu! Mas dessa vez até Arundo tem que vir também. Eu sei que a gente foi!

Tinha uma das professoras, que era professora também lá que saiu. Uma pretinha que morreu o ano passado! Muito querida nossa; ela chamava todo mundo de companheirinho! E ela ficou engajada até agora antes de morrer ela fez parte de, da associação, agora do Sindicato preparando com pessoal, parece que era um Congresso que ia haver. Ela ficou até no dia e quando chegou em casa morreu. Ai, mas a companheira Gersina, era uma preta, bem forte. Ela era professora Primária mas ela não teve medo; Porque pouquíssimas professoras primárias participaram. Ela foi uma das que saiu, recebeu o contra-cheque dela também em branco mas não participou do “Fura-greve”. Mas aí ela disse, aí ela pediu a transferência dela de público. E a gente subia no ônibus, toda parada a gente subia no ônibus, distribuía panfletos mostrando a população porque que a gente tava em greve, cada um.. a população recebia a gente muito bem, muito bem! Ai, ninguém, ninguém encontrou ninguém que fizesse, diziam que a gente estava certo! Esse mesmo grupo mas com um grupão bem maior, pessoal de outras áreas tudo; foi um coisa. Ai a gente fez um auê na frente! Assim, veio com, preparado, Gersina fez uma fala na rua mesmo no microfone pedindo a transferência dela – “que essa escola não merece ter um negra no seu quadro; eu me recuso a ser professora e peço ao senhor secretário que me dê a minha transferência”. - Foi. Foi interessante!

Coisas assim bem interessantes. Na época, hora era tenso, depois que a gente; era impactante. Mas depois a gente parava pra rir, a gente ria; as vezes com medo. Era muito medo a gente tinha. Eu por exemplo tinha muito medo porque eu tinha esse informantzinho que amedrontava. Não é? Ai, um dia a gente foi convocado, a gente foi ao Comando e eu fui com essa informação dele que Dom Hélder ia falar, todo mundo sabia, tava todo mundo preparado para ouvir Dom Hélder falar, Dom Hélder ia falar na Assembleia Legislativa a favor da gente. E, tava todo mundo doido para ouvir Dom Hélder na Assembleia Legislativa, aí ele disse: “Olhe, não vá à Assembleia Legislativa porque tá havendo isso, a Polícia vai invadir quando vocês chegarem; a Polícia vai invadir”. Ai, eu disse: E agora? A gente vai levar esse povo todinho? Era muita gente! Vai levar esse pessoal para Assembleia? Cheguei, conversei com o pessoal da coordenação,

aqueles companheiros que faziam a coordenação. Conversou antes. A gente diz ao pessoal ou não? Não. A gente só faz dizer que, olhe, pode acontecer. A gente esta nesse movimento e sabe que a gente tá num período que não é um período democrático. Então, a gente sabe o que pode acontecer. A Polícia pode invadir, pode acontecer alguma coisa, acontecer. Quem tiver muito temeroso não vá, entendeu? Mas a gente vai, quem quiser; mas eu acredito que quase todo mundo foi. Mas, quando chegou lá, realmente, quando chegou lá eu não me lembro, não tenho lembrança se Dom Hélder chegou a entrar na Assembleia; não me lembro mesmo! Eu só sei que a gente saiu descendo, a gente subiu; saiu descendo todo mundo derretido de. Ai eu disse, calma! Foi! A gente desceu as escadarias tudo correndo pra, deixou à Assembleia e a gente não ouviu Dom Hélder nem nada. Saiu todo mundo correndo pra casa da Assembleia porque eles invadiram mesmo à Assembleia! Sabe? Todo mundo; muitos casos assim!

Foi. A gente fez eleição no final, a gente fez eleição no final de setenta e nove. A gente fez a eleição; preparou com essa Comissão, nessa chapa eu não fiz parte, fiz parte da segunda. Foi. Nessa chapa foi interessante, um episódio interessante que eu, nós ficamos fazendo; eles foram pra lá para votar mesmo e não teve muita diferença na primeira chapa! Que a gente ia tomar mesmo, a gente tinha tomado para efeito de greve; mas eles iam querer assumir; reassumir, mas, ai a gente fez a eleição mas foi difícil, aquelas antigas. A gente fez, botou coisa mas eles aperriaram demais, aperriaram e trouxeram muita gente, ai a gente começava a fazer os professores que vinham votar; tinha gente deles que vinha votar contra e a gente começou a fazer, e, também gente que ia mas tinha medo; começou a fazer “boca de urna” mesmo! “Boca de urna mesmo”. Eu sei que começamos a conversar com os companheiros que tinham medo de Paulo Rubem, as pessoas diziam que era comunista, que a gente, as pessoas ainda tinha aquela história de Comunismo, como é que a gente vai fazer? Eu sei que a gente ficava conversando, conversando com as pessoas na porta antes de entrar incentivando o povo a votar nos professores. Ai foi eleita a chapa, ai eu disse assim, tinha um companheiro que foi, que hoje ele trabalha lá na prefeitura lá em, é o secretário de Elias Gomes lá em Jaboatão, foi o assessor de Paulo Rubem até agora na última quando Paulo assumiu! Ai, ele, era um companheiro, a gente já tava bem sintonizado. Foi Hércio de Matos! Ai então, Hércio, foi interessante porque todo mundo votou e quando foi as cinco horas terminava a eleição. Mas eu fiz tanta “boca de urna” que esqueci de votar! Ai, meu Deus do céu, fechou!! Eu não votei! De todo instante eu dizia: vou lá votar! Quando vi, fechou! Agora pronto! Hércio disse: “agora Lucia, se a gente perder a eleição foi por causa do seu voto!” Se for por diferença de um! Eu disse: se for por diferença de um; meu Deus do céu! Eu fiquei! Depois, isso ai são lições que a gente aprende. Depois, nas campanhas do PT

que eu sempre fiz, campanhas para eleição a primeira coisa que eu faço, eu ensinei a minha filha, a primeira coisa fazia primeiro; tem que tá em tal horário, primeiro eu vou votar!

Eu não conheço bem não! Por que a gente não os conheceu assim. A gente só os conheceu quando a gente foi fazer; assumindo a APENOPE, da gente não havia não! Do grupo da gente não! Porque todo mundo foi unânime que Paulo Rubem assumisse a presidência. Não é? Ai, Hércio de Matos era um professor de Matemática bem conceituado na escola, um professor sério que fez a parte de vice e que teve uma atuação muito bem e que era uma pessoa tranqüilo. Sabe? Tinha uma atuação muito boa na greve e ficou como vice. Certo? Ai, não se teve; todo mundo participou. Mas, teve casos de pessoas que era da época de Leônidas e que veio, professor até da Rede, ele era também professor da Rede particular, tinha sido até professor da minha filha, até! Que estudava no Salesiano. E, ele, Admilton, fez parte com a gente ai houve assim um; houve, houve, não foi assim bem harmônico não!

Havia. Havia os “igrejeiros”? Os “igrejeiros” eram pessoas que tinham formação assim de igrejas, de religião que fazia parte. Quando Dom Hélder assumiu nos anos sessenta o arcebispado ele fundou o movimento, era JEC; que eu até participei! JEC, JUC. JEC era Juventude Estudantil Católica; JUC, era Juventude Universitária Católica e JOC era Juventude Operária Católica. Eu fui da JEC! Fui da JEC. Então, era assim, era religioso, era de fundo religioso mesmo. A gente estudava o evangelho, a gente fazia reuniões nas escolas; em cada escola tinha uma pessoa que vinha de outro, era da universidade, então vinha da JUC para fazer reunião com a gente na hora do recreio, porque a gente não tinha um dia. Pegava a gente na hora do recreio, a gente se reunia, lia o evangelho e via o que em prática a gente poderia fazer. Que eu acho que isso ai deu assim subsidio pra gente, de uma maneira da gente trabalhar, de ver a necessidade, de lutar por justiça. Por que a gente, era a “Luz do Evangelho”; a gente fazia isso. Ai, a gente trazia para vida prática! A gente lia, depois na prática; como é que a gente vai levar pra casa da gente, pra família da gente, pro local de trabalho, local de estudo? Que o meu era a JEC. Então a gente, isso ai eu acho que nos ajudou a ver, a ter uma visão assim de mundo, da realidade diferente, a gente começou a prestar atenção. Foi dai que surgiu a coisa do social, esse interesse pelo social. Essa necessidade de ver; eu nunca tive vontade de ensinar em escola privada porque eu via que a escola pública precisava de professores que gostasse mesmo do aluno pobre, que quisesse que ele aprendesse. Eu sempre fui voltada pra isso, tanto é que eu não; ensinei em escola privada porque no ano que eu me formei, as freiras, como eu tinha sido aluna, lá desde de muito cedo e era boa aluna, era uma das primeira alunas de turma, ai, eu fui convidada pra ensinar. Eu tinha feito Magistério, e as freiras até queriam que eu fizesse Magistério, fui

convidada para ensinar na escola e passei dez anos ensinando nessa escola, essa escola de freira. Que eu adorava, porque na época que eu comecei a ensinar era só feminina. Sabe? Era muito interessante, eu gostei, eu amava a escola, tanto a estrutura da escola, com as freiras mesmo que foi quem me educaram e tudo! Mas, terminei botando na Justiça elas também! Por que eram ruim pra pagar, na época a gente tinha três meses de férias e elas passaram, e a gente não recebia. Não tinha carteira assinada, não tinha nada e como era somente eu que entrei como leiga tive que aceitar aquilo durante muito tempo. Mas, depois de cinco anos chegaram algumas companheiros que tinha sido até colegas minhas de colégio, umas duas outras de colégio religioso pra ensinar, aí a gente formou um grupinho e passou a exigir os direitos da gente aí foi horrível! Fomos demitidas, mas foi muito bom. E eu digo assim essa, o primeiro coisa da, primeiro livro de ponto dessa escola se eles forem aos anos de sessenta e sete vão ver que o primeiro livro de ponto fui eu, mas eu faço isso aqui como muito orgulho! Eu assinei dizendo isso. Muito orgulho, porque depois de mim ninguém vai sofrer a injustiça que eu sofri aqui. Depois de tantos anos. Mas eles tiveram que pagar tudo. Sabe? Pagaram tudo! Primeira vez que eu comprei um carrinho, primeira vez que eu mudei meus móveis de casa!

Os “igrejeiros”. Ah, eu não sei! Os “igrejeiros não sei dizer na APENOPE quem era “igrejeiro” que tinha essa formação assim religiosa. Não. Não era assim! Não. Sabia que havia pessoas que tinham vindo desse movimento, não era? Que eram ligados a Igreja, a gente sabia que tinha, mas nunca me envolvi com isso assim saber; até mesmo nunca nem fui questionada assim qual tenha sido minha formação; a gente nunca atentou assim pra isso! A gente sabe que as pessoas que vinham dos movimentos de igrejas tinham, tem, tem uma maneira de trabalhar melhor; umas pessoas eu não lembro assim.

APENOPE era nos Coelhos, na rua Francisco Alves. Começou nos Coelhos. Na Rua Francisco Alves, porque era um prédio, que tinha doada, era uma casa, que tinha sido doada pelo governador que na época era esse senhor que governava e ali era toda estrutura administrativa. Não é? Mas era assim, caindo aos pedaços, as paredes davam até choque, a gente tinha medo botava papel pra ninguém encostar; era bem precária. Sabe? Bem precária. Era uma casa grande, um espaço bom, a gente fazia reunião. Era! Após greve levou muita gente pra lá. Depois a gente conseguiu sair dali, porque era difícil assim, além de ser, acho chama até de difícil acesso quem não tivesse ônibus. Eu acho que não era, ali nos Coelhos. Não era? Aí eu sei que a gente conseguiu ir para um edifício, pra o edifício Pessoa de Melo; não sei se era primeiro andar, quinto andar! Não lembro mais! Mas era ali no Pessoa de Melo que a gente frequentou muito tempo. Não, era uma sala só; lá era uma casa e lá era uma sala no Pessoa de Melo. Aí a gente. Eu não sei!

Eu só sei dizer agora se eu me reportar aos meus papéis! Eu não sei; eu tenho a impressão que sim! Deixa lembrar!

Assim, porque foi desde a primeira que eu tinha sido convidada para entrar na chapa mas eu não tinha aceito, aí na segunda a gente entrou, dei minha contribuição; mas não foi! Foi! Dei a minha contribuição na segunda. Não sei se era Tradição de luta ou a luta continua! Um negócio desse! A primeira, eu sei era a luta continua! Depois veio Tradição de luta. Parece que a minha chapa foi essa última.

E a gente, participei como secretária, como vice-secretaria, mas atuei muito porque a agente não tinha essa história quem era titular, quem era suplente. Trabalhei bem, eu era com Horácio Reis. Sabe? Pronto! Fizemos. Participamos de muitos Congressos fora, a gente tinha um entrosamento muito grande com a APEOESP de São Paulo. Um entrosamento grande que a gente tinha. Tinha! Paulo Rubem conhecia muita gente. Depois então da criação do PT que foi em oitenta. Foi justamente o ano que a gente assumiu, não é? A APENOPE. Aí, foi criado também PT; aí havia muito entrosamento. O pessoal do, a gente fazia, fizeram muitos encontros, depois fora, em Minas. Eu tenho aí em outros encontros que a gente fazia fora. Criciúma; Santa Catarina! Isso na época da APENOPE ainda. E resolvemos, tentamos fazer isso. Não sei se foi em oitenta, nos anos oitenta, mas eu posso me certificar ali nos documentos que gente viu a necessidade de criar uma entidade de nível nacional. Aí, mesmo com a demissão de Paulo Rubem;¹³⁰ Paulo Rubem foi demitido. Foi, surgiu criar a UNATE, pra unificar as lutas, que a gente viu que precisava unificar porque não éramos só nós aqui em Pernambuco que sofria com pressão, falta de condições de trabalho; não era só Pernambuco! A fundação, o primeiro Congresso de Fundação da UNATE foi feito aqui em Recife. Um trabalho bonito, bom! Gostoso, muito trabalhoso! A gente, eu não sei dizer quantas pessoas a gente teve que hospedar. Pessoas que vinham de fora, então a gente ficava encarregada; eu mesmo fiquei encarregada de procurar, eu somente não, a companheira Áurea, de fazer os contatos nos locais onde poderia ter conventos, naqueles Seminários ali da Boa Vista. Boa Vista que tem um Seminário de Protestantes. Ir nos Seminários, levar ofício pedindo hospedar as pessoas. Sabe? Foi muito, muito interessante. A gente conseguiu muita gente que veio de fora; de São Paulo principalmente. Eu tenho, parece que é do jornal, a pessoa que foi, que deu muito, era uma pessoa bem influente na, na, como é? OESP em São Paulo; APEOESP.

Lá fora? Pode ter sido! Porque tinham pessoas, eu mesmo na época não tinha esse envolvimento com Política. Política partidária! Eu fui uma pessoa, porque minha família sempre

¹³⁰ Ver figura 57 “APENOPE vê demissão do Presidente”. Acervo DOPS/PE. Prontuário funcional. 1980.

votou na Esquerda e quando começou a votar eu sempre votei nos candidatos de Esquerda e eu tinha consciência, porque uma das coisas que a escola fez, que esse movimento fez; essa JEC também, não, a gente não tratava de Política partidária, mas a gente tratava de Política. E foi isso que me deu esse viés assim voltado para o social. Ai, se a gente volta para o social a gente sabia que esses governos de Direita e os governos de coisas realmente não estavam interessados; não atendiam o social, isso aí deu uma noção. Então, quando chega como professora, então, a gente via mesmo essa; já com uma consciência social bem construída, também na época da ditadura meu pai também tinha muitos amigos, alguns desapareceram, foram presos! O pai de Gil, o tio de Gil foi preso muitas vezes por conta dessa época de ditadura. Ai, a gente já tinha uma consciência do que era, do que tinha sido a ditadura, mas com relação a professores, assim, que ele viu, você diz assim, a relação de professores que já trabalhavam essas questões de Política partidária? Muito intenso! Era! Isso aí.

Eu acredito que o fortalecimento da APENOPE tenha sido isso aí! Reflexo disso aí, já estava se desenhando aqui a fundação do PT, porque o PT foi criado justamente me oitenta, setenta e nove foi a greve e em oitenta foi fundado o PT. Então, realmente já tinha, eu acho essa influência de fortalecer o movimento. Eu mesmo participei com Paulo Rubem de várias coisas de ir pra, com o pessoal dos canavieiros não sei o quê de São Paulo. Pra coisa, pra, assim, política, política partidária fiz algumas viagens assim e aí gente sabe que isso aí fortalecia. Canavieiro como era; isso aí fazia a gente também reforço, como aquele pessoal mais simples, mais humilde, sem estudo. Não era? Lutava por mudança; por coisa melhor e porque a gente não Era! Eu mesma nunca fiz esses contatos não com o pessoal da APEOESP! Tive muito contato com eles quando eles vieram pra cá pra organização da UNATE. Então, Paulo Rubem fazia muito! Paulo Rubem era a pessoa que fazia muito esse vínculo. Ele trazia muito material, e coisa, falava com as pessoas. Gumercindo. Como é? Tem muitos, tem muitos! Essa menina que eu vi na coisa eu lembrei o nome dela depois. Fazia tanto tempo que eu não havia na, no papel, no jornal. Esqueci agora o nome dela. Qual o nome dela? Foi! Depois, esse pessoal depois foi tudo para política partidária! Que a gente viu, foi assim que Paulo Rubem entrou na política partidária. Porque, a gente nas reuniões, na própria APENOPE a gente se reunia e a gente via que todas as propostas que a gente fazia pra mudança, pra melhorar a educação e coisa, melhorar a educação no Estado a gente não tinha retorno. Por que, quem era que ia está lá votando? Era as pessoas que não tinham; era a elite. Não era? Que era vereador, que era deputado. Então não adiantava, precisávamos ter um representante lá porque não adiantava a gente ficar discutindo, perder nosso sábado, perder domingo como a gente fazia. Perder sábado, perder domingo discutindo propostas pra mandar;

que não tinha retorno. Por que não tinha quem votasse nelas. Era! Porque tá ligado, intrínseco! Via muito mais amplo. Então, quando a gente viu que as nossas proposta não eram atendidas, que as dificuldades de negociação com os governantes, ai, essas dificuldades todas a gente percebeu que precisava de alguém na política, pra, ai, Paulo Rubem já tinha uma coisa porque já viajava, tinha muito contato com o pessoal, fora, em São Paulo, no ABC de Lula; já tinha esses contatos, ai pensando direitinho tem que se discutir ai um dia se discutiu ai o companheiro Paulo Rubem era a pessoa que tinha a maior características de coisas para assumir isso ai. Mas foi uma luta, viu? Foi tão horrível, assim, eu não me dava muito com os professores na escola, uma época em que foi chamado esse homem pra ser Secretário de Educação, Joel de Holanda, ele era uma pessoa que não tinha conhecimento de educação e Paulo Rubem tinha. Paulo Rubem era uma pessoa nova, mas armazenou, porque é muito inteligente, armazenou muito conhecimento sobre educação, ele lia muito, tinha experiências de fora, tinha muitos contatos também com Santa Catarina, com outros estados também mais desenvolvidos. E a gente, e Paulo Rubem era, tinha um potencial que não se comparava com Joel de Holanda, mas na hora da votação os professores, eram os professores, eu digo; Paulo Rubem tentou se eleger vários anos e a gente, eu sempre fui cabo eleitoral ferrenha de Paulo Rubem e sou até hoje mesmo ele saindo do PT {...} então a gente. Sim, por que eu falei isso agora? Tinha a necessidade; as pessoas votavam mas não votavam em Paulo Rubem! Os professores! Ia nas escolas, sempre fui na época difícil de fazer campanha nas escolas, chegava por que? não tem a equipe dos “direitistas”? Por que não tem voto? Foi por isso e muito menos que eu estava fichada lá no DOPS!

De saber? Foi até interessante! Foi a companheira “Morena” que me disse, me convidando. Luci estamos preparando cinquenta anos da Ditadura e o Sindicato agora esta fazendo uma homenagem aos professores mas gostariam e procuraram os professores que tiveram envolvimento em movimentos político, que tivesse, algum movimento com a época da Ditadura Militar e você é um nome. Eu disse: É! Eu me senti lisonjeada sim porque fui escolhida; um reconhecimento da luta que a gente teve durante toda aquela época, mas, ela disse: É, mais ainda tem mais! Porque você foi fichada; muitos fizeram ainda teve esse; você e alguns outros. Que foi, seu nome esta lá registrado! Fichado no DOPS! Eu disse: É? Como foi que você soube isso? Que a gente mandou saber e mandou buscar a ficha lá no DOPS e você é uma das companheiras que foi fichada. Pois é? Ai ela disse: E ai? Eu disse, pra mim, eu me sinto também lisonjeada, eu sinto prazer em saber que contribuí pra essa mudança.

Mudança democrática, porque não deixou de ser. A gente colocou “as pedrinhas” da gente, não é? As sementes e a gente contribuiu e ter lutado numa época daquela em que as

pessoas tinham medo! E mesmo a gente receosa, a gente assumiu isso aí. E lutar por toda uma categoria; não estava lutando por mim, tava lutando por uma categoria, pelos filhos, pelo pessoal das classes mais desfavorecida. Então eu ficava lisonjeada, tem coragem de ir de encontro àquelas forças antidemocráticas, repressoras. Repressoras, eu me sinto, essa aí foi como eu recebi um troféu do SINTEPE eu também recebi esse daí. Que pra mim foi uma lisonja eu receber isso como um troféu. Saber que fui fichada porque lutei pelos direitos da maioria. Não é? E que não ficou somente na classe. Como você diz! As lutas não ficou só entre os professores e educadores, porque a gente na APENOPE também era somente; a luta era pelos professores! E a gente também ampliou isso aí. Era pelos trabalhadores em educação. E a gente foi mais além disso! Porque foi por toda população brasileira que a gente lutou pra melhoria. Então eu me sinto realmente lisonjeada.

Lembro! Eram os dois principais veículos. A imprensa. Mais a imprensa deu sua contribuição porque aparecia sempre nos movimentos grandes lá em frente a Secretaria. Agora, as vezes nem sempre condiziam com a realidade da gente; as notícias as vezes eram truncada, não eram assim fácil. Mas eles noticiavam! Eu acompanhava e tenho até alguns. Eu lia qualquer um, eu não comprava o jornal. Era, saía notícia da greve no jornal, é por isso que eu tenho material assim, coisa, porque eu sempre procurava.

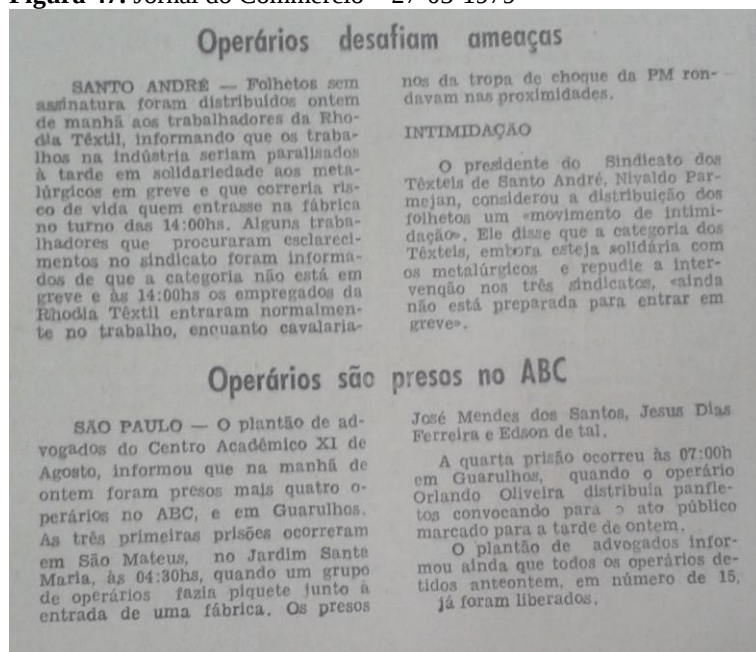
Eu faria tudo do mesmo jeito. Faria! Faria tudo do mesmo jeito! Porque eu me senti, eu acho que é; como eu disse a você! Eu me sinto gratificada, me sinto gratificada porque eu vi que houve avanços, a gente teve conquistas, que a gente contribuiu para que a democracia fosse estabelecida no país. A gente contribuiu com a redemocratização do país. Que a gente, nós fomos a primeira categoria a sair em greve naquela época que ainda era, ainda era ditadura; não era uma abertura total. E a gente contribuiu com isso e a gente deu o exemplo aqui em Pernambuco e a gente foi realmente uma categoria que ficou como exemplo para outras categorias. Se viu um professorado mais conscientizado, a gente conseguiu unificar os professores da rede Primária, que eram chamados professores Primários com os professores do nível médio; a gente conseguiu. A gente conseguiu unificar as três entidades ou quatro que havia de três entidades que havia dos professores que saíam numa fragilidade. se torna frágil no momento que a gente separa e isso era uma maneira de fragilizar a categoria! E a gente conseguiu unificar e formar esse SINTPE que hoje é um Sindicato forte, um sindicato. Eu digo também, que minha vida pessoal também mudou um pouco e também me refletiu muito no trabalho.

ANEXOS

ANEXO I

“Na época o Jornal do Commercio; o jornal que dava mais espaço pra gente! Era! Desde do início era mais o Jornal do Commercio, divulgava nossas atividades, a gente considerava as informações mais, mais; vamos dizer, mais fidedigna, não distorciam tanto o que a gente dizia. Porque tinha, tinha o Diário de Pernambuco tinha uns que gostava de botar entre aspas, coisas que a gente não dizia, como se fosse, né! Fala e não era. Pequenas coisinhas que as vezes uma palavrinha diversificava todo o pensamento. Não tinha sido daquela forma; tinha de vez em quando esses problemas. Mas, o Jornal do Commercio era menos. Acontecia, mas a informação do Jornal do Commercio melhor que a do Diário”.¹³¹

Figura 47. Jornal do Commercio – 27-03-1979



Fonte: JC – 27-03-1979. “Operários desafiam ameaça”. Caderno I.

¹³¹ Professora Florentina Francisca Cabral entrevista concedida ao autor dia 03 de novembro de 2014.

Figura 48. Jornal do Commercio - 03-05-1979



Fonte: JC - 03-05-1979 – “Três mil professor da rede de ensino oficial reuniram-se ontem em assembleia geral, no Náutico”. p.06.

Figura 49. Jornal do Commercio - 20-05-1979



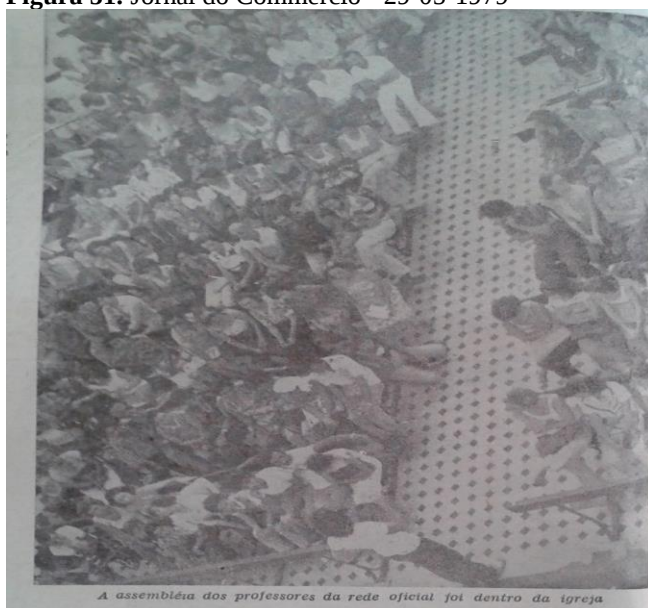
Fonte: JC - 20-05-1979 - Caderno Esportes - Greve. p.24.

Figura 50. Jornal do Commercio - 29-05-1979



JC - 29-05-1979 – “Após a assembleia que decretou a greve sem a concordância da associação os professores se reuniram na frente do JC”. Capa.

Figura 51. Jornal do Commercio - 29-05-1979



Fonte: JC - 02-06-1979 – visão aérea “A assembleia dos professores da rede oficial foi dentro da igreja. Caderno Greve -. p.10.

Figura 52. Diário de Pernambuco - 24-03-1979



Fonte: DP - 24-03-1979. “Aluno folga por falta de bancas”- p. A5.

Figura 53. Diário de Pernambuco - 03-05-1979



Fonte: DP - 03-05-1979 - “Professores dão prazo de cinco dias a Marco Maciel”. Capa.

Figura 54. Diário de Pernambuco - 13-05-1979



Fonte: DP – 13-05-1979, “A semana”. Cad. Geral – p. D8

Figura 55. Diário de Pernambuco – 03-06-1979



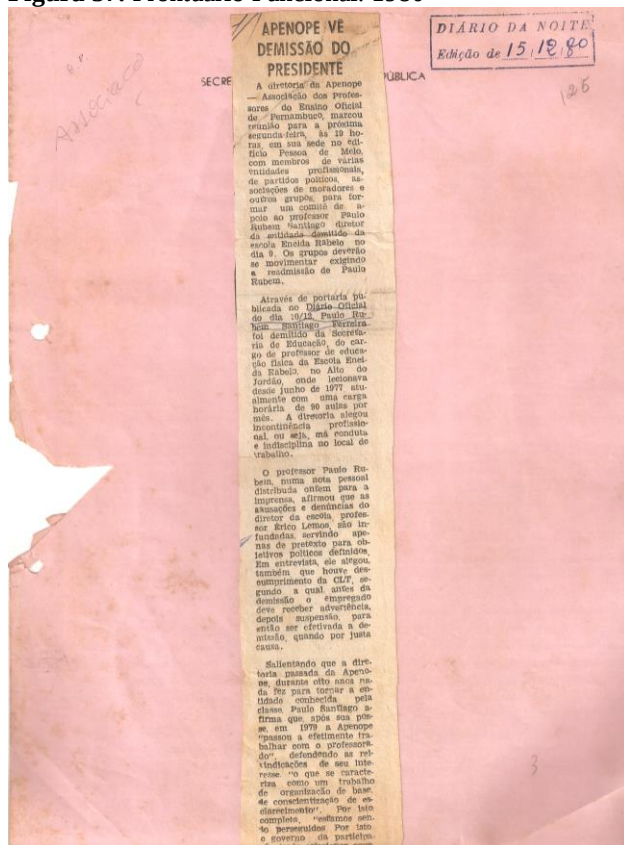
Fonte: DP- 03-06-1979 – Local. p. A28

Figura 56. Prontuário Funcional. 1979



Fonte: Acervo DOPS/ APEJE – “Professor recebe contra proposta” - Prontuário Funcional. 1979

Figura 57. Prontuário Funcional. 1980



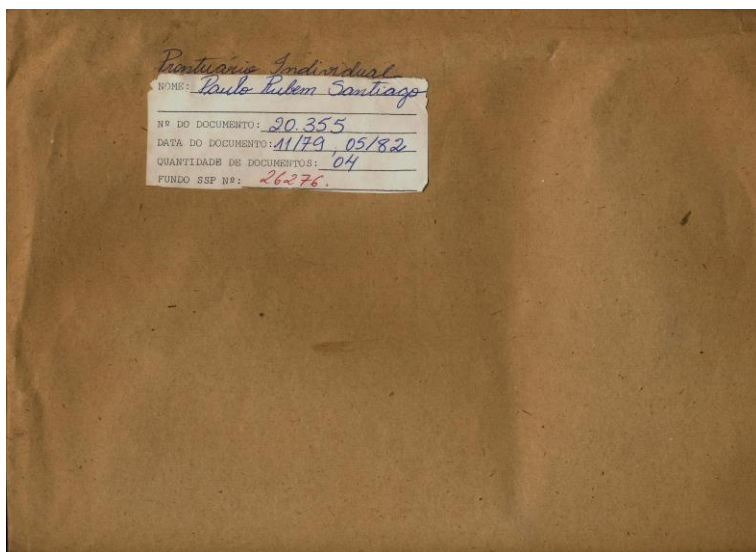
Fonte: Acervo DOPS/ APEJE – “Professor recebe contra proposta”- Prontuário Funcional. 1980

Figura 58. Prontuário Funcional. 1979



Fonte: Acervo DOPS/ APEJE – “Professores aprontam o ritual da greve”- Prontuário Funcional. 1979.

Figura 59. Prontuário Individual nº 20.355.



Fonte: Acervo DOPS/APEJE – “Paulo Rubem Santiago- Prontuário Individual 20.355.